



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO – FACOM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS

DANIELA SILVA

PELO CELULAR E PELAS RUAS DE SALVADOR:
participação política de jovens e a relação com as competências
infocomunicacionais

Salvador

2022

DANIELA SILVA

**PELO CELULAR E PELAS RUAS DE SALVADOR:
participação política de jovens e a relação com as competências
infocomunicacionais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Othon Jambeiro

Salvador

2022

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Silva, Daniela

Pelo celular e pelas ruas de Salvador: participação política de jovens e a relação com as competências infocomunicacionais / Daniela Silva. - 2022.

431 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Othon Jambeiro.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2022.

1. Comunicações digitais. 2. Comunicação e tecnologia. 3. Comunicação de massa - Aspectos políticos. 4. Competências infocomunicacionais. 5. Letramento informacional. 6. Competência comunicativa. 7. Participação política. 8. Jovens. 9. Internet. I. Jambeiro, Othon. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 302.23098142

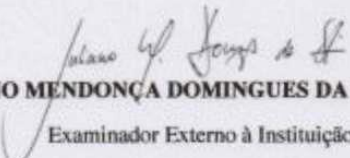
CDU - 659.3(813.8)



Universidade Federal da Bahia
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
CONTEMPORÂNEA (POSCOM)

ATA Nº 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA (POSCOM), realizada em 12/12/2022 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS no. 1, área de concentração Comunicação e Cultura Contemporâneas, da candidata DANIELA DE ASSIS SILVA, de matrícula 218121631. intitulada PELO CELULAR E PELAS RUAS DE SALVADOR: participação política de jovens e a relação com as competências infocomunicacionais. Às 14:00 do citado dia, por Videoconferência, foi aberta a sessão pelo presidente da banca examinadora, Prof. OTHON FERNANDO JAMBEIRO BARBOSA que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dra. MARIA CARMEN JACOB DE SOUZA, Prof. Dra. GLEISE DA SILVA BRANDAO, Prof. Dr. JULIANO MENDONÇA DOMINGUES DA SILVA e Prof. Dra. JUSSARA BORGES DE LIMA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente que passou a palavra à examinada para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pela candidata, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.


Dr. JULIANO MENDONÇA DOMINGUES DA SILVA, UNICAP
Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente:
JUSSARA BORGES DE LIMA
Data: 13/12/2022 11:25:50-0300
Verifique em <https://verificador.it.br>

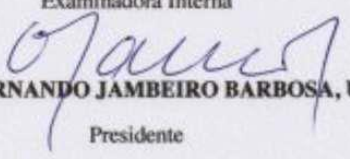
Dra. JUSSARA BORGES DE LIMA
Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente:
GLEISE DA SILVA BRANDAO
Data: 13/12/2022 11:51:36-0300
Verifique em <https://verificador.it.br>

Dra. GLEISE DA SILVA BRANDAO, UFBA
Examinadora Externa ao Programa

Dra. MARIA CARMEN JACOB DE SOUZA, UFB
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente:
MARIA CARMEN JACOB DE SOUZA
Data: 14/12/2022 15:02:51-0300
Verifique em <https://verificador.it.br>


OTHON FERNANDO JAMBEIRO BARBOSA, UFBA
Presidente

Aos meus pais.
Com o mais profundo amor.

AGRADECIMENTOS

Quando se ousa cursar doutorado, é impossível ter uma noção prévia do tamanho do desafio. As disciplinas, os grupos de pesquisa, as produções acadêmicas, a tessitura da tese, cada uma dessas atividades (e tantas outras) reserva mistérios e especificidades que envolvem prazeres e sacrifícios nem sempre saborosos.

Mas imprevisível mesmo é o que ocorrerá na sua vida durante os quatro anos de compromisso com a formação. Impossível, por exemplo, prever a pandemia da Covid-19 que desafiou a nossa sobrevivência. Também não dava para imaginar quantos percalços de ordem política, econômica, emocional e de saúde que nos demandariam cuidados, curas e recomeços.

Portanto, um processo acadêmico é também de vida, na perspectiva mais inteira e complexa que se possa imaginar. As incontáveis horas de dedicação aos estudos são tempo de aprendizados, dores e muitas alegrias. A pesquisa não se esgota em si mesma. Ela representa uma doação de energia intelectual e vital para si e para a sociedade.

Tudo isso justifica agradecimentos aos que fizeram parte dessa trajetória de existência. A cada pessoa que me ajudou a sobreviver, a superar os desafios de diversas ordens e profundidades, a desfrutar, a rir, a chorar, a resistir, a celebrar, acolhendo minhas fragilidades e potencialidades, nessa luta permanente por dias mais iluminados para cada um e todos nós.

Gratidão eterna a minha família, núcleo que define minhas raízes: meus pais (Glória e João), meus irmãos (Carla e Darlã), sobrinhos (Sofia e Ravi) e cunhados (Carla e Danilo), que compreenderam (nem sempre) minhas ausências e também me impulsionaram a concluir esse ciclo para abrir novos. Honro também nossos antepassados, que nos geraram à beira-mar, em Barroquinha e Cajaíba (Bahia), duas comunidades que me ensinam sobre simplicidade e sobre o amor à natureza e à vida.

Meus agradecimentos às amigas e amigos que representam minha família estendida. Em especial, Patrícia Honório, Carla Aragão, Damiana Souza, Laura Dantas, Melissa Bahia, Tatiany Carvalho, Vivina Machado e Walana Silva, que nunca soltaram minha mão e contribuíram, cada uma a sua maneira, para que esta pesquisa pudesse ganhar asas.

A meu orientador Prof^o. Othon Jambeiro, retrato do equilíbrio entre o primor acadêmico e a gentileza no convívio, além de uma história de vida admirável, nos seus múltiplos sentidos. Agradeço também à Prof^a. Jussara Borges, que me inspirou desde o primeiro contato e segue sendo referência e parceira de produções e projetos acadêmicos com impactos sociais.

À Prof^a. Maria Carmem Jacob, que foi crucial em etapas do processo de reformulação do projeto de pesquisa, na qualificação e no tirocínio, com quem tanto aprendi e constatei a beleza de se importar, de verdade, com o percurso de cada estudante e do meu próprio. Ao Prof^o. Juliano Domingues e à Prof^a. Gleise Brandão, que aceitaram compor a banca e são referências importantes nos temas que estudo.

Aos colegas dos grupos de pesquisa CP-Redes e Infocom, com quem tanto aprendi sobre a importância da leitura atenta, cuidadosa e propositiva para nossa própria produção e, sobretudo, para a do outro. Aos professores, colegas e funcionários do PósCom; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de pesquisa; à equipe e parceiros da AFETO Educação, Comunicação e Juventudes.

A Lucas Silva, jovem pesquisador e consultor que muito me ensinou sobre análise estatística; à Prof^a. Maristela Dias e ao Prof^o. Crysttian Arantes Paixão, que me apoiaram em momentos cruciais da pesquisa; aos consultores Davi Oliveira e Guilherme Jacob, que me ajudaram com o acesso e o tratamento inicial de dados.

Aos parceiros de mobilização que tornaram possível o trabalho de campo à distância: Conselho Estadual de Juventude da Bahia, Conselho Municipal da Juventude de Salvador, Secretaria da Educação do Estado da Bahia, organizações da sociedade civil, coletivos, associações e jornais de bairro, influenciadores digitais, universidades, partidos políticos e tantos outros.

Aos jovens, meu profundo respeito e admiração pela capacidade de rebeldia, inquietação, alegria e potencial de criação, inovação e transformação. Em especial, a Maurício Santos, que me acompanhou nessa jornada em todas as etapas; a Antonio Fernandes, Bruna Melo, Bruna Mota, Carolina Nunes, Iracema Araújo, Ítalo Santos, Layanne Paixão, Luan Santos e Ricardo Penido, que contribuíram em momentos estratégicos, e todos os demais jovens que se engajaram na pesquisa e viram sentido nela.

Como esse doutorado ocorreu em um período de ameaças e ações concretas de sufocamento da educação e, em especial da universidade pública, meu muito obrigada a todos que expressaram sua indignação e resistência diante das injustiças e violências. Minha reverência, ainda, a todas as pessoas que seguem nutrindo o amor como sentido maior no ensinar e no aprender mútuos.

Esta tese tem textura, aroma e sabor das relações afetuosas e construtivas e dos conhecimentos e saberes que nutriram as águas da curiosidade que fluíram até aqui. Fica já o meu muito obrigada para quem se refrescar com ela, gerando novas inquietações, produções

teóricas e práticas, que inspirem e impulsionem transformações positivas nos micros e nos macrouniversos.

Não há escolha entre lutar e não lutar. Mas há, sim, escolha em como lutar. Lutemos como floresta, agarrando-nos às brechas de vida para fazer delas horizonte, usando a alegria como instrumento de resistência, imaginando o país onde queremos viver. Ocupando, como faz a natureza, todos os espaços vazios, encontrando o último sopro de vida na terra arrasada e renascendo, sabotando os agentes da morte dia após dia pela afirmação da vida. Vamos lutar convivendo. O que precisamos agora, como dizem os movimentos sociais da floresta, não é desenvolvimento, entendido como deixar de se envolver para servir ao mercado, mas envolvimento. Lutar como floresta é justamente isso: se envolver radicalmente com a vida.

(Eliane Brum)

SILVA, Daniela. **Pelo celular e pelas ruas de Salvador**: participação política de jovens e a relação com as competências infocomunicacionais. 2022. 431p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2022.

RESUMO

Há quase uma década, manifestações e protestos ganharam projeção no panorama da política brasileira, apoiados em ambientes e mídias digitais. Pelas fibras óticas e pelas avenidas, a população, sobretudo os jovens, passou a se engajar cada vez mais no debate público, insinuando uma expansão da democracia. No entanto, o cenário que foi descortinando-se logo se deparou com um movimento antipolítico crescente, pautado por discursos autoritários, instigando pesquisadores do campo da Comunicação ao exercício de entender, ainda mais, o papel dos meios digitais nesse processo. A partir de uma atenção para os conhecimentos, habilidades e atitudes que emergem na era digital, nesta tese, elegemos investigar se há relação entre as competências infocomunicacionais e a participação política dos jovens de Salvador, com idades entre 18 e 29 anos, que se interessam por política. Buscamos compreender como essas juventudes usam as tecnologias digitais, com qual frequência, para quê, entre outras questões. Com relação à política, a presente pesquisa está focada no uso dessas tecnologias como meios de acesso à informação e ao diálogo sobre o tema, na intenção de observar como os jovens atuam politicamente e de que maneira, para citar alguns aspectos. Além disso, indagamos sobre a percepção dos jovens acerca das próprias competências infocomunicacionais: como lidam com as informações que acessam, produzem e disseminam na rede; como dialogam nos ambientes digitais, como avaliam as *fake news* etc. Um total de 42 questões foi enviado para jovens da capital baiana via *websurvey*, após validação do Comitê de Ética em Pesquisa. Além das respostas de 280 participantes moradores de diferentes bairros de Salvador (112 bairros ao todo, o que corresponde a 65,8% dos 170), realizamos, como etapa qualitativa, entrevistas semiestruturadas com 10 jovens, tendo como objetivo geral da nossa pesquisa investigar a relação entre competências infocomunicacionais e participação política (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador que se interessam por política. Adotamos como objetivos específicos: 1. Verificar a percepção dos jovens em relação às competências infocomunicacionais; 2. Comparar padrões de participação política (*on-line* e *off-line*). A análise dos dados e informações coletadas envolveu técnicas estatísticas (descritivas, fatoriais e correlacionais), além de análise de conteúdo, interpretação e inferências. Como resultado, em relação ao primeiro objetivo específico, constatamos que a maioria dos entrevistados se sente mais apta diante das competências em informação do que quanto às competências em comunicação. Os jovens produzem pouco conteúdo autoral e ‘navegam’, principalmente, pelo celular, para citar alguns achados. Em relação ao segundo objetivo específico, identificamos que a maioria dos participantes tem alto nível de interesse e sentimento de eficácia política; a internet é fonte de informação e tem destaque como agente socializador, enquanto a família, por exemplo, tem menos espaço nesse sentido. Observamos também que os jovens preferem se manter distantes das instituições políticas tradicionais, optando por atuar via formas não institucionalizadas e *on-line*. Para alcançarmos o objetivo geral da tese, usamos ainda o modelo de regressão linear e encontramos uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as competências infocomunicacionais e a participação política (2018 e 2020) dos entrevistados. Concluimos que as competências para se informar e se comunicar com fins políticos podem ser desenvolvidas e potencializadas, mas precisam de um contínuo fortalecimento da criticidade e do compromisso com a democracia.

Palavras-chave: Competências infocomunicacionais. Competências em comunicação. Competências em informação. Internet. Participação política. Jovens – Salvador.

SILVA, Daniela. **By cell phone and through the streets of Salvador: political participation of the youth and the relationship with infocommunication skills.** 2022. 431p. Thesis (PhD in Contemporary Communication and Culture) – Faculty of Communication, Federal University of Bahia, 2022.

ABSTRACT

For almost a decade, demonstrations and protests have grown in the Brazilian political landscape, supported by digital environments and media. Through optical fibers and avenues, the population, especially youth, began to increasingly engage in public debate, suggesting an expansion of democracy. However, the scenario that was unfolding soon met a growing anti-political movement, guided by authoritarian discourses, encouraging researchers in the field of Communication to understand, even more, the role of digital media in this process. Focusing on the knowledge, competences, skills, and attitudes that emerge in the digital age, in this thesis, we chose to investigate whether there is a relationship between infocommunicational competences and the political participation of young people from Salvador, aged 18 to 29, in policy. We aim to understand how the youth use digital technologies, how often, for what purpose, among other issues. Regarding politics, the present research focus on the use of these technologies as means of accessing information and talking about the subject, with the intention of observing how young people act politically and in what way. In addition, we asked about the perception of young people about their own infocommunication competences: how they deal with the information they access, produce, and disseminate on the network; how they dialogue in digital environments, how they evaluate *fake news* etc. 42 questions were sent to young people from the capital of Bahia via *websurvey*, after validation by the Research Ethics Committee. In addition to the responses of 280 participants living in different neighborhoods of Salvador (112 of the city's neighborhoods i.e., 65.8% in all of 170), we conducted, as a qualitative step, semi-structured interviews with 10 young people, with the main objective of our research to investigate the relationship between infocommunicational competences and political participation (*on-line* and *off-line*) of young people from Salvador who are interested in politics. Our specific objectives are: 1. Check the perception of young people regarding infocommunication competences; 2. Compare patterns of political participation (*on-line* and *off-line*). The analysis of the data and information collected involved statistical techniques (descriptive, factorial, and correlational), in addition to content analysis, interpretation and inferences. As a result, concerning the first specific objective, we found that most of the interviewees feel more apt in terms of information competences than in terms of communication competences. Young people produce little authorial content and ‘surf’ by cell phone. Regarding the second specific objective, we identified that most participants have an elevated level of interest and a feeling of political effectiveness; the internet is a source of information on the subject and stands out as a socializing agent, while the family, for example, has less space in this regard. We also observed that young people prefer to stay away from traditional political institutions, preferring to act via non-institutionalized and *on-line* ways. To achieve the main objective of the thesis, we also used the linear regression model and found a positive and statistically significant association between infocommunication competences and political participation (2018 and 2020) of respondents. We conclude that the competences to inform and communicate for political purposes can be developed and strengthened, but they need a continuous strengthening of criticality and commitment to democracy.

Keywords: Infocommunication competences. Communication competences. Information literacy. Internet. Political participation. Youth – Salvador.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -- Peças de comunicação (cards)	59
Figura 2 -- Peças de comunicação da pesquisa (animações)	60
Figura 3 -- Instagram da pesquisa.....	60
Figura 4 -- Juventudes e suas multiplicidades de definições.....	83
Figura 5 -- Conceitos e termos associados	122
Figura 6 -- Ética e competências infocomunicacionais	127
Figura 7 -- Eleitores de Salvador em 2018	179
Figura 8 -- Mapa de Salvador e os bairros alcançados pela pesquisa.....	198
Figura 9 -- Bairros onde moram jovens com internet insuficiente.....	226
Figura 10 -- Desigualdades de jovens com internet insuficiente em comparação com média geral dos entrevistados	229
Figura 11 -- Participação nas eleições 2018	278
Figura 12 -- Participação nas eleições 2020	281
Figura 13 -- Síntese das respostas por categoria temática.....	288
Figura 14 -- Capa do e-book "Eu, Jovem Prefeit@ de Salvador"	291
Figura 15 -- Página do e-book "Eu, Jovem Prefeit@ de Salvador".....	292
Figura 16 -- Comparativo entre os dois perfis de competência e participação.....	308

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente, segundo sexo e grupos de idade (%)	85
Gráfico 2 – Internet em escolas federais, estaduais e municipais.....	89
Gráfico 3 – Taxa de homicídios de jovens, por grupo de 100 mil por UF	94
Gráfico 4 – Distribuição por gênero	200
Gráfico 5 – Distribuição por PB por gênero	201
Gráfico 6 – Distribuição por cor/raça	202
Gráfico 7 – Distribuição por escolaridade	203
Gráfico 8 – Jovens de Salvador – estudo e pandemia	204
Gráfico 9 – Possível volta às aulas	205
Gráfico 10 – Renda familiar	207
Gráfico 11 – Trabalho	209
Gráfico 12 – Competência em informação	211
Gráfico 13 – <i>Fake news</i>	213
Gráfico 14 – Competência em comunicação	219
Gráfico 15 – Competência em comunicação – debate	222
Gráfico 16 – Conectividade	224
Gráfico 17 – Frequência de uso diário	233
Gráfico 18 – Finalidade de uso	234
Gráfico 19 – Frequência de uso das mídias	236
Gráfico 20 – Recursos para aprendizagem	239
Gráfico 21 – Aprendizagem.....	241
Gráfico 22 – Formas de Aprendizagem	242
Gráfico 23 – <i>Metaliteracy</i>	244
Gráfico 24 – Fontes de informação e política.....	253
Gráfico 25 – Ciclo social de influência sobre política.....	256
Gráfico 26 – Percepção sobre os principais problemas no Brasil.....	261
Gráfico 27 – Percepção sobre os principais problemas de Salvador	262
Gráfico 28 – Eficácia da participação política.....	263
Gráfico 29 – Responsabilidade social.....	265
Gráfico 30 – Confiança nas instituições, democracia, mídia e políticos.....	266

Gráfico 31 – Sentimento em relação à política.....	269
Gráfico 32 – Participação	271
Gráfico 33 – Voto obrigatório	285
Gráfico 34 – Nuvem de palavras - Jovem, Prefeito.....	294
Gráfico 35 – Correlação entre competência infocomunicacional e participação política – 2018 e 2020	304

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases da pesquisa	37
Quadro 2 – Estimativa da população residente em Salvador por grupo de idade e sexo (mil pessoas).....	42
Quadro 3 – Categorias das competências	66
Quadro 4 – Categorias de participação	67
Quadro 5 – Competências infocomunicacionais em síntese.....	111
Quadro 6 – Conceitos relacionados às competências infocomunicacionais.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da amostra por Prefeitura-Bairro.....	44
Tabela 2 – Distribuição da amostra por sexo.....	44
Tabela 3 – Eleitores jovens de Salvador aptos a votar.....	182
Tabela 4 – Eleitores jovens de Salvador.....	182
Tabela 5 – 1º turno – jovens votantes no Brasil.....	184
Tabela 6 – 2º turno – jovens votantes no Brasil.....	184
Tabela 7 – 1º turno – jovens votantes em Salvador.....	184
Tabela 8 – 2º turno – jovens votantes em Salvador.....	185
Tabela 9 – Alcance territorial da pesquisa.....	197
Tabela 10 – Distribuição da amostra por PB.....	199
Tabela 11 – Principal equipamento para uso da internet.....	223
Tabela 12 – Jovens com internet insuficiente, por bairro.....	227
Tabela 13 – Nível de interesse por política.....	250
Tabela 14 – Pandemia e interesse por política.....	250
Tabela 15 – Perspectiva pós-pandemia.....	251
Tabela 16 – Posicionamento ideológico.....	252
Tabela 17 – Participação em instituições (formais e informais).....	276
Tabela 18 – Participação em instituições (formais).....	276
Tabela 19 – Participação em instituições informais.....	276
Tabela 20 – Participação nas eleições de 2018.....	279
Tabela 21 – Participação nas eleições de 2020.....	282
Tabela 22 – Competência em informação, em comunicação e infocomunicacional.....	301
Tabela 23 – Participação nas eleições de 2018 e 2020 (on-line e off-line).....	302
Tabela 25 – Perfil dos jovens menos competentes e menos participativos.....	306

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPEDUCOM	Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação
ACRL	<i>Association of College & Research Libraries</i>
ALAIC	Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação
ALFIN	Alfabetização Informacional
AM	Alfabetização Midiática
AMI	Alfabetização Midiática e Informacional
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BTS	<i>Bartlett's Test of Sphericity</i> (Teste de esfericidade de Bartlett)
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEJUVE	Conselho Estadual de Juventude da Bahia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
Cetic.br	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMDIS	Seminário Discente do Póscom/UFBA
CONJUV	Conselho Municipal da Juventude de Salvador
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
COS	<i>Center for Open Science</i>
CP-Redes	Grupo de Estudos de Comunicação, Política e Redes Midiáticas
CPS	Centro de Políticas Sociais
VLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EESP	Escola de Economia de São Paulo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FABICO	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GAPMIL	<i>Global Alliance for Partnership on Media and Information Literacy</i>
IBE	<i>International Bureau of Education</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves

INCT.DD	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
InfoCom	Grupo de Pesquisa em Comportamento e Competências InfoComunicacionais
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITU	<i>International Telecommunication Union</i>
KMO	<i>Kaiser-Meyer-Olkin</i>
LAPOP	Projeto de Opinião Pública na América Latina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Lusocom	Federação Lusófona de Ciências da Comunicação
MBL	Movimento Brasil Livre
MIL	<i>Media and Information Literacy</i>
MPL	Movimento Passe Livre
NIC.BR	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
NML	<i>New Media Literacy</i>
NUPEC	Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens
NUPESAL	Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas

OSF	<i>Open Science Framework</i>
PB	Prefeituras-Bairro
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
Pisa	Programa Internacional para avaliação de alunos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PósCom	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas
QI	Quociente de Inteligência
QUALISalvador	Qualidade do Ambiente Urbano na Cidade da Bahia
RAS	Regiões Administrativas de Salvador
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RNCD	Rede Nacional de Combate à Desinformação
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNCISAL	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
PARTE 1	29
2 CONFORMAÇÃO DA PESQUISA	31
2.1 OBJETIVOS	33
2.2 JUSTIFICATIVA	33
2.3 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO	36
2.3.1 Revisão bibliográfica	37
2.3.2 Pesquisa empírica	40
2.3.3 Aprovação do Comitê de Ética	45
2.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	72
3 JUVENTUDES: TENSÃO ENTRE DIREITOS E DESIGUALDADES	77
3.1 JUVENTUDES, UM PLURAL DE SENTIDOS	79
3.2 DESIGUALDADES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS	86
3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	101
4 COMPETÊNCIAS EMERGENTES NA ERA DIGITAL: O PAPEL DAS INFOCOMUNICACIONAIS	103
4.1 CONCEITOS E DESAFIOS EM MOVIMENTO	105
4.2 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES ÉTICAS NOS AMBIENTES DIGITAIS	122
4.3 INTERNET: APRENDIZAGENS FORMAIS E INFORMAIS	133
4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	147
5 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM TEMPOS DE AMEAÇAS À DEMOCRACIA	149
5.1 PARTICIPAÇÃO E COMPORTAMENTO DAS JUVENTUDES	151
5.2 INTERNET E OS IMPACTOS SOBRE PARTICIPAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO	159
5.3 MODALIDADE HÍBRIDA (<i>ON-LINE</i> E <i>OFF-LINE</i>) E PESQUISAS EMPÍRICAS	169
5.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	190

PARTE 2	193
6 JUVENTUDES E AS COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS	195
6.1 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	196
6.2 PERCEPÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS	209
6.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	246
7 JOVENS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA HÍBRIDA	249
7.1 PARTICIPAÇÃO NA PRÁTICA (2018 e 2020)	270
7.2 EU, PREFEITO, MINHAS PRIORIDADES	286
7.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	295
8 RELAÇÃO ENTRE COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	299
8.1 CORRELAÇÃO POSITIVA E SIGNIFICATIVA	303
8.2 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	310
9 CONCLUSÃO	313
REFERÊNCIAS	325
APÊNDICES	357
ANEXOS	403

1 INTRODUÇÃO

O avanço da extrema-direita, somado ao fenômeno das informações falsas que circulam com surpreendente rapidez pelos ambientes digitais, tem desafiado autoridades, instituições e pesquisadores de diversas áreas. A complexidade dos tempos atuais resulta em ameaças contundentes à democracia, um regime jovem no Brasil, cuja cultura política ainda demonstra fragilidades, a exemplo da limitada participação da população, para citar apenas um de seus aspectos vulneráveis.

Embora essa seja uma preocupação que motiva estudos há décadas, o cenário atual (2022), de violação de princípios democráticos, convida a renovados esforços investigativos, pela própria dinâmica dos processos culturais, sociais e políticos. Quando o projeto desta tese começou a ser desenhado em 2017, o país já enfrentava um cenário de instabilidade política que sinalizava a importância de uma participação mais crítica e engajada da população. Os resultados das eleições de 2018, no entanto, revelaram que os desafios seriam ainda maiores.

Foi em meio a esse contexto que iniciamos esta investigação, que tem como um dos temas centrais a participação política dos cidadãos, com recorte nas juventudes. Este termo no plural é adotado nesta tese como forma de respeitar os múltiplos modos de ser jovem (DAYRELL, 2003), um público que está entre os principais impactados pelas desigualdades socioeconômicas e violações de direitos, entre eles, o da participação, além de figurar em destaque nos indicadores de violência, desemprego, defasagem educacional, entre outros (ATLAS..., 2021; CONJUVE, 2020; 2021; CETIC.BR/NIC.BR, 2021; BRASIL, 2020).

Entender como os estudos acadêmicos acompanham a atuação política dos jovens e se há conexão entre essas pesquisas e o senso comum, que tende a etiquetar neles o rótulo de desinteressados e apáticos, foi uma das motivações desta tese. Confrontando essa visão superficial e nos amparando em pesquisadores que se debruçam sobre a participação política¹

¹ (BAQUERO; BAQUERO, 2012; BORBA, 2012; BRADY, 1999; CASTRO, 2014; CARPENTIER, 2019; COHEN *et al.*, 2012; DALTON, 2004; GIDDENS, 2007; GOMES, 2011; 2020; INGLEHART; WELZEL, 2009; NORRIS, 1999; 2001; 2005; VERBA; NIE; KIM, 1978; VERBA; SCHOLOZMAN; BRADY, 1995).

e, sobretudo, na participação política das juventudes², decidimos direcionar nossa investigação para jovens de 18 a 29 anos³.

Outro critério estabelecido na prospecção deste público foi o seu interesse por política⁴, entendendo que: “Esse tipo de envolvimento com a política também é crucial em um regime democrático. Aqueles mais interessados nos assuntos do Estado são mais propensos a manter-se informados e acompanhar a vida política” (MESQUITA, 2016, p. 82).

Os participantes deste estudo também precisavam morar em Salvador, capital que se destaca por muitas potências culturais, mas que também figura entre as mais desiguais do país (SANTOS *et al.*, 2022). Diante desse contexto árduo, como os jovens que se interessam por política atuam? Como usam os recursos e os ambientes digitais para este fim? Considerando que são eles os usuários que predominam na internet (BRASIL, 2020), como usam as informações, como estabelecem comunicação e por meio de quais dispositivos?

Indagações como essas fazem parte de estudos do campo da Comunicação, que têm se debruçado com intensidade sobre os impactos das tecnologias digitais nos comportamentos e sociabilidades da população (CASTELLS, 2002; 2005; 2013; JENKINS, 2008; LÉVY, 2003), compreendendo que as relações são cada vez mais ubíquas, em função da conexão permanente. A sensação de vida digitalizada torna cada vez mais difícil dissociar o que é *on-line* do que é *off-line*, com os processos comunicativos ocorrendo presencialmente e via fibra ótica, com diversas dimensões plugadas: sociais, econômicas, culturais, políticas etc⁵.

Essas mudanças tecnológicas e culturais também impõem adaptações em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes para fazer um uso apropriado, saudável e ético das

² (ABRAMO; BRANCO, 2005; ALONSO, 2017; BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009; BOULIANNE; THEOCHARIS, 2018; CARRANO, 2012; CATINI; MELLO, 2016; FALCHETTI, 2017; FEIXA, 2016; FEIXA; FERNÁNDEZ-PLANELLAS; FIGUERAS-MAS, 2016; FUKS; CASALECCHI; ARAÚJO, 2017; FUKS, 2011; 2012; GOHN, 2018; JENKINS entrevistado por MOURA, 2020; MORAIS; BAQUERO, 2018; MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021; NORRIS, 2001; 2004; 2005; 2011; OLIVEIRA *et al.*, 2016; PADILLA DE LA TORRE, 2014; PAIS, 1990; 2005; REGUILLO, 2017; RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018; SCHMIDT, 2001; SPOSITO, 2009; STABILE, 2012; WEIRICH; AZEVEDO, 2020).

³ De acordo com o Estatuto da Juventude, é considerado jovem quem tem entre 15 e 29 anos. Optou-se por trabalhar nesta pesquisa com jovens de 18 a 29 anos por duas razões: considerou-se que esta faixa de idade tende a estar mais envolvida com questões relacionadas à política e, como a pesquisa seria realizada à distância, a partir de 18 anos, o próprio jovem poderia assinar o Termo de Consentimento, dispensando a obrigatoriedade de um responsável também assinar o documento. Essa foi ainda uma sugestão da banca examinadora da qualificação da tese.

⁴ Para traduzir “interesse por política”, apresentamos aos jovens exemplos como: participação em mobilizações ou protestos na Internet ou nas ruas, democracia, políticas públicas – como trabalho, saúde, educação, cultura, direitos dos jovens, eleições etc.

⁵ (DE-LA-GARZA-MONTEMAYOR; PEÑA-RAMOS; LÓPEZ, 2019; GOMES, 2020; OSER; HOOGHE; MARIEN, 2013; OSER; GRINSON; BOULIANNE, 2022; NORRIS, 2001; NORRIS; CURTICE, 2006; RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016).

possibilidades disponibilizadas pelo mundo digital. Isso significa desenvolver competências específicas para essa realidade, entre elas, as chamadas infocomunicacionais, que tratam das competências em informação, comunicação e operacionais, que serão apresentadas e discutidas ao longo deste estudo (BORGES, 2011; 2018; BORGES; MARZAL GARCÍA-QUISMONDO, 2015).

A partir deste conceito de competências infocomunicacionais, pesquisadores têm buscado, entre outras questões, conhecer as percepções dos indivíduos em relação às próprias competências em informação e em comunicação e quais usos fazem dos dispositivos tecnológicos. Há, portanto, referências metodológicas já testadas para esse fim, assim como ocorre com pesquisas sobre participação política, que dispõem de indicadores validados para mensurar as modalidades *on-line* e *off-line* (exemplos: *on-line* – compartilhar conteúdo político em rede social digital – ou *off-line*, participar de um evento presencial de apoio a candidato) (BOULIANNE; THEOCHARIS, 2018; NORRIS, 2004; NORRIS; CURTICE, 2006; OSER; GRINSON; BOULIANNE, 2022; RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016).

Com a capilaridade do acesso à internet, embora ainda existam assimetrias que também serão abordadas neste estudo (como parte da população sem acesso ou com internet limitada, por exemplo), gerou-se uma expectativa de maior efervescência política, sobretudo, entre os jovens. Uma vasta produção acadêmica foi gerada para discutir as potencialidades, fragilidades e até o poder destrutivo das tecnologias digitais sobre um regime democrático, o que também atinge as ponderações sobre a influência da internet no comportamento das juventudes, exigindo cada vez mais evidências científicas acerca do fenômeno.

As características da internet por si só já demandam estudo, por ser o ambiente digital multimidiático, uma vez que aglutina diferentes tipos de mídia, além de subverter os modelos de centralização de emissores, de negócios e da ordem do fazer política, pela possibilidade de o indivíduo acessar, gerar e divulgar conteúdos sem limite de tempo ou geográfico, a uma velocidade nunca vista, sem falar dos processos automatizados dos algoritmos.

Por essa razão, muitos trabalhos científicos dedicam-se a entender os usos e efeitos das novas ferramentas e ambientes digitais nas ações de participação política. Acredita-se que a internet ampliou oportunidades de participação, mas não necessariamente as ações concretas. É como se fosse disponibilizado um cardápio mais diverso para o cidadão, porém continua dependendo dele a opção de escolha, de fazer uso e, principalmente, qual tipo de uso (CASTELLS, 2011; GOMES, 2011; MAIA, 2011; NORRIS, 2004).

Assim, tanto as informações quanto as comunicações com sentido político passaram a ser mais acessíveis em termos de produção, consumo, disseminação e circulação. A arena *on-line* está ao alcance de qualquer pessoa com um dispositivo e uma conexão digital. Porém, o interesse e a ação dos indivíduos continuam subordinados a estímulos oferecidos pelas representações democráticas e as suas próprias intencionalidades.

Em síntese, esse movimento de atuar politicamente requer motivações, recursos, conhecimentos e habilidades até se transformar em atitudes e comportamentos. E todo esse percurso pode ser norteado ou não por princípios éticos e democráticos. As possibilidades de investigação, portanto, são vastas e reclamam recortes para permitir compreender aspectos desses fenômenos.

Nesta tese, observamos como se comportam os jovens de Salvador que têm interesse por política, como usam as tecnologias digitais, com qual frequência, para quê, a partir de quais dispositivos, que tipo de conexão, entre outras questões. Com relação ao tema política, como eles usam as tecnologias para se informar, como atuam politicamente e de que maneira, considerando as modalidades *on-line* e *off-line*, por exemplo.

Além disso, os jovens que participaram desta pesquisa foram indagados sobre as próprias competências infocomunicacionais: como lidam com as informações que acessam, produzem e disseminam na rede; como estabelecem diálogos nos ambientes digitais etc. Todas as questões foram lançadas via questionário *on-line*, instrumento de coleta escolhido por imposição do distanciamento na fase crítica da pandemia de Covid-19 em 2021, após validação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A partir das respostas de 280 jovens moradores de diferentes bairros de Salvador (112 bairros ao todo, o que corresponde a 65,8% do total na cidade) ao questionário *on-line* e, na pesquisa qualitativa, entrevistas semiestruturadas com 10 jovens, notaram-se evidências instigantes que serão apresentadas no capítulo sobre os resultados do estudo empírico. Além dos achados iniciais, exploramos a possível relação entre os dois temas: competências infocomunicacionais e participação política, de modo a responder a questão da pesquisa: “Há relação entre competências infocomunicacionais e participação política dos jovens de Salvador que se interessam por política?”

Para tanto, avançamos da técnica estatística descritiva para análises fatoriais e de correlação (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2011), com o intuito de alcançar o objetivo geral desta

tese de “investigar a relação entre competências infocomunicacionais e participação política (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador que se interessam por política”.

Os objetivos específicos que nortearam esta pesquisa foram dois: 1. Verificar a percepção dos jovens em relação às competências infocomunicacionais; 2. Comparar padrões de participação política (*on-line* e *off-line*) entre jovens de Salvador. Enquanto o primeiro está focado no tema das competências infocomunicacionais, o segundo tem como mote a participação política; ambos imprescindíveis para alcançarmos o objetivo geral da pesquisa.

Os métodos de investigação contemplam técnicas de levantamento bibliográfico sobre os temas: 1. Jovens e desigualdades; 2. Competências infocomunicacionais; e 3. Participação política, sendo o tema das tecnologias digitais transversal aos três citados. Já a análise dos dados coletados envolveu as técnicas estatísticas mencionadas (descritivas, fatoriais e correlacionais), além de análise de conteúdo, interpretação e inferências.

Três partes compõem esta tese: na primeira estão a conformação da pesquisa, objetivos, justificativa, percurso metodológico e limitações, assim como os capítulos teóricos. A segunda parte é dedicada à pesquisa empírica e, por fim, à conclusão da tese. Espera-se que este estudo seja útil não apenas para compreender o fenômeno escolhido como também seja frutífero para novas investigações.

Todo o conteúdo aqui reunido, a base de dados e produtos da tese estarão disponíveis para uso de interessados da academia, pessoas envolvidas com projetos e políticas voltadas para jovens, os próprios jovens e qualquer pessoa entusiasmada com os temas aqui tratados.

Acreditamos nas contribuições das produções teóricas e dos estudos empíricos para a revisão, ampliação, enriquecimento e aprofundamento de leituras de fenômenos que impactam a sociedade atual, sempre com o propósito de iluminar o porvir. Como diz o escritor Ailton Krenak (2019, p. 13), “É importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros”.

PARTE 1

2 CONFORMAÇÃO DA PESQUISA

A juventude é uma das fases mais paradoxais da vida. Há quem a deseje como se fosse conquistar um passaporte para a independência familiar, há quem a tema, justamente, pela mesma razão. Entre os que já a deixaram para trás, cresce cada vez mais a angústia para manter, principalmente, a estética jovem dos corpos. Ao mesmo tempo, existe julgamento sobre a pseudoalienação e desinteresse das juventudes em relação à vida política. Enquanto há também os que depositam nesse público a esperança que estão perdendo ou já abandonaram⁶.

Assim, os rótulos são vários e bem diferentes das outras fases da vida, o que instiga investigações das diversas áreas do conhecimento: das Ciências Biológicas às Ciências Humanas, das Ciências da Saúde às Ciências Sociais Aplicadas, só para citar algumas. No interior de cada uma delas, as abordagens também são múltiplas e dependem de qual lente seja escolhida. Além disso, com a expansão da internet no Brasil, com 152 milhões de indivíduos conectados,⁷ e tendo os jovens (mais de 90% deles) entre os mais ativos na rede⁸, abre-se outro leque de oportunidades de pesquisa.

A TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021) indica, por exemplo, que as ações relacionadas à informação e à comunicação estão entre as principais atividades realizadas *on-line*. Esse panorama de interesse das juventudes nos estimula a conhecer a percepção que esse público tem sobre as próprias competências infocomunicacionais (competências em informação, em comunicação e operacionais), conceito que será apresentado e discutido no referencial teórico.

A escolha pelo conceito justifica-se pelas possibilidades que oferece tanto em termos de discussões teóricas quanto de referências metodológicas, que permitem às pesquisas explorações a partir de abordagens quantitativas e qualitativas. Além de existirem experimentos importantes de processos formativos, o que nos permite vislumbrar aplicações práticas futuras a partir das problematizações estabelecidas nesta tese.

⁶ (ABRAMO, 1994; 1997; BOURDIEU, 1983; CARRANO, 2012; CHARLOT, 2000; DAYRELL, 2005; FEIXA, 2018; FEIXA entrevistado por OLIVEIRA *et al.*, 2018; MARTÍN-BARBERO, 2008; MORIN, 2006; NOVAES, 2022; PAIS, 1990; 2005; 2021; SPOSITO, 2003).

⁷ Pesquisa TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021).

⁸ A Pesquisa TIC Domicílios não revela o percentual de jovens (18 a 29 anos, recorte de nosso estudo) que acessa a internet, no entanto, a pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios TIC: PNAD – Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018 mostra que 90,3% dos indivíduos com 18 e 19 anos estão *on-line*; de 20 a 24 são 91%; e entre 25 e 29 anos o percentual é de 90,7% (BRASIL, 2020).

No tocante às competências infocomunicacionais, por sua vez, diversos caminhos são possíveis de ser investigados e com os mais diferentes públicos. Elegemos os jovens como recorte de interesse, pelas motivações apresentadas na introdução desta tese, e também pela trajetória profissional de trabalho da autora com e para juventudes, além de agregarmos outro tema, o da participação política.

Ao tema das competências infocomunicacionais soma-se o da participação política, diante de um senso comum que vincula os jovens à inatividade política, como se qualquer nível de desinteresse dessa ordem fosse uma característica negativa de um segmento populacional específico. Estudos demonstram que a participação política é um desafio de todas as faixas de idade e é cada vez mais preeminente em inúmeros países, desenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil, nos quais escalam os ataques contra os regimes democráticos (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019; MORAIS; BAQUERO, 2017).

Esse tema exigiu adicionar aos estudos outra base teórica que contemplasse discussões sobre participação política em uma sociedade ‘quase’ digital. Este ‘quase’ tem a intenção de demarcar as desigualdades socioeconômicas existentes que influenciam nas formas de conectividade dessa sociedade: desde o tipo de dispositivo usado por cada jovem para se conectar à rede até a qualidade da conexão. As assimetrias também discriminam as oportunidades, experiências e desafios das juventudes, o que justifica um olhar para a sua pluralidade para além da diversidade de cor/raça, gênero, escolaridade, renda e outros marcadores demográficos, socioeconômicos e culturais.

Desigualdades inclusive muito presentes na cidade de Salvador, local onde mora a autora e de onde realiza este doutorado. Assim, com foco nos jovens de 18 a 29 anos, habitantes desse território e que têm interesse por política, buscou-se identificar como esses usam as tecnologias digitais, como percebem suas competências infocomunicacionais e como exercem a participação política *on-line* e *off-line*.

Quanto aos jovens que não atuam politicamente ou com ação mais concentrada em determinada modalidade, estes também são importantes para a aferição do resultado que nos interessa conhecer. A influência dos recursos e ambientes digitais sobre a participação política, tema de vasta produção acadêmica, ganha também evidência em nossa análise. Uma vez levantados os dados quantitativos (colhidos a partir de questionário *on-line*) e qualitativos (via entrevistas semiestruturadas), partiu-se para a análise da possível relação entre competências infocomunicacionais e participação política desse público.

Embora existam muitos estudos no campo da Comunicação dedicados ao tema da participação política, assim como há pesquisas empenhadas em explorar as competências infocomunicacionais e até mesmo uma tese que relaciona os dois temas, com foco em organizações da sociedade civil (BORGES, 2011), não encontramos um estudo, como o proposto nesta tese, que, por meio de técnicas estatísticas, permita inferências a partir de análises fatoriais e de correlação entre os dois temas, com resultados estatisticamente significativos. Assim como não foi localizada investigação que relacione os temas mencionados e que considere o recorte das juventudes.

O objetivo geral desta tese, portanto, será apresentado a seguir, além de duas especificidades, acompanhado pelo detalhamento dos métodos de investigação, limitações da pesquisa e estrutura da tese. A partir dessa conformação e da definição do problema de investigação “Há relação entre competências infocomunicacionais e participação política dos jovens de Salvador que se interessam por política?”, estabelecemos os seguintes objetivos de pesquisa:

2.1 OBJETIVOS

Investigar a relação entre competências infocomunicacionais e participação política (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador que se interessam por política.

Objetivos específicos

- 1) Verificar a percepção dos jovens em relação às próprias competências infocomunicacionais.
- 2) Comparar padrões de participação política (*on-line* e *off-line*) entre jovens de Salvador.

2.2 JUSTIFICATIVA

Apesar da luta contínua e antiga das juventudes no Brasil, somente a partir dos anos 2000, os jovens começaram a conquistar órgãos e espaços institucionalizados específicos para esse público, como a Secretaria Nacional da Juventude (2004) e o Conselho Nacional de

Juventude (2005), seguidos das Conferências Nacionais de Juventude (2008; 2011) e da criação do Estatuto da Juventude (2013).

Os estados e municípios também passaram a organizar secretarias e conselhos de direitos, além de iniciarem uma ampliação de grêmios e diretórios acadêmicos em escolas e universidades, respectivamente, com o intuito de fomentar e fortalecer a participação desses indivíduos, a partir de políticas públicas e orçamentos específicos para estes fins.

Todavia, entre as intenções e a efetivação dessas instâncias, muitos desafios se apresentaram ao longo dessas duas décadas, agravados a partir de 2018, quando o governo federal começou a esvaziar essas iniciativas e a desvalorizar os movimentos e organizações da sociedade civil. Sem esses incentivos e integrando os segmentos populacionais mais atingidos pelas violações de direitos, os jovens ainda são taxados de indiferentes e apáticos politicamente.

Por sua vez, quando escutados, eles reivindicam espaços efetivos de participação. É o que demonstram pesquisas nacionais e publicações especializadas nesse público⁹. Seja em espaços institucionalizados ou não, pesquisadores defendem que as juventudes buscam formas de atuar politicamente que nem sempre estão dentro dos padrões até então reconhecidos. (BERNARDINI; GOBBI, 2013; GOHN, 2018; MORAES; XIMENES, 2016).

Com as tecnologias e ambientes digitais, foram ampliadas as formas de participação política e, pela propensão dos jovens a um uso mais intenso das redes, gerou-se uma expectativa de maior engajamento político desse público, tema que tem despertado cada vez mais o interesse de pesquisadores. Seja para fins políticos ou para outras prioridades, o fato é que o “viver digital” demanda competências que se reconfiguram e/ou surgem advindas das relações facilitadas pelos recursos *on-line* ou por serem realizadas via ambientes digitais, como as chamadas competências infocomunicacionais.

Assim, partindo da base teórica dos estudos sobre competências infocomunicacionais e participação política, esta tese se justifica por propor a contextualização dos debates teóricos, subsidiados por estudos empíricos que buscam entender o papel das tecnologias e mídias digitais na socialização e nas ações políticas, adotando como recorte os jovens de Salvador que têm interesse por política.

O desejo é o de contribuir com, especialmente, a área de Comunicação, considerando a importância dos estudos direcionados à produção e ao consumo de mídias pelos jovens, bem

⁹ A exemplo das pesquisas nacionais “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” (CONJUVE, 2020; 2021) e Atlas das Juventudes (2021).

como o estabelecimento de relações, com o apoio dos ambientes digitais, com o propósito de participar da vida pública. Parte-se do entendimento das mídias digitais como os principais ambientes sociais e forma da esfera pública política, que geram influência sobre os jovens, assim como outros agentes socializadores, como a família, a escola, o trabalho, entre outros (CASTELLS, 2011; NORRIS, 2004).

O interesse da autora por esta pesquisa está relacionado a sua trajetória profissional permeada de experiências nas áreas de Comunicação, Educação e Direitos Humanos. A carreira foi iniciada como jornalista em veículos de comunicação na Bahia, onde atuou por pouco mais de 10 anos após formação na Faculdade de Comunicação da UFBA.

Durante o Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social (Ciags/UFBA), decidiu migrar para a área social, atuando em organizações da sociedade civil e organismo internacional de defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens (Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF), onde atuou por mais de cinco anos, morando no Amazonas.

Nos últimos 15 anos, tem vivenciado experiências de apoio a políticas públicas para meninos e meninas, utilizando estratégias de comunicação para *advocacy*, mobilização, formação e fortalecimento da participação de populações vulneráveis. Também tem contribuído com a formação continuada de professores, gestores e técnicos da rede pública de ensino da Bahia, em temas que fomentam a participação ativa dos estudantes. Realiza ainda projetos, publicações, estudos, além de conduzir formações para institutos, organizações, fundações e outros parceiros em temas relacionados às juventudes, comunicação e educação.

Como professora convidada de cursos de pós-graduação e extensão, os programas formativos que tem conduzido também incluem as competências infocomunicacionais ou conteúdos correlatos. Em paralelo, tem sido essencial a participação nos grupos de pesquisa: “Grupo de Estudos de Comunicação, Política e Redes Midiáticas (CP-Redes)¹⁰”, que integra a linha de pesquisa “Comunicação e Política” do PósCom/UFBA onde desenvolve esta tese; e no Grupo de Pesquisa em Comportamento e Competências InfoComunicacionais (InfoCom)¹¹, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS).

¹⁰ Mais informações sobre o Grupo de Estudos de Comunicação, Política e Redes Midiáticas (CP-Redes) estão disponíveis em: <<http://www.poscom.ufba.br/pesquisadores/grupos-de-pesquisa/mediatizacaoeindustriademidia/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

¹¹ Mais informações sobre o Grupo InfoCom estão disponíveis em: <<https://www.ufrgs.br/infocom/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Espera-se que este estudo contribua também para estabelecermos diálogos mais profícuos com os jovens; elaborarmos, com eles, possibilidades formativas, educativas e reflexivas, além de desejarmos que seja um apoio a projetos, programas sociais e políticas públicas voltadas para este público.

Ao mesmo tempo, estamos também aportando possibilidades de análises teóricas e empíricas que possam ser úteis para estudos no campo da Comunicação, com o intuito de favorecer a percepção de obstáculos e a identificação de vias para o fortalecimento de nossa sociedade, assim como de seu regime democrático.

Tanto do ponto de vista teórico quanto do desejo de que tenha utilidade empírica, as análises e interpretações geradas por esta tese buscam o rigor científico com compromisso social. Nosso estudo, então, se justifica por envolver discussões teóricas e socialmente substanciais, fundamentalmente, no contexto atual (2022) de profundas desigualdades sociais e ataques à democracia.

Os métodos de investigação a seguir detalhados expressam, passo a passo, a coleta de informações e de dados referentes ao fenômeno escolhido, o modo de tratá-los, sistematizá-los, analisá-los e interpretá-los, de modo a gerar subsídios teóricos e empíricos para os temas, questão de pesquisa e objetivos em pauta.

2.3 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Este estudo é de natureza exploratória, uma vez que busca identificar as variáveis que interferem em determinado fenômeno (participação política e competências infocomunicacionais e a relação entre eles), e descritiva, por relatar a distribuição do fenômeno na população (jovens de Salvador que se interessam por política). Utiliza métodos mistos, incorporando abordagens quantitativa e qualitativa (CRESWELL, 2010; YIN, 2016).

A abordagem quantitativa foi explorada na tese por terem crescido os estudos empíricos da área de Comunicação que a utilizam; as investigações sobre participação política têm sido dominadas por pesquisas por amostragem (NORRIS, 2005), assim como há estudos empíricos com foco em competências infocomunicacionais que exploram abordagens quantitativas (BARTALO, 2013; BARTALO; BORGES, 2016).

No entanto, não foram encontradas pesquisas quantitativas que correlacionem, estatisticamente, os temas da participação política e das competências infocomunicacionais, o

que reforça o caráter exploratório deste estudo. A abordagem qualitativa, por sua vez, foi realizada a partir dos resultados da análise quantitativa. Utilizamos como técnica a realização de entrevistas semiestruturadas com jovens de Salvador. Todos os procedimentos metodológicos foram submetidos à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia.

A partir da questão de pesquisa “Há relação entre competências infocomunicacionais e participação política dos jovens de Salvador que se interessam por política?”, previram-se duas etapas: pesquisa teórica (revisão bibliográfica) e pesquisa empírica (aplicação de questionário *on-line* e entrevistas semiestruturadas). A operacionalização de ambas dividiu-se em seis fases que se enriqueceram mutuamente e ocorreram, a maior parte do tempo, em paralelo, por ser um processo permanente de retroalimentação e enriquecimento mútuo. A Fase 1 é dedicada ao aprofundamento teórico. As outras cinco fizeram parte da etapa da pesquisa empírica:

Quadro 1 – Fases da pesquisa

Fase 1	Aprofundamento teórico
Fase 2	Definição da amostra da pesquisa quantitativa
Fase 3	Elaboração, testagem e aplicação da <i>websurvey</i>
Fase 4	Análise dos resultados
Fase 5	Realização de entrevistas semiestruturadas
Fase 6	Aprofundamento da análise da relação entre competências infocomunicacionais e participação política de jovens de Salvador que se interessam por política

Fonte: Elaborado pela autora; Arte: Santos (2022).

2.3.1 Revisão bibliográfica

Conhecer e acompanhar as discussões relacionadas ao fenômeno em estudo, como parte da Fase 1, é condição fundamental que antecede a investigação, mas que se aprimora e se intensifica durante todo o processo do estudo. As referências iniciais partiram de conhecimentos prévios da pesquisadora – que já trabalhava com jovens no contexto de promoção e defesa dos direitos de crianças, adolescentes e juventudes – ampliadas e aprofundadas pela pesquisa

bibliográfica, nos sentidos amplo e restrito. Segundo Stumpf (2006), a pesquisa bibliográfica, no sentido amplo, é o “planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado” (STUMPF, 2006, p. 51).

Já no sentido restrito, trata-se de um

[...] conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico (STUMPF, 2006, p. 51).

Como parte desse processo de imersão bibliográfica também realizamos a identificação e análise de estudos empíricos para conhecer e identificar modelos metodológicos já adotados por pesquisas nacionais e de outros países que abordaram os temas de interesse: competências infocomunicacionais, participação política e tecnologias digitais, a partir de termos de busca relacionados a esses assuntos nas plataformas de literaturas acadêmicas e repositórios de universidades.

A etapa exploratória foi essencial para validar objetivos e justificativas da tese, conhecer, consolidar e ampliar conceitos e modelos de testes empíricos, que ajudaram na conformação da pesquisa como um todo e na aplicação prática, em particular. Essas bases teórica e empírica também foram enriquecidas pelas referências bibliográficas e discussões durante as disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Indicações bibliográficas importantes também vieram de professores e colegas dos grupos de pesquisa, que contribuíram com aportes e discussões durante os debates a partir de artigos elaborados durante a construção deste estudo. Outra rica fonte de expansão de conceitos, teorias, conhecimentos e discussões foi a leitura das produções acadêmicas de colegas e docentes, assim como os autores utilizados como referência.

Destacam-se as contribuições de dois grupos de estudos: o Grupo de Estudos de Comunicação, Política e Redes Midiáticas (CP-Redes) do PósCom/Facom/UFBA e o Grupo de Pesquisa em Comportamento e Competências InfoComunicacionais (InfoCom) da FABICO/UFRGS. As experiências com tirocínio (estágio docente) também alargaram as referências bibliográficas. A primeira delas, com foco em projetos de Comunicação, ajudou nas escolhas e fundamentações relacionadas à metodologia e à estruturação da pesquisa. No

tirocínio seguinte, trabalhamos com referências em Competências em Informação e em Comunicação.

As formações complementares foram outras oportunidades diferenciadas de expansão de conhecimentos, conceitos e perspectivas. Uma delas foi o curso de extensão com foco em juventudes (2019), em São Paulo, que propiciou trocas com especialistas de diferentes regiões do país e gerou como produtos oficinas com jovens de Salvador, Fortaleza e Belém, além de um e-book¹².

Foram priorizados também cursos sobre metodologias quantitativas e qualitativas e pesquisa em Comunicação, oferecidas pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD); INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹³.

Além dessas oportunidades, os eventos acadêmicos foram primordiais para reiterar, rever e/ou complementar as discussões teóricas e avaliar o percurso de produção acadêmica relacionada à tese. Ao longo do período do doutorado, participamos de congressos internacionais: XIX Encontro Internacional Virtual Educa Bahia 2018 (Salvador-Bahia); XIII Congresso da Lusocom (2018, Maputo-Moçambique); ALAIC (Medelim-Colômbia, *on-line*, 2020); I Congreso Internacional sobre Menores y Medios Sociales: Desafíos Presentes y Futuros en la Publicidad y los Contenidos de Entretenimiento (Madri-Espanha, *on-line*, 2021), além do Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Cotidiano (Rio de Janeiro, *on-line*, 2020).

Apresentamos ainda trabalhos em congressos nacionais, regionais e locais: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom em 2019 (Belém-Pará); 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (2020, Salvador-Bahia, *on-line*); 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (2022, João Pessoa-Paraíba); XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste (2022, Salvador-Bahia); os Congressos UFBA (2020; 2021, ambos *on-line*) e o COMDIS - Seminário Discente do

¹² O curso de extensão “Juventudes em curso: trajetões e afetos” foi promovido pela Fundação Itaú Social e certificado pelo Instituto Singularidades. Foram 461 candidatos de todo o país e 33 selecionados. Arcamos com o custo das passagens aéreas e hospedagem.

¹³ Entre os cursos oferecidos pelo INCT.DD, destacam-se I Escola de Verão em Democracia Digital: Metodologia quantitativa para cientistas sociais (2019); II Escola de Verão em Democracia Digital: Python e R para análise de sentimento e machine learning em ciências sociais (2020); Abordagens interpretativas e Grupo Focal (2021). Pelo INTERCOM: Pesquisa em Comunicação: projetos, escrita e publicação científica (2021); Metodologias de Pesquisa em Comunicação (2020). Pelo IBGE: O IBGE e suas principais pesquisas - fonte de dados estatísticos (2021).

Póscom/UFBA (2018). Como produtos destas participações foram publicados dois capítulos de livro, dois artigos em periódicos científicos, seis artigos em anais de congressos e produzidos sete *papers* para eventos científicos e um *e-book*.

As pesquisas empíricas revelaram-se também como chances de aprender mais sobre os conceitos e tensionamentos teóricos que exigiam revisitar as referências bibliográficas. Isso se evidenciou tanto na pesquisa quantitativa, desde a fase de pré-teste à análise dos resultados, quanto durante a pesquisa qualitativa, marcada pelas interações com jovens durante as entrevistas.

2.3.2 Pesquisa empírica

Subsidiada pelo referencial teórico e pelas pesquisas empíricas, até a etapa de qualificação da tese, a proposta era realizar amostragem probabilística estratificada, cujo cálculo estatístico previa aplicação de questionário com 203 jovens de Salvador¹⁴. A coleta de dados seria feita de forma presencial. No entanto, a pandemia da Covid-19 exigiu uma readequação metodológica para garantir o cumprimento das medidas sanitárias que orientavam para o isolamento social.

Fase 2. Definição da amostra da pesquisa quantitativa

Uma vez que a pesquisa quantitativa teria de ser realizada *on-line* e, portanto, já assumiria a limitação de não garantir a mesma probabilidade de participação entre os jovens que têm acesso à internet e outros que possivelmente não dispõem de conectividade ou a têm de modo muito restrito¹⁵, o que inviabilizaria qualquer amostragem probabilística, optou-se

¹⁴ O primeiro cálculo amostral contou com o apoio de consultoria da Prof^a. Dra. Maristela Oliveira, do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal da Bahia. Da mesma unidade, houve apoio pontual da Empresa Junior de Estatística para a elaboração inicial do dicionário de orientação do questionário, quando ainda cogitávamos aplicação presencial.

¹⁵ Apesar de reconhecermos as limitações do questionário *on-line*, adotamos estratégias para favorecer a participação de jovens que não dispõem de internet ou que a usam com restrição. Detalhamos mais essa questão na seção que trata da pesquisa empírica, Fase 3. Elaboração, testagem e aplicação da websurvey (p. 46).

então pela amostragem não probabilística por cota (SELLTIZ, 1974; RICHARDSON *et al.*, 2008)¹⁶.

Entre as opções não probabilísticas, a escolhida – por cota – apresenta maior rigor científico (GIL, 2008, p. 94), além do expressivo uso nas pesquisas acadêmicas, em função de vantagens como “baixo custo e o fato de conferir alguma estratificação à amostra”. Entre as limitações, estão os vieses em função da “classificação que o pesquisador faz dos elementos e a seleção não aleatória em cada classe” (GIL, 2008, p. 95).

Em um contexto de inviabilidade de aplicação presencial do instrumento de coleta, buscou-se respaldo também no especialista em pesquisas quantitativas Carlos Ochoa, que afirma que “a amostra por quotas [...] é, praticamente, o único método viável quando realizamos pesquisas online (exceto quando temos um painel probabilístico). Usar quotas é um sistema efetivo e econômico de obter amostras que proporcionam informação relevante” (OCHOA, 2015)¹⁷.

Em relação ao delineamento amostral, este foi realizado considerando os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD contínua, 2019)¹⁸, que aponta a população de Salvador estimada em 2.663.795 habitantes. A escolha por essa fonte oficial justifica-se pelo atraso na realização do Censo do IBGE, inicialmente programado para ocorrer em 2020, mas que foi adiado para 2022¹⁹.

Como esta pesquisa se refere à população jovem de 18 a 29 anos, foi possível trabalhar com os dados da PNAD que consideram dois grupos de faixa etária: 18 a 24; e 25 a 29 anos de idade, que chegam a 544 mil indivíduos. Outro dado presente na PNAD é a proporção por sexo. Assim, o cálculo da amostragem não probabilística por cota considerou a proporcionalidade em relação à população de jovens de Salvador, além das variáveis idade (18 a 29 anos) e sexo.

O tipo de fórmula usada e apresentada no Quadro 2, considera o universo de pessoas a ser pesquisado. Uma das regras prevê que toda população acima de 100 mil é classificada como

¹⁶ A nova escolha da amostragem e o cálculo amostral contaram com o apoio voluntário do Prof^o. Dr. Crysttian Arantes Paixão, na época, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina e hoje professor da UFBA.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-quotas>>. Acesso em 13 de nov. 2022.

¹⁸ Disponível no endereço eletrônico do IBGE, sob o código Tabela 7109 - População residente, por sexo e grupo de idade, que fornece informações da estimativa populacional de acordo com algumas variáveis de interesse. Os dados podem ser acessados no endereço: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7109>>. Acesso em 13 de nov. 2022.

¹⁹ Informações sobre o Censo 2022 estão disponíveis em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/>>. Acesso em 13 de nov. 2022.

universo infinito (RICHARDSON *et al.*, 2008), que é o caso desta pesquisa que envolve uma população de 544 mil jovens.

Quadro 2 – Estimativa da população residente em Salvador por grupo de idade e sexo (mil pessoas)

		Total	M asculino	Feminino	Total Geral
Faixas de idade	18 a 24 anos	321	155	166	544
	25 a 29 anos	223	104	119	

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual (2019).

Para garantir que a amostra represente com fidedignidade as características do universo pesquisado, o número de entrevistados precisa considerar os fatores: extensão do universo, nível de confiança estabelecido, erro máximo permitido e percentagem com a qual o fenômeno se verifica (GIL, 2008; RICHARDSON *et al.*, 2008). Assim, o cálculo inicial da amostra é determinado por:

$$n = \frac{Z^2 pq}{e^2}$$

em que:

- a) $Z = 2,77$ (Quantil do nível de confiança)
- b) $e^2 = 0,06$ (Margem de erro)
- c) $P = 50\%$ (Proporção populacional)
- d) $Q = 50\%$ (Complementar da proporção populacional)

Caracterização dos parâmetros adotados:

a) $|Z| = 2$ representa um nível de confiança de 95,5%. Isso indica que, se o procedimento de amostragem fosse repetido cem vezes, os resultados se repetiriam em 95% dos casos.

b) $e^2 = 0,06$ margem de erro igual a seis pontos percentuais para mais ou para menos (indica que os resultados na totalidade da amostra devem ser lidos considerando-se a faixa de -6 a +6).

c) $P = Q = 50\%$ considera que a população é completamente heterogênea dentro de cada Prefeitura-Bairro (PB), bem como na população como um todo (tal suposição tem como consequência produzir um maior tamanho de amostra dentro dos parâmetros selecionados).

Ao realizar o cálculo, o tamanho da amostra é de 278 indivíduos, porém na distribuição dos valores, optou-se por utilizar o valor arredondado de 280. Uma vez definido o número de entrevistados, avançamos para a fase de distribuí-los proporcionalmente à população de cada uma das 10 PB²⁰.

Apesar de as informações sobre a distribuição da população soteropolitana entre as Prefeituras-Bairro serem de 2010 (Censo 2010; PDDU 2016), e do marcador temporal do universo pesquisado ser o ano de 2018 (PNAD 2019), esta foi a melhor atualização obtida, e foi considerada na distribuição da amostra, assumindo que o peso que cada PB tinha na população soteropolitana se manteve entre 2010 e 2018.

Segundo o gerente de Planejamento e Informação da Fundação Mario Leal, Fernando Teixeira, o poder público municipal trabalha com os dados do Censo 2010 do IBGE e aguarda o novo Censo para atualizar a população das 10 Prefeituras-Bairros que agrupam os 170 bairros da capital baiana²¹. “Há uma tendência de estabilidade na população geral, então não deveremos ter um aumento tão considerável no próximo Censo, porém existe uma grande mobilidade interna, o que muda muito o comportamento demográfico”, afirma Teixeira²² (2021, informação verbal).

A amostra final ficou distribuída pelas Prefeituras-Bairro conforme Tabela 1:

²⁰ As Prefeituras-Bairro foram instituídas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) - Lei 9.069/2016, substituindo as Regiões Administrativas de Salvador (RAS), Lei nº 7.400/2008. A aplicação da *websurvey* tomou como referência pesquisa de campo apresentada pela pesquisadora Rosane Soares Santana em sua tese de doutorado intitulada “Participação Online e Offline nas Eleições Presidenciais Brasileiras de 2014”, em 2018. No entanto, além de contemplar a distribuição por Prefeituras-Bairro, também buscamos alcançar a maior capilaridade possível entre os 170 bairros da capital baiana.

²¹ Os 170 bairros de Salvador foram instituídos pela Lei nº 9278/2017 e pelo Decreto Municipal 32.791/2020.

²² Entrevista concedida no dia 09 de março de 2021.

Tabela 1 – Distribuição da amostra por Prefeitura-Bairro

Prefeitura-Bairro (PB)	Amostra
PB I - Centro / Brotas	29
PB II - Subúrbio / Ilhas	29
PB III - Cajazeiras	21
PB IV - Itapuã / Ipitanga	36
PB V - Cidade Baixa	19
PB VI- Barra / Pituba	38
PB VII- Liberdade / São Caetano	40
PB VIII- Cabula / Tancredo Neves	40
PB IX - Pau da Lima	19
PB X - Valéria	9
Total	280

Fonte: Dados da pesquisa, 2021; Arte: Santos (2022).

Na sequência, calculamos a distribuição dos entrevistados por cada Prefeitura-Bairro, considerando a distribuição das cotas amostrais da variável sexo, a partir da proporcionalidade constante na tabela da PNAD Contínua 2019, uma vez que o poder público municipal não dispõe desses percentuais por Prefeitura-Bairro. A Tabela 2 indica essa distribuição.

Tabela 2 – Distribuição da amostra por sexo

Prefeitura-Bairro (PB)	M	F	Total
PB I - Centro / Brotas	14	15	29
PB II - Subúrbio / Ilhas	14	15	29
PB III - Cajazeiras	10	11	21
PB IV - Itapuã / Ipitanga	17	19	36
PB V - Cidade Baixa	9	10	19
PB VI- Barra / Pituba	18	20	38
PB VII- Liberdade / São Caetano	19	21	40
PB VIII- Cabula / Tancredo Neves	19	21	40
PB IX - Pau da Lima	9	10	19
PB X - Valéria	4	5	9
Total Geral	132	148	280

Fonte: Dados da pesquisa, 2021; Arte: Santos (2022).

Por conta das limitações de dados da PNAD Contínua e dos referentes às Prefeituras-Bairro, não foi possível acrescentar outras cotas na amostra. No entanto, o instrumento de coleta contemplou diversas variáveis como escolaridade e renda, por exemplo. Dessa forma, ampliaram-se as possibilidades de análises de correlação.

2.3.3 Aprovação do Comitê de Ética

Definida a amostra da pesquisa e ajustado o instrumento de coleta de dados para o ambiente digital, a proposta empírica foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal da Bahia. A obrigatoriedade dessa submissão na área das Ciências Humanas Aplicadas é recente e respaldada pela Resolução 510/2016²³.

Após envio da documentação exigida pela Plataforma Brasil, o primeiro parecer recomendou pequenos ajustes, como simplificar alguns termos no TCLE para facilitar a compreensão por parte dos jovens, a exemplo de competência infocomunicacional e técnica *snowball* (bola de neve), além de complementos de informações no cronograma, orçamento e assinaturas.

As exigências foram atendidas e a pesquisa aprovada pelo Comitê (CAAE: 39060020.6.0000.8035): “Visto que solicitações foram atendidas na íntegra, o projeto foi aprovado pelos membros do CEP, podendo ser iniciado”, atesta o parecer consubstanciado²⁴ relativo à pesquisa quantitativa: *websurvey*.

Nos comentários sobre a pesquisa avaliada, o parecer destaca que:

A pesquisa é relevante por sua temática e pelo objeto de estudo. Os objetivos estão bem estabelecidos, assim como os procedimentos metodológicos. Parte de pressupostos teóricos condizentes e adequados à pesquisa como: representação, mobilização e participação política, democracia digital, novas cidadanias, dentre outros. O estudo pode contribuir para a discussão da construção da democracia e a participação ativa da juventude nesse processo²⁵ (CEP-UFBA, 2021, p. 3).

Posteriormente, uma emenda ao projeto foi submetida ao Comitê para contemplar a pesquisa qualitativa. O Comitê não fez qualquer recomendação e a aprovou conforme parecer

²³ Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

²⁴ Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (UFBA), identificado pelo número 4.491.048. Cópia do documento disponível no ANEXO B.

²⁵ Número do Parecer: 4.368.060 do Comitê de Ética em Pesquisa (UFBA). Disponível no ANEXO C.

consubstanciado²⁶. Somente após as respectivas aprovações, os procedimentos de campo foram iniciados.

Fase 3. Elaboração, testagem e aplicação da *websurvey*

A partir dos parâmetros teóricos e objetivos da pesquisa, elaboramos o instrumento de coleta de dados. Esta fase abrange o processo de criação, testes, ajustes e aplicação da *websurvey*. Este instrumento de coleta de dados de pesquisas quantitativas é muito utilizado para medir atitudes e orientações em populações numerosas.

Sondagens (*surveys*), de um modo geral, são muito exploradas nas pesquisas sobre participação política e já há experimentos com o foco nas competências infocomunicacionais, como mencionamos anteriormente (BARTALO, 2013; BARTALO; BORGES, 2016). Esse método quantitativo de coleta de dados atende a propósitos abrangentes, como descritivos, explanatórios e exploratórios, além de ser indicado para medir comportamentos.

Por conta do isolamento social como medida de saúde pública em tempos de pandemia da Covid-19, no entanto, as pesquisas científicas envolvendo pessoas tiveram que recorrer ao uso de metodologias que contemplassem exclusivamente instrumentos e soluções *on-line*. Assim, recorreremos à *websurvey*.

O questionário *on-line* foi então aplicado para ajudar a alcançar os objetivos específicos da tese (1. Verificar a percepção dos jovens em relação às próprias competências infocomunicacionais; 2. Comparar padrões de participação política - *on-line* e *off-line* - entre jovens de Salvador). A questão de pesquisa também contribuiu para nortear a elaboração do instrumento de coleta de dados aplicado *on-line*, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFBA: “Há relação entre competências infocomunicacionais e participação política dos jovens de Salvador que se interessam por política?”

Apesar de a *websurvey* ter sido o recurso adotado em função das medidas sanitárias para contenção da pandemia, vale lembrar que, em países onde o acesso à internet é garantido para toda a população, as pesquisas já são realizadas, geralmente, por computador, como é o caso de

²⁶ Número do parecer: 4.616.673 (UFBA). Disponível no ANEXO D.

Portugal e Inglaterra, reduzindo os custos dos estudos e acelerando os resultados, como lembra Daniela Costa, coordenadora da TIC Educação/Cetic.br²⁷.

No Brasil, uma das pesquisas de referência nacional que focam em crianças e adolescentes, a TIC *Kids Online* Brasil, realizada também pelo Cetic.br, adota um modelo híbrido de uso de dispositivo tecnológico (*tablet*) com abordagem presencial aos participantes, e seria o mesmo usado por esta pesquisa caso não surgisse a pandemia.

Uma das pesquisas nacionais envolvendo juventudes durante o período da pandemia – “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” (2020; 2021) – também lançou mão da *websurvey* e adotou a amostragem não probabilística de conveniência. Vale ressaltar que a *survey* científica é um instrumento de investigação que começou a ser usado a partir da década de 1990 por diferentes áreas do conhecimento, como Ciências Sociais, Políticas, do Comportamento e da Comunicação e se tornou mais acessível há cerca de 10 anos (CARLOMAGNO, 2018).

É também considerado um método fundamental de coleta de dados para a área das Ciências Sociais e Humanas, com destaque para análise de processos democráticos (BRADY, 2000), cujos resultados podem ser descritos e analiticamente explicados (BABBIE, 2012). Novas práticas políticas, inclusive, têm sido incluídas nos estudos empíricos (RIBEIRO; BORBA, 2015; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995), sendo que, neste estudo, atentamos para as particularidades dos jovens (FEIXA, 2016; MORAIS, 2021; NOVAES, 2000; PADILLA DE LA TORRE, 2014; REGUILLO, 2017).

As *websurveys* permitem colher dados primários de uma população específica e é uma alternativa ao censo, por envolver um número menor, embora representativo, de indivíduos, com custo e tempo reduzidos. São estratégias, normalmente, realizadas a partir do disparo para endereços de e-mail ou por meio de contato com usuários da internet ou a partir da divulgação do link da pesquisa para o público desejado (DE BONI, 2020).

Assim, o questionário *on-line* aplicado nesta pesquisa permitiu coletar dados primários à distância, porém sem considerá-lo método probabilístico de amostragem, em função de, pelo menos, cinco limitações, apontadas por De Boni (2020): 1) cobertura de internet não é garantida para toda a população brasileira; 2) não existe cadastro único de usuários da internet; 3) a quantificação da não-resposta; 4) o viés de seleção; e 5) um mesmo participante pode responder mais de uma vez ao questionário.

²⁷ A entrevista concedida em 4 de abril de 2019, na sede do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), em São Paulo.

Os instrumentos *on-line* também geram certa artificialidade ao limitar os resultados à amostra analisada, como é o nosso caso. As conclusões a partir das análises dos dados, portanto, não se replicam à população geral. Para Manfreda e Vehovar (2008), as *websurveys*, também chamadas de *e-surveys*, *on-line surveys* ou *web-based surveys*, enfrentam resistência por parte da comunidade científica porque os critérios metodológicos e científicos foram convencionados antes da consolidação da internet.

E a desigualdade em termos de conectividade no Brasil também não pode ser menosprezada. “O principal problema em *surveys online* – e motivo, até a presente data, porque eles não podem substituir os *surveys* tradicionais – é a cobertura. Uma vez que o acesso à internet não é distribuído igualmente na sociedade” (CARLOMAGNO, 2018, p. 42).

Segundo a TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021), 83% (61,8 milhões) das residências brasileiras têm algum tipo de acesso à internet, sendo que, nas classes socioeconômicas DE, a proporção é de 64%. Além disso, outros 12 milhões de domicílios permanecem desconectados, dos quais nove milhões integram as classes DE.

Como forma de mitigar as restrições típicas do instrumento *on-line* adotado nesta tese, optamos por condicionar o preenchimento do questionário ao fornecimento de e-mail ou telefone do participante, de modo a reduzir as chances de um mesmo jovem responder o formulário mais de uma vez. “Uma possibilidade mínima de controle – ainda que não seja completamente eficaz – é solicitar o *e-mail* e confirmar a resposta através do mesmo” (CARLOMAGNO, 2018, p. 44).

No caso desta pesquisa, todos os participantes foram contatados após concluírem o questionário para receber a via do Termo de Consentimento e, em alguns casos, sanar dúvidas sobre informações fornecidas no formulário, referentes, por exemplo, ao local de moradia.

Elaboração do questionário

O questionário desta investigação foi elaborado considerando os objetivos da tese e as orientações metodológicas de Babbie (2012). O instrumento de coleta de dados foi composto por 42 questões, organizadas em quatro seções: 1. Competências infocomunicacionais; 2. Participação política; 3. Internet; 4. Perfil sociodemográfico. Cinco perguntas iniciais confirmavam o público esperado para a amostra: estar de acordo com as normas da pesquisa,

ou seja: aceitar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE); ter idade entre 18 e 29 anos; morar em Salvador; informar o bairro onde vive; ter interesse por política.

O instrumento²⁸ considerou o número médio de questões adotadas por pesquisas de referência como as do Cetic.br²⁹, por já terem sido testadas em relação ao tempo razoável que demandam, para não cansar os entrevistados e para atender à recomendação de Goode e Hatt (1979), que indicam 30 minutos como o máximo de exigência de tempo para responder a um questionário. Participar do nosso exigia cerca de 25 minutos do participante.

O modelo do questionário foi estruturado com a maioria (30) das perguntas fechadas e respostas predefinidas (respostas únicas ou múltiplas, com respostas seguindo a escala Likert³⁰ de cinco pontos), apenas uma pergunta aberta e 11 semiabertas³¹, totalizando 42 questões. A opção por elaborar várias perguntas por blocos temáticos permitiu maior flexibilidade para as análises.

A elaboração do instrumento de coleta de dados foi subsidiada por revisão bibliográfica sobre conceitos, discussões e pesquisas envolvendo participação política, tecnologias digitais, juventudes e competências infocomunicacionais. A estrutura do questionário foi desenhada a partir de três blocos temáticos de perguntas, além de levantamento sobre o perfil sociodemográfico dos participantes.

No primeiro bloco, as questões estão relacionadas às competências infocomunicacionais e buscam entender a percepção dos jovens sobre as habilidades, conhecimentos e atitudes com a informação e com a comunicação. No bloco seguinte, as perguntas visam identificar como ocorre a participação política (*on-line* e *off-line*) dos entrevistados. O terceiro, por sua vez, foca no uso das tecnologias digitais, com o propósito de conhecer como as mídias digitais são utilizadas e qual o nível de conectividade dos participantes. Por último, os dados solicitados referem-se ao perfil dos entrevistados, como escolaridade, raça/etnia, renda, entre outros aspectos.

²⁸ O questionário aplicado com os jovens está disponível no Apêndice A.

²⁹ Cetic.br é um departamento dentro do Nic.br, que está vinculado ao CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil).

³⁰ A escala Likert leva o nome do seu criador, Rensis Likert, e prevê respostas padronizadas no questionário. É muito usada na pesquisa social para medir opiniões, comportamentos e percepções a partir do nível de concordância dos entrevistados com uma afirmação (BABBIE, 2012).

³¹ Nas questões semiabertas, entre as opções de respostas no questionário, foi disponibilizada a alternativa “outro” para o entrevistado apontar informações diferentes das previstas.

Grande parte do questionário foi construída a partir de referências de pesquisas anteriores sobre os temas: ‘tecnologias digitais’, ‘participação política’, ‘competências infocomunicacionais’ e ‘juventudes’. O propósito foi assegurar a utilização de indicadores previamente testados, que pudessem, inclusive, permitir certo grau de comparabilidade com outros estudos (DE-LA-GARZA-MONTEMAYOR; PEÑA-RAMOS; LÓPEZ, 2019).

BLOCOS DE PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO

1. Competências Infocomunicacionais

O bloco de perguntas sobre competências infocomunicacionais foi construído a partir de pesquisas já testadas, realizadas por Borges (2017), Bartalo (2013), Bartalo e Borges (2016), Head (2015), entre outros, e considerando indicadores desenvolvidos pela UNESCO (2016). Partimos do princípio, adotado por Borges (2017, p. 132), de que a pesquisa deve identificar as competências “mais que determinar quais e em que nível as pessoas as devem ter”.

O objetivo é, portanto, observar se os jovens de Salvador que se interessam por política, a partir da própria perspectiva, consideram-se aptos, por exemplo, a criar e postar conteúdo na internet (competências operacionais e em informação) ou usam a internet para falar, defender e questionar sobre os direitos dos jovens ou outra causa de interesse coletivo (competências operacionais e em comunicação).

Baseada na experiência da pesquisa de Head (2015), cujos participantes identificaram a necessidade de desenvolver competências em comunicação (interpessoal) para uso no ambiente de trabalho e na vida pessoal, as questões foram elaboradas de modo a permitir que o entrevistado indicasse o próprio comportamento em relação às competências infocomunicacionais a partir de situações cotidianas.

Um exemplo é a pergunta sobre o conteúdo que o participante produz para divulgar na internet. Se o faz, há preocupação em adaptá-lo para públicos e meios de comunicação distintos? A questão não avalia a qualidade do conteúdo, mas a percepção sobre a habilidade de ajustá-lo e a atitude de fazê-lo.

Os participantes também são questionados sobre o próprio comportamento diante de situações de debate vivido com conflito de ideias. Essa é uma questão que “testa a capacidade de comunicação de qualquer pessoa, porque demanda quase todas as competências inerentes à

comunicação: escuta atenta, compreensão de contexto, análise crítica, exposição clara e respeitosa, linguagem adequada etc.”, explica Borges (2017, p. 136).

Outra referência importante para a elaboração deste bloco de perguntas é a pesquisa *EU Kids Online Portugal* (PONTE; BATISTA, 2019), por medir as competências digitais, a partir da adaptação da escala de competências digitais criada por Van Deursen, Helsper e Eynon (2014), do Oxford Internet Institute.

Essa escala distingue cinco tipos de competências³², das quais, interessam aqui: navegação e apreciação crítica da informação; e criativas, por dialogarem, mais de perto, com as competências infocomunicacionais adotadas no nosso estudo. Um exemplo de pergunta associada à apreciação crítica da informação na internet se refere à checagem da veracidade da informação acessada antes de compartilhá-la. A intenção é saber se há a atitude de apurar a veracidade do conteúdo, sem entrar no mérito de como isso é feito.

Agregamos ainda perguntas sobre *fake news* para permitir que os jovens apontassem se avaliam a veracidade dos conteúdos antes de publicá-los, se verificam fonte e data das informações, se consideram importante saber identificar *fake news* e se estas afetam a política, apenas para mencionar algumas indagações.

As perguntas relacionadas à competência da criatividade (p. ex. editar conteúdos publicados por outras pessoas) foram acrescentadas a outras que também mensuram habilidades para criar, editar e remixar conteúdos postados na internet. Assim como ocorreu nos blocos anteriormente apresentados, algumas perguntas foram adaptadas das pesquisas citadas, outras, criadas para esta pesquisa em particular, por conta do interesse pela relação dos entrevistados com a participação política.

Foi o caso, por exemplo, de perguntas relacionadas à aprendizagem para identificarmos os principais ambientes e referências humanas dos jovens no que tange ao aprendizado das competências infocomunicacionais e sobre política. A elaboração das questões levou em conta conceitos utilizados pela UNESCO e Cetic.br sobre Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)³³, uma das referências teóricas no que se refere às competências infocomunicacionais adotadas nesta pesquisa.

³² Os cinco tipos de competências adotadas pela pesquisa *EU Kids Online Portugal* são: instrumentais; de navegação e apreciação crítica da informação; sociais; criativas; e de uso de meios digitais móveis (PONTE; BATISTA, 2019).

³³ A publicação “Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias (GRIZZLE, 2016) está disponível no site da UNESCO: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421>> Acesso em: 13 nov. 2022.

Enquanto o conceito da AI (Alfabetização Informacional) se concentra no usuário da informação como um tomador de decisão, cidadão e aluno autônomo, a AM (Alfabetização Midiática) examina como o ambiente midiático facilita, molda, permite e, em alguns casos, constringe o engajamento com a informação e o processo de comunicação [...] Os mesmos avanços tecnológicos que levaram à necessidade de dedicar atenção específica à AMI [...] têm mudado a maneira de interagir das pessoas, como elas participam da sociedade e da democracia (GRIZZLE, 2016, p. 48-49).

Entre as competências trabalhadas pela UNESCO como parte da AMI está a capacidade de uma pessoa “se engajar com provedores de mídia e informação para autoexpressão, diálogo intercultural e participação democrática por vários meios, de maneira ética, eficaz e eficiente” (UNESCO, 2016, p. 135)³⁴. Essa competência também motivou perguntas do questionário desta pesquisa, como as relacionadas ao compartilhamento e à interação com outras pessoas, bem como sobre participação em atividades sociais e públicas por vários meios e ferramentas.

2. Participação política

Os conceitos clássicos de participação política estão relacionados, necessariamente, à atuação dos cidadãos durante os períodos eleitorais, no entanto, na sociedade atual, os focos de poder e de decisão são mais amplos, assim como as formas de envolvimento político também têm se diversificado. Por essa razão, o bloco de perguntas do questionário relacionadas à participação política considera questões mais clássicas acrescidas de indagações mais contemporâneas (DE-LA-GARZA-MONTEMAYOR; PEÑA-RAMOS; LÓPEZ, 2019; MORAIS, 2021; NORRIS, 2004; 2011; OLIVEIRA *et al.*, 2016; RIBEIRO, 2012; RIBEIRO; BORBA, 2015).

Perguntas mais clássicas buscam mensurar, por exemplo, se os jovens votam por ser uma obrigação ou por reconhecer valor nesse direito. Busca-se também conhecer o nível de interesse por política e outras variáveis que estão diretamente relacionadas a esta, como a ação de conversar sobre política e a percepção sobre a eficácia da própria participação como capacidade de influenciar o sistema político (ALMOND; VERBA, 1963; OSER *et al.*, 2022; RIBEIRO; BORBA, 2015). Isso porque o interesse no assunto é condição, normalmente, para que a participação ocorra (VITA, 2004).

³⁴ A publicação “Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI): disposição e competências do país” está disponível no site da UNESCO: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246398>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Do mesmo modo, busca-se conhecer as modalidades de participação que os jovens praticam nos ambientes digitais (BOULIANNE; THEOCHARIS, 2018; FEIXA; FERNÁNDEZ-PLANELLAS; FIGUERAS-MAS, 2016; MESQUITA, CANTONI, 2016; MORAIS, 2021; NORRIS, 2004) e como se relacionam com as formas tradicionais de participação política. Parte-se da compreensão de que existe uma forte relação entre ambos os tipos de participação: *on-line* e *off-line* (DE-LA-GARZA; BARREDO, 2017; GIBSON; CANTIJOCH, 2013; GIBSON; CUTTS; CANTIJOCH, 2018; RIBEIRO; BORBA, 2015).

Priorizamos questões que levam os jovens a relatarem o que realmente fizeram durante as duas últimas eleições ocorridas antes da aplicação da *websurvey* (2018 e 2020), em consonância com as orientações de Norris (2004; 2011), de modo a evitar perguntas relacionadas ao que eles poderiam fazer, que tendem a resultar em respostas consideradas socialmente aceitáveis.

Esse bloco de perguntas também contou com questões usadas nas pesquisas do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), do Sonho Brasileiro da Política (BOX 1824, 2014)³⁵ e da TIC *Kids Online* Brasil (CETIC.BR/NIC.BR, 2019; 2020), como referências, por serem pesquisas amplas e consistentes, realizadas no país com públicos jovens. Embora a pesquisa TIC *Kids Online* Brasil contemple apenas uma pequena parcela da faixa etária do nosso estudo, mostra-se consolidada, integrante inclusive de uma rede internacional, a *Global Kids Online*, que segue alguns critérios comuns, viabilizando comparativos entre países³⁶.

Portanto, para esse bloco, interessaram as questões da TIC *Kids Online* Brasil, relacionadas à cidadania e ao engajamento, incluídas, pela primeira vez, em um questionário de pesquisa, em 2017. O objetivo da TIC *Kids Online* Brasil é mensurar a participação do público estudado a partir da perspectiva de cidadania e engajamento.

Segundo Luísa Adib Dino, coordenadora da pesquisa TIC *Kids Online* Brasil, a inclusão dessas questões acompanha uma tendência de uso da internet, cada vez mais intensa, para ações de mobilização e engajamento.

Tivemos vários eventos nacionais e internacionais de mobilização de ida para rua que começaram, muitas vezes, pela internet, e o próprio perfil de

³⁵ A pesquisa “O Sonho Brasileiro da Política” envolveu 1.400 jovens de sete capitais brasileiras, em 2014, e foi realizada pela empresa Box1824.

³⁶ Participam pesquisadores do Brasil, Portugal e Inglaterra. O Brasil é o único país que realiza a pesquisa anualmente, financiada por recursos do NIC.br, oriundos, principalmente, dos registros de internet (registros.br). Nos demais países, a pesquisa está vinculada à academia, e a periodicidade varia a depender das condições de financiamento (DINO, 2019).

participação mudou, se ampliou, porque as pessoas estão conseguindo se conectar e combinar. Claro que o tipo de participação desse perfil que a gente averiguou aqui é mais ampliado, diferente do perfil de participação política mais tradicional, mas que também impulsiona o outro (DINO, 2019, informação verbal).³⁷

Por sua vez, para Daniela Costa (2019, informação verbal)³⁸, coordenadora da pesquisa TIC Educação no Cetic.br, que tem alunos de 10 a 17 anos como unidade de análise, “a participação e o engajamento dos jovens também requerem mais estudos a partir do entendimento que eles têm voz, que precisam ser incluídos nas decisões sobre eles, nas decisões políticas e nas decisões sobre as mídias”. Dino (2019, informação verbal) complementa: “Talvez essa potencialidade que os jovens já estão vendo para uso da internet como meio de participação política, a gente deva olhar mais pra ela”.

Outra pesquisa que inspira a nossa é a Juventudes e Conexões (2019, p. 205)³⁹, divulgada no mês de outubro de 2019, cujo objetivo contempla indagações relacionadas à participação social dos jovens durante o contexto das manifestações de junho de 2013, “que promoveram usos intensos da internet como forma de organização e reforço da visibilidade de jovens como atores políticos”.

Em 2020 e 2021, o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e parceiros realizaram a pesquisa *on-line* nacional – Juventudes e a Pandemia do Coronavírus reunindo um conjunto de dados e evidências sobre

consequências econômicas e sociais que impactam o presente e o futuro das juventudes no Brasil: o aprofundamento das desigualdades sociais e seus efeitos sobre a saúde mental, a segurança alimentar, o processo educativo, a vida profissional e econômica de jovens, além da instabilidade política no país (ATLAS..., 2021).⁴⁰

Não apenas a formulação do questionário *on-line* do CONJUVE foi um parâmetro para nossa *websurvey*, como também alguns dos seus dados foram usados para comparar com os resultados desta tese. O mesmo ocorreu com pesquisas realizadas no Sul do Brasil, como a

³⁷ Entrevista realizada em 4 de abril de 2019, na sede do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), em São Paulo.

³⁸ Entrevista realizada em 04 de abril de 2019, na sede do Cetic.br, em São Paulo.

³⁹ A pesquisa foi realizada pela Fundação Telefônica Vivo, em parceria com a Rede Conhecimento Social e IBOPE Inteligência, “para conhecer os usos e hábitos de jovens brasileiros conectados, em busca de desvendar tanto padrões como tendências e especificidades, com foco nas áreas de educação, empreendedorismo, comportamento e participação social” (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 2019, p. 13).

⁴⁰ Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/pesquisa-juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus-2021/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Pesquisa Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil (Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis), de 2015, 2016 e 2019.

Contribuíram com nossas análises ainda pesquisas que partem de dados do Barômetro das Américas de 2014 e 2017 e da Latin American Public Opinion Project, assim como estudos teóricos e empíricos do Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e discussões do Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais.

3. Internet

As questões deste bloco adotam como referência a pesquisa TIC *Kids Online* Brasil (CETIC.BR, 2019; 2020). Este levantamento nacional não permite conhecer os dados específicos sobre os jovens de Salvador, o que reforça a relevância de nosso estudo. No caso da TIC *Kids Online* Brasil, segundo a coordenadora da pesquisa Luísa Adib Dino (2019, informação verbal), não é possível falar de estratos muito pequenos como o referente a uma cidade específica, a exemplo de Salvador, por conta do tamanho da amostra da pesquisa.

Assim, aplicamos algumas perguntas conforme o modelo adotado pela TIC *Kids Online* Brasil, como a que trata especificamente sobre o uso do celular. “No Brasil (a pergunta sobre celular) é algo que sempre entra nas pesquisas porque é uma questão relacionada à desigualdade, diferentemente de outros países”, esclarece Daniela Costa (2019, informação verbal).

Outras questões se diferenciam das aplicadas pela TIC *Kids Online* Brasil, como é o caso da pergunta que define quem é usuário da internet. Nos levantamentos do Cetic.br, usuário é quem utilizou a internet nos últimos três meses, independentemente, da intensidade de uso, de acordo com o padrão ITU/UNESCO⁴¹.

A equipe do Cetic.br evita alterar esta pergunta, mesmo reconhecendo que o padrão de uso da internet atualmente é mais intenso, para preservar a série histórica das pesquisas. “Se a gente muda uma palavra na pergunta, pode alterar a interpretação sobre a pergunta, e perdemos a possibilidade de fazer comparativos. Por isso precisa ponderar se vale acompanhar o debate

⁴¹ ITU e UNESCO são agências das Nações Unidas. ITU é especializada em tecnologias da informação e comunicação, enquanto a UNESCO, em educação. Mais informações em: <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil>>; <<https://www.isoc.org.br/noticia/a-uniao-internacional-de-telecomunicacoes-uit>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

que está acontecendo ou manter um tipo de mensuração comparável no tempo”, explica Daniela Costa, coordenadora da pesquisa TIC Educação no Cetic.br (2019, informação verbal).

No nosso estudo, optamos por acrescentar um outro modelo de questão para tentar mensurar, de forma mais precisa, a intensidade do uso da internet a partir da quantidade de horas de navegação por dia, assim como outras sondagens, como na Pesquisa Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil, e na pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus.

4. Perfil sociodemográfico

No último bloco de questões, foram incluídas as variáveis gênero, cor/raça, escolaridade e renda, como forma de conhecer o perfil dos jovens de Salvador envolvidos na pesquisa e viabilizar análise de correlação entre esses aspectos. Duas outras variáveis sociodemográficas também foram contempladas no início do questionário: idade (entre 18 e 29 anos) e local de moradia (bairro de Salvador).

Ainda nesse bloco de perguntas, buscou-se saber o impacto da pandemia nos estudos e no trabalho, de modo a detectar aspectos do contexto da Covid-19. Algumas pesquisas com jovens durante o isolamento social, como “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” (2020; 2021), já apontavam impactos significativos nesse segmento populacional em termos de educação e trabalho, demonstrando a relevância dessas informações para entender a realidade dos jovens de Salvador entrevistados.

Pré-teste

Uma vez desenhado, o questionário foi inserido na plataforma Google Formulários e passou por um pré-teste com 10 jovens voluntários, da faixa etária da pesquisa. Embora tenham sido contempladas as recomendações de Babbie (2012) na elaboração das perguntas, como não usar termos enviesados, o pré-teste serviu como fase fundamental para avaliar a clareza das perguntas e as opções de respostas, a linguagem, o tempo gasto para responder o questionário, as lacunas, além dos problemas e/ou dúvidas surgidos durante a aplicação do instrumento.

Também teve por finalidade “avaliar os aspectos de programação e os bancos de dados gerados” (DE BONI, 2020, p. 3). O procedimento seguiu recomendação de Mattar (1999), que

afirma ser possível realizar os pré-testes, pelo próprio pesquisador, quando o instrumento ainda está em desenvolvimento através de entrevista pessoal. Após tabulação dos resultados do pré-teste, são conhecidas possíveis limitações do instrumento. Segundo Mattar (1999), dois ou três pré-testes costumam ser suficientes para instrumentos desenvolvidos cuidadosamente.

Especialistas em juventudes, colegas e professores também ajudaram a avaliar o questionário quanto à fluidez e à coerência das perguntas e opções de respostas. Dois jovens com formação em estatística contribuíram ainda com sugestões importantes para minimizar comportamentos de dispersão durante o questionário. Recomendaram, por exemplo, evitar sequência de perguntas com as mesmas escalas de respostas e reforçaram a importância de alternar as opções de respostas.

A partir do *feedback* dos voluntários, ajustes finais foram realizados no instrumento de coleta. Alguns termos ganharam explicações, como *podcast*, após observação de uma das jovens que alertou ter vivenciado experiência com pessoas da sua faixa etária que não conheciam essa mídia.

Duas questões também foram reelaboradas a partir de sugestões do grupo de teste e uma questão aberta foi acrescentada para permitir aos jovens expressarem suas ideias sobre o que priorizariam se fossem prefeito de Salvador, atendendo ao pedido de alguns jovens que sentiram falta de um espaço para apontarem propostas para o poder público.

A sugestão foi acatada não apenas para acolher inquietações dos jovens, mas por ter sido avaliada como pertinente para esta tese, uma vez que conhecer propostas dos jovens para a gestão municipal ajuda a aprofundar a nossa compreensão sobre este público em relação ao entendimento que possuem sobre política, mais especificamente sobre o papel do Poder Executivo municipal. Após os ajustes finais no instrumento, avançamos para os procedimentos de campo.

Aplicação da *websurvey*

Antes de iniciar a aplicação do questionário *on-line*, os jovens voluntários também colaboraram com a definição de estratégias de comunicação e mobilização do público esperado para a *websurvey*. Um dos jovens, por exemplo, sugeriu mapear influenciadores digitais da

cidade e fez contato com alguns deles. Uma blogueira jovem⁴² acabou gravando um vídeo convocando os seguidores para participar da pesquisa e foi possível perceber um aumento de fluxo de entrevistados no dia da divulgação dessa influenciadora.

Outro aspecto importante é que todas as peças de comunicação foram planejadas e executadas pela pesquisadora em colaboração com o grupo de voluntários, que sugeriu adaptações na linguagem e/ou formato. Em seguida, buscamos como principais parceiros de divulgação e mobilização os conselhos Municipal⁴³ e Estadual⁴⁴ da Juventude, que reconheceram a importância da pesquisa e demonstraram interesse pelos resultados.

Um cuidado nessa articulação foi demonstrar a relevância da cooperação entre instituições e instâncias para se fazer ciência, sobretudo, em um contexto de pandemia, mas também enfatizar que, por se tratar de um estudo acadêmico, a íntegra da pesquisa só seria apresentada a partir da defesa da tese.

Além dos conselhos, recorreu-se ao apoio da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, de entidades do ensino médio e superior da rede particular, universidades públicas e representações estudantis secundaristas e universitárias, partidos políticos, associações e mídias de bairros, influenciadores digitais, organizações da sociedade civil que trabalham com jovens, coletivos e movimentos sociais com foco em juventudes. Como afirma De Boni (2020, p. 3),

Difícilmente *websurveys* bem-sucedidas podem ser realizadas por um único pesquisador. [...] Nossa capacidade de conexão, trabalho em equipe/redes e colaboração é fundamental nesse sentido e continuará sendo se quisermos gerar soluções criativas para o futuro próximo.

Como a *websurvey* exige que o participante acesse a internet, buscou-se minimizar essa limitação de público a partir da mobilização de lideranças que atuam com jovens sem teto, vinculados à agricultura familiar, além dos que vivem em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, entre outros, para oportunizar a participação de indivíduos com maior dificuldade de conectividade.

⁴² Uma das influenciadoras contatadas, Malfeitona, tinha na época da aplicação do questionário mais de 130 mil seguidores. Disponível em: <@malfeitona>. Acesso em: 13 nov. 2022. Um clipping com as divulgações dos parceiros está no Apêndice B.

⁴³ Conselho Municipal da Juventude de Salvador (COMJUV). Mais informações: <@comjuv.salvador>. Acesso em: 13 nov. 2022.

⁴⁴ Conselho Estadual de Juventude da Bahia (CEJUVE). Mais informações: <@cejuveba.oficial>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Essa preocupação foi explicitada aos parceiros de mobilização que se comprometeram em garantir conectividade para jovens sem acesso aos ambientes digitais e que demonstrassem interesse em participar do questionário *on-line*. Houve *feedback* de alguns desses parceiros que asseguraram ter alcançado alguns jovens com este perfil, o que foi evidenciado nos resultados da pesquisa.

Diante de uma das perguntas que apura a qualidade de conectividade dos jovens, cerca de 20% dos entrevistados disseram não ter internet para uso e acessam apenas quando alguém permite ou encontram *wi-fi* aberto. Possivelmente, os jovens mobilizados pelos parceiros estão entre esses entrevistados.

Para cada um dos perfis de parceiros mobilizados, o processo de *advocacy* exigia uma linguagem apropriada ao destinatário. Peças de comunicação⁴⁵ também foram criadas para gerar identificação com o público da pesquisa.

Figura 1 -- Peças de comunicação (cards)



Fonte: Elaborado pela autora (2020); Arte: Santos (2020).

⁴⁵ As peças de comunicação estão no Apêndice C.

Figura 2 – Peças de comunicação da pesquisa (animações)



Fonte: Elaborado pela autora (2020); Arte: Santos (2020).

Criou-se ainda um perfil no Instagram⁴⁶ para a pesquisa, com o propósito de ser um canal próprio de divulgação nas redes sociais, bem como proporcionar acesso a mais informações sobre o estudo acadêmico e as peças de comunicação.

Figura 3 – Instagram da pesquisa



Fonte: Captura de tela do Instagram elaborado pela autora (2020); Arte: Santos (2020).

⁴⁶ Instagram da pesquisa: <@juventudesdesalvador>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Identificou-se também a necessidade de criação de um e-mail específico da pesquisa para contatar apoiadores, encaminhar a via do termo de consentimento para os participantes, sanar eventuais dúvidas e demais contatos necessários durante o processo da pesquisa. Para disseminar o questionário *on-line*, optou-se pela técnica de amostragem bola de neve ou *snowball*, usada em pesquisas sociais para impulsionar a indicação de participantes (SILVA; BUCKSTEGGE; ROGEDO, 2018; ROSSETO, 2014).

Essa técnica permite que quem recebeu o convite para participar da pesquisa possa encaminhar para outros potenciais entrevistados, que podem mobilizar novos, até que essa rede permita alcançar as métricas definidas para a coleta de dados, como quantidade de entrevistados. A técnica de bola de neve também diminui o viés de autosseleção e tem sido uma das mais utilizadas nas pesquisas acadêmicas recentes.

Contudo, é preciso ter em conta que as conclusões derivadas dessas pesquisas não são probabilísticas, o que inviabiliza a generalização dos resultados, uma vez que a população de interesse não tem a mesma possibilidade de ser alcançada (CARLOMAGNO, 2018; COSTA, 2018). Atkinson e Flint (2001) explicam que essa técnica favorece a participação de grupos sociais mais impenetráveis, tais como elites ou setores mais vulneráveis e socialmente estigmatizados.

Alguns apoiadores da nossa pesquisa, no entanto, também recorreram a outras técnicas, como a divulgação em listas internas de contatos. Outros divulgaram as peças de comunicação em suas redes sociais. E novas peças de comunicação foram criadas ao longo do processo para manter a mobilização ativa até que se alcançasse o público indicado pela amostra.

Assim, mobilizar o público jovem para participar desta pesquisa *on-line* foi um desafio que demandou uma série de estratégias de comunicação e divulgação do instrumento, de modo a capturar a atenção dos participantes em um contexto de intensa disseminação de informações nos ambientes digitais e de apreensões relacionadas às ameaças epidemiológicas da pandemia.

Exigiu-se, portanto, ativo processo de colaboração com os jovens e apoiadores. Para alguns parceiros, a linguagem e mesmo o formato exigiam uma maior formalidade e até mesmo envio de ofício por e-mail, como entidades de ensino superior. Já outros apoiadores priorizavam o contato por aplicativos de mensagens instantâneas e redes sociais.

O questionário *on-line* ficou aberto no período de 05 de fevereiro a 05 de março de 2021, mas precisou ser reaberto por mais 15 dias (15 a 30 de abril de 2021) para ajustar o quantitativo

à distribuição por Prefeitura-Bairro. Do total das respostas válidas (410)⁴⁷, a maior participação foi do gênero feminino (63%), contra 34% do gênero masculino e 3% de não-binários, o que demonstra que o gênero feminino apresentou maior disposição para participar da pesquisa acadêmica.

O monitoramento da participação dos jovens conforme a amostra definida considerou o quantitativo de entrevistados por Prefeitura-Bairro e a distribuição por gênero. Quanto à amostra definida, o número de respostas foi superior ao esperado, algo comum nas *websurveys* pela dificuldade de controle dos participantes (MICK, 2013). A segunda etapa do processo de coleta de dados também exigiu rever estratégias de mobilização para alcançar públicos que faltavam para preencher cotas pré-determinadas, como detalhado a seguir.

Fase 4. Análise dos resultados

A) Tratamento dos dados

Assim como a coleta dos dados, o tratamento dos dados ocorreu em dois momentos, de modo a apurar se a amostra foi alcançada e corrigir algumas inconsistências, como eliminar repetições automáticas do Google Formulário⁴⁸. Além de sanar este problema, mostrou-se necessário corrigir e apurar algumas informações fornecidas pelos participantes. Um exemplo foi a indicação de “Campo Grande” como bairro por um dos participantes. Embora o senso comum trate o local desta forma, Campo Grande não é considerado bairro pela Prefeitura Municipal. O território integra o bairro do Centro (SANTOS *et al.*, 2010).

Outro jovem mencionou Ceasa como o bairro onde mora. Porém, o correto é Nova Esperança, assim como apareceu Jardim Apipema, quando o certo é Chame-Chame. Houve caso ainda de entrevistado que informou Salvador como bairro. Em todos estes episódios foi necessário entrar em contato com os jovens para apurar o correto local de moradia, sempre reiterando o caráter de anonimato dos participantes.

⁴⁷ Ao todo, 723 jovens iniciaram o preenchimento do questionário *on-line*, sendo que 313 (43,2%) não concluíram o instrumento por não atender aos critérios do público predefinido (idade, local de moradia e interesse por política) ou não aceitar o termo de consentimento, perguntas iniciais da *websurvey*.

⁴⁸ A duplicação de respostas é um problema já identificado por usuários do Google Formulários, mas ainda sem solução definitiva. Link para exemplos de reclamações enviadas para o suporte do Google podem ser conferidas pelo link: <<https://support.google.com/docs/thread/51500085/est%C3%A3o-aparecendo-respostas-duplicadas-no-meu-formul%C3%A1rio-sem-a-pessoa-ter-submetido-nova-resposta?hl=pt-BR>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Em paralelo ao tratamento dos dados, conferimos o número de respostas previstas pela amostra para cada Prefeitura-Bairro, relacionando cada um dos 170 bairros a sua respectiva PB⁴⁹. Após o primeiro tratamento dos dados, observamos que a amostra efetiva da coleta apresentou um viés de resposta, ao constar sub-representação de alguns perfis populacionais, como a ausência de indivíduos de algumas Prefeituras-Bairro, a exemplo do Subúrbio/Ilhas e Pau da Lima.

Notamos também desproporção na variável gênero, com o número de jovens do gênero masculino inferior ao esperado. Para superar a inconsistência, planejamos a reabertura do questionário *on-line*. Como estratégia para focar apenas nos territórios que faltavam, a divulgação foi concentrada em veículos de comunicação e pessoas com atuação direta com jovens nos territórios com lacunas de entrevistados.

Recorremos, por exemplo, ao apoio de professores da rede estadual que já tinham retomado as aulas com os estudantes do Ensino Médio em unidades de ensino das Prefeituras-Bairro ausentes ou que não preenchiam o quantitativo por gênero. Participamos, inclusive, de duas aulas *on-line* de professores da Cidade Baixa e da Liberdade, a convite dos docentes, para reforçar a divulgação da pesquisa. As estratégias surtiram efeito e os resultados pretendidos foram alcançados.

Essa nova ação constatou uma das limitações da *websurvey*, que é a inexistência do controle absoluto sobre a origem dos participantes (CARLOMAGNO, 2018). Assim, foi registrada, mais uma vez, a participação de entrevistados de outros territórios não priorizados para esse momento que tiveram de ser excluídos da amostra também.

Outra dificuldade foi assegurar a quantidade exata por gênero, como previa a amostra⁵⁰. De novo, percebemos mais jovens do gênero feminino do que do gênero masculino participando efetivamente da pesquisa. Por essa razão, houve novos excedentes de respostas válidas. A escolha dos participantes finais seguiu os critérios de: garantia de representatividade de bairros, valorizando a capilaridade territorial dos participantes; diversidade por gênero, para assegurar que todos os entrevistados não-binários fossem contemplados; raça/etnia, garantindo a

⁴⁹ A relação dos 170 bairros por Prefeitura-Bairro consta no Anexo A.

⁵⁰ Vale ressaltar que, embora as pesquisas da PNAD trabalhem com a variável sexo (masculino e feminino), adotamos a variável gênero no questionário *on-line*, acrescentando a opção não-binário, como forma de respeitar as pessoas que não se identificam com os sexos masculino e feminino. Uma referência nesse sentido é a pesquisa nacional Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (2021), na qual 66% eram do gênero mulheres, 33% homens e 1% não-binário. A nossa atenção também vai ao encontro do Atlas das Juventudes (2021, p. 15), segundo o qual “as estatísticas oficiais tendem a invisibilizar a juventude não binária”.

participação de minorias, neste caso, indígenas e amarelos. Após esses cuidados, a exclusão dos excedentes foi aleatória.

Depois de conferidos, os dados foram processados, tabulados e representados em planilhas Excel, gráficos e tabelas geradas com apoio do *software* R Statistics, versão 4.1.04⁵¹. “[...] o R também contém pacotes gratuitos disponíveis na internet que possibilitam a produção de análises quantitativas de forma fácil e com excelente apresentação” (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2011, p. 65).

B) Análise dos dados quantitativos

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica da estatística descritiva e da análise multivariada dos dados, que permite a análise exploratória, buscando correlação ou ausência dela entre as variáveis relacionadas às competências infocomunicacionais, participação política e uso de tecnologias digitais (BISQUERRA *et al.*, 2004).

As técnicas estatísticas foram usadas para realizar análises de variáveis independentes, como idade (dividida em duas faixas: 18 a 24 anos; 25 a 29 anos), e variáveis dependentes, a exemplo de frequência de uso diário de internet. Na fase inicial, durante o uso da técnica da estatística descritiva, os dados brutos foram organizados em números e percentuais que permitiram a escolha de outras técnicas estatísticas e testes de hipóteses. Para mensurar as variáveis, lançamos mão de técnicas quantitativas (média, desvio padrão) e qualitativas (frequência).

Outra técnica estatística, desta vez multivariada, presente nesta tese, é a análise fatorial, muito usada para gerar indicadores a partir de *surveys*, uma vez que permite mensurar variáveis até então invisíveis diante da observação direta. Como define Hair *et al.* (2009, p. 100), “uma técnica particularmente adequada para analisar os padrões de relações complexas multidimensionais encontradas por pesquisadores”.

Com essa técnica, na perspectiva confirmatória, por sustentarmos um pressuposto teórico, as informações de um conjunto de variáveis foram condensadas ou resumidas em um número menor de fatores ou componentes que propiciaram novos exames de padrões ou relações latentes.

⁵¹ O “R” é uma linguagem de programação e ambiente de desenvolvimento voltada à manipulação, análise e visualização de dados (R CORE TEAM, 2021). Mais informações em: <<https://www.r-project.org/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

A aplicação da análise fatorial ocorreu durante a exploração dos dados iniciais (perspectiva exploratória) e também foi utilizada para testar hipóteses suscitadas a partir das referências teóricas acumuladas (perspectiva confirmatória, ou seja, o grau de satisfação dos dados diante de uma estrutura esperada) (HAIR *et al.*, 2009).

A perspectiva exploratória pode ser observada quando realizamos os testes de adequação da análise fatorial a partir dos dados de diversas variáveis relacionadas à competência em informação, de modo a gerar um indicador específico para esta competência. O objetivo foi ampliar o exame dos dados para além de itens específicos e realizarmos descrições e interpretações.

E para garantir a adequação da amostra, ou seja, para que haja relevância estatística, entendida quando existem correlações suficientes entre as variáveis para continuar a análise (HAIR *et al.*, 2009), realizamos o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que compara as correlações simples com as correlações parciais, e certificamos a adequação do modelo ao apresentar valor superior a 0,6. Outro teste usado foi o de esfericidade de Bartlett (BTS)⁵², que revelou as diferenças entre as variâncias significativas, atestando a escolha acertada pela análise fatorial⁵³.

Foi assegurado ainda o padrão de comunalidades superior a 0,5 (a literatura sugere valores acima de 0,4) e o escore padronizado do modelo de análise fatorial foi mantido com média zero e desvio padrão igual a 1. “As comunalidades representam a correlação entre o fator/componente e as variáveis originais [...]. Quanto maior a correlação, maior é o nível de contribuição de uma determinada variável na criação do fator/componente” (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2014, p. 196).

Com este escore padronizado, optamos pela criação de mais dois tipos de variáveis: ajustada e categorizada. A primeira categoria foi gerada para criar um indicador contínuo, com variação de zero a 4, a partir de uma recodificação de escala do ajuste padronizado. Um exemplo são as categorias relacionadas às competências:

⁵² O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de esfericidade de Bartlett (BTS) estarão na Plataforma *Open Science Framework*.

⁵³ O planejamento da análise fatorial seguiu, portanto, três estágios: verificação da adequabilidade da base de dados; definição da técnica e o número de fatores a serem extraídos; definição do tipo de rotação dos fatores (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2010).

Quadro 3 – Categorias das competências⁵⁴

0 =	Nenhuma competência
1 =	Baixa competência
2 =	Moderada competência
3 =	Alta competência
4 =	Altíssima competência

Fonte: Dados da pesquisa, 2021; Arte: Santos (2022).

A segunda variável também é uma recodificação, com o propósito de produzir o indicador categorizado a partir de estratos. Para exemplificar, criamos as categorias: *nenhuma participação*, *baixa participação*, *moderada participação*, *alta participação* e *altíssima participação*. Assim, os resultados das análises fatoriais foram gerados em três dimensões, ou seja, três níveis de mensuração das variáveis: padronizado, ajustado e categorizado, o que nos permitiu ampliar as possibilidades de análise.

⁵⁴ As categorias são: *nenhuma competência* [escore=0], *baixa competência* [0<escore<1], *moderada competência* [1<escore<2], *alta competência* [2<escore<3] e *altíssima competência* [3<escore<4]. Uma ressalva é importante: a categoria “*nenhuma competência*” significa que os entrevistados não marcaram qualquer das variáveis indicadas neste estudo, por essa razão, consideramos importante adotar essa classificação para termos resultados precisos. No entanto, comugamos com a preocupação de Chauí (2016, p. 113) de não reproduzir a ideia de que indivíduo competente “é aquele que possui um saber determinado, institucionalmente reconhecido” como forma de exercer dominação sobre os “incompetentes”. Ao contrário, defendemos que todas as pessoas possuem competências e estas podem ser desenvolvidas ainda mais ao longo da vida, sem depender, necessariamente, de saberes técnicos-científicos, mas podendo, sim, serem potencializadas a partir destes.

Quadro 4 -- Categorias de participação⁵⁵

0 =	Nenhuma participação
1 =	Baixa participação
2 =	Moderada participação
3 =	Alta participação
4 =	Altíssima participação

Fonte: Dados da pesquisa, 2021; Arte: Santos (2022).

A partir desses resultados obtidos pela análise fatorial, optou-se pela técnica de regressão linear, por apresentar melhores ajustes⁵⁶ para observar a relação de causa-efeito de uma variável sobre outra. “O modelo regressão linear é uma poderosa ferramenta em análise de dados”, afirma Figueiredo Filho *et al.* (2011, p. 448).

A técnica revela o nível de associação ou correlação entre as variáveis dependentes e independentes, indicando a direção (positiva ou negativa) do relacionamento, força ou magnitude (fraca ou forte) da associação, de modo a usar as variáveis independentes para prever os valores da variável dependente. Os modelos lineares facilitam a interpretação porque quanto maior a variação em uma variável independente maior o efeito na variável dependente e o oposto do mesmo modo.

Para observar a associação linear entre variáveis quantitativas, recorreremos ao coeficiente de correlação de Pearson (r), indicado quando os dados respondem bem aos testes paramétricos, ou seja, apresentam significância estatística. O coeficiente de correlação de Pearson varia entre -1 (direção negativa) e 1 (direção positiva). Quanto mais próximo de 1, mais forte o nível de associação⁵⁷.

⁵⁵ As categorias são: *nenhuma participação* [escore=0], *baixa participação* [0<escore<1], *moderada participação* [1<escore<2], *alta participação* [2<escore<3] e *altíssima participação* [3<escore<4].

⁵⁶ Cogitou-se, inicialmente, utilizar o modelo de regressão logística, no entanto, os achados do modelo linear ficaram em torno de 34% enquanto os modelos logísticos entre 15% e 20%, portanto, o linear se confirmou como mais apropriado.

⁵⁷ O coeficiente de correlação de Pearson (r) é uma medida de associação linear entre variáveis. O valor do r varia de -1 a +1. O sinal indica a direção negativa ou positiva da associação. Por sua vez, o valor representa a magnitude da relação. Quanto mais próximo dos extremos, mais forte. Um valor de r igual a 0 indica ausência de relação entre as variáveis. No oposto, uma correlação de valor zero indica que não há relação linear entre as variáveis (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009, p. 140) estimam que este coeficiente é escolhido “[...] em 95% dos casos para descrever o padrão de relacionamento entre variáveis ou para fazer inferências válidas para a população a partir de dados amostrais”. E para testar o grau de ajuste dos dados na análise fatorial confirmatória, usamos o qui-quadrado, “utilizado para comprovar se existem diferenças estatisticamente significativas entre duas distribuições. É como uma análise de correlação, mas mede associação porque é utilizada exclusivamente para variáveis categóricas”, explica Rosseto (2014, p. 152).

Para garantir plena confiabilidade na escolha e execução das técnicas, contou-se com consultoria especializada de estatístico⁵⁸, que assegurou o rigor metodológico das análises e contribuiu com o processo de aprendizagem desta pesquisadora, referente a métodos de análise quantitativa.

A interpretação dos fatores e resultados gerais foi subsidiada pela fundamentação teórica. “O pesquisador deve repetidamente fazer julgamentos subjetivos em decisões, como o número de fatores, quais são as relações suficientes para garantir variáveis que discriminam grupos, e como podem ser identificados esses grupos” (HAIR *et al.*, 2009, p. 116).

Utilizamos ainda o método de análise de conteúdo empregado a partir das respostas à única questão aberta adotada no questionário, sobre o que os jovens priorizariam se fossem prefeitos de Salvador. O processo realizado seguiu quatro fases: a) pré-análise; b) descritivo; c) correlacional; e d) interpretativo e inferencial (BARDIN, 2010).

A pré-análise representou o momento de exploração do conteúdo a partir das leituras iniciais. A segunda fase focou na descrição dos registros dos entrevistados, a partir de análises temáticas guiadas pelas questões trabalhadas na pesquisa quantitativa. O momento correlacional buscou associação e comparação (recorrências ou desvios) entre os posicionamentos dos jovens. Por último, o interpretativo e o inferencial ficaram concentrados na identificação de possíveis explicações para os fenômenos encontrados à luz das discussões teóricas e conceituais.

Bardin (2016, p. 37) afirma que

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas

⁵⁸ A consultoria estatística foi prestada pelo cientista político e analista de dados Lucas Silva, que integra o grupo de Métodos de Pesquisa em Ciência Política (UFPE) e de Doenças Parasitárias (UNCISAL).

marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Como explica o autor, a análise de conteúdo envolve a descrição (procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição), a inferência (dedução de maneira lógica) e a interpretação (significação). Tudo isso depende das interrogações do pesquisador diante do objeto de estudo e do arcabouço teórico-analítico.

Na parte 2 da tese (p. 193), apresentaremos os resultados gerados a partir da análise de conteúdo que resultaram em uma sistematização a partir de categorias temáticas associadas aos direitos previstos no Estatuto da Juventude, em função da coerência percebida com esse marco legal brasileiro.

Fase 5. Realização de entrevistas

Os resultados da pesquisa quantitativa revelaram dados instigantes que, para além das descrições e interpretações possíveis a partir deles, nos motivaram a aprofundar a investigação a partir de escutas de jovens sobre os achados. Partiu-se, então, para uma abordagem qualitativa⁵⁹. Como técnica de coleta de dados, escolhemos a entrevista semiestruturada, que foi aprovada pelo Comitê de Ética (CAAE: 39060020.6.0000.8035; Número do Parecer: 4.616.673).

O uso das duas abordagens – quantitativas e qualitativas – nas pesquisas em Comunicação é defendida por autores como Jensen (2021). Enquanto a pesquisa quantitativa busca relações de recorrência entre objetos ou eventos, a qualitativa procura uma ocorrência singular como parte de um contexto no qual o fenômeno está inserido, de modo que podem ser usadas de forma complementar entre si (JENSEN, 2021). Lopes (2004, p. 34) também endossa que “a maioria dos estudiosos reconhece atualmente a complementaridade entre a quantificação e a qualificação dos dados”.

A entrevista semiestruturada foi o método escolhido por permitir que o entrevistado fale livremente sobre o assunto eleito a partir de algumas perguntas predeterminadas.

⁵⁹ A riqueza da abordagem qualitativa já tinha sido mencionada e sugerida pela banca examinadora durante a avaliação de qualificação da tese.

As entrevistas mais estruturadas são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem obtidas, ao passo que as menos estruturadas são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo preestabelecido de interrogação (GIL, 2008, p. 111).

Optamos por convidar jovens que participaram da pesquisa quantitativa e com maior interesse por política. Entre os 60 mobilizados, 15 jovens aceitaram o convite e confirmaram presenças nas datas e horários sugeridos. Destes, oito deles efetivamente participaram. Os demais justificaram a ausência em função de imprevistos.

A princípio, foram planejados grupos focais, mas, por conta dessas dificuldades de participação, o método foi adaptado para cada circunstância. Assim, seguimos com as perguntas pré-elaboradas e motivamos os jovens a emitirem suas opiniões, individualmente, como ocorreu com três jovens, ou em pequenos grupos (uma dupla e um trio).

Essa dificuldade de resposta via contato telefônico (WhatsApp e ligações) já era, em parte, esperada, por conta dos indicadores de menor resposta nesse método de coleta de dados. Segundo a experiência do TIC Domicílios 2020 (2021, p. 45), por exemplo, o resultado dos contatos por telefone foi quase sete vezes menor do que os estabelecidos presencialmente: “A taxa de resposta total foi de 11%, abaixo da média histórica obtida na pesquisa presencial, usualmente em torno de 70%”.

Os jovens assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁶⁰ antes das entrevistas, que partiram de um roteiro semiestruturado⁶¹, com questões elaboradas a partir dos resultados da pesquisa quantitativa. Cada entrevista durou entre uma e duas horas e meia, e os conteúdos foram registrados por meio de gravação digital e anotações.

Esse método qualitativo permitiu entender melhor a perspectiva dos jovens participantes da pesquisa, problematizar e discutir alguns achados. Além das entrevistas, realizamos também um debate com quatro jovens como parte do Congresso UFBA 75 anos 2021, seguindo o mesmo roteiro semiestruturado aplicado com os oito jovens entrevistados. Para esta iniciativa, os participantes assinaram um outro Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que incluía autorização de uso de imagem pelo evento acadêmico.

Dessa vez, uma jovem que não tinha integrado o público da pesquisa quantitativa foi incluída para agregar um olhar externo, uma vez que usamos a sistematização de alguns

⁶⁰ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos jovens entrevistados está disponível no Apêndice D.

⁶¹ O roteiro semiestruturado está disponível no Apêndice E.

resultados da pesquisa quantitativa como instrumento para conduzir o debate. A indicação da jovem convidada partiu do Conselho Estadual de Juventude da Bahia. O Conselho Municipal de Juventude de Salvador também indicou um jovem, mas, por conta de imprevisto pessoal, ele não participou do debate.

Tanto as entrevistas quanto o debate ocorreram na modalidade *on-line*, em função da pandemia da Covid-19. Ao todo, 10 jovens participaram da pesquisa qualitativa, sendo que dois deles contribuíram em dois momentos: entrevista semiestruturada e debate. Todas as gravações foram armazenadas e transcritas, assegurando o anonimato dos participantes⁶², sendo que apenas os quatro jovens que participaram do debate concordaram com a visibilidade de nomes e imagens por conta do caráter do evento.

Mattar (2008) já apontava como benefício da internet para a ciência a viabilidade de realizar entrevistas envolvendo pessoas distantes geograficamente e, no caso de nossa pesquisa, foi evitado o contato físico com os participantes também para atender às recomendações sanitárias de isolamento social. Ressaltamos que as entrevistas semiestruturadas contribuíram para enriquecer a compreensão e a interpretação do fenômeno em estudo.

Fase 6. Aprofundamento da análise da relação entre competências infocomunicacionais e participação política de jovens de Salvador

Utilizamos na análise dos dados da pesquisa quantitativa técnicas estatísticas descritivas e sofisticadas, seguidas pela análise qualitativa que foi ampliada pela apreciação, interpretação e inferências a partir dos conteúdos das entrevistas e debates. Assim, buscamos aprofundar a interpretação do fenômeno em estudo a partir dos achados de ambas as abordagens quanti-quali, considerando as referências teórico-conceituais desta tese.

Durante a apresentação dos resultados, utilizamos dados descritivos, interpretações e trechos das falas dos entrevistados sempre que julgamos relevantes para ilustrar ou reforçar alguma análise. Não há, no entanto, identificação dos autores das citações para manter o anonimato dos participantes.

⁶² O anonimato dos jovens foi assegurado a todos os participantes nesta tese. No entanto, os jovens que participaram do debate como parte da programação da UFBA assinaram um termo de consentimento para a divulgação do conteúdo audiovisual, de modo a atender às normas do Congresso UFBA.

A triangulação de métodos e dados permitiu compreender a relação entre competências infocomunicacionais e participação política de jovens de Salvador que se interessam por política de uma forma mais ampla. Os resultados são apresentados após os capítulos teóricos (a partir da p. 193).

2.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Todo pesquisador convive com a angústia de reconhecer que sempre poderia ir além, ao mesmo tempo em que se conforma com as restrições impostas por um prazo delimitado de pesquisa e suas próprias incompletudes. Também fica o desejo esperançoso de que surjam outras oportunidades de aprofundamento, qualquer que seja o autor.

Pandemia e Internet

A pandemia da Covid-19 impactou o cronograma da pesquisa e exigiu rever a metodologia da parte empírica, de modo que as técnicas e instrumentos de coleta de dados se tornassem adequados para os ambientes digitais. Como já apresentado na seção B) Análise dos dados quantitativos (p. 64), essas mudanças acarretaram limites e novas possibilidades.

É importante ressaltar que essas alterações trouxeram particularidades para esta pesquisa. A aplicação de questionário presencial para fins semelhantes a este estudo, por exemplo, continua sendo o modo ideal para pesquisas científicas no Brasil, sobretudo, pelo contexto de desigualdade de conectividade, que restringe a participação de parcela da população.

Há o reconhecimento também de que o questionário *on-line* gera menor controle do público participante, uma vez que a mesma pessoa pode responder o questionário repetidas vezes, caso utilize identificadores diferentes (e-mail ou número de celular, no caso desta pesquisa). Assim como é difícil evitar respostas excedentes quando se opta pela amostragem não probabilística por cota, que exige alcançar números predefinidos de participantes com perfis específicos. No caso desta pesquisa, o bairro onde mora e o gênero.

O instrumento de coleta *on-line* elimina ainda a interação simultânea com a pesquisadora, impedindo o esclarecimento imediato de dúvidas, assim como a observação da

pesquisadora sobre o comportamento do jovem durante o questionário, o que poderia gerar dados importantes para a avaliação crítica do instrumento e do processo.

Do mesmo modo, admite-se que a sondagem (*survey*) restringe os resultados à amostra, inviabilizando generalizações (BABBIE, 2012). Em contrapartida, experimentamos fazer pesquisa com recursos e métodos digitais, seguindo recomendações de pesquisadores adeptos do rigor científico em ambientes digitais. Constatamos que, embora desafiador, é possível sim realizar pesquisa acadêmica nesses moldes, sem descuidar do compromisso com a validade científica e gerando resultados consistentes.

Como atestam Silva e Borges (2021, p. 335),

Percebe-se que a internet pode ser uma forte aliada das pesquisas científicas, assim como tem se mostrado para os processos educacionais. Trata-se de uma tecnologia digital que, embora não substitua a riqueza da educação presencial e mesmo da aplicação de instrumentos face a face, apresenta-se como possibilidade que deve ser mais explorada.

E para mitigar as limitações da aplicação do questionário *on-line*, utilizamos a técnica da entrevista semiestruturada como estratégia complementar de levantamento de informações e comentários de jovens. No entanto, embora o rigor científico tenha sido mantido, propomos que, em pesquisas futuras, pós-pandemia da Covid-19, seja experimentada também a técnica da observação com alguns representantes do público de interesse.

Restrições de dados oficiais

A ausência do Censo Demográfico 2020 do IBGE também impactou no cálculo amostral, que poderia ter sido mais preciso se houvesse disponibilidade de dados oficiais mais atuais sobre a população nacional de jovens e, em particular, da cidade de Salvador. A falta de dados oficiais atualizados sobre as Prefeituras-Bairro também foi outra limitação, assim como a lacuna em termos de distribuição da população por idade, escolaridade, renda, sexo/gênero, entre outras variáveis, por bairros da capital.

Flexão de gênero

Destacamos o incômodo de usar o gênero masculino para se referir a generalizações no plural. Sempre que possível, evitou-se gerar as situações que exigem referências que abrangem ambos os sexos, de modo a evitar o emprego do gênero masculino. No entanto, admite-se o insucesso em muitos momentos do texto.

Por essa razão, registra-se aqui a necessidade de se avançar com soluções que considerem os diferentes gêneros diante das generalizações. Com a mesma base de preocupação, inclusive, trabalhou-se no questionário com a opção de gênero e não de sexo, de modo a contemplar quem não se identifica com as opções não-binárias.

Acesso aberto à base de dados

As 42 perguntas do questionário permitem múltiplas possibilidades de análise de combinação das respostas a partir das variáveis, o que não se esgota nesta tese. Dessa forma, há oportunidades para análises futuras, de modo a dar continuidade a interpretações e estudos.

Como forma de não restringir essa chance à autora da tese e também estimular a ciência aberta (*open science*), os dados e as produções desta tese, assim como estudos gerados a partir dela, serão compartilhados pela plataforma *Open Science Framework*⁶³, que é um repositório científico aberto e gratuito, que incentiva a pesquisa colaborativa, assim como no Instagram <@comjovens_>. A tese também estará no Repositório Institucional da UFBA.

Porvir

Embora se reconheça todo o esforço empreendido durante a realização deste estudo, espera-se que as lacunas e brechas que também o constituem sejam percebidas como oportunidades para novas investigações. Pesquisas relacionadas às competências infocomunicacionais podem ser realizadas acompanhando o dia a dia de jovens em plena atuação política durante um período de estudo, por exemplo.

Eleger algumas organizações, coletivos ou movimentos liderados por jovens pode ser outra fonte de pesquisa interessante, com potencial de gerar mais conhecimentos e novas frentes de investigação. Abranger outras faixas etárias permitirá comparações entre públicos de

⁶³ A OSF é uma plataforma *on-line* gratuita e aberta, criada para apoiar a pesquisa científica colaborativa. É mantida pela organização sem fins lucrativos Center for Open Science (COS). Para conhecer a plataforma, basta acessar o site: <<https://osf.io/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

gerações distintas, assim como repetir a pesquisa em anos distintos tornará possível acompanhar eventuais mudanças de comportamentos nos jovens.

Com essas ponderações, este capítulo encerra a apresentação da conformação da tese, metodologia adotada, bem como os métodos, instrumentos de coleta de dados e tipo de análise e limitações do estudo.

ESTRUTURA DA TESE

A tese está estruturada em três partes, delimitadas assim: 1. A parte inicial inclui a conformação, objetivos, justificativa, métodos e limitações, precedida da introdução como vimos até aqui, além da base teórica a seguir com foco em juventudes e desigualdades; competências infocomunicacionais; participação política; sempre observando a relação com as tecnologias digitais.

2. A segunda parte é dedicada à pesquisa empírica, que corresponde à contribuição original da tese, com três capítulos e conclusões correspondentes, relacionados aos objetivos da pesquisa: a) os resultados relacionados à percepção dos jovens sobre as próprias competências infocomunicacionais (objetivo específico 1); b) Os achados sobre a participação política dos jovens, comparando os padrões das modalidades *on-line* e *off-line* (objetivo específico 2); c) as descobertas, a partir das análises fatoriais e de correlação, que tratam da investigação sobre a relação entre competências infocomunicacionais e participação política (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador que se interessam por política (objetivo geral). Em síntese, esta parte foca na apresentação e interpretação dos resultados da pesquisa quanti-quali; 3. Conclusão.

Assim, o próximo capítulo é dedicado à fundamentação teórica que sustenta as inquietações, investigações e inferências deste estudo. Apresentamos, inicialmente, as concepções e particularidades do público de interesse, as juventudes, além de dados e reflexões sobre as desigualdades que o afetam e o desafiam. Ainda como parte do capítulo teórico, apresentamos as competências infocomunicacionais e discussões relacionadas aos conhecimentos, habilidades e atitudes associadas à informação e à comunicação, com ênfase nos ambientes digitais.

Em seguida, avançamos para o conceito e o debate sobre a participação política das juventudes, bem como sobre a influência das tecnologias digitais no surgimento e/ou reconfiguração de novas práticas participativas dos jovens. A partir dessa base teórica, a tese

evolui para a apresentação dos resultados da pesquisa empírica, que pretendeu compreender a relação entre competências infocomunicacionais e participação política praticadas por jovens de Salvador com interesse por política.

São evidenciados tanto os achados da pesquisa quantitativa quanto da qualitativa, de modo descritivo, interpretativo e inferencial. Por fim, nossas conclusões diante de toda a explanação teórico-empírica, que resulta em descobertas instigantes e sinalizações de possíveis novas empreitadas, seja pela mesma autora e/ou por novos investigadores. Como ensina Conceição Evaristo, “o importante não é ser o primeiro ou primeira, o importante é abrir caminhos”⁶⁴.

⁶⁴ A citação da autora foi realizada durante entrevista no programa Roda Viva, da TV Cultura. Disponível em: <<https://twitter.com/rodaviva/status/1435049805294735362>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Ó pai!⁶⁵

3 JUVENTUDES: TENSÃO ENTRE DIREITOS E DESIGUALDADES

Os jovens de Salvador são o público de interesse desta tese, por sua diversidade, particularidades, potencialidades e desafios que enfrentam, sobretudo, no contexto atual, de intensa desigualdade socioeconômica. Em uma cidade como a capital baiana, marcada pelas assimetrias de garantia de direitos e oportunidades, reforça-se a importância de considerar esse debate em nossa pesquisa.

Uma das pesquisadoras de referência em assuntos que envolvem a cidade, Elisabete Santos, afirma que “Salvador é uma cidade rica e pobre, negra e racista e que a pobreza e a desigualdade, aqui, têm cor, gênero e endereço” (SANTOS *et al.*, 2022, p. 156)⁶⁶. Além disso,

historicamente, Salvador apresenta uma das estruturas de renda mais concentradas do país e uma estrutura ocupacional na qual convivem atividades com alta demanda de investimentos em conhecimento, tecnologia e especialização e atividades de baixa qualificação e remuneração, além de apresentar taxas de informalidade e desemprego das mais altas entre as capitais brasileiras (SANTOS *et al.*, 2022, p. 165).

A cidade, atualmente, acrescenta a autora, está “mais pobre, mais desigual e o seu ambiente urbano está mais degradado” (EDGARDIGITAL, 2021)⁶⁷. Santos define Salvador como “[...] um exemplo hodierno de como a vida moderna é atravessada pela desigualdade no cotidiano da labuta pela sobrevivência – enfim, na vida e na morte” (EDGARDIGITAL, 2021).

Por conta das assimetrias socioeconômicas local e também nacional⁶⁸, antes de darmos passos em direção às discussões sobre competências infocomunicacionais e participação

⁶⁵ Expressão usada por jovens de Salvador para chamar atenção para algo, como: olha para isso! (2022). Esse recurso de usar um termo, expressão ou palavra acima do título é chamado de “chapéu” no jornalismo, e o adotamos a partir deste capítulo para tornar os conteúdos abordados ainda mais próximos dos jovens. As gírias foram apreciadas e ganharam contribuições de quatro jovens de Salvador. O Manual da Folha traz mais informações sobre o “chapéu” usado “para indicar o assunto de que trata o texto”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm>. Acesso em: 13 nov. 2022.

⁶⁶ A publicação QUALISalvador – Qualidade do Ambiente Urbano na Cidade da Bahia (SANTOS *et al.*, 2022), coordenada por Elisabete Santos, envolveu 200 pesquisadores e foi lançada em setembro de 2021. O estudo analisa as condições de vida por bairro de Salvador a partir de um indicador recém-lançado, que considera fatores como: acesso à renda; percepção sobre segurança e violência; qualidade do saneamento básico; segurança e insegurança alimentar; serviços, equipamentos urbanos e bens culturais; exposição a situações de risco (alagamento e deslizamento), desmatamento e aumento da temperatura de superfície.

⁶⁷ Notícia divulgada no boletim *on-line* Edgar Digital da UFBA no dia 15 set. 2021, disponível em: <<https://www.edgardigital.ufba.br/?p=21654>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁶⁸ O Brasil ocupa a 9ª posição entre os países mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, a partir de dados do Banco Mundial, divulgados pela Agência O Globo e publicados pela Exame, em 12 nov. 2020. Disponível em:

política, precisamos entender qual o público focalizado neste estudo, situando-o na realidade atual de direitos assegurados por lei, mas distantes destes na prática, impactados, sobretudo, pelas desigualdades estruturais.

Neste capítulo, portanto, priorizamos abordar a associação entre juventudes e desigualdades para posicionarmos esse público de interesse no contexto socioeconômico do Brasil e de Salvador. Em seguida, apresentamos reflexões sobre competências infocomunicacionais e sobre participação política, para então avançarmos para a pesquisa empírica com jovens de Salvador que se interessam por política.

É importante destacar que versar sobre o tema da desigualdade em meio a um período de controle da pandemia da Covid-19 faz ainda mais sentido. Desde que a emergência epidemiológica começou a se alastrar pelo mundo e, em especial, no Brasil em meados de março de 2020, foram escancaradas e agravadas as desigualdades sociais que marcam o país.

Entre os mais atingidos estão as juventudes⁶⁹, público que já sofria iniquidades, apesar de uma preocupação mundial em torno do tema. A Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas⁷⁰, por exemplo, aponta esse segmento populacional como um dos mais afetados pela desigualdade, o desemprego, a pobreza e as mudanças climáticas.

Criada em 2015, a Agenda reconhece os jovens como agentes essenciais para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2018, a ONU lançou ainda a estratégia Juventude 2030 e, entre as prioridades, destacou a proteção e promoção dos direitos dos jovens e apoio à cidadania e ao engajamento político das juventudes (UN, 2018).

As Nações Unidas, portanto, reforçam a importância da participação dos jovens como agentes políticos, algo que, na sociedade contemporânea, está intrinsecamente relacionado ao uso da informação e da comunicação, além do desenvolvimento de sociabilidades nos ambientes digitais.

Assim, as discussões aqui propostas sobre os impactos das assimetrias em termos de oportunidades para este público e as diferentes formas de violação de direitos que os jovens

<<https://exame.com/economia/brasil-e-nono-pais-mais-desigual-do-mundo-diz-ibge/>>. Acesso em: 14 nov. 2022. Já o estudo do World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais), Relatório sobre as Desigualdades Mundiais, divulgado em dezembro de 2021, mostra que, entre os membros do G20, o Brasil fica atrás apenas da África do Sul em termos de desigualdade. O estudo revela que os 10% mais ricos no país concentram quase 59% da renda nacional. O 1% mais rico no Brasil, por sua vez, ganha quase um terço (26,6%) dos ganhos nacionais. Mais informações disponíveis em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/07/4-dados-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.ghtml>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

⁶⁹ Adotamos o termo “Juventudes” no plural nesta tese para respeitar os múltiplos modos de ser jovem (DAYRELL, 2003).

⁷⁰ Mais informações em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

sofrem são oportunidades para reforçarmos a relevância desse público no fortalecimento de uma sociedade democrática e que precisa avançar para ser equânime. Antes, porém, apresentamos nossa compreensão sobre o que é ser jovem no Brasil e, em particular, em Salvador, território foco de nossa investigação.

*Pega a visão!*⁷¹

3.1 JUVENTUDES, UM PLURAL DE SENTIDOS

A compreensão de “ser jovem” é dinâmica, com concepções que variam ao longo do tempo, da cultura e em função das abordagens. Os indivíduos nesta “fase da vida” possuem certas características homogêneas e, ao mesmo tempo, são diversos, com diferentes sentimentos de pertencimento de classe, de condição social, interesses e acesso a oportunidades distintas (PAIS, 1990).

Dayrell (2005) explica que essa compreensão da juventude pela ótica da diversidade considera os diferentes modos de ser jovem, visto que cada um deles sofre influência da origem social e classe, como também se conforma nas interações sociais e simbólicas, fruto dos processos de socialização iniciados na infância e reiterados ao longo da vida.

O autor adverte, no entanto, que o modelo ternário (infância, juventude e maturidade) permanece predominante na sociedade, que enxerga a juventude como um “vir a ser”, “pelos fins da ação que se projeta em um futuro” (DAYRELL, 2005, p. 28-29). Todavia, os estudos continuam ampliando-se, reforçando as particularidades de cada sociedade, cultura e contexto, entendendo os jovens como sujeitos sociais e históricos (PAIS, 2021).

Outros autores preferem adotar o conceito de condição juvenil, como forma de demarcar um conjunto de características típicas dessa etapa da vida, cuja vivência não é linear, varia em função das estruturas sociais e também é caracterizada pela negação da condição adulta (ABRAMO, 1997; SPOSITO, 2003).

Para Peralva (1997), a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação, portanto, um modelo cultural. Mas os jovens também são protagonistas de si. Como diz Dayrell (2003, p. 41-42), “os jovens, enquanto sujeitos sociais, constroem um determinado modo de ser jovem, baseados em seu cotidiano. [...] influenciados pelo meio social concreto no qual se desenvolvem e pela qualidade das trocas que este proporciona”.

⁷¹ Expressão comum entre jovens de Salvador que significa “preste atenção” (2022).

Algumas atividades da vida social foram consideradas determinantes para a passagem ao estatuto de adulto, a exemplo do casamento, do emprego e do serviço militar. “[...] Hoje são bem mais fluidas as fronteiras que demarcam as fases de vida” (PAIS, 2021, p. 316). Mesmo porque eram os filhos da aristocracia que estudavam nos colégios militares, enquanto os da burguesia e dos profissionais liberais estavam nas universidades. Os das famílias operárias, por sua vez, recorriam ao mundo do trabalho para ajudar na renda familiar.

Abramo (1994) contribui com essa discussão ao argumentar que o desenvolvimento industrial foi um marco que impulsionou a percepção de juventude mais relacionada à mão de obra para o trabalho e como consumidora, ao oferecer oportunidades de trabalho para os jovens recém-egressos da escola e, conseqüentemente, gerar aumento de renda familiar e novos consumos, incluindo produtos da indústria cultural.

Edgar Morin observa esse movimento em obras de referência como “Cultura de massas no século XX”. Uma de suas provocações é sobre a juventude como subcultura específica. A “cultura adolescente-juvenil”, como chama, seria parte da cultura de massa e, simultaneamente, estaria buscando ser diferente desta (MORIN, 2002). Os jovens tanto consomem os produtos materiais e imateriais oferecidos pelo mercado cultural como criam subculturas para transgredir e se contrapor ao sistema.

Bourdieu (1983) também lança contribuições importantes para o debate sobre juventudes quando aponta as divisões entre as faixas etárias como arbitrárias, criadas pelos adultos como divisão de poder, ou seja, para exercer controle social sobre os jovens. No artigo “A juventude é apenas uma palavra”, o autor afirma que essa imposição de limites invisíveis visa produzir uma ordem que determine a permanência de cada um em seu lugar. “[...] a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente na luta entre jovens e velhos” (BOURDIEU, 1983, p. 152).

Por isso, a palavra juventude não expressa toda a complexidade dessas relações e também das de classe. O termo, portanto, não deve ser usado de modo universal para designar diferentes realidades. Condições de vida, de existência, de trabalho, de estudo etc. marcam os diferentes lugares ocupados por jovens distintos, e também influenciam na politização desses indivíduos.

Charlot (2000) lembra também que o jovem enquanto ser social é igual a todos como espécie, igual a alguns como parte de um determinado grupo social e diferente de todos como

um ser singular. E a identidade social de um indivíduo é construída a partir das tensões que se estabelecem entre a autoidentificação e a que é definida pela sociedade.

Para Martín-Barbero (2008), a construção identitária dos jovens faz parte de um universo transitório em que estes se distanciam das gerações mais novas, assim como das mais velhas, como parte de processos socioculturais que envolvem o humano e a máquina. O autor defende que é preciso considerar as sociabilidades, tecnicidades e subjetividades típicas dos jovens.

“Estamos diante da possibilidade de uma subjetividade sem identidade? Ou melhor, de uma subjetividade que se dota de uma identidade completamente construída, ficcional?”, provoca Martín-Barbero (2008, p. 25). Aos olhos do autor, as novas tecnologias contribuem para a configuração do sujeito juvenil que segue em processo de mudança social e cultural.

Os jovens, portanto, são atores sociais fundamentais para a compreensão das grandes mudanças culturais em curso, ao mesmo tempo que precisam de uma memória cultural que garanta um sentimento de pertencimento à sociedade. Assim, defende Martín-Barbero (2008), entender essa cultura depende de transcender o período temporal entre a infância e a fase adulta e atentar para um novo *sensorium* que rompe e também conecta passado e futuro, de maneira não linear.

Na realidade atual, acrescenta o antropólogo Pereira (2012), é preciso atentar para os elementos comuns e de diferenciação das juventudes, examinando as condições de gênero, raça, classe social, moradia e pertencimento religioso. “E, o principal, contextualizá-la historicamente, como integrante de uma geração específica que se relaciona com outras gerações. [...] não é possível falar no jovem atual, mas nos diferentes modos de vivenciar a juventude na contemporaneidade” (PEREIRA, 2012)⁷².

A antropóloga Regina Novaes (2022) explica que cada geração se refere a um tempo histórico, com marcas e símbolos compartilhados e, portanto, trata-se de uma experiência única, inédita. As marcas da juventude atual, diz Novaes, inclui múltiplas entradas e saídas da escola e do mundo do trabalho. Apesar de o jovem de hoje, normalmente, ter escolaridade mais alta do que os pais, ele enfrenta mais dificuldade de inserção produtiva e, quando consegue um trabalho, pode não condizer com o nível de escolaridade que conquistou.

⁷² Entrevista disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2012/04/12/juventude-juventudes/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Novaes (2022) afirma ainda que os diferentes níveis de vulnerabilidade dos jovens são resultado das desigualdades e também das diferenças em termos de gênero, orientação sexual, raça e etnia, deficiências físicas, emocionais, cognitivas e também religião. Para ela, a juventude é o espelho retrovisor da sociedade (com suas desigualdades e diferenças) e também espelho agigantador da vida em sociedade, por permitir ver problemas, tendências e potencialidades (NOVAES, 2022, informação verbal)⁷³.

Feixa entrevistado por Oliveira *et al.* (2018) chama a atenção ainda para uma contradição dos tempos atuais. Por um lado, a juventude, como nunca visto antes, tem sido idealizada, imitada, em função do desejo das pessoas de serem jovens, sobretudo, por conta do culto ao corpo juvenil, das suas habilidades do mundo digital e capacidade contínua de aprender.

Por outro lado, e esta é a contradição de meu ponto de vista, nunca como agora as juventudes vêm sendo tão excluídas, tão marginalizadas, tão violentadas em todos os sentidos e estão sendo afugentadas de qualquer tipo de poder econômico ou político. A ponto de alguns autores falarem de ‘juvenicídio moral’ da juventude, não apenas o juvenicídio físico ou a eliminação física dos jovens dissidentes – algo que se reproduz cotidianamente com algumas minorias étnicas ou raciais em países latino-americanos –, mas sobretudo o chamado juvenicídio moral, que seria a estigmatização, o menosprezo constante, o não levar em conta o que os jovens querem ou dizem (FEIXA entrevistado por OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 313).

Feixa (2018) ainda aponta alguns princípios comuns das demandas das juventudes contemporâneas, como ter voz, no sentido de serem escutadas pela sociedade em geral; melhor acesso ao trabalho, a uma ocupação remunerada, que lhes permita autonomia. E em terceiro lugar, como demanda universal, seria um acesso igualitário à informação, portanto, às redes sociais e ao mundo digital.

[...] O capitalismo tardio gerou muitas desigualdades no acesso às redes e hoje poderíamos dizer que, ao contrário da reivindicação ao alfabetismo universal – reivindicação básica do século XIX –, no século XXI, o alfabetismo [sic] digital seria um dos desafios a ser superado (FEIXA entrevistado por OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 314).

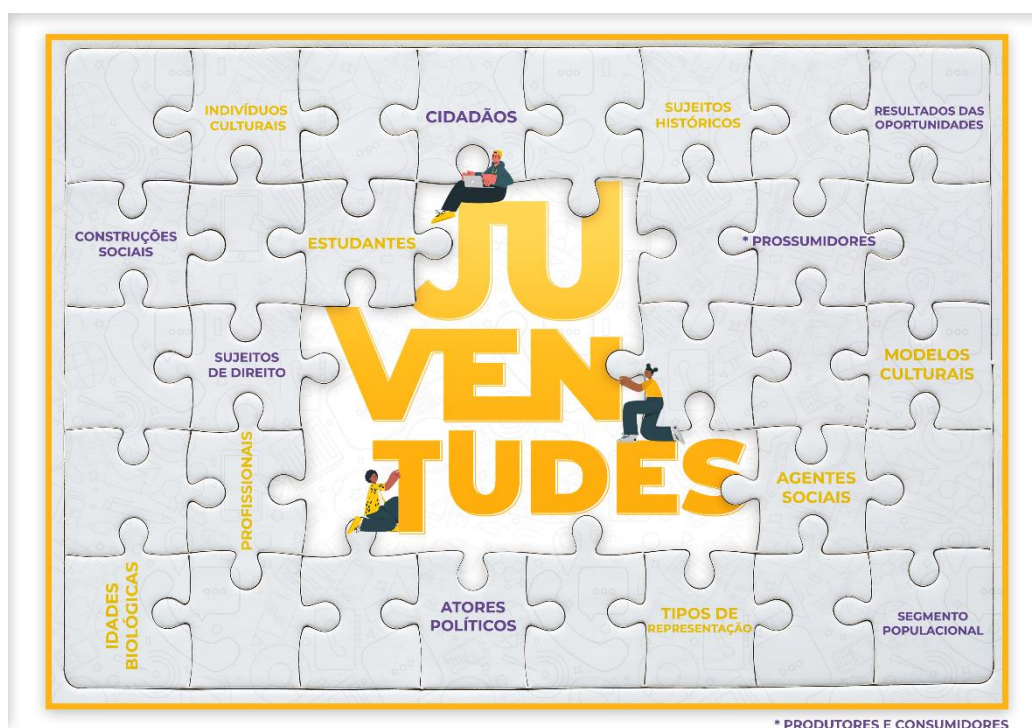
Esse analfabetismo digital, mencionado pelo autor, relaciona-se com nossa discussão sobre competências infocomunicacionais, tema do próximo capítulo (p. 103). Em um contexto

⁷³ Regina Novaes realizou aula *on-line* para professores da rede estadual de ensino da Bahia no dia 19 maio 2022. Gravação da aula disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IVLPAopTT7o&feature=youtu.be>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

de desigualdades abissais no Brasil, como detalhamos neste capítulo, promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes precisa ser garantido para as diferentes juventudes. Não apenas para um uso crítico e saudável da rede, mas também para transformar as mídias e ambientes digitais em aliados dos direitos desse público.

Qualquer passo nesse sentido, todavia, exige reconhecer a pluralidade das definições de ser jovem (Figura 4) e, sobretudo, as distintas condições de vivenciar a juventude. Por essa razão, nesta tese, reunimos dados, informações e discussões que contribuem para nos situar em qual contexto estão os jovens de Salvador que se interessam por política.

Figura 4 -- Juventudes e suas multiplicidades de definições



Fonte: Elaborado pela autora (2020); Arte: Santos (2022).

A seguir, apresentamos um breve cenário de como estão os direitos apontados por Feixa como prioritários, como o direito à internet, à participação (ter voz e ser ouvido) e ao trabalho, e acrescentamos outros que também se relacionam com os mencionados e entre si, como o direito à vida e à educação. Todos presentes no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), mas muito ainda distantes da vida cotidiana de parte dos jovens. Para começar, expomos o quadro desse segmento populacional em números no Brasil.

Números em queda, desafios em alta

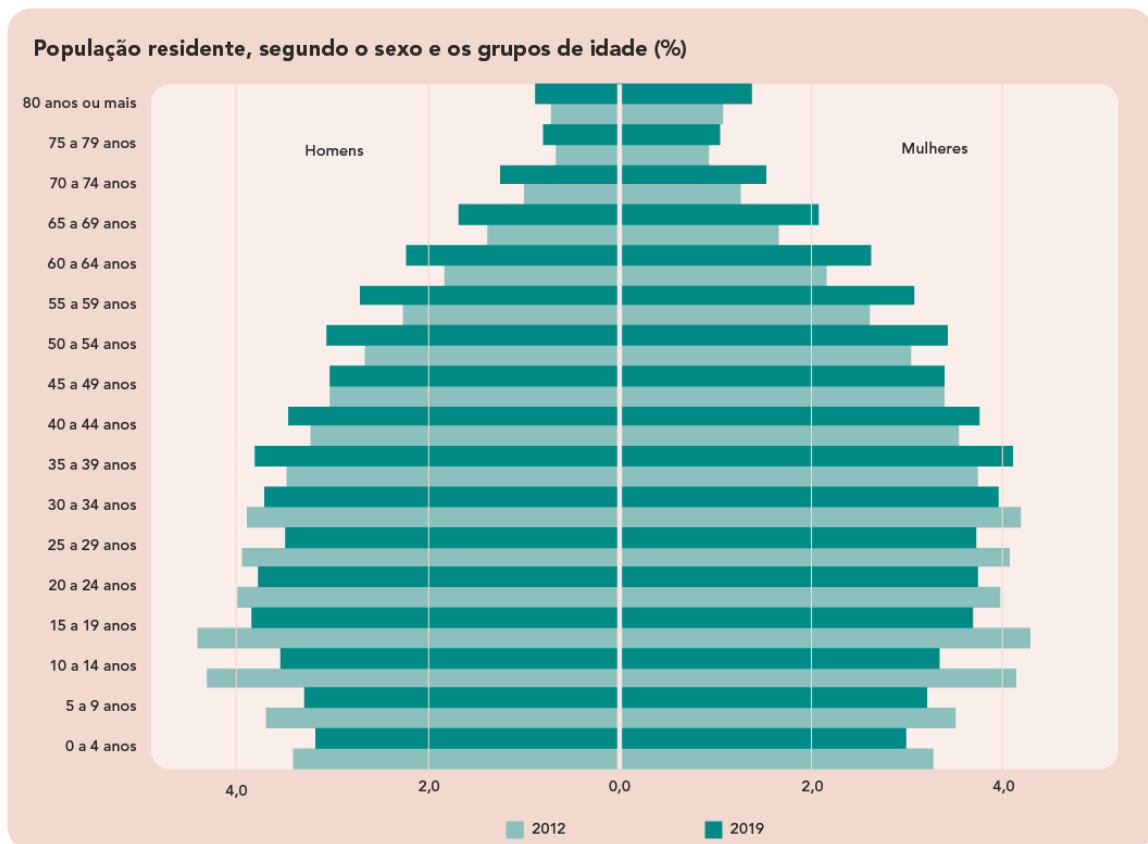
Quando o Estatuto da Juventude foi criado em 2013 para reger os direitos dos jovens brasileiros, ficou estabelecida a faixa etária de 15 a 29 anos como recorte para essa população. Esse instrumento legal se soma ao Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que trata de indivíduos com até 18 anos incompletos, portanto, contemplando parte da faixa etária dos jovens (15 a 17 anos).

No momento em que surge o Estatuto da Juventude, o país vivia um momento histórico peculiar, com um número sem precedentes de jovens no Brasil: 51,3 milhões de indivíduos com idade entre 15 e 29 anos. No recorte de nossa pesquisa (18 a 29 anos) eram cerca de 40 milhões, segundo os dados oficiais mais atuais da época, o censo do IBGE (2010).

Desde então, a tendência é de maior envelhecimento da população. A pirâmide etária do IBGE (2019) mostra que encolheram os grupos mais jovens na base da pirâmide (Gráfico 1). Na comparação com 2012, os dados revelam que reduziu de 47,7% para 42,3% a proporção de indivíduos com idade inferior a 30 anos. Dos 42,3%, 7,3% tinham entre 25 e 29 anos, 10,8% correspondiam à faixa de 18 a 24 anos e 24,2% eram de pessoas com 0 a 17 anos.

Ao contrário dos jovens, a estimativa para a população com mais de 30 anos de idade foi de crescimento em 2019: 57,7% contra 52,4% em 2012. A expectativa de vida dos brasileiros também aumentou. Era de 45,5 anos em 1940 e alcançou 76,3 anos, em 2018. Entre homens e mulheres há diferença: 72,8 anos para os homens e 79,9 anos para as mulheres, de acordo com as Tábuas Completas de Mortalidade para 2018, divulgadas pelo IBGE (2019).

Gráfico 1— População residente, segundo sexo e grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2019.

Fonte: IBGE (2019).

Neri (2019) reforça as mudanças em curso no perfil sociodemográfico brasileiro:

[...] a população jovem de 15 a 29 anos de idade tem apresentado uma diminuição contínua na sua participação relativa na população brasileira, passando de 28,2%, em 2000, para 25,44%, em 2015, devendo alcançar 21,0% em 2030 e 16,24% em 2060 (NERI, 2019, p. 13 apud ATLAS..., 2021).

A Bahia acompanha a tendência nacional. No estado, a população de jovens representava 29,87% da população geral em 2000, reduziu para 26,3% em 2015 e a projeção é de que fique em 15,39% em 2060. Em Salvador, os números revelam que houve queda de 32,03% (em 2000) para 24,54% (em 2015). O responsável pela geração desses dados, o Centro

de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas⁷⁴, que utiliza como fontes o IBGE e DATASUS, não disponibiliza projeções populacionais para as capitais.

Embora já se saiba que a tendência é de envelhecimento da população, o que será verificado com mais precisão durante o novo Censo do IBGE⁷⁵, a representatividade dos jovens na sociedade brasileira continuará exigindo atenção para suas particularidades, desafios e potencialidades, nos convocando a estudos mais aprofundados sobre esse recorte populacional.

São os jovens atuais que também podem construir as bases para o amanhã, além de já exercerem esse papel hoje. “É urgente, portanto, considerar a juventude como um segmento estratégico da população para o futuro, uma vez que esse grupo populacional será responsável pela geração de recursos que sustentarão o crescente envelhecimento da população” (ATLAS... 2021, p. 14).

A publicação também mostra que a maioria da população de 15 a 24 anos é do sexo masculino, enquanto o sexo feminino predomina na faixa entre 25 e 29. Em termos de cor/raça, a maioria (61%) dos jovens é negra (51% pardos e 10% pretos), seguida de 38% de brancos, 0,5% amarelos e 0,4% indígenas, de acordo com a PNAD Contínua de 2019.

Esses recortes demográficos (idade, sexo, cor/raça) são imprescindíveis nas discussões sobre juventudes e as desigualdades que as atingem. “[...] os dados de diferentes dimensões sociais demonstram altos índices de desigualdade racial” (ATLAS... 2021, p. 16). Na próxima seção, apresentamos os impactos das violações de direitos sobre os jovens.

*Barril dobrado!*⁷⁶

3.2 DESIGUALDADES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS

O contexto de desigualdades no Brasil atinge em cheio as juventudes. A seguir algumas das evidências de que esse público está entre as principais vítimas de violações de direitos básicos, o que reforça a existência de razões consistentes para que os jovens façam parte da

⁷⁴ Fonte: FGV Social/CPS a partir das estimativas e projeções populacionais da ONU – Atlas das Juventudes. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/mapa-mundi-municipios-brasileiros-mesma-escala-porcentagem-de-jovens-15-29-anos-0>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

⁷⁵ O novo Censo foi iniciado em 2022, mas ainda não há previsão de conclusão. Mais informações disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

⁷⁶ A expressão “barril dobrado”, muito falada entre os jovens de Salvador, traduz, por exemplo, um problema que é duplo. Neste caso: violação de direitos e desigualdades (2022).

construção de melhorias nas condições de vida e participem da elaboração de ações e políticas que garantam oportunidades para toda a população.

Esta tese considera os impactos das mídias e ambientes digitais na vida dos jovens por reconhecer que esse público é o que mais coabita o espaço *on-line* e, portanto, o que mais pode usufruir das possibilidades e estar vulnerável aos riscos do uso da informação e da comunicação digitais. Portanto, é preciso entender qual o ‘status’ da garantia do direito à internet no país e, em especial, para os jovens.

Direito à internet

Em termos de acesso à internet, as desigualdades são evidentes. Em 2020, 12 milhões de domicílios no país continuavam desconectados, dos quais nove milhões pertencem às classes DE, segundo a TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021). As razões apontadas pelos entrevistados para permanecerem *off-line* incluíam: serviço considerado caro (68%); não saber usar a internet (50%); falta de necessidade (49%) ou de interesse dos moradores (48%).

Este último motivo, desinteresse, foi apontado, principalmente, por domicílios de maior renda familiar (acima de cinco salários mínimos), enquanto o custo e a falta de habilidade foram manifestados pelos que têm renda familiar abaixo de cinco salários mínimos. Além dessa relação direta com a desigualdade socioeconômica, importante enfatizar que, entre as razões apontadas para o não uso da rede, está o desconhecimento sobre como usá-la.

Para quem já tem a internet como parte inseparável do cotidiano é difícil imaginar que ainda existam pessoas *off-line* e, principalmente, que não reconheçam a utilidade para seu dia a dia. Apresentar as potencialidades das mídias e ambientes digitais integra as preocupações das competências infocomunicacionais, assim como qualificar o uso de quem já é imerso, algo que será abordado no próximo capítulo da tese (p. 103).

Outro dado relevante da TIC Domicílios 2020 é que, entre os conectados à rede, 99% da população entrevistada usa o celular como principal dispositivo para navegar na rede. Para 58%, o celular é o único modo de acesso à internet. Entre mulheres negras, esse percentual alcança 67%; homens negros, 59%, contra 52% de mulheres brancas e 42% de homens brancos.

Já entre os que pertencem às classes DE, esse percentual chega a 90%, enquanto na classe A não passa de 11%. “Isso evidencia as múltiplas camadas da desigualdade e seus efeitos

combinados sobre aproveitamento das oportunidades digitais por diferentes parcelas da população”, de acordo com a TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 28).

O telefone celular, apesar de ajudar a reduzir a desigualdade de uso básico da internet, compromete uma série de possibilidades de exploração de recursos e aprendizagens. O acesso e o acompanhamento de conteúdos e aulas *on-line*, por exemplo, são afetados, especialmente, se a conexão não for adequada ou estável.

Estudantes de baixa condição socioeconômica podem não ter pacotes de dados suficientes para assistir às aulas virtuais, baixar os materiais didáticos e se comunicar com seus professores para tirar dúvidas. Além disso, os arquivos de texto e imagem de apostilas demandam espaços muitas vezes inexistentes em alguns aparelhos de celular ou *tablets*, apontam Sousa e Venturini em artigo publicado na TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 122).

A partir de estudos de Norris (2001), Dijk (2005), Zillien e Hargittai (2009), Sousa e Venturini relacionam o uso mais limitado do celular/*smartphone* por grupos com menor escolaridade e renda, quando comparados com pessoas brancas, mais instruídas e com maior renda, que costumam usar uma variedade de dispositivos, como computador, *tablet* etc. “Considerando essas modalidades de tecnologia, a desigualdade racial se torna marcante”, destacam Sousa e Venturini, na TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 121).

Citando dados, os autores mostram que 21,5% dos estudantes negros do Ensino Médio em 2019, por exemplo, acessaram a internet por computador de mesa, enquanto os estudantes brancos somaram 35%. *Laptops* também foram mais comuns entre estudantes brancos (30,8% do que entre pretos e pardos (18,3%).

O gerente do Cetic.br⁷⁷, Alexandre Barbosa, avalia que o “acesso exclusivo pelo telefone celular e a falta de conectividade nos domicílios são limitações que merecem a atenção das políticas públicas [...] Tais fatores dificultam, por exemplo, a continuidade das atividades de ensino e aprendizagem a distância” (CETIC.BR, 2020).

A coordenadora da pesquisa TIC *Kids Online* Brasil 2019, Luísa Adib Dino (PORVIR, 2020), defende ainda a garantia do direito à internet para todos: “[...] Precisamos de medidas

⁷⁷ Depoimento divulgado na página do Cetic.br, disponível em: <<https://cetic.br/pt/noticia/criancas-e-adolescentes-conectados-ajudam-os-pais-a-usar-a-internet-revela-tic-kids-online-brasil/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

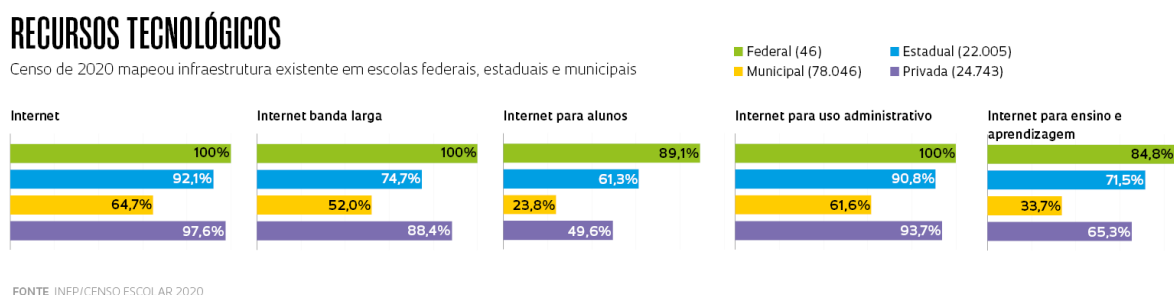
estratégicas e políticas públicas que estejam pautadas na universalização do acesso e na equidade do uso⁷⁸.

O titular da cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e integrante do Conselho Superior da FAPESP, Mozart Neves Ramos, critica a ausência de um plano nacional para garantir conectividade de escolas, professores e alunos⁷⁹.

Dados do Censo Escolar de 2020 do INEP indicam que as redes públicas municipais de ensino foram as que apresentaram pior cenário em termos de condições tecnológicas para estudantes, professores e demais profissionais da educação (Gráfico 2). Os alunos das escolas estaduais, responsáveis pelo Ensino Médio e, portanto, que atendem a população jovem, contavam com internet em 61,3% das unidades de ensino.

Assim como os dados evidenciam as lacunas em termos de garantia do direito à internet, o mesmo tem ocorrido com o direito à educação, tão crucial ao desenvolvimento de criticidade, conhecimentos, habilidades e atitudes para a vida em sociedade. No período da pandemia da Covid-19, a relação entre a internet e a educação ficou ainda mais explícita.

Gráfico 2 – Internet em escolas federais, estaduais e municipais



Fonte: Queiroz, 2021.

Direito à educação

O Brasil está longe de ser referência em termos de direito à educação. O período da pandemia da Covid-19, inclusive, alargou o abismo educacional. Um dos problemas avaliados foi o tempo que as escolas brasileiras permaneceram fechadas durante a pandemia, que superou

⁷⁸ Entrevista concedida ao Portal Porvir em 03 jul. 2020. Disponível em: <<https://porvir.org/desigualdades-sociais-e-culturais-impactam-jovens-na-internet-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

⁷⁹ Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/aprendizado-em-risco/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

a média da América Latina e Caribe, de acordo com pesquisa do Banco Mundial, divulgada em 17 de março de 2021, a partir de informações sobre o desempenho do Brasil no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) e das escolas no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

Enquanto a média na região foi de 160 dias, no Brasil foram 267 dias entre março de 2020 e janeiro de 2021. Embora ainda faltem estudos mais atualizados, especialistas estimam que os impactos devem se manifestar nos números da evasão escolar, defasagem e desigualdade de aprendizagem no país, especialmente, nos estudantes de unidades públicas de ensino.

Alguns levantamentos nacionais reforçam essas preocupações. Pesquisa do Instituto DataSenado⁸⁰ aponta que 19,5 milhões de estudantes estavam com as aulas suspensas em função da pandemia da Covid-19 em 2020. Esse total representava 35% dos 56 milhões de alunos matriculados na Educação Básica e Superior no Brasil nesse período. Entre os 58% (32,4 milhões) que estavam com aulas remotas, 26% dos alunos da rede pública não possuíam acesso à internet contra 4% da rede privada.

De março a julho de 2020, 846 mil alunos de 53 das 69 universidades federais permaneceram sem aulas, mesmo *on-line*. Apenas 10 universidades estavam com atividades remotas e seis com atividades parciais⁸¹. As atividades ficaram suspensas por dificuldades de acesso à internet pelos estudantes e inexperiência dos professores com aulas remotas, de acordo com o Ministério da Educação⁸².

Nas Instituições Federais de Ensino Superior, a baixa renda dos estudantes foi um dos indicadores que os isolaram das atividades educacionais *on-line*. Mais da metade dos discentes dessas instituições pertence a famílias cujo rendimento por pessoa é de até 1 salário mínimo. É o que mostra a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES, promovida pela Andifes em 2018.

Em relação à evasão escolar, os dados oficiais mais recentes indicam que 5,6% dos estudantes do Ensino Médio no Brasil abandonaram a escola em 2021, número que é superior ao dobro do registrado em 2020, 2,3%. A taxa de aprovação, por sua vez, reduziu 4,2%: de 95%

⁸⁰Pesquisa divulgada pela Agência Senado, disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁸¹ Portal do Ministério da Educação, disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁸²Apuração dos dados foi realizada pela equipe de reportagem do portal G1, disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/14/so-6-das-69-universidades-federais-adotaram-ensino-a-distancia-apos-paralisacao-por-causa-da-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

caiu para 90,8% na comparação entre 2020 e 2021. É o que revelam os dados da segunda etapa do Censo Escolar da Educação Básica 2021, divulgada, de modo parcial, em maio de 2022 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022).

A interrupção de etapas da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) é um problema já conhecido no âmbito educacional do Brasil. As causas costumam estar relacionadas, principalmente, à necessidade de o aluno trabalhar (39,1%), ao desinteresse pelas aulas (29,2%) e, entre as mulheres, à gravidez (23,8%) e aos afazeres domésticos (11,5%), de acordo com a PNAD Contínua 2019 (IBGE, 2020).

O cenário de exclusão ou precarização digital agravou ainda mais o abandono escolar, no período da pandemia, no qual a conectividade era pressuposto para continuar os estudos. A pesquisa nacional “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” (CONJUVE, 2020), por exemplo, indicou que três em cada 10 jovens (28%) cogitavam não retornar às aulas após o fim do distanciamento social. Entre os jovens que consideravam fazer o ENEM⁸³, principal porta de entrada para o Ensino Superior, quase a metade (49%) aventou a possibilidade de desistência.

Quem permaneceu estudando também enfrentou muitas dificuldades, agravadas a depender da cor/raça, de acordo com os dados da PNAD Covid 19 (IBGE, 2020)⁸⁴. Os 88,8% dos estudantes brancos do Ensino Médio, por exemplo, receberam em casa atividades educacionais durante a pandemia, contra 73,4% dos estudantes pardos e 77,9% dos pretos. “[...] a desigualdade racial no acesso à internet é um efeito combinado de diferenças estruturais regionais e de classe no país”, afirmam Sousa e Venturini, na TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 125).

Os autores lembram ainda que os pretos e pardos são maioria nas regiões Norte e Nordeste e fazem parte de famílias com renda menor e com acesso à internet mais limitado. De acordo com a PNAD Covid 19 (IBGE, 2020), a maior representação de pretos e pardos está concentrada na região Norte (78% da população), seguida pela região Nordeste, com 73,6%. Centro-Oeste, 61,5%; Sudeste, 47,2%; e Sul, 23,7%, segundo dados de julho a novembro de 2020.

⁸³ O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma prova realizada pelo Ministério da Educação do Brasil para avaliar a qualidade do Ensino Médio no país, cujas notas viabilizam ou não o acesso do estudante ao Ensino Superior.

⁸⁴ Mais informações sobre a PNAD Covid 19 estão disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-Pnadcovid1.html>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

Apesar de todo esse cenário de desafios relacionados à educação formal, muitos jovens encontram formas de permanecer *on-line*, ainda que não nas condições ideais, porque a internet é indissociável de sua sociabilidade, estando, portanto, expostos a informações e práticas comunicacionais que podem contribuir ou prejudicar seu desenvolvimento cidadão.

Assim como a TIC Domicílios 2020 (2021) apontou que 44% dos internautas realizaram estudo *on-line* por conta própria, a pesquisa “Juventudes e a pandemia do coronavírus” (CONJUVE, 2020) também indicou comportamento semelhante e com percentual ainda maior para esse segmento populacional: 85% dos 33 mil jovens entrevistados buscaram formas de aprendizado por conta própria. Do total de jovens ouvidos, quatro em cada 10 estavam fazendo cursos *on-line* e consultando livros (impressos ou digitais).

Desse modo, embora parte significativa dos jovens estivesse sem as condições adequadas para seguir com os processos educacionais formais, eles mantinham meios de comunicação *on-line* que lhes garantissem acessar informações e se comunicar na rede, mesmo que dividissem o uso de um mesmo equipamento com pessoas da família, acessassem a internet via *wi-fi* da vizinhança ou pacotes de dados com tempo restrito. E essa limitação de dispositivo e de conectividade deixa marcas em termos de aproveitamento educacional.

Por meio de dados públicos recolhidos em todo o país durante 2019 e 2020, é possível demonstrar como não só o acesso à internet, mas também as capacidades tecnológicas influenciam as desigualdades e caracterizam a exclusão digital brasileira em relação à população estudantil. Os estudantes com mais estrutura informativa são capazes de conseguir mais recursos para estudar, num ritmo mais rápido e com melhor qualidade do que outros, afirmam Sousa e Venturini, na TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 126).

Como exposto, a inobservância de um direito (internet) gera impactos negativos sobre outro (educação) e vice-versa, assim como compromete muitos outros. Para continuar esse exercício de explicitar alguns deles, não podemos deixar de mencionar um maior, que é o direito à vida e que está diretamente relacionado ao direito à educação. “[...] Estima-se que cada jovem com educação básica viverá quatro anos de vida a mais que um jovem que não terminou a escolaridade”, aponta o economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, Ricardo Paes de Barros.⁸⁵

Um estudo do Insper e do Instituto Natura também indica que o aumento de um ponto no indicador IDEB-ENEM nos municípios reduz cerca de 25% as taxas de homicídios e óbitos

⁸⁵ Entrevista concedida à BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53476057>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

por causas externas, assim como aumenta em 200% a taxa de emprego entre os jovens e amplia em 15% as matrículas no Ensino Superior, de acordo com a pesquisa “Um Novo Índice de Qualidade da Educação Básica e seus Efeitos sobre os Homicídios, Educação e Emprego dos Jovens Brasileiros”⁸⁶ (SALOMÃO; MENEZES FILHO, 2022).

Direito à vida

O direito essencial à vida tem sido negado a parte dos brasileiros, particularmente, aos jovens. A principal causa de morte desse segmento populacional é a violência. A cada dia, 64 jovens foram assassinados no país em 2019. Os dados são do Atlas da Violência 2021 (CERQUEIRA, 2021), que se baseia em levantamentos de diversas fontes oficiais⁸⁷.

A publicação revela que 39 de cada 100 jovens que morreram com idade entre 15 e 19 anos foram vítimas de homicídios em 2019. Na faixa de 20 a 24 anos, foram 38 vítimas de violência letal a cada 100 óbitos, reduzindo apenas um pouco entre os indivíduos com 25 a 29 anos: 31 a cada 100 jovens.

Sozinhas, as pessoas de 15 a 29 anos são a maioria das vítimas em todo o país: 51,3% dos 45.503 homicídios registrados em 2019, ou seja, 23.327 jovens perderam a vida de modo brutal. E esses dados não são inéditos. Historicamente, é esse segmento da população que aparece como principal vítima de homicídios.

Em apenas uma década (2009 a 2019), 333.330 jovens foram mortos no Brasil.

São centenas de milhares de indivíduos que não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem (CERQUEIRA, 2021, p. 27).

Quando analisado o total de homicídios no país, a taxa média é de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. A Bahia é o segundo estado com maior taxa: 41,1 mortes por 100 mil habitantes, quase o dobro da média nacional. O estado também desponta entre as unidades da Federação com a segunda maior taxa de mortalidade violenta juvenil no país (97,0 por grupo de 100 mil),

⁸⁶ A pesquisa está disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2022/03/policy-paper-natural-final.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

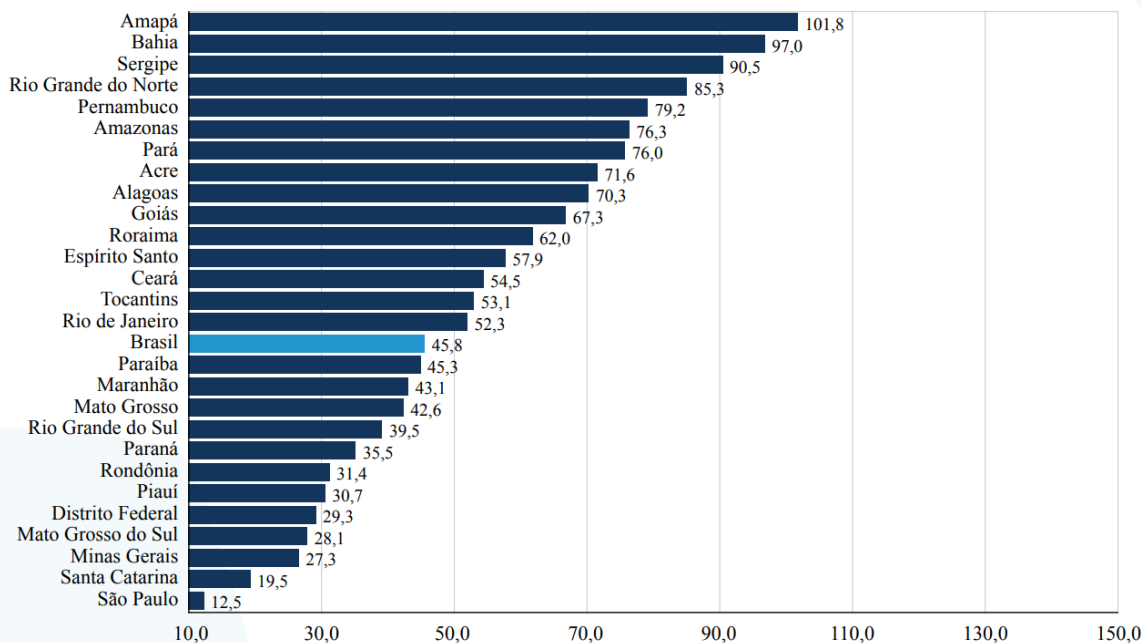
⁸⁷ O Atlas da Violência 2021 foi produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

representando pouco mais do dobro da taxa nacional (que é de 45,8), perdendo apenas para o estado do Amapá (101,8) e seguida por Sergipe (90,5), conforme mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Taxa de homicídios de jovens, por grupo de 100 mil, por UF

GRÁFICO 4.2

Brasil: Taxa de Homicídios de Jovens, por Grupo de 100 mil, por UF (2019)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Considerou-se jovens indivíduos entre 15 e 29 anos. Elaboração: Diest/lpea, FBSP e IJSN.

Fonte: Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2021, p. 29).

Ainda que os números de 2019 sejam preocupantes, houve queda nos registros gerais de mortes no país, considerados os menores desde 1995. Em comparação com 2018, constatou-se um recuo de 24,3% nos números absolutos nacionais de homicídios de jovens. Porém, Cerqueira (2021) adverte que houve deterioração na qualidade dos registros oficiais, especialmente, entre 2018 e 2019, de modo que os resultados devem ser vistos com cautela.

Houve, por exemplo, aumento no número de mortes violentas por causas indeterminadas entre os jovens, saltando de 2.535, em 2018, para 3.991, em 2019. Esse é um dos resultados que podem influenciar a redução estatística nas mortes por homicídio. Além disso,

[...] a tragédia da juventude perdida continua se apresentando como um problema endêmico do país. Ainda que com variações periódicas para mais ou para menos nas taxas de mortalidade juvenil, permanece um cenário constante e sem perspectiva de mudança a curto ou médio prazo, em que

dezenas de milhares de jovens são vítimas de homicídios todo ano no país. São jovens que perdem sua vida e um país que perde seu futuro (CERQUEIRA, 2021, p. 31).

O sexo predominante das vítimas também é conhecido: 93,9% do total de jovens que morreram por causa violenta foram do sexo masculino em 2019, percentual muito próximo de 2018: 94,1%. Esse fenômeno das mortes violentas é também marcado pela raça/cor. “Pelo menos desde a década de 1980, quando as taxas de homicídios começam a crescer no país, vê-se também crescer os homicídios entre a população negra⁸⁸, especialmente na sua parcela mais jovem” (CERQUEIRA, 2021, p. 49).

Somente por conta da cor, o risco de morte aumenta 2,6 vezes para negros em comparação com os não negros⁸⁹. Entre as mulheres assassinadas no Brasil, a taxa de mortalidade por 100 mil habitantes também é maior entre as negras (4,1) contra taxa de 2,5 para mulheres não negras. No comparativo com números absolutos, entre 2009 e 2019, cresceu 1,6% o número de homicídios entre negros, enquanto caiu 33% entre as vítimas não negras.

Um levantamento do Jornal Correio⁹⁰ mostra que crimes violentos letais intencionais (CVLIs) abreviaram a vida de mais de 20 mil pessoas em Salvador e Região Metropolitana (RMS), no período de 2011 a 2021, sendo as principais vítimas homens de 17 a 26 anos, com predomínio da idade de 19 anos, que representaram, sozinhos, 805 vidas a menos.

Com essa idade, apenas em 2021, morreram 29 jovens. Nesse ano, 92,9% das primeiras mil mortes eram de jovens do sexo masculino, com idade entre 19 e 27 anos. Os quatro bairros de Salvador com maior registro de violência estão em regiões da periferia: São Marcos, São Caetano, Valéria e Fazenda Grande do Retiro.

A cientista social Silvia Ramos, coordenadora da Rede de Observatórios da Segurança, afirma que a maioria das vítimas é negra. “[...] nós verificamos que mais de 90% dos mortos pela polícia são jovens e são negros” (CORREIO, 2021)⁹¹. A descrição deste perfil também é a mesma apresentada pelos dados do IDEAS Assessoria Popular, que integra o Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia.

⁸⁸ O Atlas da Violência (2021) considera negros a soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE.

⁸⁹ Indivíduos não negros são a soma dos amarelos, brancos e indígenas, de acordo com o Atlas da Violência (2021).

⁹⁰ Mais informações sobre a pesquisa do Jornal Correio estão disponíveis em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/em-uma-decada-salvador-e-rms-perderam-20-mil-vidas-para-a-violencia/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁹¹ Entrevista publicada pelo Correio em 10 jul. 2021, disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/em-uma-decada-salvador-e-rms-perderam-20-mil-vidas-para-a-violencia/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

A organização sistematizou as ocorrências letais em decorrência da atividade policial em portais de notícia para a 3ª Edição dos Cadernos Populares - Breves Considerações sobre os Autos de Resistência na Bahia, que está no prelo. Segundo os responsáveis pela pesquisa, a maior parte dos mortos por intervenção policial – os autos de resistência – são jovens, negros, da periferia e têm entre 18 e 19 anos (IDEAS, 2022)⁹².

Os dados de 2020 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre os números da letalidade policial no estado da Bahia também apontaram que 100% das vítimas de violência policial em Salvador são homens negros, sendo a capital a terceira do país com maior número das ocorrências: 381 assassinatos, uma média de um homem negro morto a cada dia.

Salvador só não ultrapassou o Rio de Janeiro (com 415 mortes) e São Paulo (390 mortes). Em todo o estado da Bahia, cresceu de 773, em 2019, para 1.137, em 2020, o número de pessoas mortas pela polícia, um aumento de 47%⁹³, o que colocou o estado na quarta posição de taxa de mortalidade por intervenções policiais⁹⁴. E, quando não têm a vida abreviada, os jovens enfrentam a luta pela sobrevivência diária, sendo a fatia da população que mais sofre para conseguir oportunidade de trabalho e renda.

Direito a trabalho e renda

Segundo as pesquisas sobre desemprego no país, são os jovens de 14 a 24 anos que figuram entre as maiores taxas: 31% dos desempregados, o que equivale a mais do dobro da média nacional (14,7%), de acordo com dados do 1º trimestre de 2021 da PNAD (IBGE). No 2º trimestre de 2020, a taxa era de 29,7% entre os jovens contra 13,3% da população geral, ou seja, mais do dobro (IBGE)⁹⁵. Quando avaliado o cenário entre pretos, pardos e brancos, a taxa também varia substancialmente: pretos (17,8%), pardos (15,4%) e brancos com percentual menor: 10,4%.

Como consequência do desemprego, foram os jovens os mais afetados pela perda de renda durante a pandemia da Covid-19. Entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020, os

⁹² Dados da IDEAS estão disponíveis em: <<https://www.ideasap.org.br/publica%C3%A7%C3%B5es-1>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁹³ Dados divulgados pelo programa Profissão Repórter da TV Globo, disponível em: <<https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/09/22/estudo-mostra-que-todas-as-vitimas-de-violencia-policial-em-salvador-em-2020-eram-homens-negros.ghtml>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁹⁴ Mais informações disponíveis em: <<https://www.ideasap.org.br/post/homem-negro-%C3%A9-o-perfil-de-100-dos-mortos-pela-pol%C3%ADcia-em-salvador>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁹⁵ O IBGE divulgou os dados do segundo trimestre de 2020 em 28 de agosto 2020.

brasileiros de 15 a 19 anos viram a renda recuar em 34,2% e o grupo com idade entre 20 e 24 anos vivenciou uma perda de 26%, segundo o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social)⁹⁶.

O Atlas das Juventudes (2021) também reforça que 33% dos jovens com trabalho perderam rendimentos durante a pandemia e 8% ficaram sem qualquer renda. Outros 27% tiveram de parar de trabalhar. Antes da pandemia, em 2017, a mesma publicação mostra que 8,3% de jovens brasileiros estavam em situação de extrema pobreza (sobrevivendo com US\$ 1,90 por dia) e 30,1% em situação de pobreza (US\$ 5,5 por dia)⁹⁷.

Esses fatores de ordem econômica estão entre os principais que comprometem a educação dos jovens, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais 2019 do IBGE⁹⁸. Em 2018, por exemplo, 11,8% dos jovens pobres de 15 a 17 anos abandonaram a escola antes de concluir o Ensino Médio. No mesmo período, o percentual entre os jovens mais ricos foi de 1,4%, ou seja, percentual oito vezes menor do que o dos jovens mais pobres.

Ou seja, um dos desafios atuais é a pressão que os jovens sofrem para adentrar o mundo do trabalho cada vez mais cedo, como forma de apoiar o sustento da família, garantir a própria sobrevivência e conquistar autonomia. Em paralelo, as oportunidades não acompanham essas necessidades ou representam meios de precarização das condições de vida, contribuindo para o abandono da escola ou universidade.

E quando o jovem desiste do Ensino Médio, para citar um exemplo, os impactos costumam ser sentidos por toda a vida. “Aferimos que a pessoa que conclui o Ensino Médio agrega US\$ 2 mil em sua renda anual, comparando com uma situação em que ela deixou de estudar no ensino fundamental e foi direto para o mercado de trabalho”, afirma o economista André Portela, da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)⁹⁹.

⁹⁶ Pesquisa disponível em: <<https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-efeitos-da-pandemia-sobre-o-mercado-de-trabalho-brasileiro>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁹⁷ Mais dados da Síntese de Indicadores Sociais 2018 estão disponíveis em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁹⁸ Pesquisa do IBGE disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

⁹⁹ Entrevista divulgada pela Revista de Pesquisa Fapesp. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/aprendizado-em-risco/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

O economista explica que momentos de crise e recessão econômica dificultam a transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho, enquanto em períodos de economia aquecida, aumentam as oportunidades de renda e emprego. Durante a pandemia, até a desigualdade de condições de uso da internet interferiu no contexto de trabalho e renda dos jovens.

De acordo com a TIC Domicílios 2020 (2021), 38% dos usuários de internet mencionaram ter realizado atividades de trabalho durante o isolamento social, porém foram mais frequentes atividades entre as pessoas da classe A (72%) ou com Ensino Superior (66%), enquanto os das classes C foram 36% e DE, 21%, sendo que a porcentagem para quem estudou até o Ensino Fundamental foi de 22%, e até o Ensino Médio, 35%.

Um dos pesquisadores das juventudes mais conhecidos na atualidade, Carles Feixa (2018, p. 314), aponta as dificuldades de ocupação remunerada como uma das mais desafiadoras dos tempos atuais:

[...] Isto está desaparecendo, está se precarizando de uma maneira alarmante. O trabalho dos jovens: o salário, o tempo e as condições de trabalho, eles estão perdendo direitos sociais que historicamente haviam sido conquistados na modernidade. O acesso a um modo de sustento, de ganhar a vida, seria, eu creio, uma das demandas, senão uma das alternativas é depender da família ou do Estado, que sempre supõe um corte no processo de emancipação.

Toda essa situação de direitos violados ou parcialmente garantidos convoca os jovens a serem coautores de políticas e iniciativas que combatam a desigualdade e que promovam a inserção efetiva desse segmento populacional como prioridade na agenda pública. Algo que está diretamente relacionado ao direito à participação social e política das juventudes.

Direito à participação

Sem pretender esgotar as vulnerabilidades que marcam a trajetória dos jovens, abordaremos um último direito, também debilitado, que é parte do interesse de nossa tese, o direito à participação. Entendemos este direito como potencializador da promoção e da proteção dos demais. A participação dos jovens é um direito¹⁰⁰ reconhecido internacionalmente e, no

¹⁰⁰ A participação é um direito garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pela Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (1989) e pela Convenção Ibero-Americana dos Direitos da Juventude (2008), para citar algumas das principais referências internacionais. Nos marcos legais brasileiros, destacam-se a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Juventude (2013).

Brasil, conta com o respaldo do Estatuto da Juventude, instituído em agosto de 2013¹⁰¹. Neste estatuto, o direito à participação está registrado nos princípios¹⁰², nas diretrizes¹⁰³ e no capítulo sobre os direitos dos jovens, cuja seção I trata do “Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil”, reforçando que “o jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude”¹⁰⁴.

A menção ao termo “jovem” ocorreu, pela primeira vez em um marco legal no país em 2010, graças à Emenda Constitucional nº 65¹⁰⁵. O instrumento legal permitiu expandir as discussões sobre direitos relacionados aos jovens ainda não contemplados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e reivindicados pelos movimentos sociais e estudantis, que conseguiram o apoio de parlamentares.

Esse reconhecimento do público jovem enquanto sujeito de direito tem sido consolidado, pouco a pouco, no Brasil, a partir da pressão de movimentos sociais liderados, principalmente, pelas juventudes. É recente também, por exemplo, a criação da Secretaria Nacional da Juventude (2004) e dos Conselhos da Juventude (2005).

No contexto das instituições educacionais, existem os conselhos escolares e grêmios estudantis como espaços de exercício da participação. Na Bahia, a Secretaria de Educação do Estado criou, em 2021, o programa de lideranças territoriais, que reúne os líderes jovens eleitos

¹⁰¹ O Estatuto da Juventude foi instituído pela Lei nº 12.852/2013, em 5 de agosto de 2013, e trata dos direitos dos jovens, dos princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, além de ter permitido a criação do Sistema Nacional de Juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁰² Na seção sobre os princípios, constam “II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações”; “III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País”; além do “parágrafo único. A emancipação dos jovens a que se refere o inciso I do caput refere-se à trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade”, apenas para mencionar os trechos que tratam literalmente da participação.

¹⁰³ Nas diretrizes gerais, é atribuído aos agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude observar: “II - incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação”, assim como “III - ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios”.

¹⁰⁴ A participação juvenil é entendida no marco legal como: “I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais; II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País; III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto”. Outro artigo (5º) especifica que “A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis”.

¹⁰⁵ A Emenda Constitucional nº 65 alterou o art. 227 da Constituição Federal para tratar dos interesses da juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm>. Acesso em: 14 nov. 2022.

nos municípios, que, por sua vez, são eleitos pelas lideranças das escolas de Ensino Médio¹⁰⁶, além do Projeto Jovem Ouvidor.

No Ensino Superior, existem os diretórios acadêmicos, os conselhos de graduação e também de pós-graduação. Há ainda os partidos políticos, projetos do Legislativo, associações e outras formas de agremiações. Entre a criação dessas instâncias e a efetivação da participação esperada, no entanto, há inúmeros desafios: desde o funcionamento pleno desses espaços até o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam o exercício do protagonismo político pelos jovens.

Da mesma forma, exercer o direito ao voto, a possibilidade de participar como candidatos nas eleições, realizar manifestações, protestos e outras formas de participação política são ações que requerem recursos, motivação, consciência crítica e competências para se lançar na vida pública de forma ativa. Além disso, são necessários “espaços de escuta qualificada, possibilitar momentos de autogestão para que os jovens possam tomar decisões, articular suas necessidades e ideias, melhorar a eficácia das políticas e programas e dar aos jovens a chance de participar em sua execução”, enfatiza a Organização Internacional do Trabalho no Atlas das Juventudes (2021, p. 27).

São muitos os desafios, pois a atual geração de 15 a 29 anos tem convivido com instabilidades políticas, ameaças à democracia e novas formas de sociabilidade via internet, o que amplia as formas de participação política e social, embora a apropriação destas permaneça em estudo. Tudo isso em um contexto de profundas desigualdades socioeconômicas, agravadas pela pandemia do coronavírus.

Disputar os espaços de poder, incluindo, os institucionais e eleitorais, é esperado em um sistema democrático, assim como transformar causas sociais em políticas públicas. Assim, entender o papel dos jovens nesse cenário é um dos desafios atuais da sociedade. Nesta pesquisa, buscamos conhecer sobre a participação política dos jovens de Salvador que se interessam por política, apesar das limitações, dificuldades e barreiras impostas a muitos deles pela necessidade de sobrevivência.

¹⁰⁶ Mais informações sobre os líderes escolares, municipais e territoriais estão disponíveis em: <<http://estudantes.educacao.ba.gov.br/noticias/novas-eleicoes-de-lideres-de-classe-da-rede-estadual-vaio-envolver-escolha-de-representantes>> e também sobre jovens ouvidores, em: <<http://estudantes.educacao.ba.gov.br/noticias/sec-promove-encontro-com-estudantes-de-toda-bahia-para-discutir-programas-e-politicas-educa>>. Acesso em: 14 nov. 2022. ou pelo Instagram: <@lideresbaianos>.

As difíceis condições de vida e os fatores relacionados à pobreza e à desigualdade social, que se convencionou denominar de ‘vulnerabilidade social’, criam dificuldades objetivas para o exercício da participação e o engajamento social e político. A busca pela sobrevivência não é compatível com o tempo livre que as atividades de participação política demandam aos cidadãos. A necessidade de trabalhar é, neste sentido, uma das principais razões da diminuição do potencial participativo na sociedade. O aumento da idade coincide, então, com a diminuição das oportunidades e da disposição para a participação e o engajamento militante (CARRANO, 2012, p. 95).

Todas as desigualdades que afetam os jovens, algumas sintetizadas nesta tese, reforçam a importância de considerá-las nos estudos que buscam compreender o comportamento das juventudes relacionado à participação política. Em nosso estudo, interessa conhecer o perfil dos jovens que se mantêm interessados em política a despeito das dificuldades socioeconômicas e/ou impulsionados por estas e como atuam na vida pública.

Do mesmo modo, nos importa compreender como esses jovens estão se informando e se comunicando quando usam as mídias e ambientes digitais e, principalmente, qual a percepção deles sobre as próprias competências infocomunicacionais, aqui entendidas como conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas, ao longo da vida, de forma cada vez mais consciente.

Quanto mais recursos, reflexões e experiências formativas de qualidade são oportunizadas aos jovens, mais aptos estarão para selecionar, avaliar, usar e compartilhar informações que sejam úteis para si e para a construção de uma sociedade mais equânime. Do mesmo modo, conseguirão direcionar sua comunicação para os mesmos propósitos de diálogo construtivo, mantendo-se atentos para o potencial das tecnologias digitais e seus impactos sociais, culturais e políticos.

3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Os dados relacionados a algumas das desigualdades socioeconômicas que afetam as juventudes apresentados nesse capítulo vão ao encontro das evidências científicas e acadêmicas que demonstram a relação direta entre a condição de renda, classe, cor/raça, gênero, dentre outras, que impactam no ser jovem no Brasil e, em particular, em Salvador.

Apesar de não ser objeto desta tese discutir cada aspecto das desigualdades que atingem, profundamente, os jovens, consideramos fundamental trazer o retrato dessas assimetrias, por

compreendermos que qualquer discussão que envolva a população jovem precisa levar em conta essas diferenças de efetivação de direitos (CARRANO, 2012; FEIXA, 2018; PAIS, 2021; NOVAES, 2022; SPOSITO, 2003).

Ao mesmo tempo, são essas mesmas desigualdades que convocam a participação desse público, de modo que exerçam o direito de protestar e refletir sobre o cenário posto, além de contribuir com o planejar, realizar, monitorar e avaliar políticas públicas que combatam as assimetrias e tornem o viver em sociedade mais equânime para esse segmento e para toda a população.

Sabemos que não será em quatro anos que as desigualdades brasileiras deixarão de existir, mas sim a partir de novas práticas e formas criativas de fazer a política, com continuidade. E isso dependerá de um trabalho constante de imaginação para que as gerações atuais e as próximas reconheçam, na política institucional e eleitoral, caminhos fundamentais para a redução das desigualdades sociais, econômicas, ambientais e raciais (INSTITUTO UPDATE, 2022).¹⁰⁷

Portanto, toda e qualquer análise sobre esse segmento populacional precisa considerar esses aspectos, de modo a evitar imprecisões e até distorções nas interpretações sobre os fenômenos relacionados às juventudes. É o que buscamos fazer com os temas de interesse desta tese, ao tratar de competências infocomunicacionais (muito relacionadas aos direitos à educação e à internet, para citar os mais imediatos, mas não apenas esses) e participação política, que tem o potencial de resvalar sobre todos os demais direitos.

A seguir, uma discussão teórica sobre esses conceitos (competências infocomunicacionais e participação política) e a necessidade de também mantê-los atualizados e contextualizados a partir das dinâmicas sociais, marcadas pela forte presença das tecnologias e mídias digitais.

¹⁰⁷ O Instituto Update desenvolve projetos voltados para inovação na política no Brasil. Disponível em: <<https://www.institutoupdate.org.br/jovensnopoder/capitulo01/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

*Bate certo!*¹⁰⁸

4 COMPETÊNCIAS EMERGENTES NA ERA DIGITAL: O PAPEL DAS INFOCOMUNICACIONAIS

O fenômeno da mediação digital está tão entranhado na vida do brasileiro que, mesmo em condições precárias, é difícil encontrar alguém que, neste momento, não esteja se informando ou se comunicando a partir de ambientes ou recursos digitais. Da polêmica que envolveu uma celebridade ao áudio vazado que cassou o deputado; do estudo *on-line* à mobilização contra os cortes orçamentários das universidades públicas; da consulta ao benefício do bolsa-auxílio às videochamadas que aplacam distâncias e o isolamento social.

Tudo isso realizado via conexão banda larga ou mesmo pela gambiarra com o *wi-fi* do vizinho, o fato é que a maioria da população acessa a internet, principalmente, pelo celular, seja com a tela quebrada ou por aquele aparelho de última geração. O nível de uso também é bem variado: desde aquele indivíduo que usa a rede apenas para ouvir e mandar áudios, por não saber sequer escrever, aos que estão compondo artigos ou projetos de lei, comprando ações na bolsa ou assinando abaixo-assinado *on-line*.

Quem tem mais renda utiliza outros dispositivos em paralelo. Quem não tem se limita ao celular, próprio ou compartilhado, seja apenas para se divertir e/ou para trabalhar, estudar, buscar oportunidades, acessar serviços etc. Todo esse mundo de possibilidades cabe no contexto das tecnologias digitais, que pressupõem uma série de direitos e deveres que deveriam ser garantidos ao indivíduo para o uso pleno, crítico, ético e saudável deste, ao lidar com as informações e interações comunicacionais.

No entanto, quando se observa o contexto atual, em que os conteúdos que navegam pelos cabos de rede e fibras óticas podem ser falsos, manipuladores e criminosos, com alcance e instantaneidade nunca vistos, os recursos tecnológicos passam a demandar ainda mais competências de diversas ordens e, sobretudo, senso ético.

A sociedade contemporânea tem vivido esse paradigma, marcado intensamente pela onipresença das tecnologias de informação e comunicação digitais, impulsionada pelos recursos móveis, através dos quais circula um tsunami de conteúdos, em velocidade desmedida e sem fronteiras.

¹⁰⁸ Expressão usada por jovens de Salvador para se referirem a algo atual, do momento, que funciona bem (2022).

Nesses ambientes digitais, os conteúdos são criados e propagados por indivíduos e robôs, que interferem no fluxo informacional, seja de conteúdo verídico ou não, dos banais e toscos aos mais sérios e estratégicos. Os interesses e necessidades de cada indivíduo se somam aos mapeados e regidos por algoritmos, a partir das interações que cada um realiza nas plataformas. Realidade que requer, cada vez mais, uma criticidade sobre o papel das tecnologias e mídias digitais nas nossas vidas, sobretudo, em um país com um regime democrático ainda frágil.

Castells (2005) já dizia que as transformações no mundo são multidimensionais e estão relacionadas ao surgimento de um novo paradigma tecnológico, baseado nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), iniciado na década de 1960, que se dissemina pelo planeta de forma desigual. No Brasil, tem sido exponencial o crescimento do acesso às ferramentas tecnológicas em todas as classes sociais, ainda que existam ‘fossos’ digitais¹⁰⁹ entre os segmentos populacionais, assim como perduram as desigualdades socioeconômicas.

Contudo, a população conectada no Brasil é expressiva. São 152 milhões de usuários de internet no país, ou seja, 81% da população com 10 anos ou mais está conectada na rede *online*, segundo a pesquisa TIC Domicílios 2020 (CGI.br, 2021). No país, a internet está, literalmente, nas mãos dos indivíduos. Cerca de 99% da população usa o celular como principal dispositivo para navegar.

O uso que se faz da internet também é conhecido. As atividades de comunicação e de informação estão no topo das mais comuns. Em termos de comunicação, os destaques são: envio de mensagens instantâneas (93% dos indivíduos), conversas e chamadas por voz ou vídeo (80%) e uso de redes sociais (72%). Na busca por informações, houve crescimento nas relacionadas à saúde na comparação entre os dados de 2020 com 2019: de 47% subiu para 53%. Outro aumento expressivo foi observado em atividades financeiras, que avançou de 33% para 43% (CGI.br, 2021).

Quando disponível, a internet possibilita ao indivíduo a oportunidade de se informar e ser informado, de forma imediata, simples ou usando os mais variados formatos e linguagens. Essas mudanças profundas provocadas pelas tecnologias e ambientes digitais nas sociedades atuais instituíram uma nova realidade informacional e comunicacional que demanda novas

¹⁰⁹ Como exemplos de “fossos digitais” existem bairros periféricos de Salvador onde o sinal de internet e até mesmo o de celular não chegam; parte da população que não dispõe de internet ou a tem de modo insuficiente como apresentamos na parte 2 desta tese, no capítulo sobre os resultados da pesquisa (p. 225).

capacidades humanas e visão crítica sobre as tecnologias digitais, que estão cada vez mais enredadas nas nossas vidas.

As potencialidades e os desafios das novas ambiências *on-line*, tanto em termos de informação quanto de comunicação, exigem o desenvolvimento de novas competências pelos cidadãos, de modo a usufruir da rede sem perder o senso crítico diante dos conteúdos acessados, das próprias produções e da percepção de como empresas usam algoritmos para induzir nosso consumo e de como deixamos rastros digitais que são armazenados, tratados e usados para atender a diversos interesses.

No que diz respeito ao uso humano dos aportes digitais, esta tese visa discutir as competências infocomunicacionais. Este conceito foi proposto por Borges (2011) durante sua tese de doutorado, para tratar de conhecimentos, habilidades e atitudes, relacionadas à informação e à comunicação, empregadas no contexto da sociedade permeada pelas tecnologias digitais.

As competências infocomunicacionais, então, contemplam três tipos de competências: em informação (capacidade de localizar, avaliar, aplicar e se apropriar da informação); em comunicação (necessidade de estabelecer relações, negociar, argumentar) e operacionais (capacidade de manipular dispositivos e artefatos) (BORGES, 2018).

Neste capítulo, discutiremos as competências infocomunicacionais, relacionando-as com o contexto dos ambientes digitais e do público jovem, evidenciando os impactos das desigualdades socioeconômicas no desenvolvimento dessas competências. Essa discussão teórica será fundamental para avançarmos nas reflexões em torno da participação política das juventudes, cujas referências teóricas sustentam nossa pesquisa empírica. Por fim, apresentaremos a relação entre as competências infocomunicacionais e a participação política de jovens de Salvador que se interessam por política.

*Você que lute!*¹¹⁰

4.1 CONCEITOS E DESAFIOS EM MOVIMENTO

Para compreender as competências infocomunicacionais enquanto conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, é preciso distinguir competências de habilidades.

¹¹⁰ Expressão muito comum entre jovens de Salvador para enfatizar que cabe a cada um se esforçar para algo (2022). Nesta seção, o foco é a importância de acompanharmos as dinâmicas socioculturais, tecnológicas e infocomunicacionais.

Segundo o Glossário de Terminologia Curricular UNESCO-IBE (2016, p. 52), a habilidade é a “capacidade de desempenhar tarefas e resolver problemas [...] capacidade, a proficiência ou a destreza para desempenhar tarefas, derivada da educação, da formação, da prática ou da experiência”.

Competência, por sua vez, é uma “combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes apropriadas ao contexto, [...] indica a capacidade de aplicar adequadamente os resultados de aprendizagem em um contexto definido” (UNESCO-IBE, 2016, p. 27). Abrange elementos cognitivos (teoria, conceitos ou conhecimento tácito), habilidades técnicas, atributos interpessoais (habilidades sociais ou organizacionais) e valores éticos (UNESCO-IBE, 2016).

Desse modo, as competências infocomunicacionais estão presentes no momento em que um indivíduo aprende a ligar um celular e acessa um aplicativo de mensagem instantânea, como WhatsApp ou Telegram, assim como quando aperta o *power* de um computador, por exemplo, e sabe como abrir um navegador. Para essas ações, estão em uso competências operacionais, que podem também ser observadas na dimensão da atitude, ou seja, na intenção do uso da tecnologia.

Ao se conectar para pesquisar ou enviar uma informação, o indivíduo está mobilizando competências básicas em informação e, quando checa a veracidade de um conteúdo, está mobilizando competências mais apuradas. Se a ação envolve interação com outra pessoa, estão em curso as competências em comunicação. Podem, inclusive, ser atividades de comunicação formal ou informal, desde que sempre se preservem a responsabilidade e o sentido ético na disseminação de conteúdos (SANTOS; SOUSA; BORGES, 2019).

Outro aspecto a se considerar é que parte significativa das informações está em fluxo, com pessoas, e não armazenada em bases de dados ou websites. “Para acessar essa informação que está com pessoas é necessário, como mínimo: estabelecer um contexto para compreensão mútua, adequar a linguagem e saber ouvir e responder (compreender, argumentar, negociar etc.)”, apontam Santos, Sousa e Borges (2019, p. 76).

Esses autores compreendem a comunicação na perspectiva de Davallon (2007), na qual a interação, relação entre os sujeitos sociais, é mais importante do que a simples transmissão de informação entre um polo emissor e um polo receptor, papéis estes que foram alargados inclusive com as tecnologias e mídias digitais. Ou como ensina Castells (2013, p. 11), a comunicação é o “processo de compartilhar significado pela troca de informações”.

Assim, pode-se afirmar que os 81% da população com idade acima de 10 anos que estão navegando na internet exercem competências infocomunicacionais em alguma medida. E elas estão presentes desde o momento em que o indivíduo percebe uma necessidade de uso de um dispositivo para se informar, por exemplo, à ação efetiva.

Como já exemplificado, distinguir as competências operacionais das demais é algo simples. Se 99% dos brasileiros usam o celular para acessar a internet, todos estão empregando algum nível de competência operacional para realizar este fim porque manuseiam um dispositivo móvel. Já a diferença entre competências em informação e em comunicação é muito sutil.

As duas áreas, informação e comunicação, têm fronteiras tênues e permeáveis. [...] as competências em informação aparecem ligadas ao conteúdo, enquanto as competências em comunicação dizem respeito às relações, ao ato comunicativo (BORGES; OLIVEIRA, 2011, p. 340).

Martino (2015, p. 18) apresenta uma perspectiva que iguala a importância tanto da informação quanto da comunicação para a existência de ambas: “O certo é que não temos comunicação sem informação, e, por outro lado, não temos informação senão em vista da possibilidade dela se tornar comunicação”. Assim, informação está associada ao conteúdo, e a comunicação expressa a relação entre pessoas. O autor, porém, adverte para a polissemia do termo “comunicação”, assim como para “informação”.

Nesta tese, importa a inter-relação entre informação e comunicação, mas também distinções que ajudarão a tornar mais didático o processo de compreensão das competências. Nos dias atuais, saber lidar com a informação ganhou importância ainda maior em uma sociedade hiperconectada, uma vez que o indivíduo não só consome, como produz e dissemina conteúdos.

Diante de um contexto de fluxo intenso, contínuo e acelerado de conteúdo, localizar e avaliar uma informação pertinente a determinada necessidade requer capacidade crítica, além da análise de aspectos legais e éticos no uso e na disseminação da informação. Conseguir manter o foco sobre o que se procura, de modo a solucionar um problema, uma necessidade informacional ou verificar a veracidade de um conteúdo, é o desafio de quem está aprimorando a competência em informação.

A quantidade de informação disponível por meio das plataformas e redes sociais digitais, além de ter crescido de maneira exponencial, também descentralizou como nunca as

fontes de dados. Quem consome informação hoje também pode produzi-la: é o chamado prossumidor da informação (consumidor e produtor de conteúdos).

Esse termo vem do inglês *prosumer*, criado por Alvin Toffler (1980), em sua obra “A terceira onda”. Toffler observa três contextos na evolução da sociedade: a agricultura, a industrialização e a era da informação, e conclui que o consumidor também contribui para a criação de conteúdo.

O termo continua sendo usado no contexto atual para se referir ao sujeito que consome, produz e distribui conteúdos, ou seja, a responsabilidade do indivíduo acompanha todo o ciclo de relação estabelecido com o conteúdo da mensagem. Nos tempos atuais, de duvidosa autenticidade da informação, nem sempre honesta, mas abundante, avaliar e distribuir conteúdo de forma responsável são competências ainda mais necessárias, de modo a evitar a proliferação de informações tendenciosas e falsas.

Não que as informações falsas sejam exclusivas da era digital, mas é no contexto atual que elas se potencializam pela rapidez e pela escala da disseminação, tornando a competência em informação ainda mais fundamental. Mesmo que os sistemas automatizados também exerçam forte influência no processo de direcionamento de conteúdos, ainda está no controle dos indivíduos parte das decisões sobre o que fazer com o que acessa e com o que produz.

Assim, a competência em informação “é entendida como uma metacompetência, ou seja, para além das ditas *information skills* (capacidades informacionais), carrega um sentido de colaboração na produção e no compartilhamento de informação em ambientes digitais participativos, o que demanda o exercício constante do pensamento crítico e da reflexividade, além de atualização tecnológica constante” (BEZERRA; DOYLE, 2017, p. 4-5).

Bezerra e Doyle (2017) endossam que a competência em informação é, portanto, um estado constante de atenção, percepção e compreensão dos mecanismos presentes na produção da informação e no contexto em que foi criada, considerando a perspectiva interrelacional entre o indivíduo e a informação, que fornecerá subsídios complementares para a leitura desta.

Já a competência em comunicação depende da interação de, pelo menos, duas pessoas. É a “capacidade de estabelecer interação com outras pessoas ou grupos, trocar, criticar e apresentar informações e ideias, de forma a atingir uma audiência e com ela manter uma relação bilateral” (BORGES; MARZAL GARCÍA-QUISMONDO, 2015, p. 237).

Dependerá da competência em comunicação, portanto, a possibilidade de a relação entre os indivíduos gerar processos dialógicos mutuamente estimulantes e produtivos, seja no campo

das relações sociais, profissionais, acadêmicas ou demais. Borges (2018, p. 124) acrescenta que:

[...] além da criticidade necessária sobre sua própria produção, emergem aspectos de distribuição (quem é o público-alvo da produção?), de participação (com quem engajar-se?), de criação (com quem produzir?). Todos esses aspectos reclamam a capacidade de relacionar-se com o outro e produzir junto, aproveitando as possibilidades das redes sociais online.

Para Martín-Barbero (2011, p. 123), “falar de comunicação significa, em primeiro lugar, reconhecer que estamos numa sociedade em que o conhecimento e a informação têm tido um papel fundamental, tanto nos processos de desenvolvimento econômico quanto nos processos de democratização política e social”.

Com as tecnologias digitais, as competências em comunicação ganham potencial ainda maior, considerando a cultura colaborativa e participativa potencializada na cultura da convergência midiática (JENKINS, 2008). O autor destaca o potencial do agrupamento de antigas e novas mídias.

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando (JENKINS, 2008, p. 29).

A perspectiva da cultura da convergência do autor agrupa pelo menos três aspectos: convergência midiática, cultura participativa e inteligência coletiva, embora Jenkins (2008, p. 197) reconheça que há níveis distintos de participação. “Permitir aos consumidores interagir com as mídias sobre circunstâncias controladas é uma coisa; permitir que participem na produção e distribuição de bens culturais – seguindo as próprias regras – é totalmente outra”.

A convergência midiática, portanto, depende do nível de interatividade e de participação dos indivíduos nos processos comunicacionais realizados nesse contexto de convergência e uso cotidiano das tecnologias de comunicação. Jenkins (2008, p. 183) define interatividade como o “modo como as novas tecnologias foram planejadas para responder ao feedback do consumidor”, existindo então diferentes níveis de interatividade, a depender de cada tecnologia

de comunicação. A participação, por sua vez, é “moldada pelos protocolos culturais e sociais” (JENKINS, 2008, p. 183).

Para Nico Carpentier (2019), os conceitos de interação e participação têm significados distintos: a “interação é o estabelecimento de relações sociocomunicativas, e a participação é a equalização das relações de poder em momentos formais ou informais de tomada de decisão” (CARPENTIER, 2019a). O conceito de participação é complexo e, por ser crucial para esta tese, será aprofundado no capítulo seguinte (p. 149).

Já o conceito de interatividade, também discutido por diversos autores (LÉVY, 1993; LEMOS, 2003; PRIMO, 2007), seguirá neste estudo em consonância com Carpentier (2019) e alinhado com Primo e Cassol (1999, p. 77):

Entende-se interação como ‘ação entre’. Isto é, recusa-se a valorização do chamado ‘emissor’ ou do ‘receptor’, para se deslocar a investigação para o que ocorre entre os interagentes, isto é, a interação, as ações entre eles, as mediações. Quer-se também valorizar o contexto e como ele influencia a interação.

Avançando com a discussão sobre competência em comunicação, Passarelli e Junqueira (2012, p. 23) contribuem com o tema ao comentar que, “na sociedade em rede, a noção de literacia passa a referir-se também à capacidade de interagir e comunicar-se utilizando as TICs”. Esse novo contexto comunicacional mediado por tecnologias digitais impacta em mudanças na condição social e cultural, algo não exclusivo desta época.

Outras revoluções tecnocomunicativas ocorreram desde a introdução da escrita no séc. V a.C., passando pela prensa de Gutemberg e a difusão de livros e outras publicações impressas, avançando para o surgimento dos meios eletrônicos de comunicação, que consolidaram a cultura de massa até chegar aos dias atuais, em que as tecnologias e mídias digitais permeiam e impulsionam novas sociabilidades.

McLuhan (1974) já problematizou os impactos dos meios de comunicação de massa (TV, rádio, mídia impressa, cinema) sobre as pessoas, revolucionando a Teoria da Comunicação com conceitos seminais como “os meios de comunicação como extensões do homem” e “aldeia global”, por exemplo.

Portanto, muito antes de a internet existir, a mídia já era entendida como onipresente. A capacidade de penetração e importância desta como elemento da cultura e dos hábitos na

sociedade moderna já demandavam o desenvolvimento de competências midiáticas, de modo a garantir um consumo crítico desses produtos.

Com o advento das tecnologias digitais, Lévy (1999) visualizou a emergência de um ciberespaço, que teria criado um “novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 32), que culmina com a cibercultura, entendida como um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), práticas, atitudes, modos, valores, pensamentos e comportamentos resultantes das tecnologias digitais.

Castells (2005) retoma as previsões de McLuhan sobre a aldeia global, que foi consolidada com o advento da internet. Esse sistema de comunicação e essa forma de organização a partir do final da década de 1990 teriam impulsionado a sociedade em rede que, impactada pelas transformações nos processos comunicativos, se mostrou receptiva a redes de informação mais complexas e instantâneas.

A apropriação consciente desse ciberespaço e a potencialização dessas redes demandam aprendizados constantes, dinâmicos e colaborativos, o que requer novas competências, como as infocomunicacionais, destacadas nesta tese. Ver síntese do conceito no Quadro 5.

Quadro 5 – Competências infocomunicacionais em síntese

Competência em informação	Identificar necessidade da informação
	Busca da informação (seleção de fontes, estratégias de localização etc)
	Uso da informação (organização, avaliação/checagem, etc)
	Inter-relacionar peças de informação
Competência em comunicação	Criar conteúdo
	Estabelecer comunicação
	Criar laços sociais
	Participar de produção colaborativa Debater, argumentar
Competência operacional	Avaliar a comunicação
	Uso de artefatos tecnológicos (notebook, celular, tablet etc)

Fonte: Síntese a partir de Borges (2011, 2018); Arte: Santos (2022).

O conceito de competências infocomunicacionais parte de um referencial teórico que integra discussões sobre Alfabetização Informacional (Alfin) ou *Information Literacy*,

Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), *Media Literacy*, *New Media Literacy* e *Metaliteracy* (BORGES, 2018; SILVA; BORGES, 2020).

Cada um desses conceitos surge em um contexto específico e está ligado à relação cada vez mais imbricada dos indivíduos com as Tecnologias de Informação e Comunicação e, mais recentemente, com os ambientes digitais. A expressão *Information Literacy* foi criada nos Estados Unidos na década de 1970 e usada na Espanha como Alfabetização Informacional (Alfin), com o objetivo de tratar as competências em informação, entendidas como saber buscar, avaliar e gerir informação (WILSON *et al.*, 2013).

No Brasil, no entanto, especialistas evitaram o uso da palavra alfabetização, assim como letramento, porque a primeira está relacionada à aprendizagem do sistema de escrita, enquanto a segunda diz respeito a “práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever” (SOARES, 2003, p. 6).

Dessa forma, uma pessoa alfabetizada consegue ler com dificuldade, decodificando os sinais gráficos do Português, e escreve palavras e textos simples. Um indivíduo letrado, por sua vez, é capaz de ler e de escrever, aplicando esses conhecimentos em seu dia a dia. Soares (2009) comenta que esses conceitos são usados como sinônimos ou confundidos com frequência no Brasil, até mesmo nos censos demográficos, na mídia e na produção acadêmica.

Ambas as capacidades (alfabetização e letramento) são necessárias nos ambientes digitais. Foi a partir dos primeiros anos do século XXI que começou a se intensificar o consumo da internet no Brasil e, com ela, o desenvolvimento das competências relacionadas aos meios digitais. Pierre Lévy (2003) mencionou essas competências como a capacidade de os indivíduos navegarem, consumirem, produzirem, remixarem e compartilharem informações, além de estabelecer múltiplas formas de comunicação. A partir das “[...] nossas interações com as coisas, desenvolvemos competências” (LÉVY, 2003, p. 27).

Essas competências existem em níveis diferentes de desenvolvimento. Há desde os indivíduos capazes de utilizar apenas os recursos digitais básicos aos que conseguem usufruir e inclusive atuar na criação de outras possibilidades (VALENTE, 2019). Por exemplo, o indivíduo que só navega pelas redes sociais (o alfabetizado computacional) e aquele que contribui com a criação colaborativa de *softwares* livres para atender a novas demandas sociais (o letrado computacional) e que também consegue explorar múltiplos recursos, como vídeos, animações, infográficos, memes etc.

Em paralelo, a preocupação sobre a influência dos meios de comunicação de massa na vida da sociedade tornou-se ainda mais presente com o advento das mídias digitais. Foi ainda na década de 1960 que surgiu o chamado alfabetismo midiático (*media literacy* ou literacia de mídia), definido pela UNESCO como um repertório de competências que permite aos indivíduos um consumo crítico das mídias (BÉVORT; BELLONI, 2009).

O interesse nessa área é resultado dos efeitos do conteúdo midiático, nos Estados Unidos, que lideravam estudos como a Teoria dos Efeitos, de Lasswell e Schramm (SOARES, 2014). Duas décadas depois, a UNESCO publicou a Declaração de Grünwald sobre a Educação para a Mídia (UNESCO, 1982), reconhecendo a necessidade de os sistemas políticos e educacionais promoverem a compreensão crítica por parte dos cidadãos em relação aos fenômenos da comunicação (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

Outras definições de alfabetismo midiático surgiram ao longo dos anos, como aponta Potter (2010), motivadas pela teoria dos efeitos potencialmente negativos da mídia e sua necessária interpretação crítica. Embora o campo da *media literacy* envolva definições fluidas e nem sempre harmoniosas, houve um certo consenso internacional quando o pesquisador de mídia Edward Arke, durante a Conferência Nacional de Liderança sobre *media literacy* em 1992, a definiu como “a capacidade de acessar, analisar, avaliar e comunicar mensagens em uma variedade de formas” (BULGER; DAVISON, 2018, tradução nossa)¹¹¹.

Uma das principais teóricas do campo, Renee Hobbs, acrescenta que a *media literacy* é um conceito e também uma prática individual e comunitária (HOBBS, 2017). É o sentido comunitário, diz a autora, que faz as pessoas se engajarem de modo significativo e pensarem criticamente para contribuir com o coletivo (HOBBS, 2010).

“Para serem participantes efetivos na sociedade contemporânea, as pessoas precisam estar engajadas na vida pública da comunidade, da nação e do mundo. Elas precisam de acesso a informações relevantes e confiáveis que as ajudem a tomar decisões” (HOBBS, 2010, p. 16, tradução nossa)¹¹². A autora diz ainda que as habilidades da era digital não são apenas opcionais ou desejáveis, são essenciais para a cidadania.

Considera-se que a literacia de mídia foi criada com uma relação mais íntima com as áreas da comunicação, educação e psicologia, enquanto a literacia da informação esteve mais

¹¹¹ Traduzido do inglês: “*the ability to access, analyze, evaluate and communicate messages in a variety of forms*” (BULGER; DAVISON, 2018, p. 8).

¹¹² Traduzido do inglês: “*To be effective participants in contemporary society, people need to be engaged in the public life of the community, the nation and the world. They need access to relevant and credible information that helps them make decisions*” (HOBBS, 2010, p. 16).

presente na ciência da informação, biblioteconomia, informática e educação, com estudos e experiências que também reviam essas distinções (KOLTAY, 2017).

Não tardou, no entanto, a se reconhecer uma convergência entre a alfabetização midiática e a alfabetização informacional. A unificação das terminologias foi institucionalizada pela UNESCO, que propôs aos países signatários das Nações Unidas a adoção do conceito de Alfabetização Midiática e Informacional - AMI (*Media and Information Literacy – MIL*)¹¹³ (WILSON *et al.*, 2013).

A UNESCO (2016) reconheceu que a permanente mudança nos ambientes sociais, de vida e de trabalho dos cidadãos necessita cultivar novas competências e identificar novas abordagens de alfabetização. Com sua influência sobre as avaliações internacionais de educação e incidência sobre as políticas educacionais, a UNESCO levou o Brasil, assim como muitos outros países signatários, a agregar as ideias de literacia midiática e de literacia da informação em um único conceito, MIL (*Media and Information Literacy*) ou AMI (Alfabetização Midiática e Informacional).

Esse novo marco teórico passa a ser divulgado no Brasil em 2011, com a apresentação pela UNESCO de um manual para formação de professores (WILSON *et al.*, 2011), que apresenta três temas norteadores para orientar o entendimento da AMI ou MIL: 1. o conhecimento e a compreensão das mídias e da informação para os discursos democráticos e para a participação social; 2. a avaliação dos textos de mídia e das fontes de informação; 3. a produção e o uso das mídias e da informação, que têm o objetivo de desenvolver a compreensão crítica sobre como as mídias e a informação podem aprimorar a capacidade de professores, estudantes e cidadãos engajarem-se às mídias e usarem bibliotecas, arquivos e outros provedores de informação como ferramentas para a liberdade de expressão, o pluralismo, o diálogo e a tolerância intercultural que contribuam para o debate democrático e a boa governança (WILSON *et al.*, 2013).

Em anos recentes, a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) tem sido apontada como elemento fundamental para o pleno exercício da cidadania em sociedades democráticas. O conceito tem alcançado destaque como resultado das demandas urgentes de uma sociedade extremamente conectada e saturada pelas mídias e informações instantâneas (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 214).

¹¹³ Por iniciativa da UNESCO, em novembro de 2016, foi realizado em São Paulo o V Global Media and Information Literacy Week (Global MIL Week), com o objetivo de ampliar o debate sobre a educação midiática e informacional.

A AMI reconhece que produtores de conteúdos, profissionais ou amadores têm suas próprias prioridades e crenças que podem moldar as mensagens e informações. As competências dos indivíduos precisam então garantir que eles acessem, organizem e avaliem as informações e conteúdos midiáticos, bem como os produzam, conscientes de que cada meio ou fonte de informação cria um significado de maneira diferente (KOLTAY, 2017; WILSON *et al.*, 2013).

A UNESCO também propõe que a Alfabetização Midiática e Informacional seja um conceito guarda-chuva, que contemple, inclusive, o conceito de educomunicação.

[...] a alfabetização midiática está completamente ligada à educomunicação e não poderiam ser campos separados. [...] Existem muitos conceitos sendo usados. É importante que vocês, formadores de políticas públicas, saibam disso. Podem ver todos os diferentes nomes: alfabetização de bibliotecas, educomunicação, informação e a alfabetização computacional digital, alfabetização midiática, alfabetização da imprensa, também falam de alfabetização social. A Unesco está propondo um conceito guarda-chuva, que seria Alfabetização Midiática e Informacional e que incluiria o conceito de educomunicação como subconceito (GRIZZLE, 2016, p. 13).

Para o representante do Escritório Central da UNESCO, em Paris, Prof. Alton Grizzle, diretor da Divisão de Liberdade de Expressão e de Desenvolvimento da Mídia e articulador do Programa GAPMIL – *Global Alliance for Partnership on Media and Information Literacy*, essa abordagem harmoniza o campo e “dá melhor visão aos geradores de políticas públicas para que eles possam entender do que estamos falando e [...] ao tentarmos integrar a alfabetização midiática no currículo educacional, é importante que todos os parceiros tenham uma definição comum” (GRIZZLE, 2016, p. 13).

Para um dos autores de referência em Educomunicação, Ismar Soares:

as Nações Unidas determinam como *media and information literacy* algo que vai além do nosso âmbito brasileiro e que já está presente na sociedade internacional há várias décadas, mas foi a partir da Unesco que esses conceitos se consolidaram em todo o mundo, inclusive no Brasil (SOARES *apud* GRIZZLE, 2016, p. 2).

Essa afirmação de Soares se justifica pelo fato de, na América Latina, o tema da Educomunicação não ter se tornado política pública como nos EUA ou na Europa, “permanecendo restrito à iniciativa de indivíduos, grupos isolados ou instituições formadas por religiosos, educadores, acadêmicos ou ativistas políticos do Movimento Popular, sem nunca ter

provocado um consenso sobre metas, objetivos ou metodologias” (SOARES, 2014), embora algumas conquistas já tenham ocorrido em termos de iniciativas de políticas públicas¹¹⁴.

No Brasil, a educomunicação, termo presente na obra pioneira de Mario Kaplún (1987) e também inspirada em Paulo Freire¹¹⁵, é chamada ainda de educomídia, pedagogia da comunicação, educação midiática, comunicação e educação e literacia digital. Na tradição anglo-saxônica, podem ser traduzidas por “*media literacy, media education, digital literacy in education e education in media literacy*; na França, *compétence mé diatique e éducation aux medias*; na Itália, *educazione ai media*; na América espanhola e Espanha, *educación en médios e educación para la comunicación*” (CITELLI; SOARES; LOPES, 2019, p. 13).

Para Citelli, Soares e Lopes (2019, p. 14), o fenômeno é amplo e invoca “novos aportes para a compreensão do lugar da comunicação no interior de um ecossistema complexo, certamente solicitando outro tipo de tratamento dos fenômenos educativos, mesmo os formais”. Para Martín-Barbero (2011), há limitações nos esforços da UNESCO. Ele considera que muitos documentos do organismo “perpetuam uma concepção incapaz de enfrentar os desafios culturais que o ecossistema comunicativo apresenta ao sistema educativo [...], do qual emerge outra cultura, outro modo de ver e ler, de aprender e de conhecer” (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 128).

Pilerot e Lindberg (2011) reforçam as críticas às publicações da UNESCO sobre *information literacy*, por considerá-las conectadas com uma visão imperialista que prioriza a realidade das sociedades desenvolvidas e comunidades urbanas, abordando, de modo muito superficial, as diferenças culturais, econômicas e políticas.

¹¹⁴ Ismar Soares é professor titular sênior da USP (Universidade de São Paulo), responsável pela implementação da Licenciatura em Educomunicação da ECA/USP e preside, atualmente, a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação. A ABPEDUCOM foi criada em 2012 e já mapeou cerca de 60 centros de pesquisas de pós-graduação, nas áreas da Comunicação, da Educação e das Ciências Humanas, em todo o Brasil. Como iniciativas de políticas públicas, foram realizados o programa Educom: educomunicação pelas ondas do rádio no município de São Paulo (Lei nº 13.941, de 29 de dezembro de 2004); Programa Mais Educação, que prevê, entre as dez áreas de atividades opcionais, o “macrocampo educomunicação” e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que propõe pensar as relações entre comunicação e educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 13 nov. 2022. Mais informações disponíveis em: <<https://abpeducom.org.br>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

¹¹⁵ Como explicam Citelli, Soares e Lopes (2019, p. 13), “A educomunicação é uma área que nasce motivada por determinado quadro histórico, aquele no qual vicejavam as ditaduras latino-americanas dos anos 1960. De certa maneira, é uma reação ao autoritarismo que marcou o Cone Sul, em seu desfile de violência, censura e negação das bases do estado democrático de direito”.

Os autores advertem que, como organizações globais, tanto a UNESCO quanto a IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias)¹¹⁶ influenciam organizações por todo o mundo com normas e princípios orientadores. No entanto, concluem que alguns documentos norteadores da UNESCO, quando enfatizam a importância das tecnologias de comunicação e informação, por exemplo, para o desenvolvimento da *information literacy*, desconsideram as sociedades e realidades sociais que têm tradições orais.

Como consequência, acabam exportando um conjunto de normas, valores e ideias desenvolvidas na cultura ocidentalizada, de modo autoritário e imperialista. As pessoas dessas sociedades são vistas, dizem, como marginais dentro de uma comunidade global, e devem ser alfabetizadas em informação para desempenharem um papel competitivo e produtivo para o crescimento econômico.

[...] é uma espécie de abordagem missionária em relação às culturas e nações que estão fora das esferas aculturais anglo-americanas e europeias; uma abordagem que engloba ideias de disseminação do tipo ‘certo’ de TI para aqueles que podem ser identificados como necessitados (PILEROT; LINDBERG, 2011, p. 355, tradução nossa).¹¹⁷

Ou seja, uma abordagem que pode ser traduzida como um exercício de poder e controle. Como contraponto, os autores defendem uma *information literacy* a partir da perspectiva do indivíduo, seu contexto, práticas sociais e sua ampla gama de tecnologias. Propõem então reformular o conceito para *Information Literacies*, no plural, para ser mais aberto.

Se quisermos identificar e compreender os letramentos em informação, também precisamos abordar as questões de onde as pessoas fazem o que fazem, e quais ferramentas elas usam quando fazem essas coisas, e para quais propósitos e com quais interesses elas buscam e usam a informação (PILEROT; LINDBERG, 2011, p. 356, tradução nossa).¹¹⁸

Assim, tanto nas pesquisas quanto nas práticas educacionais, os autores advogam a favor da participação ativa do público em interação e não pela simples adoção de padrões “universais”. Em nossa pesquisa, elegemos as competências infocomunicacionais como

¹¹⁶ Mais informações sobre a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias estão disponíveis em: <<https://www.ifla.org/>>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

¹¹⁷ Traduzido do inglês: “*Is a kind of missionary approach toward those cultures and nations that fall outside the Anglo-American and the European culture spheres; an approach that encompasses ideas of spreading the “right” kind of IL to those that can be identified as in need*” (PILEROT; LINDBERG, 2011, p. 355).

¹¹⁸ Traduzido do inglês: “*If we want to identify and understand information literacies we also need to address the questions of where people do what they do and what tools they use when they do these things, and for what purposes and with what interests they seek for and use information*” (PILEROT; LINDBERG, 2011, p. 356).

conceito central por entendermos que há necessidade de aperfeiçoamento teórico incessante para acomodar as demandas por conhecimentos, habilidades e atitudes que deem conta das atualizações digitais, sem desconsiderar as diferentes realidades socioeconômicas e tecnológicas.

Nesta tese, o capítulo sobre juventudes e desigualdades (p. 77) reforça nossa preocupação em incorporar o acesso tecnológico de qualidade como parte da solução necessária à inclusão digital, mas sem desprezar os outros direitos que também permanecem violados para parte da população e, em especial, as juventudes.

Do mesmo modo, as competências em informação, em comunicação e operacionais precisam ser garantidas em seus níveis básicos e serem aprofundadas continuamente, respeitando diversidades locais, desejos e interesses dos indivíduos, conectando-os com a vida comunitária e pública.

Vale ressaltar que as competências infocomunicacionais também reconhecem os esforços de Henry Jenkins (2008) na mesma direção e com foco, especialmente, nos jovens. O autor considera que a expansão da conectividade e o acesso a equipamentos que permitem usar a internet de modo cada vez mais simples e economicamente viável, como o celular, favorecem a produção e a disseminação de conteúdos pelos indivíduos conectados.

De consumidores, esses indivíduos se tornam também produtores de informação (prossumidor) e passam a atuar cada vez mais em rede, de forma colaborativa e participativa, destaca Jenkins (2008). O autor propõe o conceito de *New Media Literacy* (NML) para abranger outras competências culturais e habilidades sociais mais coletivas, como a interação em comunidade, e não apenas habilidades individualizadas, e defende que:

Antes que os alunos possam se envolver com a nova cultura participativa, eles devem ser capazes de ler e escrever. Os jovens devem expandir as competências exigidas, e não deixar de lado as velhas habilidades para abrir espaço para as novas. Em segundo lugar, *new media literacies* devem ser consideradas uma habilidade social. *New media literacies* incluem as competências tradicionais que evoluíram com a cultura impressa, bem como as novas formas de competências na mídia de massa e digital¹¹⁹ (JENKINS *et al.*, 2006, p. 19, tradução nossa).

¹¹⁹ Traduzido do inglês: “*Before students can engage with the new participatory culture, they must be able to read and write. Youth must expand their required competencies, not push aside old skills to make room for the new. Second, new media literacies should be considered a social skill. New media literacies include the traditional literacy that evolved with print culture as well as the newer forms of literacy within mass and digital media*” (JENKINS *et al.*, 2006, p. 19).

O autor enumera que os jovens precisam de habilidades de pesquisa, como: saber acessar publicações de seu interesse, avaliar a confiabilidade dos dados; ler mapas e gráficos; distinguir entre fato e ficção, fato e opinião; construir argumentos com fundamento e evidências, além de desenvolver habilidades técnicas, como saber fazer um login, usar diferentes programas, registrar e editar imagens, fazer alguma programação básica.

Diferentemente da *media literacy*, que se concentrava nos riscos da exposição à mídia de massa, a *new media literacy* amplia a importância da capacidade crítica para toda e qualquer produção, enfatizando a responsabilidade do indivíduo sobre sua própria produção, bem como sobre a distribuição e a comunicação em rede. Na proposta das competências infocomunicacionais também há essa preocupação:

A capacidade de pensamento crítico sobre o próprio comportamento perante a informação e a comunicação resulta no crescimento da consciência sobre si e sua relação com os objetos de informação e outras pessoas, levando não só a aperfeiçoar os processos com informação, mas refletir sobre eles e, assim, aprimorar as competências infocomunicacionais (BORGES, 2018, p. 40).

Essa capacidade de pensamento crítico sobre o próprio comportamento informacional e comunicacional também integra as discussões propostas pela *metaliteracy*. Mackey e Jacobson (2011; 2013; 2014; 2020) definem a *metaliteracy* como a capacidade de refletir continuamente sobre o próprio pensamento e expandir as competências para se adaptar às mudanças em curso com as tecnologias emergentes, considerando o pensamento crítico e colaborativo. Esse ato de pensar sobre nossas próprias ações e motivações favorece o autoconhecimento sobre o processo de aprendizado, o que está relacionado à metacognição.

Tanto a *metaliteracy* quanto as competências infocomunicacionais ressaltam que o saber fazer precisa estar conectado com a responsabilidade no ato de decidir quando e por que fazer, algo fundamental nas perspectivas metacognitivas, interativas e colaborativas (BORGES; BRANDÃO, 2017).

Com os algoritmos e demais processos de automação em plena ascensão, lidar de forma crítica com a informação e com a comunicação se tornou ainda mais crucial porque, além dos processos cognitivos de avaliação de conteúdos, serão necessários processos metacognitivos: por que esse conteúdo chama a minha atenção? Quais emoções que ele me desperta? Estou consumindo este conteúdo por minha escolha consciente ou apenas sou o alvo da comunicação? Nessa perspectiva, percebe-se que as mudanças constantes de hábitos e formas de se informar e de se comunicar, ou seja, o comportamento

infocomunicacional de cada indivíduo pode e deve ser aprimorado (SILVA; BORGES, 2020, p. 176).

Passarelli (2020) também defende a necessidade contínua de revisão de conceitos para acompanhar as mudanças em curso com o uso cada vez mais presente das tecnologias digitais nas nossas vidas.

As literacias emergentes nas redes sociais necessitam de revisão de conceitos. Dicotomias como modernidade x contemporâneo pós-moderno; autoria individual x coletivos digitais; copyright x copyleft; invisibilidade e anonimato x diluição da privacidade e exposição exacerbada; relações verticais de poder x horizontalidade das relações na WEB são condições geradas a reboque da sociedade em rede e pedem uma nova compreensão do mundo contemporâneo conectado (PASSARELLI, 2020, p. 5).

Como é vasta a discussão envolvendo os conceitos apresentados, esta tese não daria conta de aprofundar todos eles, mas apresentamos no Quadro 6 e Figura 5 um breve resumo dos diferentes termos que representam a diversidade e os contextos, mas enfatizamos o cuidado de não reduzir a complexidade de nenhum deles. Reiteramos ainda a escolha pelas competências infocomunicacionais como referencial teórico predominante, buscando contribuir com seu percurso conceitual, enfatizando a ética como central no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de cada indivíduo, como veremos na próxima seção.

Quadro 6 – Conceitos relacionados às competências infocomunicacionais

CONCEITO	SIGNIFICADO
Information Literacy, Alfabetização Informacional (ALFIN) e Competência em Informação	O conceito information literacy foi criado nos Estados Unidos na década de 1970 e usado na Espanha como Alfabetização Informacional (ALFIN), com o objetivo de tratar as competências em informação, entendidas como saber buscar, avaliar e gerir informação (WILSON et al., 2013). Um dos termos usados no Brasil para traduzir information literacy é competência em informação. A Association of College & Research Libraries (ACRL) a define como “o conjunto de capacidades integradas que englobam a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e na participação ética nas comunidades de aprendizagem.” (ALA, 2015, p. 12, tradução nossa).
Literacia Midiática, Literacia de Mídia, Alfabetismo Midiático ou Media Literacy	Todos esses termos focam na avaliação crítica das mídias. Foi usado pela primeira vez na década de 1960 pela UNESCO (BÉVORT; BELLONI, 2009). Duas décadas depois, a UNESCO publica a Declaração de Grünwald sobre a Educação para a Mídia (UNESCO, 1982), apontando a necessidade de sistemas políticos e educacionais fomentarem a compreensão crítica dos cidadãos em relação aos fenômenos da comunicação. Foi criada com uma relação mais íntima com as áreas da comunicação, educação e psicologia (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).
Alfabetização Midiática Informacional (AMI) Media and Information Literacy (MIL)	A unificação das terminologias foi institucionalizada pela UNESCO, que propôs aos países signatários das Nações Unidas a adoção do conceito de Alfabetização Midiática e Informacional - AMI (Media and Information Literacy – MIL) (WILSON et al., 2011; 2013; UNESCO, 2016; DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017; KOLTAY, 2017).
New media literacy	Jenkins (2008) propôs este conceito para abranger habilidades sociais coletivas, como a interação em comunidade, e não apenas habilidades individualizadas. Enquanto a media literacy evidencia habilidades para reduzir os riscos da exposição à mídia de massa, a New Media Literacy enfatiza a necessidade da capacidade crítica diante de qualquer produção, inclusive, a responsabilidade com a própria produção do internauta (BORGES, 2018).
Metaliteracy	Mackey e Jacobson (2011; 2013; 2014; 2020) definem a metaliteracy como a capacidade de refletir continuamente sobre o próprio pensamento e expandir as competências para se adaptar às mudanças em curso com as tecnologias emergentes, considerando o pensamento crítico e colaborativo.

Fonte: Elaborado pela autora (2022); Arte: Santos (2022).

Figura 5 -- Conceitos e termos associados



Fonte: Elaborado pela autora (2020); Arte: Santos (2022).

*Na moral!*¹²⁰

4.2 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES ÉTICAS NOS AMBIENTES DIGITAIS

Os estudos sobre a influência dos ambientes e mídias digitais na vida das pessoas convivem com o desafio constante da velocidade das inovações tecnológicas. O universo de informações disponíveis na rede e as possibilidades de trocas comunicativas requisitam, cada vez mais, competências para gerar conhecimentos úteis a decisões importantes do dia a dia, sobretudo, para as que impactam a coletividade.

¹²⁰ Um dos sentidos da expressão popular “Na Moral”, usada em Salvador especialmente pelos jovens, é enfatizar a importância de algo (2022). No caso desta seção, estão em relevo os conhecimentos, habilidades e atitudes éticas.

A princípio, as dificuldades giravam em torno, principalmente, do acesso à rede e das habilidades operacionais. Hoje, ainda que as desigualdades socioeconômicas mantenham esses aspectos como desafios para parte da população, as preocupações estão direcionadas para o tipo de uso que está sendo feito de um ecossistema digital que se ampliou vertiginosamente, mas que também apresentou novas complexidades, como a vastidão de conteúdos de desinformação e discursos de ódio.

Conhecimentos e habilidades desenvolvidas, quando não acompanhadas pelo cuidado com a dignidade humana e por um regime democrático, podem desencadear em atitudes antiéticas, antidemocráticas e criminosas. Discutir as competências infocomunicacionais nos dias atuais, portanto, requer considerar, com mais ênfase, aspectos sociais e éticos que interferem na relação dos indivíduos com a informação e com a comunicação nos ambientes digitais.

No âmbito social, vários teóricos da Comunicação apontam o impacto da hiperconectividade nas sociabilidades humanas (JENKINS, 2008; CASTELLS, 2002; 2003; 2005; 2011). Quando Castells (2005) afirma que os indivíduos estão refazendo o padrão de interação social em função dos novos recursos tecnológicos, culminando na “sociedade em rede”, o autor enfatiza os impactos na transformação da sociabilidade.

O que nós observamos não é o desaparecimento da interação face a face ou o acréscimo do isolamento das pessoas em frente dos seus computadores. Sabemos, pelos estudos em diferentes sociedades, que a maior parte das vezes os utilizadores de Internet são mais sociáveis, têm mais amigos e contatos e são social e politicamente mais ativos do que os não utilizadores. Além disso, quanto mais usam a Internet, mais se envolvem, simultaneamente, em interações, face a face, em todos os domínios das suas vidas. Da mesma maneira, as novas formas de comunicação sem fios, desde o telefone móvel aos *SMS*, o *WiFi* e o *WiMax*, fazem aumentar substancialmente a sociabilidade, particularmente nos grupos mais jovens da população (CASTELLS, 2005, p. 23).

Embora observe com demasiado otimismo as mudanças sociais provocadas pela internet, muito do que Castells (2005) diz ainda faz sentido, como por exemplo reconhecer a sociedade em rede como uma sociedade de indivíduos em rede. Não uma sociedade do isolamento, mas uma sociedade hipersocial, na qual a realidade virtual está integrada à virtualidade real, ou seja, as tecnologias são internalizadas pelas pessoas em suas vidas, articulando as diversas formas tecnológicas de comunicação conforme suas necessidades.

No início do século XXI, o autor já advertia para a possibilidade de emergência do individualismo em rede, não como resultado das tecnologias digitais em si, mas por influência da cultura dominante nas sociedades contemporâneas. “As novas tecnologias de comunicação adaptam-se perfeitamente à forma de construir sociabilidades em redes de comunicação auto-selectivas, ligadas ou desligadas dependendo das necessidades ou disposições de cada indivíduo” (CASTELLS, 2005, p. 23).

O autor explica que a comunicação interpessoal é uma relação privada, constituída dos atores da interação. Sujeitos estes que também sofrem influência dos sistemas de comunicação mediáticos, das instituições, das organizações da sociedade e de pessoas. Embora cada indivíduo processe as informações conforme suas próprias características pessoais, não se pode negar o papel da estrutura e da dinâmica da comunicação social na formação da consciência e da opinião dos sujeitos, sendo a comunicação social, portanto, a base do processo de decisão política.

E essa não é uma via de mão única, segundo Castells (2005, p. 24):

Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. As opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação. Não significa isto que tudo o que se diga neste espaço determine o que as pessoas pensam ou fazem.

Castells (2003), contudo, previne que esse ambiente atravessado por revoluções microeletrônicas afeta todas as atividades humanas e, portanto, há necessidade do aumento da capacidade igualmente humana para “processar e comunicar”. Assim, a questão não é a tecnologia em si, mas o uso que se faz dela.

O novo contexto de sociabilidades permeadas pelas experiências nos ambientes digitais, portanto, exige o desenvolvimento de novas competências indissociáveis da ética. Alguns comportamentos podem ser facilmente avaliados como éticos ou não, como por exemplo, vasculhar o conteúdo de um indivíduo que esqueceu o e-mail logado no computador da universidade ou forjar uma cena de violência e postá-la para causar comoção com fins eleitoreiros. Casos assim parecem de fácil julgamento.

Em situações como a atuação dos *haters*¹²¹, que publicam discursos de ódio motivados por questões de gênero, cor/raça, religião etc., o aspecto ético também fica evidente. No entanto, outros casos exigem avaliações mais profundas e podem, inclusive, vir a ser configurados como crimes.

Peres-Neto e Pereira (2019, p. 18), por exemplo, analisaram discursos de ódio motivados por questões de gênero no Facebook, Instagram, Twitter e YouTube e constataram como “são de fato discursos naturalizados, que são percebidos (pelos autores destes) como simples ‘opiniões’ e não como formas de preconceito e discriminação”.

Os autores criticam as plataformas, por serem permissivas com as manifestações de preconceito e discriminação de indivíduos, estando mais interessadas nas interações e impactos sobre o negócio. Embora a ética seja um conceito com extensa e complexa formação filosófica, é importante relacioná-la como pré-requisito para as competências infocomunicacionais, como parte da dimensão da atitude dos indivíduos.

Para um convívio sadio na sociedade, não adianta um indivíduo ser exímio em habilidades e conhecimentos, se os comportamentos e as atitudes forem antiéticas. Vale lembrar que a ética estuda a conduta humana em direção a um bem comum, da mesma forma que se espera de um indivíduo com competências infocomunicacionais que o emprego destas esteja em conexão com uma responsabilidade coletiva.

Lévy (2003, p. 372) já alertava para a ampliação da liberdade de expressão e de acesso à informação a partir da internet como algo que implica aumento de risco, “uma transferência de responsabilidade para os indivíduos e os múltiplos atores sociais. Mais do que reforço da censura, esta nova responsabilidade pede uma educação ética e crítica renovada”.

Desde a Grécia, a ética sempre integrou os estudos sobre o comportamento humano e a vida em sociedade. Essa palavra vem do grego, *ethos*, e significa “a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade” (VÁZQUEZ, 2005, p. 23). A ética é construída no cerne das relações humanas e sociais, portanto, nunca está estanque.

Seu sentido e conteúdo se modificam conforme o avanço das relações humanas. É no convívio com o outro, por conseguinte, que começamos a refletir sobre a ética. Muitas vezes, a ética é confundida com a moral, que vem do latim *mores*, e significa costumes, hábitos. “A

¹²¹ *Haters* são pessoas que emitem “discursos odiosos em relação a determinado assunto ou determinada pessoa. [...] O objetivo dos *haters* nunca é debater ideias e/ou opiniões, mas ofender, intimidar e silenciar outros internautas que, de alguma maneira, fujam do padrão social hegemônico” (PERES-NETO; PEREIRA, 2019, p. 3).

moral é um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens” (VÁZQUEZ, 2005, p. 63).

Assim, a moral é uma prática normativa da ética, cujos resultados e consequências afetam a outros e, deste modo, requer obediência às leis e normas de convivência de uma cultura. Como diz Vázquez (2005, p. 28), a moral dá vida à ética, e é inseparável da atividade prática de cada indivíduo, tanto nas relações interpessoais, sociais, comunitárias, institucionais etc. e na relação com o mundo. “[...] a ética nunca pode deixar de ter como fundamento a concepção filosófica do homem que nos dá uma visão total deste como ser social, histórico e criador”.

Esse indivíduo ético ou agente ético, como nomeia Marilena Chauí (2013, p. 86), é

[...] um ser racional, consciente, que sabe o que faz. Como um ser livre, que decide e escolhe o que faz, e como um ser responsável que responde por aquilo que faz [...]. A ação ética, por sua vez, é balizada pelas ideias de bom ou mal, justo ou injusto, virtude e vício, isto é, por valores cujo conteúdo pode variar de uma sociedade para outra ou na história de uma mesma sociedade, mas que propõe sempre uma diferença intrínseca entre condutas segundo o Bem, a Justiça e a Virtude.

Assim, a ética é uma práxis, uma ação humana, que se opõe à violência, que, por sua vez, “trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagens e de liberdade, como se fossem coisas” (CHAUÍ, 2013, p. 87), assim como ocorre nas práticas racistas, explica a autora. “O racismo é violência fundada na naturalização das diferenças e na legitimação da exclusão e do extermínio dos diferentes, postos como inferiores” (CHAUÍ, 2013, p. 87).

O mesmo ocorre, salienta Chauí, com a naturalização das desigualdades econômicas e sociais, com as diferenças étnicas, religiosas e de gênero e todas as formas visíveis e invisíveis da violência. Portanto, a ética assume centralidade no viver em sociedade, especialmente, em um contexto de disseminação de informações falsas e manipuladas, em escala e velocidade sem precedentes. A ética torna-se essencial nas ações e relações pessoais, corporativas, governamentais e em todos os setores e esferas sociais, políticas e culturais.

Ao abrirem novas possibilidades de atuação e oportunidades, as tecnologias também possibilitam o surgimento de ameaças e a progressão de comportamentos e de práticas fortemente questionáveis em termos éticos e morais. Trata-se de questões que se relacionam com a dignidade do ser humano, com o respeito dos direitos dos profissionais, com o respeito pela privacidade da vida pessoal de cada um, com a responsabilidade social, com

a solidariedade, com a partilha de valores entre os indivíduos, entre outros aspectos (PELLEGRINI; VITORINO, 2018, p. 123).

Assim, torna-se imprescindível considerar a ética como parte intrínseca das competências infocomunicacionais, como indicado na Figura 6. A ética precisa estar presente na intencionalidade do uso do dispositivo, na produção e no compartilhamento de conteúdo, nas relações dialógicas, enfim, em todo ato de informação e de comunicação, de modo a alimentar um ambiente saudável e profícuo.

Figura 6 – Ética e competências infocomunicacionais



Fonte: Elaborado pela autora (2020); Arte: Santos (2022).

O agir de modo ético também está relacionado ao combate a um dos fenômenos mais complexos da contemporaneidade: as *fake news*. Vivemos em um contexto de proliferação de conteúdos falsos, uma espécie de “pandemia” na era digital. O fenômeno tem-se tornado uma ameaça cada vez mais grave para toda a sociedade e integra um ecossistema de conteúdos duvidosos e enganosos sem precedentes.

Discutir competências infocomunicacionais significa considerar esse cenário, levando em conta os desafios em curso. Embora potencializada na contemporaneidade, *fake news* não são novidade. Informações falsas, inventadas, distorcidas ou forjadas sempre fizeram parte do processo comunicativo. Há registros de tabloides do século XX que divulgavam reportagens inventadas, o que suscitou discussões sobre ética na imprensa e profissionalização do jornalismo (DOURADO, 2020; RECUERO, 2020; RÊGO; PAULINO, 2022).

Nos tempos atuais, o termo *fake news* tem sido usado “para designar os relatos pretensamente factuais que inventam ou alteram os fatos que narram e que são disseminados, em larga escala, nas mídias sociais, por pessoas interessadas nos efeitos que eles poderiam produzir. A expressão se refere, principalmente, aos relatos inventados ou alterados e difundidos com propósitos políticos” (GOMES; DOURADO, 2019, p. 35).

As *fake news* de hoje contam com, pelo menos, três características peculiares na era digital (GOMES, 2020): 1. Rapidez e velocidade de produção, com facilidade no anonimato. 2. Facilidade e alcance da disseminação, em escala mundial, com alcance superior às notícias verdadeiras. 3. Capilaridade: capacidade de atravessar barreiras tradicionais para disseminar conteúdo falso.

Nesse sentido, fake news são, hoje, parte importante da dieta de informação obtida digitalmente. Não, naturalmente, porque só podemos mentir e inventar *on-line*, nem porque há alguma coisa inerente à vida *on-line* que estimula as pessoas à contrafação da informação, mas porque a crescente digitalização da vida inclui a intensa digitalização de tudo o que a vida comporta, inclusive a atividade de falsificar e alterar fatos para manipular as pessoas politicamente (GOMES; DOURADO, 2019, p. 36).

Outra definição usada nos estudos acadêmicos é a divulgada pelo Dicionário de Cambridge (2022)¹²²: *fake news* como “histórias falsas que parecem ser notícias, divulgadas na internet ou usando outras mídias, geralmente criadas para influenciar opiniões políticas ou como piada”¹²³.

Mas não há um consenso entre estudiosos do fenômeno em relação aos conceitos. Para a coordenadora da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), Ana Regina Rêgo, entrevistada por Christofolletti (2021, p. 342), as *fake news* são parte do fenômeno da desinformação, que é “complexo, veloz e com potencial” (RÊGO entrevistada por CHRISTOFOLETTI, 2021, p. 343).

Bucci, entrevistado por Alves *et al.* (2022, p. 2), também adota o termo desinformação para traduzir um fenômeno mais amplo que inclui as *fake news*, e alerta que essa indústria tem atuado para destruir as instituições e a ordem democrática, além de estar minando “os fundamentos daquilo que nós chamamos de informação”.

¹²² O Dicionário de Cambridge está disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/fake-news>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

¹²³ Traduzido do inglês: “false stories that appear to be news, spread on the internet or using other media, usually created to influence political views or as a joke” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2022).

As *fake news* têm sido muito usadas em contextos políticos e são preocupantes pelo potencial de interferir nas decisões da população. Uma das estratégias usadas é a de ataque à reputação de candidatos políticos. Castells (2005) já chamava a atenção para a tática de destruição da imagem de figuras públicas como arma política, uma vez que as mensagens negativas são normalmente mais eficazes do que as mensagens positivas. Atacar a imagem de uma figura política mina a confiança das pessoas no potencial dessa liderança pública.

Desde as eleições de 2016, com a expansão exponencial de *fake news* durante o período eleitoral nos Estados Unidos (e da retórica do então presidente eleito Donald Trump), aumentou a urgência de identificar, ampliar e aprimorar mecanismos de combate a essas práticas informacionais danosas, tendenciosas e até criminosas. Os impactos do fenômeno da desinformação¹²⁴ são sentidos em toda a sociedade (PETERS, 2018; RECUERO; SOARES; GRUZD, 2020).

Percebeu-se, a partir das eleições norte-americanas em 2016 e brasileiras em 2018, que as *fake news* têm sido muito usadas, principalmente, pelos movimentos de extrema-direita para destruir reputações de lideranças políticas, autoridades, jornalistas etc. e deslegitimar instituições. É um tipo de geração de ceticismo, explica Gomes (2020), que induz o indivíduo a desacreditar em verdades objetivas e em pessoas, autoridades, instituições, especialistas e cientistas.

Se são exposições antipáticas à extrema-direita, é preciso desacreditá-las. Há uma crença que precisa se desconstruir. É preciso acreditar em si mesmo (na extrema-direita), que é identitarista, produzimos nossa própria verdade, temos o nosso próprio filósofo, nossos jornalistas etc., temos nossa autoridade tribal, o verdadeiro é aquilo que é bom para nossa tribo. O líder se torna uma autoridade sobre a realidade. Eles têm a própria definição de democracia, de saúde pública. Ceticismo mal-intencionado porque eles desacreditam nas outras instâncias (GOMES, 2020, informação verbal).

Apesar de ser muito explorado pelo espectro de extrema-direita, conteúdo falso não é exclusivo dela e nem da política. Está relacionado a disputa de poder. Mas, na política, sobretudo em período de eleições, momento mais relevante das democracias modernas contemporâneas, o uso de *fake news* distorce o jogo eleitoral porque este passa a ser ditado por uma opinião pública desconectada de fatos e informações confiáveis, gerando instabilidade no sistema democrático.

¹²⁴ Recuero, Soares e Gruzd (2020) adotam o conceito de desinformação de Wardle e Derakshan (2017) e não *fake news*. Esse é um debate acadêmico que tem sido explorado por diversos autores, mas não é foco desta tese.

Nesse contexto, distinguir uma notícia de uma *fake news*, um fato de uma opinião, uma mídia jornalística de uma tendenciosa, um depoimento sustentado por informações verídicas e outro fictício e mal-intencionado, por exemplo, são capacidades que dependem de competências infocomunicacionais e de senso ético.

Tanto a produção, quanto a distribuição e mesmo o engajamento dedicado a um conteúdo reclamam conhecimentos, habilidades e atitudes comprometidas com valores éticos e democráticos. São posturas individuais passíveis de ser desenvolvidas e aprimoradas, mas que também exigem políticas públicas que invistam no fortalecimento de uma cultura saudável, responsável e cidadã.

Isso envolve ações que regulem as empresas de mediação da circulação de conteúdos. Sabe-se, por exemplo, que existe um mercado lucrativo ilegal movimentado a partir das *fake news*. De acordo com um estudo do Media Lab do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (DIZIKES, 2018), o potencial de circulação dos conteúdos falsos ou fraudulentos no Twitter, por exemplo, é 70% superior ao de informações verdadeiras. Esse negócio lucrativo explica o interesse de perfis e canais que produzem e disseminam *fake news*, assim como de plataformas digitais e anunciantes que consideram esse potencial como um comércio promissor.

Os negócios das *big techs* fazem parte do “capitalismo de vigilância”, termo criado pela filósofa Shoshana Zuboff (2019), professora emérita da Harvard Business School, para traduzir um modelo econômico que começou a partir da ascensão das *big techs* do Vale do Silício, como o Google, Facebook, Amazon, há cerca de 20 anos. Para a autora, esse tipo de economia se assemelha ao capitalismo criticado por Marx, que explorava o trabalho humano; agora se apodera dos dados pessoais dos indivíduos *on-line* para moldar comportamentos políticos e de consumo.

Um dos exemplos mais conhecidos do uso de dados pessoais dos usuários de plataformas digitais para finalidades políticas, com o objetivo de moldar comportamentos e influenciar eleitores, é o da Cambridge Analytica¹²⁵. A empresa usava a *big data*, a partir de um conjunto de técnicas de análise de grandes quantidades de dados para identificar padrões e tendências comportamentais. A partir desse diagnóstico, é possível manipular desejos e decisões dos indivíduos, de forma subliminar. Em outras palavras, à nossa revelia, somos

¹²⁵ A empresa britânica de assessoria política, Cambridge Analytica, usou a mineração e análise de dados pessoais extraídos do Facebook para influenciar a campanha eleitoral de Donald Trump, em 2016, o Brexit na Europa, entre outros eventos políticos pelo mundo. A empresa enviava postagens políticas manipuladas para os perfis em mídias sociais de 87 milhões de usuários, sem o consentimento deles, com o objetivo de influenciar a escolha desses eleitores (PRESSE, 2019).

monitorados e nossos dados são utilizados para fins diversos e, principalmente, para manter o capitalismo e o lucro das *big techs* (ZUBOFF, 2019).

Bucci (2021) adverte que essas empresas formam conglomerados monopolistas globais que concentram não apenas o maior valor de mercado da economia capitalista, mas também a atual ordem comunicacional.

Hoje, a comunicação da era digital é o coração da fabricação de valor no capitalismo global. O que conecta essas multidões nessa indústria não é a razão, não é a mediação tão própria da política moderna, mas são identificações [...] não passam pela lógica, não passam pela construção de argumentos, mas apenas pelo sentimento, pela emoção, pelo desejo. Esse terreno é muito propício para a desinformação, para as *fake news*, para o discurso de intolerância e para o discurso de ódio. Isso tudo está na raiz desse fenômeno que é a redução dos assuntos políticos a um enorme *reality show*, onde vale tudo (BUCCI, 2021, p. 23-24).

Todas essas considerações geram forte pressão para se aperfeiçoarem os mecanismos de regulamentação (normas instituídas para um setor), regulação (criação de agências para fiscalizar as normas) e cooperação entre instituições públicas brasileiras e as plataformas digitais e aplicativos de mensagens instantâneas. Dessa forma, seria possível, por exemplo, apurar práticas com fins antidemocráticos, realizadas por indivíduos ou organizações que lucram enquanto prejudicam pessoas, instituições e ameaçam o sistema democrático.

Bucci, entrevistado por Alves *et al.* (2022, p. 5), critica quem associa regulamentação, regulação e censura:

Uma regulamentação democrática monitorada por agências reguladoras, igualmente democráticas, não aumenta a censura. Mas prestigia a diversidade de vozes, a livre concorrência entre as empresas, impedindo o monopólio ou o oligopólio, e isso favorece o ambiente de muito mais liberdade. [...] Nós podemos e devemos pensar nessas normas a partir da defesa da liberdade de expressão e de imprensa e da defesa do direito à informação.

Os exemplos do poder bélico das *fake news* costumam estar concentrados em períodos eleitorais, no entanto, há muitos outros momentos e situações tão preocupantes quanto em termos de consequências danosas para indivíduos e sociedade. Durante a pandemia da Covid-19, por exemplo, evidenciou-se a importância de saber lidar com as informações e com os atos comunicativos, uma vez que decisões baseadas em informações falsas colocaram em risco a saúde e a vida humana.

O fenômeno das *fake news* no período da pandemia foi tão avassalador que a Organização Mundial da Saúde (OMS) o definiu como “infodemia”.

A palavra infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus (ZAROCOSTAS, 2020 apud OPAS, 2020, p. 2).

O Comitê Gestor da Internet no Brasil também alerta para aspectos da desigualdade digital (acesso exclusivo pelo celular, tipo de plano e ausência de habilidades digitais), que reduzem a capacidade dos indivíduos de checar a veracidade das informações.

A escassez de dados ou a prática de zero-rating¹²⁶, por exemplo, pode levar usuários a não verificar externamente um conteúdo recebido em um aplicativo patrocinado, facilitando a formação ou manutenção de “bolhas de filtro” ou “câmaras de eco” (CGI.br, 2020). Isso pode trazer implicações importantes para a saúde pública, como a recusa ou a hesitação vacinal e a adoção de comportamentos de risco, seja pela maior exposição ao contágio, seja pela ingestão de medicamentos ou outras substâncias perigosas e ineficazes contra a doença (CGI.br, 2021, p. 83).

Esse aspecto também foi abordado no capítulo sobre juventudes e desigualdade (p. 77) pelo potencial de agravamento do fenômeno da desinformação e reforça a importância do desenvolvimento das competências infocomunicacionais. Em um contexto de desinformação, a tomada de decisões precisa ser cada vez mais criteriosa, alicerçada por informações e dados verossímeis, que gerem conhecimentos e resultem em atitudes éticas e responsáveis para o viver em sociedade.

Por tudo isso, discernir entre informação confiável e falsa tornou-se ainda mais crucial na era digital. Garantir que o cidadão esteja bem informado é um dos pilares da democracia e do viver em sociedade, logo, enfrentar o fenômeno das *fake news* envolve um conjunto de iniciativas da ordem do poder público, da responsabilidade social de empresas, de organizações da sociedade civil e da esfera individual.

¹²⁶ O *zero-rating* é também chamado de acesso patrocinado. São os planos híbridos fornecidos pelas operadoras de telecomunicação, chamados de “controle” porque permitem um acesso limitado, com franquia de dados, que, ao fim desta, apenas aplicativos específicos ficam disponíveis (CGI.BR, 2020).

Todavia, não podemos perder de vista que são pessoas que integram organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos. Desse modo, o lidar com o fenômeno da desinformação depende de indivíduos com competências críticas e éticas, que sejam capazes de identificar e combater as *fake news* com o rigor necessário.

Quanto mais cedo esses conhecimentos, habilidades e atitudes forem desenvolvidas, maiores as chances de contarmos com ambientes e mídias digitais que favoreçam o fortalecimento de comportamentos saudáveis e democráticos. Considerando que os jovens são os maiores usuários da rede, é vital envolvê-los em discussões e processos formativos que promovam o aprimoramento do uso que fazem dos dispositivos, das informações e dos atos comunicativos.

*Não aperte a minha mente!*¹²⁷

4.3 INTERNET: APRENDIZAGENS FORMAIS E INFORMAIS

Esta tese elege se debruçar sobre o papel de cada cidadão no processo de enfrentamento e garantia de uso ético, saudável e democrático das redes de informação e comunicação, entendendo o desenvolvimento da criticidade individual como parte de um projeto coletivo de sociedade que prima por ambientes responsáveis.

As competências infocomunicacionais são apontadas aqui como referências que podem contribuir para uma educação crítica e libertadora (FREIRE, 1986), que tanto pode ocorrer em ambientes educativos formais quanto informais. Diante de um cenário de desinformação que, muitas vezes, ofusca o potencial positivo dos ambientes e mídias digitais, é primordial aguçar e apurar as reflexões sobre a promoção do uso saudável e emancipador das tecnologias digitais, numa composição em que cada indivíduo tem papel relevante.

Nesta seção, discutimos as possibilidades que as competências infocomunicacionais oferecem no sentido de contribuir com o usufruto das oportunidades que os ambientes digitais disponibilizam, tanto em termos de conteúdos, aprendizados e trocas, como permitindo a participação dos indivíduos de forma consciente, plena e responsável, como antídotos à desinformação. E como nosso público de interesse são os jovens, é importante considerá-los em suas particularidades. Como afirmam Neves e Borges (2020, p. 20),

¹²⁷ Essa expressão tem muitos usos. Um dos aplicados por jovens de Salvador é para advertir a outra pessoa de que ele deseja algo prazeroso, suave, conectado com seu jeito de ser, neste caso, de aprender (2022).

Os mais jovens parecem ser mais suscetíveis à desinformação, seja porque estão mais expostos aos conteúdos digitais – e todas suas benesses e mazelas, seja porque o sistema educacional brasileiro, em geral, não contempla a alfabetização midiática e informacional; de sorte que cuidados como privacidade, segurança da informação e reflexão crítica acabam sendo desenvolvidos mais pela experiência da maturidade que por uma formação formal.

A vulnerabilidade dos jovens, nesse sentido, é ainda mais ampliada quando observamos que são eles que mais tempo dedicam às experiências *on-line*. Portanto, estão mais passíveis à enxurrada informacional. A questão é o quanto estão preparados para lidar com os inúmeros recursos de informação e de comunicação que os ambientes e mídias digitais disponibilizam e quais os impactos positivos ou negativos que podem atingi-los.

Além dos princípios éticos que devem nortear os usuários das redes, sabemos que a qualidade do uso que os indivíduos fazem da internet depende de conhecimentos e habilidades expressas em suas atitudes. E em uma realidade de relações ubíquas, em que o presencial e o conectado são quase inseparáveis, é cada vez mais involuntário estar exposto a conteúdos diversos, desejáveis ou não.

A questão é o que cada um faz com essa abundância informacional. Se há preparo para, antes mesmo de avaliar o conteúdo, identificar a sua origem; distinguir quando o emissor é humano ou um algoritmo; perceber o que desperta a sua atenção e por quê. O indivíduo que demonstra interesse por determinado conteúdo adota critérios de avaliação deste? Assume cuidados no consumo, na produção e na distribuição da informação? Essas são apenas algumas questões que podem nortear processos reflexivos e educativos no lidar com as informações.

Do mesmo modo, o repertório que cada um utiliza para estabelecer os atos comunicativos e como se comporta diante da reação do outro são aspectos que precisam estar atrelados a conhecimentos e habilidades que favoreçam processos dialógicos construtivos, honestos e dignos. Saber interagir, dialogar e argumentar, respeitando opiniões contrárias, por exemplo, também depende de competência em comunicação.

Da mesma forma, adequar a linguagem e o meio ao público para se expressar requer capacidades técnicas e competências que precisam estar alinhadas a aspectos éticos e legais do uso da informação e da comunicação. Trata-se de um percurso formativo crítico dos indivíduos, que demanda renovação e atenção permanentes em relação a conhecimentos, habilidades e

atitudes, algo que pode ser aprendido individualmente ou em rede, na educação formal ou informal.

Assim como o processo de atualização das tecnologias é contínuo e dinâmico, “as competências não são estanques: sua aquisição e desenvolvimento seguem um processo permanente de desenvolvimento, transformação e aperfeiçoamento” (BORGES; MARZAL GARCÍA-QUISMONDO, 2015, p. 3).

Os jovens, portanto, dependem tanto do direito à internet quanto da garantia de processos educativos continuados e conectados com as necessidades das sociabilidades da era digital. Informar-se e comunicar-se adequadamente, inclusive, são fundamentais para a participação e para a cidadania ativa.

E essas competências não dependem, necessariamente, do nível de escolaridade, mas da qualidade dessa formação crítica, embora os processos educativos formais possam e devam ser grandes aliados. O que alertamos aqui é que não é apenas o nível de escolaridade que determinará o grau de competência apreendida e, sobretudo, exercida. Sabe-se, por exemplo, que as *fake news* são propagadas por todas as classes sociais e econômicas, faixas etárias, escolarizadas ou não.

Outro ponto importante é que as competências infocomunicacionais precisam incorporar também a dimensão psicoemocional presente na relação entre o indivíduo, a informação e a comunicação. Isso porque fenômenos como o das *fake news*, por exemplo, ativam comportamentos e disposições emocionais. Quando o assunto é política, então, há uma intensidade maior nas pessoas com vínculos morais e ideológicos mais agudos, como conservadores e radicais de direita e de esquerda (DOURADO, 2020, informação verbal).

Por essa razão, as *fake news* são produzidas para manipular as pessoas a partir de uma narrativa que vai ao encontro das expectativas ou são coerentes com convicções e emoções do público das mensagens, com o objetivo de produzir atitudes (GOMES, 2020). Ou seja, uma vez enganadas, as pessoas são levadas a se comportarem de determinada forma desejada pelo produtor de *fake news*, como votar em determinado político ou apoiar um grupo específico, por exemplo.

Mas notar essa vulnerabilidade em si diante de conteúdos mal-intencionados não é tarefa simples, também depende de aprendizados que despertem a criticidade. Caso contrário, o indivíduo pode sofrer do efeito Dunning-Kruger, que identifica excesso de confiança em pessoas que menos conhecem sobre um assunto.

A nomenclatura para essa dificuldade em perceber as próprias limitações de conhecimento leva os sobrenomes de dois pesquisadores e psicólogos¹²⁸ responsáveis pelo estudo que, em 1999, evidenciou um viés de excesso de confiança justamente nos entrevistados com menor performance. Ou seja, constatou-se uma inabilidade em reconhecer a própria incapacidade sobre algo.

Em 2014, Dunning realizou uma pesquisa política com eleitores liberais e conservadores dos EUA, usando 16 questões factuais, como, por exemplo, sobre o aumento da taxa de pobreza no governo Obama. Os conservadores endossaram respostas favoráveis a suas posições políticas, assim como os liberais.

No entanto, cerca de 40% dos fatos validados como verdadeiros pelos entrevistados eram falsos. “Em suma, as pessoas estão confiantes de que são conhecedoras mesmo quando parecem basear suas inferências em fatos equivocados e opiniões errôneas produzidas por raciocínio falho” (DUNNING, 2018, p. 5, tradução nossa)¹²⁹.

O autor alerta ainda que a alta confiança em si mesmo, com incompetência no desempenho real, traz implicações diretas para o autojulgamento e o julgamento social. Diante dessas visões equivocadas de si mesmo, Dunning (2018, p. 11, tradução nossa) defende que as pessoas “precisam se tornar mais especialistas em saber quando recorrer a especialistas”¹³⁰.

Entre os jovens que participaram de nossa pesquisa, percebemos esse sentimento de excesso de confiança nas próprias habilidades, o que avaliamos como oportunidade para o desenvolvimento de mais competências infocomunicacionais. Inclusive porque jovens capazes de reconhecer as próprias limitações podem se movimentar em busca de mais aprimoramento.

Foi o que ocorreu com estudantes calouros do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que passaram por uma disciplina de formação em competências infocomunicacionais em 2014. Uma pesquisa comparativa entre o início e a conclusão do curso constatou que aumentou o senso crítico empregado pelos estudantes nas suas autoavaliações. “[...] é notável a criticidade que os estudantes desenvolveram perante suas próprias competências” (AGUIAR; SANTOS; BORGES, 2015, p. 9).

¹²⁸ Justin Kruger and David Dunning escreveram o artigo seminal “*Unskilled and Unaware of It: How Difficulties in Recognizing One's Own Incompetence Lead to Inflated Self-Assessments*” (KRUGER; DUNNING, 1999).

¹²⁹ Traduzido do inglês: “*In short, people are confident they are knowledgeable even when they appear to base their inferences on mistaken facts and erroneous opinions produced by faulty reasoning*” (DUNNING, 2018, p. 5).

¹³⁰ Traduzido do inglês: “*They also need to become more expert on knowing when to turn to experts*” (DUNNING, 2018, p. 11).

Mesmo em ambientes manipuláveis por algoritmos, como redes sociais e aplicativos, o professor e pesquisador Castro (2020, p. 8) destaca que o indivíduo tem papel ativo:

[...] o usuário das plataformas figura nelas em condição dupla: de quem tem sua atenção atraída e de quem atrai a atenção de outros. [...] Trata-se de um consumidor ubíquo, defronte do qual se abre um leque de opções customizadas consoante suas predileções, que competem para cativá-lo. Simultaneamente, o usuário está no lugar de emissor privilegiado [...] até quando não publica algo original, ao acessar, curtir, comentar ou compartilhar algum conteúdo está auxiliando a promovê-lo.

Portanto, desenvolver competências em informação e em comunicação, além das operacionais, é um meio de qualificar a presença dos indivíduos nos ambientes digitais, favorecendo a remodelagem das tecnologias digitais na sociedade contemporânea. Bulger e Davison (2018) também discutem a autonomia do indivíduo em um contexto do que chamam de “era das plataformas”.

Facebook, Google e Twitter, por exemplo, personalizam cada vez mais o acesso às informações, utilizando métodos de veiculação de informações sem transparência, tornando a responsabilidade individual mais árdua, o que exige mais apuro nas investigações, defendem os autores.

Um desafio para a pesquisa avançar é determinar as expectativas de como um indivíduo pode avaliar a confiabilidade da informação quando a amplitude do corpus, por exemplo, o que é incluído e excluído e por que (e como isso difere da informação fornecida a outros) não é visível nem acessível (BULGER; DAVISON, 2018, p. 11, tradução nossa).¹³¹

Contudo, para os autores, isso mostra que tanto uma participação mais ativa de indivíduos quanto a influência de plataformas e criadores de mídia importam, por envolver questões sobre responsabilidade e também sobre controle. Esse ponto nos leva a pensar que até mesmo a questão da regulamentação das empresas que atuam nesse mercado de digitalização e datificação depende de pessoas conscientes sobre o sentido de existir das tecnologias digitais em uma sociedade que precisa se tornar equânime.

¹³¹ Traduzido do inglês: “*individual responsibility becomes more challenging, especially when methods for serving information are not transparent. One challenge for research moving forward is determining expectations for how an individual can assess the reliability of information when the breadth of the corpus, e.g., what is included and excluded and why, (and how it differs from information served to others) is neither visible nor accessible*” (BULGER; DAVISON, 2018, p. 11).

Assim, os benefícios de uma educação crítica vão muito além do indivíduo. O representante da UNESCO, Grizzle (2016), também defende que atitudes individuais e as coletivas podem ser formas de enfrentamento importantes contra problemas atuais. Grizzle menciona a radicalização, o extremismo e o ódio na internet como exemplos de desafios a serem enfrentados e aponta mobilizações *on-line* em prol de causas cidadãs como recursos possíveis.

Podemos fazer isso através de, por exemplo, as *hashtags* que os jovens utilizaram hoje, como a *hashtag* #aceitamtodos ou como a *hashtag* #vamossterummundomelhor. Essa é uma nova abordagem para contrariar o ódio *on-line*. Esta é a meta da alfabetização midiática: contrapor esse ódio (GRIZZLE, 2016, p. 13).

A pesquisadora Mariana Barbosa também salienta a importância das ações individuais.

As pessoas precisam ter noção de responsabilidade sobre o que propagam e consomem no espaço da internet, e, neste ponto, as escolas e universidades precisam ter papel de formação. [...] Na era do “eu difusor”, os jovens precisam ter dimensão do que isso representa e do potencial de prejuízo a ser gerado quando a ferramenta é usada de forma errada. Precisam ser educados para navegarem de forma consciente” (EDUCAÇÃO, 2020)¹³².

Cientes da relevância da capacitação, formação e certificação de pessoas, o Comitê Gestor da Internet no Brasil tem priorizado investimentos nessa linha:

Assim, espera-se contribuir para uma governança da Internet cada vez mais baseada em princípios que contemplem aspectos técnicos, econômicos, políticos e culturais de uso da rede, estimulando e preparando a população, em especial os jovens, para participar desse vibrante e dinâmico ecossistema, assina Marcio Migon, coordenador do CGI.br (TIC DOMICÍLIOS, 2021, p. 23).

Assim como as novas sociabilidades e os desafios da sociedade em rede conectada fazem emergir a necessidade de novas competências, pensar sobre os processos de aprendizagem das competências infocomunicacionais demanda potencializar os modos e ambientes do aprender. Tanto a aprendizagem formal quanto a informal podem favorecer o domínio de novas competências, assim como é preciso considerar a alfabetização transmídia (SCOLARI, 2016).

¹³² Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2020/05/18/fake-news-deepfakes-escola/>>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

Este conceito é apresentado por Scolari (2018, p. 17, tradução nossa): “Se a alfabetização tradicional se concentrou nos livros ou, no caso da alfabetização midiática, na televisão, a alfabetização transmidiática coloca as redes digitais e as experiências com mídias interativas no centro de sua experiência prática e analítica”¹³³.

De fato, os ambientes e os recursos de aprendizagem são diversos e isso inclui, cada vez mais, os digitais. A pesquisa TIC Domicílios 2020 (CGI.br, 2021) mapeou os principais usos que os brasileiros fazem da internet, evidenciando que as atividades de comunicação e de informação estão entre as prioritárias. Mensurou ainda as atividades *on-line* relacionadas à educação, constatando que as mais citadas são atividades ou pesquisas escolares (45%) e o estudo na internet por conta própria (44%).

A pesquisa “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” (CONJUVE, 2020) também indicou que 85% dos 33 mil jovens participantes têm buscado formas de aprendizado por conta própria. Do total de jovens ouvidos, quatro em cada 10 estão fazendo cursos *on-line* e consultando livros (impressos ou digitais). “Para além das atividades escolares, jovens têm buscado formas de aprendizado por conta própria” (CONJUVE, 2020, p. 15).

Propomos, então, refletir sobre as diversas formas de aprendizagem que os jovens experimentam a partir das tecnologias digitais e o papel das competências infocomunicacionais no processo de desenvolvimento integral e cidadão das juventudes. Primeiro, é preciso considerar que as tecnologias digitais alargaram os ambientes de aprendizagem, ampliando as opções de recursos disponíveis para a educação formal e informal.

Além disso, o processo de aprendizagem dos jovens não é linear e ocorre tanto a partir de processos formais de educação, quanto de forma autônoma e autodidata, seja entre pares (jovens com outros jovens) ou em rede, seja a partir de estímulos de iniciativas informais de aprendizagem, como cursos e oficinas oferecidas por representantes da sociedade civil, organizações não governamentais, coletivos, entre outros (SCOLARI, 2016; SILVA; BORGES, 2020).

Em ambas as formas de aprender (seja formal ou informal), para um público hiperconectado como os jovens, os recursos e objetos digitais de aprendizagem dilatam as oportunidades de exposição a novos conhecimentos e a possibilidade de uma alfabetização transmídia.

¹³³ Traduzido do espanhol: “*Si la alfabetización tradicional se centraba en los libros o, en el caso de alfabetización mediática, en la televisión, entonces el alfabetismo transmedia sitúa las redes digitales y las experiencias con los medios interactivos en el centro de su experiencia práctica y analítica*” (SCOLARI, 2018, p. 17).

Scolari (2018) enfatiza que os meios de comunicação expandiram para além das competências de leitura e escrita o processo de alfabetização, e as redes digitais favoreceram experiências colaborativas, sendo os jovens elementos-chave dessa cultura, uma vez que participam de uma variedade de situações de aprendizagem informal.

Sefton-Green e Erstad (2013) destacam ainda que as experiências de aprendizagem de um indivíduo costumam ser variadas, com cada um realizando suas próprias conexões entre os tipos de aprendizagem vivenciadas em ambientes formais e não formais. Desse modo, é importante reconhecer as complementaridades dos processos formativos e promover intercâmbios entre as novas culturas colaborativas e as instituições educativas (SCOLARI, 2016).

Assim, a alfabetização transmídia visa contemplar os processos de aprendizagem emancipatórios relacionados às novas práticas de mídia, resultado da convergência midiática e da era digital. Principalmente nos últimos 10 anos no Brasil, o espaço ou suporte midiático de comunicação dos jovens se deslocou, principalmente, para as mídias sociais digitais.

Independentemente das condições de conectividade, os jovens mantêm formas de comunicação *on-line* que lhes garantem estar em permanente exposição às informações e se comunicando em rede, mesmo que dividam o uso de um mesmo dispositivo com outras pessoas, acessem a internet via *wi-fi* livre ou da vizinhança ou por pacotes de dados restritos.

A sociabilidade conformada nesses espaços vem engendrando uma aprendizagem alinhada com a Teoria do Conectivismo, que “apresenta um modelo de aprendizagem que reconhece movimentos tectônicos em uma sociedade onde a aprendizagem não é mais uma atividade interna e individual” (SIEMENS, 2004, p. 8).

Para o Conectivismo, o conhecimento existe distribuído e em rede, e aprender é o processo de moldar conexões em redes sociais e tecnológicas, tendo o aprendiz como o responsável pelo aprendizado (SIEMENS, 2010). A aprendizagem é essencialmente um processo de criação de redes. À medida que o aprendiz for capaz de atualizar de forma dinâmica sua rede de aprendizagem, estará continuamente acessando novas informações que podem combinar e gerar novos conhecimentos (SIEMENS, 2010).

Ao reconhecer os padrões de redes, os indivíduos estão aptos a pensar e desenvolver habilidades cognitivas superiores, como a metacognição, que permite pensar sobre o pensamento, defende Siemens (2010). A capacidade do jovem de ocupar o centro da aprendizagem, assumindo funções ativas e colaborativas nesse processo, também é um dos

pressupostos da *metaliteracy* (O'BRIEN *et al.*, 2017), que é uma das bases pedagógicas para a aprendizagem de competências infocomunicacionais.

Segundo esse princípio, o indivíduo pode conduzir seu próprio aprendizado a partir das conexões estabelecidas na rede, ou seja, interessam mais as conexões feitas com o conteúdo do que o conteúdo em si. No Brasil, o educador e filósofo Paulo Freire foi um dos principais defensores do papel ativo do estudante na construção do próprio aprendizado.

O aspecto metacognitivo, destacado pela *metaliteracy*, passou a ser abordado com mais vigor nos estudos sobre a comunicação pela atenção à capacidade de o indivíduo refletir sobre o próprio pensamento, por exemplo: por que valorizo determinada informação ou a rejeito antes mesmo de uma análise racional ou mesmo após evidências de que ela não é verossímil?

Mackey e Jacobson (2014) têm sido referências nas discussões sobre o uso da metacognição nos processos de aprendizagem que envolvam ambientes digitais. Mackey define *metaliteracy* como uma “estrutura pedagógica para preparar os alunos para produzir e compartilhar conhecimento em ambientes participativos de forma consciente” (MACKEY, 2020, p. 350, tradução nossa)¹³⁴.

As metas e os objetivos de aprendizagem propostos pela *metaliteracy* visam desenvolver competências relacionadas à avaliação de preconceitos, verificação de conhecimentos, participação ética em espaços sociais e produção de informações com responsabilidade. Tem sido aplicada por disciplinas diversas, de Comunicação à Ciência da Informação, entre outros, envolvendo estudantes da Educação Básica até o Doutorado (MACKEY, 2020).

Além da perspectiva de aplicação dos conhecimentos de modo interdisciplinar, espera-se que o emprego das habilidades ocorra não apenas no ambiente acadêmico, mas também nos sociais. Um exemplo de metacognição: alguém está ensinando como criar um canal no YouTube e o jovem já começa a elaborar aquele conhecimento pensando em como fará de um jeito próprio para aprimorar a forma como está sendo ensinado. Esse processo envolve o antes (fase do planejamento), o durante (observação do que está sendo feito) e o depois (avaliação do que foi feito e de como fazer melhor).

A metacognição é, portanto, uma base pedagógica importante para as competências infocomunicacionais, por possibilitar a reflexão, a avaliação e a mudança na forma como se

¹³⁴ Traduzido do inglês: “*Metaliteracy is a pedagogical framework for preparing learners to mindfully produce and share knowledge in participatory environments*” (MACKEY, 2020, p. 350).

aprende, de modo a tornar o processo de aprendizagem mais consciente e eficaz ao longo da vida, potencializando a autonomia do indivíduo.

Embora a ênfase das competências infocomunicacionais neste estudo esteja na cultura digital em função da hiperconexão que permeia as diversas sociabilidades que incluem o aprender, não se ignoram as discussões em torno dos possíveis efeitos negativos do excesso de ambientes digitais ou mau uso destes, ou quando as vivências e experiências presenciais são excluídas ou subvalorizadas. A proposta é construir possibilidades diante dos desafios postos, que não são poucos.

No livro “A Fábrica de Cretinos Digitais. Os perigos das telas para nossos filhos”, o neurocientista francês Michel Desmurget (2021), diretor de pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da França, apresenta dados que evidenciam que os jovens da geração atual são os primeiros da história com um QI (Quociente de Inteligência) inferior ao dos pais e aponta o papel dos dispositivos digitais entre os responsáveis por esse resultado negativo.

No entanto, o pesquisador defende a continuidade do uso de tecnologias digitais, inclusive, nas escolas, desde que façam parte de um projeto educacional estruturado. “Ninguém diz que a ‘revolução digital’ é ruim e deve ser interrompida” (BBC NEWS, 2020)¹³⁵. O pesquisador explica que essa geração não é uniforme e, portanto, as necessidades, comportamentos, competências e formas de aprender precisam ser consideradas.

Alerta ainda que, entre as dificuldades encontradas, estão desde competências técnicas (ou operacionais como denominadas nesta tese) ao trato com a informação na rede. “[...] Na realidade, além dessas flagrantes inadequações técnicas, as novas gerações também apresentam dificuldades assombrosas em processar, classificar, ordenar, avaliar e sintetizar as gigantescas massas de dados que estão armazenadas nas entranhas da Internet” (DESMURGET, 2020, p. 45, tradução nossa).¹³⁶

É o que mostra também o relatório *Leitores do Século 21 - Desenvolvendo Habilidades de Alfabetização em um Mundo Digital*, que reúne os resultados do PISA¹³⁷, exame

¹³⁵ Entrevista com o neurocientista Desmurget na BBC News está disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-54736513>>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

¹³⁶ Traduzido do espanhol: “*En realidad, más allá de estas flagrantes inaptitudes técnicas, las nuevas generaciones también presentan unas pasmosas dificultades para procesar, clasificar, ordenar, evaluar y sintetizar las gigantescas masas de datos que se almacenan en las entrañas de Internet*” (DESMURGET, 2020, p. 45).

¹³⁷ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é uma avaliação de desempenho escolar, que começou a ser aplicada em 2000 e ocorre a cada dois anos. É coordenada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de subsidiar políticas educacionais. Mais informações em: <<https://www.oecd.org/pisa/>>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

internacional aplicado com alunos de 15 anos. Entre os resultados, menos da metade (47%) conseguiu demonstrar capacidade de distinguir o que é fato e o que é opinião. Os estudantes brasileiros tiveram desempenho ainda mais preocupante: apenas 33% foram capazes de realizar essa distinção.

Esses dados do PISA, realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram apresentados em 2021 e coletados com estudantes de 79 países ou territórios em 2018. "Ter nascido na era digital e ser um nativo digital não significa que você vai ter habilidades digitais para usar a tecnologia de modo eficaz", diz o diretor de Educação da OCDE, Andreas Schleicher (G1, 2021)¹³⁸.

Assim, considerando a presença intensa das tecnologias digitais no dia a dia dos jovens, os modelos híbridos de educação, que comportam o uso formal e informal das tecnologias, podem potencializar o aprender, desde que conjugados com as experiências presenciais. Nas referências de aprendizagens essenciais para a educação básica no Brasil, inclusive, há respaldo para trabalhar as competências infocomunicacionais.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular)¹³⁹ contempla nas competências gerais as competências em informação e em comunicação. Em análise de correlação realizada entre as competências gerais da BNCC e as competências infocomunicacionais, Silva e Borges (2020) confirmaram a correspondência entre elas, embora haja uma maior intensidade de similitude com as competências relacionadas à informação do que com as competências em comunicação.

Também já existem programas e modelos para o desenvolvimento de competências infocomunicacionais no Brasil e no exterior, sendo que Santos, Sousa e Borges (2019) constataram o mesmo predomínio de foco nas competências em informação. As competências operacionais e em comunicação estão presentes em parte das ações, porém de maneira secundária.

Das 34 ações estudadas por Santos, Sousa e Borges (2019), a partir da análise de categorias e indicadores das competências infocomunicacionais propostos por Borges (2018), percebe-se que a prioridade da maioria (62%) é a identificação da necessidade de informação, tanto em termos de busca quanto criação, e de capacidades relacionadas à seleção e à avaliação de conteúdos.

¹³⁸ Entrevista divulgada pela BBC News e publicada pelo Portal de notícias G1. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/05/31/nativos-digitais-nao-sabem-buscar-conhecimento-na-internet-diz-ocde.shtml>>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

¹³⁹ Mais informações sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estão disponíveis em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

Já a ênfase em competências em comunicação (como trabalho colaborativo, criação de laços sociais, atenção para os meios de comunicação adequados e estímulos à aprendizagem autônoma) está presente em uma quantidade menor de iniciativas recuperadas (30%). As competências operacionais, por sua vez, aparecem de forma mais implícita, associadas ao uso eficiente das ferramentas tecnológicas (*hardwares* e *softwares*).

Outra constatação é a prevalência de propostas de aprendizado para as competências infocomunicacionais voltadas para professores ou para especialização de profissionais da Ciência da Informação. “Logo, programas, modelos e métodos que propiciem a promoção de competências infocomunicacionais para estudantes de ensino médio ou estudantes de graduação ainda se configuram como um cenário pouco explorado” (SANTOS; SOUSA; BORGES, 2019, p. 77). Ou seja, há necessidade de oferta de oportunidades para o público jovem, foco de nossa tese.

Como enfatiza Hobbs (2017), trabalhar a criticidade dos jovens não é algo novo, mas demanda atualizações constantes para corresponder às experiências vividas pelos estudantes, de modo a prepará-los para a vida em uma sociedade democrática. Em concordância com Castells (1999), consideramos que as tecnologias não sentenciam os rumos da sociedade, mas sim são os sujeitos, praticantes culturais, que definem as formas e se apropriam destes meios.

O autor defende que “a internet é um instrumento que desenvolve, mas que não muda os comportamentos; ao contrário, os comportamentos apropriam-se da internet, amplificam-se e potencializam-se a partir do que são” (CASTELLS, 2003, p. 273). Neste sentido, a internet e os ambientes digitais favorecem os modos de ser, viver e de se relacionar, e não faz sentido desconsiderá-los nos processos formativos.

Os ambientes *on-line* estão em constante mudança e desafiam o jovem a se adaptar continuamente às tecnologias e a construir sentido a partir de vários recursos (O'BRIEN *et al.*, 2017). Com isso, o jovem é demandado em habilidades sociais, como interagir com a comunidade *on-line* para aprender em colaboração, e na capacidade de lidar com fontes de informação diversas (humanas e não-humanas).

A partir desta perspectiva, as competências infocomunicacionais precisam ser pensadas como parte da relação ensino-aprendizagem na educação básica, como meio de potencializar o desenvolvimento de cidadãos críticos e transformadores de suas realidades. A BNCC parece dar um passo nesse sentido ao explicitar a importância de considerar os recursos e vivências digitais, competências informacionais e comunicacionais (SILVA; BORGES, 2020, p. 112).

Como ressalta Castells (2005, p. 27-28),

[...] a política educacional é central em todos os aspectos. Mas não é qualquer tipo de educação ou qualquer tipo de política: educação baseada no modelo de aprender a aprender, ao longo da vida, e preparada para estimular a criatividade e a inovação de forma a - e com o objectivo [sic] de - aplicar esta capacidade de aprendizagem a todos os domínios da vida social e profissional.

Para Buckingham (2010, p. 37), “as escolas podem desempenhar um papel proativo ao apresentar tanto perspectivas críticas quanto oportunidades de participação em relação à nova mídia”. O autor critica a ideia de iminente fim da escola como resultado da autonomia de aprendizagem dos jovens pelas mídias digitais. “Questiono a ideia de que a escola seja uma instituição ultrapassada e que seu fim seja iminente e previsível” (BUCKINGHAM, 2010, p. 37).

Apesar de também não ser apocalíptico em relação à escola, Martín-Barbero (2014) considera os meios e as novas tecnologias como ambientes de desenvolvimento pessoal dos jovens, convertidos por eles próprios em oportunidades de estarem juntos e se expressarem.

Não por culpa dos professores ou dos alunos, mas pela existência de um ecossistema comunicativo que, ao catalisar as sinergias entre a perda da vitalidade das grandes instituições modernas e o surgimento de outras formas de pertencimento e sociabilidade, faz com que o sistema educativo seja incapaz de conectar-se a tudo o que os alunos devem deixar de fora para estar-na-escola: seu corpo e sua alma, suas sensibilidades e gostos, suas incertezas e raivas (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 122).

Martín-Barbero (2011, p. 132) também chama a atenção para a desigualdade de oportunidades em função da classe social.

[...] enquanto os filhos das classes favorecidas entram em interação com o ecossistema informacional e comunicativo a partir de seu próprio lar, os filhos das classes populares – cujas escolas públicas não têm, em sua imensa maioria, a menor interação com o ambiente informático; escolas que são para eles o espaço decisivo de acesso às novas formas de conhecimento – estão ficando excluídos do novo espaço laboral e profissional que a cultura tecnológica propõe.

O caminho ainda é longo, pelo que indica o relatório Leitores do Século 21 – Desenvolvendo Habilidades de Alfabetização em um Mundo Digital, de 2021. O estudo revela

que somente metade dos estudantes dos 79 países participantes garantiu ter na escola orientação sobre como reconhecer se uma informação é verdadeira ou enviesada, por exemplo.

O diretor de educação da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Andreas Schleicher, credita à aprendizagem tradicional e ao engajamento de professores a possibilidade de ensinar os estudantes, embora também endosse que esse processo não está restrito aos muros da escola. (G1, 2021). O relatório também relaciona melhores resultados aos estudantes que integram sistemas educacionais que ensinam as habilidades digitais.

Buckingham (2010) endossa a importância da presença das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, em função das novas formas de aprender e apreender, além de já ser uma das exigências de um mundo centrado na comunicação, ou seja, de uma sociedade multiletrada. “A crescente convergência da mídia atual significa que precisamos abordar as habilidades e competências – os múltiplos letramentos – demandadas pelo conjunto de formas contemporâneas de comunicação” (BUCKINGHAM, 2010, p. 53).

Em anuência com Buckingham, as reflexões aqui apresentadas reforçam a importância da aprendizagem crítica no contexto de vida cada vez mais digitalizada, sem a pretensão de apontar uma receita para o aprender. Esta seção, portanto, visa discutir aspectos das competências infocomunicacionais, que podem ser aliados das possibilidades propiciadas pelos ambientes e tecnologias digitais, quando exploradas as diferentes aprendizagens, desenvolvidas via educação formal ou informal.

Concordamos com Martín-Barbero (2011, p. 133-134), para quem:

[...] a educação tem de ensinar as pessoas a ler o mundo de maneira cidadã
[...] tem de ajudar a criar nos jovens uma mentalidade crítica, questionadora,
desajustadora da inércia na qual as pessoas vivem, desajustadora da
acomodação na riqueza e da resignação na pobreza.

O autor também realça a importância do desenvolvimento de sujeitos autônomos e livres para pensar “com a própria cabeça, e não com as ideias que circulam ao seu redor” (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 134) ou nas redes sociais digitais e aplicativos de mensagens instantâneas.

4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A aceleração da presença das tecnologias digitais no Brasil justifica a necessidade de discussões atualizadas sobre o uso e os impactos desses recursos no viver em sociedade. O emprego de *fake news* com propósitos de manipular a opinião pública, como ocorre no campo da política e da saúde, para citar apenas dois setores atingidos, tem evidenciado ainda mais a urgência do debate sobre o uso ético e responsável da internet como princípio, assim como das competências que emergiram ou se potencializaram com os ambientes digitais.

É o caso das competências em informação e em comunicação, também indissociáveis das operacionais, conceitualmente chamadas de competências infocomunicacionais, não à toa o recorte escolhido nesta tese. A pesquisa nacional da TIC Domicílios 2020 (CGI.br, 2021) mostra que as atividades de comunicação e de informação estão entre as mais realizadas na rede.

Lançar mão das novas oportunidades que a era digital propicia requer capacidades humanas e visão crítica sobre as tecnologias digitais, pré-requisitos que têm mobilizado os diferentes continentes, seja no âmbito acadêmico, na sociedade civil e/ou nas esferas de poder como políticas públicas.

Os esforços teóricos incluem termos como Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), *New Media Literacy*, competência digital, educomunicação, entre outros, todos preocupados com o fenômeno da relação entre pessoas, tecnologias e ambientes digitais, embora cada conceito contenha suas especificidades de análise.

Nesta tese, a escolha pelo conceito de competências infocomunicacionais não exclui os anteriores, mas centraliza as discussões em torno do propósito e do uso operacional dos dispositivos e nas competências em informação e em comunicação. Como já apresentadas, essas competências estão inter-relacionadas e focadas no comportamento dos indivíduos.

Saber lidar com os conteúdos na rede, sejam autorais ou de terceiros, para uso próprio ou compartilhado, com fins individuais ou coletivos, é uma questão que envolve responsabilidade de cada cidadão e também diz respeito ao tipo de sociedade na qual se espera viver: se democrática ou não.

No entanto, esse senso crítico e de responsabilidade também está atrelado ao desenvolvimento contínuo, com apreensão de conhecimentos, habilidades e atitudes, o que pode ser estimulado e conduzido tanto pela educação formal quanto informal. Sem o princípio

ético, as competências podem ser empregadas para fins danosos, mas sem as competências, as melhores intenções ficam comprometidas ou restritas, caso o indivíduo não saiba como aplicá-las no mundo digital.

Essa interdependência entre os princípios éticos e as competências infocomunicacionais reforça a importância de uma criticidade cada vez mais aguçada sobre o papel das tecnologias no cotidiano de cada indivíduo e na influência sobre o incipiente regime democrático em que vivemos.

Se a disseminação planejada de informações falsas motivou o desenvolvimento das questões éticas nas práticas jornalísticas no final do século XIX, neste século XXI, o fenômeno, em proporções muito maiores, velozes e perigosas, parece ser um convite ao aprofundamento e à ampliação das discussões e práticas infocomunicacionais com ênfase na ética presente nas ações individuais e coletivas, e que ganham ainda mais relevância no contexto de ambientes e mídias digitais.

Como veremos no capítulo seguinte, a internet também já é considerada um agente de socialização que influencia o modo como os jovens participam politicamente. Assim como a forma de agir politicamente dos jovens, seja *on-line* ou *off-line*, mobiliza competências infocomunicacionais. E é preciso ressaltar que uma das premissas da democracia é o cidadão estar bem informado para ser capaz de tomar as melhores decisões.

*Entre corres e rolês!*¹⁴⁰

5 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM TEMPOS DE AMEAÇAS À DEMOCRACIA

O tema da democracia entrou para a agenda pública dos brasileiros nos últimos anos e sobretudo em 2022, pela intensidade de ameaças ao regime democrático contemporâneo. Associada à pauta, a participação política também ganhou relevo pelo papel essencial que exerce nos sistemas representativos e pelo impacto das mídias e ambientes digitais nos repertórios e no alcance das ações e sociabilidades políticas.

A partir das Jornadas de Junho de 2013¹⁴¹ no Brasil, a relação entre participação política e mídias digitais aguçou ainda mais os pesquisadores que buscam compreender as manifestações e os protestos expressivos ocorridos no país contra a corrupção, governos e instituições democráticas, durante os governos de Dilma Rousseff e de Michel Temer e, desde 2018, contra e a favor da gestão de Jair Bolsonaro (RIBEIRO; BORBA; 2020; MORAIS, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2016).

Entre os manifestantes, estava um público expressivo de jovens (GOHN, 2018; MORAES; XIMENES, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2016), em fase de desenvolvimento de sua cultura política, que conta com a internet como um de seus agentes de socialização política (CASTELLS, 2002; 2011; MORAIS; BAQUERO, 2017; MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021).

Apesar de os estudos indicarem um desinteresse histórico da população brasileira pela política (MORAIS; BAQUERO¹⁴², 2017; MOISÉS, 1995), essa efervescência das manifestações e protestos, em curso há quase uma década, tem instigado estudiosos que buscam entender a participação política da sociedade civil, manifestada nas ruas do país e pelos fios de fibra ótica, as chamadas participações *on-line* e *off-line*, que são cada vez mais híbridas.

Ao mesmo tempo em que as mídias e ambientes digitais surgem como oportunidades ampliadas de mobilização e participação, passa-se a discutir a qualidade desta para o

¹⁴⁰ Os jovens de Salvador usam o termo “corres” para se referir às diferentes formas de trabalho, geração de renda e compromissos profissionais ou acadêmicos. Já “rolês” são as programações culturais e de lazer (2022).

¹⁴¹ As Jornadas de Junho foram mobilizações de massa ocorridas, simultaneamente, em mais de 500 cidades de todas as regiões do Brasil durante 2013, mobilizando mais de três milhões de brasileiros (MORAIS; BAQUERO, 2017).

¹⁴² Essa referência também pode ser encontrada identificada como: Moraes; Jacome, 2017. Optamos por padronizar a menção ao segundo autor com o sobrenome que ele mais usa: Baquero, em vez de Jacome.

fortalecimento da democracia ocidental contemporânea, uma vez que são indissociáveis desde que coexistam com o mesmo propósito.

Afinal, embora a participação seja um princípio fundamental para a qualidade democrática (GOMES, 2011), esta não é um valor em si. “[...] mas apenas na medida em que pode produzir algum benefício para a comunidade política. Caso contrário qualquer participação civil¹⁴³ (na *Ku Klux Klan* ou na *Hitlerjunge*) seria boa para a democracia” (GOMES, 2011, p. 25).

No período de 2018 a 2022 no Brasil, algumas ações antidemocráticas foram emblemáticas, como as manifestações de seguidores do presidente da República exigindo o fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, a intervenção militar e o retorno da ditadura. Para Carpentier (2019b),

A noção de participação está tão profundamente ligada (pelo menos em como penso sobre a participação) com a cultura democrática que deixa de existir quando a desconectamos da democracia [...] as interações e participações sociais precisam estar inseridas em uma cultura democrática, impulsionada, entre outros modelos, por uma ética do cuidado.

Henry Jenkins (2020) enfatiza a relevância dessa discussão, sobretudo nos últimos anos. “A questão da participação significativa é até mais urgente hoje, dadas as crises que confrontam as democracias em todo o mundo, do que era em 2014”, defende Jenkins entrevistado por Moura (2020, p. 187-188).

Mesquita e Cantoni (2016, p. 123) também reforçam que

A participação política é uma dimensão crucial dos sistemas democráticos. A qualidade da democracia é alta quando se observa que em um país há intensa participação dos cidadãos, não só pelo voto, mas também por meio de diversas outras formas, como participando na vida dos partidos, em organizações da sociedade civil, na discussão de políticas públicas, monitorando a conduta de agentes políticos etc.

Assim, neste capítulo teórico, considerando que a participação política é uma das “mais tradicionais da agenda da pesquisa sobre a democracia” (GOMES, 2011, p. 19), apresentamos reflexões sobre a participação política das juventudes, público de interesse desta tese, considerando referências conceituais, o contexto e as formas atuais de expressão da cultura

¹⁴³ Gomes (2011) explica que civil representa o cívico, cidadão, ente que faz parte da comunidade política.

cívica e política, que passaram a contar com a influência da internet sobretudo nas últimas duas décadas. Esse esforço integra nossa sustentação teórica para, no capítulo sobre a pesquisa empírica, analisarmos o perfil dos jovens de Salvador que se interessam por política e como exercem a participação nesta (tanto *on-line* quanto *off-line*).

*Passa a visão!*¹⁴⁴

5.1 PARTICIPAÇÃO E COMPORTAMENTO DAS JUVENTUDES

O conceito de participação política no modelo democrático representativo possui abordagens diversas, que podem ser complementares ou divergentes. Ainda que essa discussão seja muito mais ampla do que seria possível contemplá-la em um capítulo desta tese, tem-se a pretensão de apresentar aspectos relevantes para se entender a importância do debate nos tempos atuais e com o recorte das juventudes.

Como dizem Baquero e Baquero (2012, p. 21), a participação política é um conceito plurívoco, que envolve ações “simples”, como o ato de votar nas eleições, “até ações, analíticas e conceitualmente, mais complexas e que são denominadas de não convencionais”. O trabalho seminal de Milbrath (1965) abriu espaço para uma polissemia de definições e releituras para tentar traduzir compreensões e contextos nos quais ocorrem as ações de participação.

Na década de 1960, o conceito apresentado por Milbrath (1965) condizia com uma das abordagens ainda em voga, relacionada às ações em torno do período eleitoral. Alinhados com essa definição, Verba, Nie e Kim (1978) propõem que a participação política está relacionada às atividades de cidadãos que tentam influenciar as ações de funcionários governamentais. Posteriormente, destaca-se uma perspectiva multidimensional ao serem incorporadas ao conceito iniciativas coletivas, como protestos e boicotes, que visam interferir no sistema político (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Ao reconhecer as atividades de protesto e contestação como uma modalidade de participação política, percebendo-as não como uma anomalia típica dos países subdesenvolvidos, mas como fenômenos que estavam acontecendo naqueles contextos centrais, em termos de desenvolvimento político e econômico – e sem necessariamente apontar para uma crise de legitimidade das democracias, como chegou a ser apontado em alguns estudos –, tal projeto

¹⁴⁴ Expressão usada pelos jovens de Salvador para pedir a alguém para relatar ou explicar alguma situação ou tema (2022).

levou a uma reformulação das próprias formas de mensurar e classificar a participação política (BORBA, 2012, p. 270).

Essas ações diretas, que incluem protestos, abaixo-assinado, manifestações, boicotes, petições, ocupações e passeatas, foram classificadas como modalidades não convencionais pelo estudo *Political Action* (BARNES; KAASE, 1979), que reuniu cientistas sociais de vários países, e passaram a ser incorporadas às pesquisas empíricas relacionadas à participação política (DALTON, 2004; INGLEHART; WELZEL, 2009; NORRIS, 2001; 2004).

Norris (2004) explica que a modalidade não convencional de participação só passou a ser reconhecida no início do século XXI, quando se tornou muito comum na sociedade. A autora cita como exemplos os repertórios não convencionais (como protestos), que podem influenciar o processo político e resultar em mudança de lei ou alterar comportamentos sociais sistêmicos, uma vez que tanto podem ser direcionadas a diferentes instâncias do governo, do setor privado ou da sociedade civil.

Portanto, a fronteira é cada vez mais sutil entre o político e o social. “Questões de política de identidade em torno de questões de etnicidade e sexualidade também costumam confundir o ‘social’ e o ‘político’”, explica Norris (2004, p. 5, tradução nossa)¹⁴⁵. Com o passar do tempo, para alguns autores, parte dos atos “não convencionais” já teria perdido o sentido de permanecer como tal, estando mais para “convencionais” nas democracias ocidentais do século XXI, constituindo-se como um repertório amplo de ação política (BORBA, 2012; DALTON, 2004; 2009).

Norris (2004) reforça que as formas convencionais de participação e as não convencionais não são concorrentes ou excludentes, fazem, sim, parte da mesma arena política. Um partido político, por exemplo, pode organizar uma manifestação de massa, assim como movimentos sociais lançam mão de estratégias de ação que combinam repertórios tradicionais e alternativos.

Para citar um exemplo atual no Brasil de inovação na representação política, temos as candidaturas coletivas ou mandatos coletivos, que ainda carecem de regulamentação, mas já são reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral¹⁴⁶. Por sua vez, existem setores econômicos, como o do agronegócio, emplacando bancadas políticas no Poder Legislativo.

¹⁴⁵ Traduzido do inglês: “*Issues of identity politics around issues of ethnicity and sexuality also commonly blur the ‘social’ and the ‘political’*” (NORRIS, 2004, p. 5).

¹⁴⁶ A Resolução 23.609 do Tribunal Superior Eleitoral, de 2019, permite que, “no caso de candidaturas promovidas coletivamente, a candidata ou o candidato poderá, na composição de seu nome para a urna, apor ao nome pelo

Outro aspecto a se considerar, defende Norris (2004; 2005), é que os centros de decisão política também não estão mais concentrados nas instâncias governamentais, mas sim distribuídos entre agências privadas e sem fins lucrativos após privatizações e desregulamentação. Com isso, cresce a demanda por repertórios alternativos de expressão e engajamento político.

Da mesma forma, aumenta a necessidade de atender a reivindicações, cada vez mais intensas, relacionadas a identidade de gênero, cor/raça, faixa etária, demandas ambientalistas, anticapitalistas, entre outras, bem distantes dos movimentos clássicos, como sindicatos e partidos, e mesmo dos movimentos populares de lutas pela terra e por moradia (GIDDENS, 2007; NORRIS, 2004; 2005).

Todavia, são movimentos que buscam alterar estilos de vida, ou seja, impactar em comportamentos, muitas vezes, interferindo nos processos de formulação de leis e políticas públicas. Essa discussão sobre repertórios de participação política permanece latente e os autores seguem questionando se há convergência ou divergência entre os repertórios mobilizados pelos cidadãos e os tradicionais.

Entre os jovens, pesquisas mostram que o engajamento tem sido maior via repertórios não tradicionais (BOULIANNE; THEOCHARIS, 2018; OKADO; RIBEIRO, 2015; MORAIS, 2021; NORRIS, 2004), o que foi constatado também em nossa pesquisa empírica com jovens de Salvador que se interessam por política, apresentada nos capítulos seguintes, parte 2 (p. 193) desta tese. Antes, é importante conhecermos o que diz os estudos e os especialistas que trabalham com o comportamento político dos jovens.

Vale ressaltar que o tema da participação política permite a exploração de um amplo leque de possibilidades e, quando envolve o recorte dos jovens, emergem particularidades importantes. A começar pela tendência de relacioná-los à apatia política, mesmo sem investigar as evidências científicas, quais juventudes estão sendo observadas e em qual contexto.

Estudos demonstram que a apatia, a baixa participação política e a desconfiança institucional são características das atitudes e comportamentos da população como um todo, não somente no Brasil e não apenas das pessoas com menos de 30 anos (MOISÉS, 1995; MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021; NORRIS, 2004).

qual se identifica individualmente a designação do grupo ou coletivo social que apoia sua candidatura, respeitado o limite máximo de caracteres”.

Segundo Norris (2004, p. 2, tradução nossa), desde o final do século XX, as sociedades pós-industriais passaram a expressar um desengajamento político. Os jovens, em particular, foram definidos como “desiludidos com as principais instituições da democracia representativa, deixando-os apáticos (na melhor das hipóteses) ou alienados (na pior das hipóteses)”¹⁴⁷. Mas, para a autora, os jovens continuaram ativos, porém engajados em ações diretas, como protestos e abaixo-assinados, e não nas formas tradicionais de participação.

O debate sobre a participação juvenil na vida política não é tema recente, mas tem-se intensificado nas últimas décadas, sobretudo, a partir do reconhecimento legal dos direitos dos jovens e da capilaridade das tecnologias digitais. Para mensurar o nível de participação juvenil, autores recomendam, inclusive, avaliar o espaço disponibilizado para os jovens influenciarem nas decisões coletivas ou se há uma expectativa de apatia política para garantir a estabilidade da ordem social.

Isso porque, muitas vezes, as políticas públicas e mesmo as chamadas ações de protagonismo juvenil¹⁴⁸ nas diferentes instituições públicas e privadas simulam participações reais e excluem os cidadãos do exercício efetivo da tomada de decisões (CARRANO, 2012; SPOSITO, 2003).

Governos e instituições promovem enquetes, sondagens, fóruns, conferências, encenam parlamentos jovens, isso tudo para exercitar a participação ou ainda para “medir” os humores e opiniões de cidadãos e consumidores. Entretanto, somente muito raramente encontramos abertura de processos participativos mais diretos que possam influenciar decisivamente nos rumos das instituições (CARRANO, 2012, p. 87).

Baquero e Baquero (2012, p. 24) assinalam ainda que os jovens percebem, no dia a dia, um distanciamento das formas de participação disponibilizadas pelo Estado, algo já demarcado desde 2006 no Diálogo Nacional para uma Política Pública da Juventude. Para os autores,

¹⁴⁷ Traduzido do inglês: “*Political disengagement is thought to affect all citizens but young people are believed to be particularly disillusioned about the major institutions of representative democracy, leaving them either apathetic (at best) or alienated (at worst)*” (NORRIS, 2004, p. 2).

¹⁴⁸ Essa expressão “protagonismo juvenil” é alvo de críticas acadêmicas que a associam às oportunidades de participação sem o direito de intervir efetivamente na tomada de decisões. Para Castro (2005), o protagonismo juvenil ocorre em ações de intervenção no contexto social lideradas por jovens para responder a problemas reais. Porém, orientado para “o ajustamento de condutas de jovens populares e que, em última instância, camufla contradições, naturaliza precariedades em territórios de pobreza e inibe conflitos relacionados com a busca de direitos da juventude” (CARRANO, 2012, p. 89). Portanto, o protagonismo juvenil está muito mais próximo do controle social e não da partilha do poder de decisão.

faltam também as organizações “para”¹⁴⁹ jovens, capazes de oferecer oportunidades que gerem interesse para eles se organizarem e participarem.

Na opinião de Gohn (2018), muitos gestores públicos e representantes institucionais civis estão distantes dos jovens porque não consideram as novas formas de sociabilidade e comunicação geradas pelas redes e mídias sociais. São nesses espaços *on-line*, assinala a autora, que as juventudes têm vivido novas experiências de participação diferentes dos modelos tradicionais.

Desse modo, assim como os jovens politizados das décadas de 1960 e 1970 encontraram uma forma própria para participar, naquele tempo mais institucionalizada, a geração atual tem buscado outras maneiras de estabelecer relação com a política, “[...] que vão na contramão do apoio à política institucionalizada e se encaminham na construção de um novo paradigma, baseado não mais em parâmetros socioeconômicos e político-ideológicos, mas em parâmetros ético-existenciais, nos quais a mudança pessoal faz parte da mudança coletiva” (GOHN, 2018, p. 26).

Na mesma linha, Stabile (2012, p. 28) afirma que os jovens não estão sendo apáticos em relação à política. “Esta nova geração está buscando outras formas de participar e de interagir com a sociedade. Está buscando formas colaborativas (e coexistentes), utilizando-se principalmente das novas tecnologias para esse fim”.

Outro aspecto fundamental, como vimos no capítulo sobre juventudes e desigualdades (p. 77), são os contextos socioeconômicos, além da cultura política do país. Com relação às assimetrias socioeconômicas, uma das contribuições de Rawls (1999) destacadas por Marques (2008) é trazer para o debate o impacto das desigualdades de condições, econômicas e sociais, sobre a liberdade dos cidadãos de participar efetivamente da arena política, o que compromete a igualdade política. Como adverte Vita (2004, p. 123), “Níveis elevados de pobreza e desigualdade e uma excessiva concentração da riqueza e da propriedade degradam o valor que as liberdades políticas têm para os mais desfavorecidos”.

O engajamento político também está relacionado à cultura política de indivíduos e sociedade (ALMOND; VERBA, 1963; DALTON; WELZEL, 2014; PUTNAM, 2000). Esse conceito de cultura política deriva de cultura cívica, essencial para a cidadania e, portanto, para a qualidade democrática.

¹⁴⁹ As organizações “para” jovens são aquelas criadas com foco no atendimento desse público, nas diferentes áreas: social, cultural, educacional, profissional etc.

Em estudo seminal sobre a cultura cívica, os pioneiros dos estudos sobre cultura política, Almond e Verba (1963), a definem como um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que conformam um processo político, com regras e pressupostos que guiam o comportamento dos indivíduos. Essa cultura política, de caráter cívico, é apontada pelos autores como fundamental para a manutenção do sistema democrático, e prevê como modelo de cidadania ideal a participação da população em uma relação respeitosa com as elites governantes.

A abordagem dos autores, no entanto, recebeu várias críticas e foi considerada elitista, sobretudo, por considerar a cultura política da Inglaterra e dos Estados Unidos como ideais da cultura democrática (INGLEHART, 2002). Mas foi graças à teoria inicial de Almond e Verba, ainda na década de 1980, que pesquisadores iniciaram investigações sobre a cultura política como instrumento analítico do comportamento dos indivíduos, a partir da observação dos valores e crenças que os acompanham.

Os estudos incorporaram contribuições de autores como Inglehart, que propôs que o nível de engajamento político e a internalização dos valores democráticos são proporcionais à satisfação de necessidades materiais primárias, como saúde, educação, moradia e segurança. Ou seja, o desenvolvimento econômico é motor de mudanças sociais, políticas e culturais (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Inglehart e Welzel (2009) salientam ainda que o desenvolvimento humano é fundamental para a cultura política, que precisa ser analisada também considerando as diferenças entre sociedades com valores materialistas (questões como emprego, salários e pensões) e as com valores pós-materialistas (como globalização, ambientalismo e igualdade de gênero).

Welzel dá continuidade a essa discussão junto com Dalton (2014) lançando um olhar analítico para a cultura política a partir das mudanças de valores nos sistemas democráticos contemporâneos. Na avaliação dos autores, há avanços na medida em que se percebem cidadãos mais críticos em relação à necessidade de mudanças políticas. Os valores que os movem estão mais assertivos, ou seja, expressam preocupações comuns impulsionadoras de ações coletivas, algo bem diferente dos valores de lealdade pública, característicos da cultura cívica da década de 1960, do modelo de Almond e Verba (1963).

Para Baquero, Bernardi e Morais (2019), no Brasil, no entanto, a cultura política ainda está longe desse patamar, aproximando-se muito mais da submissão do que da autoexpressão

(autonomia e confiança elevada, por exemplo), pela fragilidade tanto em termos de dimensão institucional quanto da dimensão da cultura política.

[...] ao examinar o caso brasileiro se constata que, embora haja uma democracia legal e procedimental no que se refere ao funcionamento das instituições e à realização de eleições periódicas, esta dinâmica não se estendeu ao nível de ampliação de uma cultura política de participação, promovendo uma incongruência entre cultura política e instituições, e impedindo uma maior qualidade democrática e inclusão cidadã (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019, p. 47).

Moraes e Baquero (2018) acrescentam que a cultura política participativa no Brasil depende de cidadãos com sentimento de eficácia política – também chamada de competência cidadã subjetiva por Almond e Verba (1963) – e com interesse para se engajarem em ações políticas que exijam do Estado a qualificação e a ampliação de oportunidades que garantam um futuro melhor. “Na ausência dessas predisposições, o tipo de cultura política que se estrutura caracteriza-se pela desconfiança, passividade e indiferença” (MORAIS; BAQUERO, 2018, p. 40).

A dimensão da eficácia política é muito explorada nas pesquisas sobre participação política. Oser *et al.* (2022), por exemplo, realizaram um amplo estudo para avaliar a influência da eficácia sobre as formas de participação *on-line* e *off-line*, a partir de dados de 28 países cujas pesquisas ocorreram entre 2000 e 2016. Os pesquisadores encontraram relações positivas entre eficácia e ambas as modalidades de participação, com semelhança na magnitude das duas associações.

Além da eficácia, como apontam os autores Ribeiro, Borba e Hansen (2016, p. 503), o ativismo político depende de um conjunto de aspectos para despertar o interesse e avançar da intenção à ação. “Os indivíduos se mobilizam politicamente quando possuem os recursos necessários, quando estão interessados ou motivados psicologicamente na participação e quando são convidados (ou recrutados)”.

Em termos de recursos sociais, os condicionantes individuais para o engajamento são habilidades cívicas, tempo e dinheiro, além de inserção em redes de recrutamento e motivações subjetivas (VERBA; SCHOLZMAN; BRADY, 1995). As habilidades cívicas, dizem os autores, são desenvolvidas ao longo da vida durante as atividades coletivas, como no trabalho, em organizações ou igrejas.

Já Vita (2004) destaca o interesse dos indivíduos por política como condição fundamental para a participação ocorrer, assim como a capacidade de argumentação em debates de natureza política, desde que sejam oferecidas oportunidades. Para o autor, a apatia pode ser explicada pela ausência de poder, não o inverso.

[...] A suposição de que os cidadãos devem deliberar sobre questões de política pública ignora o déficit motivacional e cognitivo desses cidadãos para lidar com questões dessa natureza. [...] O mais provável é que só estejam motivados a isso aqueles que têm preferências intensas sobre determinadas áreas da política pública (VITA, 2004, p. 116-117).

No engajamento para as modalidades contestatórias, Oliveira *et al.* (2016) destacam quatro impulsionadores: 1) descontentamento individual; 2) recursos individuais e coletivos (tempo livre, renda, escolaridade e habilidades cívicas); 3) mudanças culturais e valores pós-materialistas; 4) questões identitárias (orientação ideológica individual, entendida como a mais relevante delas).

Camargo (2020), por sua vez, enfatiza que se espera da própria democracia ações que fortaleçam a preparação das pessoas para a participação. Citando Witschge (2004), a autora reforça que o processo democrático pressupõe a criação de um público, a partir do estímulo aos cidadãos para debater questões de interesse comum, ideais e ações e não apenas participação via votação.

Morais e Baquero (2018, p. 40), todavia, lembram que as instituições não são as únicas responsáveis pelo desenvolvimento da democracia. “É imperativo incorporar na equação democrática o apoio dos indivíduos”. E esse engajamento tanto pode ser individualizado como em forma associativa.

Outro aspecto é que “Há sujeitos não associados que, no entanto, mantêm alto nível de informação sobre os negócios da política e participam das mais diversas práticas democráticas”, pontua Maia (2011, p. 61). A autora exemplifica que manifestações com eficácia política têm ocorrido sem engajamento contínuo dos participantes com associações. E ambas (participações individual e coletiva) são essenciais para uma democracia saudável.

Em meio às discussões sobre engajamento e cultura política, um outro elemento desperta cada vez mais interesse dos estudiosos em Política e Comunicação: o papel da internet e dos recursos da comunicação digital sobre a socialização e a ação política de indivíduos e sociedade, tema que é indissociável dos estudos sobre participação política das juventudes.

*Tô on!*¹⁵⁰

5.2 INTERNET E OS IMPACTOS SOBRE PARTICIPAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

Os processos comunicativos inerentes ao ser humano têm sido intermediados e facilitados pelos meios de comunicação, que se transformaram em espaços de ação política (MARTINO, 2015). Desde os meios de comunicação de massa, como televisão e rádio, eles exercem papel cada vez mais expressivo sobre o engajamento e a socialização política nas democracias contemporâneas (GIDDENS, 2007).

A própria democracia precisa se adaptar, permanentemente, ao surgimento de novos meios de comunicação e de formação da opinião pública, que podem revigorá-la ou debilitá-la (BOBBIO, MATTEUCCI; PASQUINO, 2000). Com a capilaridade das tecnologias e ambientes digitais, um crescente número de pesquisas busca entender o impacto que essas inovações desempenham sobre a participação política dos cidadãos.

As investigações analisam como as mídias digitais estão revertendo ou agudizando os desafios da participação política. Há autores que enxergam avanços com a internet. Para Maia (2011, p. 47), por exemplo, “a emergência da internet contribuiu para sustentar o entusiasmo pela sociedade civil, com vistas a revigorar a participação política”. Os recursos da nova infraestrutura inaugurada pela internet, diz a autora, permitiram ação política em escala local, nacional e transnacional.

Ampliaram-se ainda os canais de participação, com novos padrões de engajamento cívico notados desde a década de 1990 (NORRIS, 1999), e se intensificou o debate sobre a internet, impulsionada pelo potencial que se estabelecia para incrementar a participação e revigorar a democracia (CASTELLS, 1997; COHEN *et al.*, 2012; MAIA, 2011).

À proporção que a internet se populariza, amplia-se o repertório de possibilidades de ação política, seja via abaixo-assinado *on-line*, postagem de *hashtag* e conteúdos políticos, entre outras. A importância dessas formas digitais de participação política se acentuou, inclusive, durante a pandemia da Covid-19, com a necessidade de isolamento social.

Mesmo já tendo uma participação expressiva na política desde o início da década de 2000, foi a partir das manifestações de 2013, com a chamada Jornadas de Junho, que a força das mobilizações pré-protestos, organizadas *on-line*, passou a ser notada com mais intensidade (GOHN, 2018; MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021). “O movimento não é isolado ou fruto

¹⁵⁰ Expressão usada por jovens de Salvador para garantir que estão participando ou disponíveis (2022).

apenas de um descontentamento que se materializou apenas através das redes sociais, mas sim de uma movimentação social que já anunciava uma inconformidade política” (MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021, p. 18).

Os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2015) confirmam que o ano de 2013 foi um marco em número de greves. Naquele ano, foram 2.050 greves e 111.342 horas paradas, “um crescimento de 134% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 877 greves” (DIEESE, 2015, p. 2), alcançando a maior quantidade de toda a série histórica, iniciada em 1978. Em termos de horas paradas, é o maior número desde 1990, crescimento de 28% (86.921 horas).

No ano seguinte, assistimos os atos pró e contra impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Na sequência, Michel Temer, já como presidente, enfrentou amplas contestações, marcadas por projetos de lei, emendas constitucionais e greves. A partir de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro e a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, outro movimento significativo tomou as ruas: “Ele Não” (MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021, p. 18).

Após Bolsonaro assumir a presidência do país, teve destaque a manifestação contra os cortes de orçamento na Educação em 2019. E, mesmo durante a pandemia (2020 a 2022), ocorreram manifestações contra e a favor do presidente. Todas elas contando com o papel crucial da internet na mobilização, engajamento e circulação¹⁵¹ dos eventos.

Esse contexto, acrescido da crescente disseminação de *fake news*, gerou ainda mais interesse pela análise da influência da internet na socialização (atitudes e comportamentos) e ações políticas dos indivíduos (GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020). Entre os pontos positivos, a rede enquanto novo universo comunicacional apresenta mais oportunidades e autonomia para os cidadãos, com uma infraestrutura de comunicação digital descentralizada, de baixo custo, horizontal, em múltiplos formatos, com alcance transnacional.

Além das facilidades de acesso, produção e disseminação de informação por qualquer indivíduo e a qualquer tempo, também há a possibilidade de interagir com atores diversos, sem restrição geográfica, social, política, cultural ou econômica (CASTELLS, 2011; LÉVY, 2003; MAIA, 2011).

¹⁵¹ Alguns exemplos de manifestações ocorridas durante a pandemia podem ser conferidas em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/01/manifestantes-vaio-as-ruas-para-protestar-contrabolsonaro-no-lo-de-maio.ghtml>>; <<https://aovivo.folha.uol.com.br/poder/2021/09/07/6062-manifestantes-vaio-as-ruas-pelo-pais-em-atos-do-7-de-setembro-acompanhe.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

Na chamada autocomunicação de massa (CASTELLS, 2011, p. 11-12, tradução nossa), a internet e as redes móveis permitem que os indivíduos criem suas próprias redes de comunicação, assegurando-lhes uma autonomia comunicativa. “E a autonomia comunicativa é a base da autonomia organizacional, cultural e política em relação às instituições dominantes da sociedade”¹⁵².

Com a internet, portanto, a possibilidade de acesso às informações, incluindo as relacionadas à política, passa a ser ilimitada, permitindo que o indivíduo acesse inclusive conteúdos não buscados intencionalmente. Para Rossetto (2014), que pesquisou o fazer política pelo Twitter, a internet e sobretudo as redes sociais contribuem para a massificação da discussão política, ao levar para os indivíduos conteúdos políticos aleatórios. “Essa exposição inadvertida frequentemente leva os indivíduos a visões divergentes, o que por si só já pode ser entendida como algum ganho do ponto de vista político para a democracia” (ROSSETTO, 2014, p. 213).

Nesse sentido, a internet é uma grande aliada da democracia contemporânea, ao facilitar o engajamento de pessoas que, muitas vezes, não participam de processos decisórios presenciais por falta de motivação, limitações de tempo, restrições das comunicações das arenas políticas, entre outras razões.

A internet também fomentou a perspectiva de debate sobre uma democracia digital (GOMES, 2011), entendida como:

qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, *smart phones*, *palmtops*, *ipads*...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, sites, redes sociais, mídias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política (GOMES, 2011, p. 27-28).

Em contrapartida, a internet trouxe riscos, como o uso da nova infraestrutura da comunicação digital para apoiar regimes ditatoriais e grupos da má sociedade civil, como são conhecidas associações fundamentalistas e grupos de incitação ao ódio, por exemplo (MAIA, 2011). As discussões relacionadas ao efeito da internet sobre a política são controversas e foram ainda mais intensificadas a partir das eleições de Donald Trump nos Estados Unidos, com a exploração das *fake news* como recurso de desinformação e manipulação política.

¹⁵² Traduzido do espanhol: “Y la autonomía comunicativa es la base de la autonomía organizativa, cultural y política con respecto a las instituciones dominantes de la sociedad” (CASTELLS, 2011, p. 11-12).

O fenômeno da desinformação e das *fake news* segue desafiando os pesquisadores e toda a sociedade, e tem sido responsabilizado pela “instalação da cultura do ódio nas sociedades contemporâneas, do desentendimento político na maioria dos países ocidentais, pelo medo, pela angústia, como ainda pela propagação de uma fé fundamentalista. O ambiente político também tem sido agente e vítima da pandemia da desinformação” (RÊGO, 2020, p. 84).

Eugênio Bucci (2021, p. 19) explica que os conglomerados monopolistas das grandes empresas (*big techs*) favorecem problemas na cultura política porque “existe uma simbiose entre as chamadas plataformas sociais e os piores discursos de intolerância e de ódio”. Não que as tecnologias digitais sejam as vilãs, “mas a forma de propriedade que as organiza e, mais do que isso, a adaptabilidade que elas têm com relação aos discursos autocráticos, fazem delas uma ferramenta eficiente para as pregações antidemocráticas” (BUCCI, 2021, p. 21), por isso o autor defende o caminho da regulamentação e regulação do setor.

Antes mesmo dos grandes conglomerados empresariais da comunicação e dos desafios ante a desinformação se alastrarem pelo mundo, Norris e Curtice (2006) apresentaram uma síntese interessante de três visões sobre a internet a partir da abordagem de diversos autores. Eles elencam os entusiastas, que enxergam a internet como impulsionadora de meios alternativos de engajamento cívico e da ampliação de redes sociais; os pessimistas, que acreditam no aprofundamento das desigualdades ao amplificar a influência dos grupos dominantes; e os céticos, para os quais não há alteração nos sistemas políticos nem para o bem e nem para o mal.

No entanto, os autores preferem analisar a influência das tecnologias digitais a partir do fenômeno do ativismo político multidimensional “com muitas formas distintas de envolvimento, cada uma associada a custos e benefícios diferentes” (NORRIS; CURTICE, 2006, p. 4, tradução nossa)¹⁵³, ou seja, o papel da internet varia a depender das características dos indivíduos que estão *on-line*, e, para os autores, com propensão a fortalecer as formas de participação política não convencionais (protestos, petições, manifestações etc.).

Assim, a tecnologia digital por si só não garante transformações. “Diversos estudos mostraram que obstáculos tradicionais ao exercício da democracia participativa – falta de informação, apatia e desconexão entre os cidadãos e seus representantes – continuavam

¹⁵³ Traduzido do inglês: “*political activism is multidimensional with many distinct forms of involvement, each associated with differing costs and benefits*” (NORRIS; CURTICE, 2006, p. 4).

persistindo em cidades em que existiam, já, amplo acesso e recursos às novas tecnologias” (MAIA, 2011, p. 68).

Desse modo, não é automática a relação entre internet e participação política democrática, embora as mídias digitais tenham ampliado o repertório de possibilidades de mobilização e engajamento político. Como explica Maia (2011, p. 69), “É preciso, antes, olhar tanto para as motivações dos sujeitos quanto para os usos que eles fazem dela, em contextos específicos”.

Nessa perspectiva, Gomes (2011) acrescenta que as pessoas da segunda década do século XXI são menos dispostas ao engajamento em projetos coletivos contínuos e mais propensas às prioridades de ordem privada ou coletivas pontuais do que as dos anos 1960.

Velhas iniciativas podem não ser eficazes para um novo tipo de sociabilidade. E modelos de democracia que supõem e esperam participação massiva e constante e engajamento intenso podem ser tão irrealistas quanto se programar iniciativas para *hippies* numa sociedade de *yuppies*. Justamente por isso, a aposta da democracia digital parece tão interessante, a saber, em função das fecundas possibilidades de harmonização da cultura tecnológica ao cidadão contemporâneo (GOMES, 2011, p. 39).

Para Gomes (2011), na democracia digital, as pessoas participam se as iniciativas ou meios se apresentam como oportunidades vantajosas, produzindo fins desejáveis nos quais os custos, como a energia despendida, valem os benefícios, ou seja, os indivíduos precisam se sentir recompensados. “Isso me leva à ideia de que a participação online passa por questões relacionadas ao *desejo* tanto quanto por questões relacionadas a meios, motivos e oportunidades de participação” (GOMES, 2011, p. 39).

Outro ponto debatido atualmente é o fato de as redes de comunicação digital, em particular as mídias sociais digitais, permitirem que os indivíduos customizem o conteúdo que recebem, com a possibilidade de acesso seletivo às mensagens, um aspecto que tem atraído a atenção de estudiosos da Comunicação e da Política.

As chamadas “bolhas” ou ambientes isolados limitam o acesso a conteúdos de tendência confirmativa. “[...] os indivíduos tendem, crescentemente, a se isolar em grupos que somente reforçam suas visões de mundo. [...] uma ampla quantidade de usuários simplesmente bloqueia qualquer conteúdo que não os agrada, evitando serem expostos a ideias contrárias àquelas em que acreditam” (MARQUES, 2016, p. 40).

Há pesquisadores, porém, que dizem existir uma superestimativa da influência das bolhas ou câmaras de eco. Seth Flaxman *et al.*, da Universidade de Oxford, no Reino Unido,

analisaram o histórico *on-line* de 50 mil indivíduos nos Estados Unidos e constataram que a dieta da mídia desse público era mais variada do que a imaginada. "Parece contraintuitivo, mas a navegação direta geralmente consiste em apenas um ou dois sites que você lê regularmente – tais como BBC e CNN – enquanto que, por sua natureza, as redes sociais vão expor um número maior de fontes, aumentando a diversidade", diz Flaxman (BBC News, 2018).

A pesquisadora Elizabeth Dubois, da Universidade de Ottawa no Canadá, também constatou o mesmo que os colegas britânicos, mas reforça a complexidade do fenômeno, defendendo que escolas e universidades podem contribuir com debates, com o ensino de habilidades de pensamento crítico, com formas de identificar vieses em argumentos e avaliar fontes de notícias, por exemplo (BBC News, 2018). Nesta tese, chamamos essas possibilidades de competências infocomunicacionais, tratadas no capítulo anterior.

Todas essas questões reforçam o aspecto da dinamicidade da internet, evidenciando o surgimento de desafios e possibilidades em ritmo acelerado, o que instiga estudos sobre o crescente papel das mídias digitais na democracia brasileira, à proporção que a internet se populariza no país, reconhecendo-a como “um ambiente, uma incubadora de instrumentos de comunicação e não uma mídia de massa, no sentido corrente do termo” (LEMOS, 2003, p. 15) e como agente de socialização política (CASTELLS, 2002; MORAIS; BAQUERO, 2017).

“As mídias digitais, e não apenas as redes sociais digitais, configuram hoje os mais relevantes ambientes sociais e a forma principal da esfera pública política ou cultural” (GOMES, 2020, p. 16). Ambientes de consumo de informação, de convivência, de expressões, atitudes e comportamentos, por meio dos quais as experiências exercem influência sobre indivíduos, assim como os demais ambientes de referência, como a família, os amigos, colegas de escola ou de trabalho, grupos religiosos ou esportivos.

Pode-se imaginar, entretanto, que além dos processos espontâneos (ou “orgânicos”, como se diz nas plataformas digitais) de influência, possam estar em curso processos de influência dirigidos intencionalmente. Isto porque os nossos rastros digitais, capturados e tratados, permitem que nós e as nossas redes de contatos, amigos e influências sejamos “perfilados”, ou seja, que se descubram os nossos padrões de preferências, comportamentos e inclinações (GOMES, 2020, p. 16-17).

Se, para a população como um todo, os meios e recursos de comunicação *on-line* são relevantes para compreender o comportamento político das pessoas, quando estão em foco os

jovens, o papel da internet ganha ainda mais importância, por ser este o público mais conectado no país.

Todas as faixas etárias têm aumentado seu acesso a tecnologias de informação e comunicação, mas os jovens têm se mantido à frente dos demais em percentual de acesso a esses bens no domicílio. No grupo de brasileiros com celular, o percentual de jovens é 3,5 vezes maior do que no grupo sem celular (ATLAS... 2021, p. 20).

Para Camargo (2020, p. 22), “observa-se que a internet tem produzido significativas modificações nas várias esferas da vida humana, inclusive no campo político. Neste contexto, os cidadãos, sobretudo os jovens, têm encontrado nela um meio de mobilização e participação política”. A autora adverte, no entanto, que as mudanças promovidas pelas tecnologias na forma de fazer política ocorreram sem alterações nas instituições do século XIX.

Ao passo que há um enfraquecimento das instituições tradicionais de mediação política como catalizadoras da participação política, se fortalece a relação cada vez mais inseparável entre a política e as mídias digitais. É por meio delas que o cidadão se informa, produz, dissemina informações e estabelece comunicações, com potencial de influenciar atitudes e comportamentos próprios e de outros.

Apesar de as mídias sociais serem utilizadas em campanhas políticas desde os anos 1990, o crescimento da escala de uso desse recurso ocorre a partir do final da primeira década dos anos 2000, quando há um aumento expressivo do número de indivíduos conectados e um maior número de ferramentas e ambientes digitais disponíveis. “Assim, a mídia vem produzindo impacto significativo no discurso político, nas atitudes e no comportamento político dos jovens, alterando sua percepção sobre a realidade política” (MORAIS; BAQUERO, 2018, p. 46).

Carrano (2012, p. 95) defende mais estudos para mapear e entender a

[...] amplitude e as sutilezas das distintas formas e conteúdos de participação e dos engajamentos juvenis. As redes sociais da internet e o denominado cyberativismo são novas e pouco exploradas fronteiras para o desenvolvimento de estudos que possam captar os sentidos da participação juvenil contemporânea. Os estudos têm demonstrado que há práticas em curso que permitem perceber a elaboração coletiva de novos conflitos e dissensos no âmbito da experiência participativa dos jovens brasileiros na esfera pública.

Inicialmente, a família e a escola foram as principais instituições socializadoras estudadas, partindo de estudos norte-americanos cujo padrão de sociedade era constituído de

“família biparental, com afiliações políticas e religiosas relativamente estáveis e com um sistema escolar em que as crianças e adolescentes passam grande parte de seu tempo” (GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020, p. 5).

No Brasil, pesquisas também constataram a relação direta entre experiências de modelos participativos na família e na escola e a participação política, uma vez que são nesses ambientes (familiares e escolares) que os jovens adquirem suas primeiras referências em termos de informações, valores, motivações e interesse, e que influenciarão seu conhecimento e comportamento político (FUKS; CASALECCHI; ARAÚJO, 2017; FUKS, 2011; 2012).

Posteriormente, também foram identificadas outras referências responsáveis pela transmissão de padrões, como amigos, grupos de trabalho, grupos associativos e religiosos, mídia, entre outros. À medida que os indivíduos saem de casa, alteram-se os padrões de ativismo político, explica Norris (2004), em função das oportunidades educacionais e de trabalho, além da constituição da própria família e envolvimento em uma comunidade.

Cada experiência na vida, portanto, produz exposição a diferentes redes e contextos políticos, podendo fomentar a participação em movimentos estudantis, associações profissionais, grupos comunitários etc. Eventos históricos particulares também podem suscitar mobilizações, movimentos de dissidência e formas específicas de ativismo político, como uma crise econômica ou uma guerra (NORRIS, 2004).

Como dizem Morais e Baquero (2018, p. 37), a vida de cada indivíduo é influenciada pelas experiências de socialização primária e pela ressocialização.

Tal processo, mais complexo do que apenas o aprendizado de valores, implica no estabelecimento de equilíbrio entre valores novos e antigos por meio da substituição e adaptação das normas e valores previamente adquiridos pela pessoa.

A importância de cada agente de socialização e como se dá esse processo são temas de pesquisa de vários autores, sobretudo, porque influenciarão na forma como os jovens veem e entendem a democracia (FUKS, 2012; NORRIS, 2001; 2004). Os estudos de socialização política tentam compreender ainda a influência das diferentes agências (econômicas, sociais, culturais, ambientais e políticas) sobre o comportamento político dos jovens.

Mais recentemente, autores apontam a internet como agência de socialização política, que se soma às experiências e vivências em instâncias convencionais e informais de

participação, como partidos políticos, associações, movimentos, coletivos, mídia etc. (CASTELLS, 2002; MORAIS; BAQUERO, 2017).

Antes dos olhares dos estudiosos se voltarem para a internet, a mídia já estava no centro das atenções acadêmicas. Por ser uma das fontes de informação sobre política, o consumo de mídias tem sido analisado em relação à influência sobre o engajamento cívico e participação política (DAHL, 2001; DALTON, 2004).

A internet, por sua vez, segundo Castells (2002), inaugura outras possibilidades de investigação, pela forma peculiar que as relações são vivenciadas nos ambientes digitais, caracterizando outra maneira de sociabilidade. Ou seja, as mídias digitais não são mais apenas mediadoras de notícias, elas são também ambientes de sociabilidade:

Segundo Wellman, não são imitações de outras formas de vida, têm sua própria dinâmica: a Rede é a Rede. Transcendem a distância, baixo custo, costumam ter natureza assíncrona, combinam a rápida disseminação da comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal, e permitem afiliações múltiplas em comunidades parciais. [...] Os vínculos cibernéticos oferecem a oportunidade de vínculos sociais para pessoas que, caso contrário, viveriam vidas sociais mais limitadas, pois seus vínculos estão cada vez mais espacialmente dispersos (CASTELLS, 2002, p. 446).

Morais e Baquero (2017) também abordam a internet como agente socializador, mas comentam que não há indícios de impacto expressivo desta na cultura política juvenil brasileira, embora tenha sido gerada essa expectativa pelo surgimento de uma cultura política mais participativa entre a juventude, com a internet impulsionando a participação tanto *on-line* quanto *off-line*.

“Não há dúvida quanto ao acesso quantitativo a esta ferramenta por parte dos jovens, no entanto, é cedo para afirmar que tal dispositivo propiciará as bases para a constituição de uma cidadania juvenil mais participativa e efetiva na construção de uma nova cultura política” (MORAIS; BAQUERO, 2017, sem paginação).

E é preciso considerar os fatores históricos. Baquero, Bernardi e Moraes (2019, p. 47) lembram que prevalece a cultura política de aspecto submisso no Brasil e que “a constituição de cidadãos críticos e participativos envolveria a internalização de valores republicanos, importantes para o empoderamento político dos jovens cidadãos”, a partir de uma combinação entre a dimensão institucional e a dimensão da cultura política.

Para eles, mesmo que no Brasil existam instituições que funcionam dentro de um sistema democrático e com eleições regulares, a desconfiança nas instituições políticas acaba por comprometer uma maior qualidade democrática e o engajamento dos cidadãos.

Fundamental para a construção de uma cultura política ativa e participativa é o processo por meio do qual os valores e normas sobre a política são internalizados pela juventude contemporânea. Tal processo de transmissão intergeracional de valores é denominado de socialização política (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019, p. 47).

A internalização de valores, por sua vez, se expressa pelas atitudes e comportamentos. A dimensão atitudinal, conforme Easton (1968), é a predisposição dos cidadãos, manifestada nos valores, pensamentos e crenças, como por exemplo o sentimento de eficácia política. A dimensão comportamental, por sua vez, é traduzida pelas ações do indivíduo. Desse modo, as atitudes não necessariamente evoluem para o comportamento “especialmente em países como o Brasil, em que a transição para a democracia não veio junto com a construção de valores democráticos” (MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021, p. 17).

Outro aspecto a considerar é a ausência de uma memória democrática pela população brasileira, enfatizam Baquero, Bernardi e Morais (2019). Os autores lembram a linha do tempo do regime democrático no Brasil, permeada por rupturas impostas por uma cultura política autoritária. Nela, clientelismo, patrimonialismo, corporativismo e personalismo exerceram influência, contaminando a participação política, além de o país conviver com instabilidade política e econômica.

Castro (2014) afirma que existe no país uma “nostalgia da ditadura”, por não ter ocorrido uma condenação imediata dos crimes do regime militar. A primeira iniciativa nesse sentido só ocorreria, pela primeira vez, no governo Fernando Henrique Cardoso, e isso favoreceu a permanência de valores autoritários.

O autor explica que a nostalgia é a impressão de que o passado é melhor do que o presente, mesmo faltando uma definição do que efetivamente teria sido superior. Dessa forma, existe “a possibilidade de que o desencanto com a não resolução dos problemas sociais pelos governos democráticos se reverta em descrédito da própria democracia e em uma tentativa de volta ao passado, quase sempre idealizado” (CASTRO, 2014, p. 112).

O fato de não ter havido uma normalidade democrática durante a história do Brasil resultou na fragilidade do processo democrático como condução política do país, perpetuando “a ideia de uso da força como *modus operandi*, dificultando, portanto, a transmissão de uma

‘memória democrática’ por parte dos adultos para os jovens” (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019, p. 50).

*Tamo junto e misturado!*¹⁵⁴

5.3 MODALIDADE HÍBRIDA (*ON-LINE* E *OFF-LINE*) E PESQUISAS EMPÍRICAS

Nas primeiras discussões acadêmicas sobre os efeitos da internet, o tema da possível relação entre práticas *on-line* e *off-line* não era objeto de estudo (MAIA, 2011). Os debates iniciais começaram a contemplar o surgimento de novas práticas de participação política em ambientes digitais a partir do advento da internet 2.0. Atualmente, já se questiona essa separação, embora não haja previsão de quando e se será exaurida.

Para alguns autores, estamos vivendo a terceira fase da vida digital, caracterizada pelos dispositivos móveis e aplicativos, que tornou

[...] a experiência digital em algo ubíquo: onde estivermos, haverá conexão. [...] Não existem mais vida *off-line* e vida *on-line*, é a mesma vida, on e off, simultaneamente. Assim, a digitalização e a datificação da vida não competem com relações presenciais. Elas transformam as relações presenciais e as levam a uma outra dimensão: da ubiquidade, da conexão permanente, da superação das amarras do tempo e do limite do espaço (GOMES, 2020, p. 20).

Estudiosos, todavia, continuam diferenciando as necessidades mais preeminentes em cada tipo de modalidade de participação (*on-line* e *off-line*) para tentar compreender as mudanças em curso. E, considerando as assimetrias socioeconômicas e tecnológicas, ainda faz sentido essa distinção, porém ganha relevo considerar a modalidade híbrida, pela dificuldade, cada vez maior, de dissociar o que ocorre na rede do que acontece na rua.

Segundo Maia (2011, p. 72), estudos empíricos têm evidenciado a internet como fortalecedora de vínculos já estabelecidos e não fomentadora de novos. “O que os resultados dessas pesquisas têm mostrado é que as pessoas com alto grau de atuação em organizações offline são também ativas online” (MAIA, 2011, p. 72).

Norris (2001) afirma que os cidadãos já ativos em termos de participação *off-line* reforçam esse comportamento político ao ampliar o espaço de engajamento para a rede, principalmente, quando envolvem formas de participação política não convencionais. A autora

¹⁵⁴ Expressão usada por jovens de Salvador para afirmar que estão presentes, envolvidos. No caso desta seção, eles estariam *on-line* e *off-line* (2022).

também acredita que os ambientes digitais contribuem para a autonomia política dos indivíduos, na medida em que se rompe com a intermediação de estruturas tradicionais, como partidos e sindicatos (NORRIS, 2001).

No entanto, Norris (2001) não atribui à internet a responsabilidade por mudanças drásticas, mas chama a atenção para as exclusões digitais, classificadas em três pela autora. Uma delas é a divisão global, que aborda as diferenças de acesso à tecnologia digital entre países. Norris também trata da divisão social, alertando para as desigualdades dentro de cada sociedade, tanto em termos de equipamentos quanto de habilidades para o uso das tecnologias digitais. Por fim, enfatiza a variação que existe entre possuir o acesso à comunicação digital e empregá-la para a participação política. Há muitas lacunas, portanto, ainda a serem entendidas e superadas.

Desse modo, reconhecer a capacidade da internet de ampliar as possibilidades de participação política *on-line* não significa crença em um determinismo tecnológico positivo (CARRANO, 2012; DE-LA-GARZA-MONTEMAYOR; PEÑA-RAMOS; RECUERO-LÓPEZ, 2019; MARQUES, 2016; MAIA, 2011; NORRIS, 2004). Sabe-se que o uso de tecnologias digitais, por si só, não garante o exercício da participação política. Esta continua dependendo da motivação dos sujeitos, do uso que se faz da rede e do contexto (GOMES, 2011).

Admite-se, no entanto, que as comunicações digitais aumentam o alcance das ações e favorecem o surgimento de novas formas de atuação política na contemporaneidade (DE-LA-GARZA-MONTEMAYOR; PEÑA-RAMOS; RECUERO-LÓPEZ, 2019; MESQUITA, 2016). Isso porque os dispositivos tecnológicos digitais estão cada vez mais presentes nas ações de mobilização e em todo o ciclo de desenvolvimento das ações de engajamento e de protesto (DE-LA-GARZA-MONTEMAYOR; PEÑA-RAMOS; RECUERO-LÓPEZ, 2019; HERNÁNDEZ-MERAYO; ROBLES-VÍLCHEZ; MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2013; NORRIS, 2004).

Os novos movimentos sociais são impensáveis sem as transformações dos espaços de comunicação que a inovação tecnológica implica com o surgimento da internet e da telefonia móvel multifuncional (...) essas tecnologias compõem uma nova ecologia da comunicação que afeta todos (REGUILLO, 2017, p. 147).

Há também a expectativa de que as mídias digitais ainda possam favorecer os repertórios mais tradicionais de participação, ao reduzir os custos das informações e comunicações e

colaborar com o aumento do interesse pela política, comentam Mesquita e Cantoni (2016). Mas as avaliações não são unânimes.

Em geral, as pesquisas acerca da participação online têm se dividido em avaliações mais otimistas em relação ao potencial do novo meio de renovar a participação, ao diminuir os custos de ação dos cidadãos, e perspectivas mais céticas, que avaliam que os meios eletrônicos seriam apenas mais um recurso, que reforça o ativismo daqueles grupos já com maior engajamento no sistema (MESQUITA; CANTONI, 2016, p. 139-140).

Mesquita e Cantoni realizam pesquisas empíricas sobre o tema e advertem que os resultados dos estudos demonstram que há influência de fatores culturais, institucionais e socioeconômicos sobre os impactos das mídias digitais na forma como as pessoas interagem com a vida política, reforçando a importância de mais investigações sobre o tema.

Ribeiro, Borba e Hansen (2016), que também desenvolvem investigações empíricas sobre o assunto, lembram ainda dos chamados ciberpessimistas, para os quais as redes digitais de comunicação agravam as clivagens sociais, uma vez que beneficiam quem tem altos níveis socioeconômicos e os que já atuam na modalidade de participação *off-line*. “O fato de o indivíduo já ser engajado nos espaços *off-line* é que levaria ao uso político da tecnologia” (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016, p. 504).

Ainda nessa linha crítica acerca dos efeitos das mídias e ambientes digitais sobre a participação, Oser *et al.* (2022, p. 610, tradução nossa) mencionam estudos que relacionam atividades políticas *on-line*, chamadas de “clicktivismo”, com demonstrações simbólicas de apoio político, com baixo impacto. “Uma possibilidade ainda mais preocupante discutida na literatura acadêmica e no discurso público é que a participação online pode servir como um canal para expressar frustração sem expectativa de mudança política”¹⁵⁵.

Há risco, portanto, de pessoas já engajadas se desmobilizarem politicamente. No entanto, um amplo estudo dos autores constatou que, quando os indivíduos acreditam na própria capacidade de influenciar o mundo político (eficácia política), existe forte relação positiva tanto com a participação política *on-line* quanto *off-line*. Ou seja, se há sentimento de eficácia, o indivíduo tende a participar em qualquer das modalidades.

¹⁵⁵ Traduzido do inglês: “An even more concerning possibility discussed in the scholarly literature and public discourse is that online participation may serve as a channel to express frustration with no expectation of political change” (OSER *et al.*, 2022, p. 610).

Acredita-se também que as novas formas de ativismo político no ciberespaço não significam uma ruptura ou substituição das formas tradicionais de participação política *off-line*. Existe, ao contrário, uma relação de complementariedade entre a participação *on-line* e *off-line* (DE-LA-GARZA-MONTEMAYOR; PEÑA-RAMOS; RECUERO-LÓPEZ, 2019; OSER *et al.*, 2022; PASQUINO, 2010), desde que sejam garantidas as condições mínimas. Best e Krueger (2005) já alertavam que o ativismo *on-line* depende de uma infraestrutura adequada que garanta acesso à internet com velocidade de conexão que permita a participação *on-line*, assim como requer habilidades técnicas. Enquanto na participação *off-line*, são as habilidades cívicas as mais primordiais.

No caso dos jovens, pesquisas apontam que são eles os que apresentam maior ativismo na rede movidos por repertórios de ação direta, como protestos (MORAIS, 2021; NORRIS, 2004; REGUILLO, 2017), sendo a “idade uma variável que condiciona a participação política *on-line*” (DE-LA-GARZA-MONTEMAYOR; PEÑA-RAMOS; RECUERO-LÓPEZ, 2019, p. 85).

Essa evidência tem impulsionado, cada vez mais, investigações sobre a participação deste público no ciberespaço e como os jovens se relacionam com as formas tradicionais de participação política (HERNÁNDEZ-MERAYO; ROBLES-VÍLCHEZ; MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2013; FEIXA; FERNÁNDEZ-PLANELLAS; FIGUERAS-MAS, 2016; MORAIS, 2021). Pesquisadores argumentam que os estudos são incipientes para entender os efeitos dessas tecnologias nas atitudes e no comportamento político dos jovens brasileiros. (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019).

Enquanto isso, pesquisas continuam a mapear as formas essencialmente digitais de participação política, a chamada participação *on-line* ou e-participação, apontando a importância de classificar as formas do engajamento *on-line*, dividindo-as entre convencionais e não convencionais, como fizeram Gibson e Cantijoch (2013), que testaram e confirmaram um modelo de e-participação, incluindo, por exemplo, a postagem e compartilhamento de opiniões políticas pelas mídias digitais.

Para esses autores, a mesma lógica da classificação das formas de participação política *off-line* pode ser empregada nas *on-line*. Por exemplo: ações políticas mais institucionais, como envio de e-mail ou seguir um político, acessar site de partidos ou movimentos sociais estão nas modalidades convencionais, enquanto as não convencionais incluem protestos *on-line*, participação em mobilizações pela rede, em fóruns e grupos de interesse *on-line*.

Na participação *on-line* também ficou mais evidente a intenção de cidadãos de influenciar as percepções da sociedade e seus modos de vida, para além das decisões de autoridades e agentes públicos, ou seja, os objetivos são de ordem política e também social (GIBSON; CANTIJOCH, 2013; GIBSON; CUTTS; CANTIJOCH, 2018; NORRIS, 2004; NORRIS; CURTICE, 2006).

Outro aspecto analisado é que as comunicações digitais mobilizam novos atores, ao ampliar, exponencialmente, o acesso a um universo infinito de informações, além de permitir a produção e distribuição de conteúdos (NORRIS, 2001). Gibson, Cutts e Cantijoch (2018) também constataram que o consumo de notícias e informações *on-line* durante o período eleitoral eleva a possibilidade de o cidadão efetivar a forma mais tradicional de participação *off-line*, o exercício do voto.

Por tudo isso, tanto a participação *on-line* quanto a participação *off-line* são analisadas de modo multidimensional e multidirecional:

Deste modo, as características centrais da internet, de ser um novo repertório para os já ativos e um repertório possível para os inativos, e um ambiente que apesar de independente se integra ao *off-line*, leva à percepção da participação online como multidimensional e multidirecional, assim como a presencial. Isto significa que não apenas a dimensão tecnológica explicaria o engajamento digital, mas também, o próprio ativismo *off-line*, bem como os recursos (tempo, dinheiro e habilidades), além dos conhecimentos e competências (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p. 193).

Assim, a necessidade atual é a de ampliar o olhar para a participação política, considerando a continuidade e a importância das modalidades tradicionais, mas também integrando os novos repertórios e competências que os ambientes digitais de comunicação respectivamente propiciam e demandam.

Maia (2011) propõe que mais pesquisas examinem, “em maior profundidade e com maior grau de detalhamento, os efeitos da internet, focalizando diferentes tipos de atividades exercidas *on-line*, em conexão com a complexidade das formas de participação política e com a diversidade da vida associativa na contemporaneidade” (MAIA, 2011, p. 72-73).

É o que têm feito estudiosos da juventude ao eleger as mídias digitais como parte ou centro das investigações sobre a relação deste público com a participação política, cujas ações, ao longo da história da democracia no Brasil, são consideradas parte da luta por direitos

coletivos e justiça social (CARRANO, 2002; 2012; GOHN, 2018; MINAYO; BOGHOSSIAN, 2009; MORAIS, 2021; SPOSITO, 2003).

Nos últimos pouco mais de dez anos, as manifestações políticas juvenis têm-se destacado no país pelo uso das redes e plataformas digitais como palco para reivindicações, assim como ponto de encontro para mobilizações que eclodiram na presença expressiva de jovens nas ruas.

Foi assim com o movimento nacional Passe Livre em 2013¹⁵⁶ e o movimento de ocupação das escolas públicas (2015; 2016)¹⁵⁷, que mobilizaram o debate sobre um possível fortalecimento da participação política da juventude no Brasil (CATINI; MELLO, 2016). Em 2019¹⁵⁸ e, mais recentemente, em 2022¹⁵⁹ também ocorreram protestos numerosos pelas ruas do país contra os cortes orçamentários na educação pelo governo federal.

Segundo Gohn (2018, p. 121), os jovens têm sido maioria nas manifestações de protesto que vêm ocorrendo em espaços públicos no Brasil desde 2013, embora, naquela época, sem pretensão de integrar a estrutura do Estado ou do poder público estatal, “porque seus referenciais sobre a cidadania são outros, especialmente os autonomistas, em que a cidadania é civil, cidadã, não institucionalizada”.

Gohn (2018) também evidencia que, a partir de 2013, surgem novos modelos de mobilizações, lideradas por jovens ativistas virtuais, dessa vez com aspirações mais voltadas para o plano político do governo federal, na época em que ocorreu o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Alguns deles, a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL), tinham ambições relacionadas à política partidária e conseguiram eleger representantes para cargos públicos e

¹⁵⁶ As manifestações do Movimento Passe Livre ocorreram em junho de 2013 contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo e se disseminaram pelo país. “Tais manifestações aconteceram, inicialmente, sob a bandeira do Movimento Passe Livre (MPL), uma organização formada por jovens e que se declara sem a existência de uma liderança, mas múltiplas vozes que se alternam na busca de mudanças sociais e econômicas que visam beneficiar a população” (BERNARDINI; GOBBI, 2013, p. 111).

¹⁵⁷ “O processo de mobilização iniciou-se com manifestações de descontentamento e indignação dos estudantes nas redes sociais e se alastrou rapidamente, com abaixo-assinados, protestos, passeatas e, finalmente, ocupações de escolas” (MORAES; XIMENES, 2016, p. 55).

¹⁵⁸ A manifestação do dia 15 de maio de 2019 ocorreu em mais de 130 cidades de 25 estados e no Distrito Federal. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/30/cidades-brasileiras-registram-atos-em-defesa-da-educacao.ghtml>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁵⁹ Em Salvador, o protesto ocorreu no dia 06 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/10/06/estudantes-fazem-protesto-em-salvador.ghtml>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

eleitorais¹⁶⁰. Outros grupos de jovens também vêm atuando como coletivos ou como “movimento social”, como o Levante Popular da Juventude, cujos modelos se aproximam mais dos movimentos políticos partidarizados.

Por isso, destacamos que os movimentos e coletivos de jovens, na atualidade, não são homogêneos: alguns adotam práticas democráticas e tentam pautar novos direitos sociais (passe livre, por exemplo); outros tensionam e enfraquecem a democracia, ao questionar direitos, como projetos do tipo “Escola sem Partido” e outros (GOHN, 2018, p. 130).

A participação do jovem na política tem sido interpretada por diversos autores, a partir de diferentes leituras, por vezes, conflituosas. Diferente dos argumentos de Gohn, que vê efervescência na participação dos jovens, há, por exemplo, quem observe um afastamento desse público em relação à política (WEIRICH; AZEVEDO, 2020), evidenciado principalmente pela redução do comparecimento eleitoral até 2020, tema que será abordado ainda nesta seção.

Morais e Baquero (2017), por sua vez, afirmam que os dados sobre a participação política da população brasileira e, em especial dos jovens, em instâncias políticas convencionais (como partidos) e o baixo nível de confiança que depositam nas representações tradicionais da política, como governos, demonstram que este não tem sido o caminho para alicerçar a cultura política cívica no país.

A desconfiança dos jovens em relação à política gera uma ambivalência comportamental que se manifesta nos diferentes níveis de adesão dos cidadãos ao regime. Confiar ou não confiar não se dá dentro de um vazio, mas resulta do tipo de aprendizado que os jovens internalizam sobre a política e suas instituições. Nesse contexto, assumem centralidade elementos históricos e socioculturais. A introdução de estruturas democráticas, por si só, não conduz ao fortalecimento de uma cultura política democrática, mas é o desempenho dessas instituições que catalisam, ou não, a confiança dos jovens, nelas produzindo, ou não, uma cultura política participativa (MORAIS; BAQUERO, 2017, p. 7).

Morais e Baquero (2018, p. 44) também problematizam que o protagonismo dos jovens nos protestos recentes no país não está sendo transformado em

matrizes capazes de catalisar modalidades de participação mais duradouras e objetivas, acabam sendo relegados a um plano secundário, pois a ênfase dos gestores públicos radica na estabilização da economia e não no

¹⁶⁰ Nas eleições de 2022, os candidatos do movimento de direita MBL concorreram a seis vagas e apenas dois foram eleitos. Mais informações disponíveis em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/mbl-ve-novatos-e-ex-integrantes-fracassarem-nas-urnas-e-elege- apenas-dois-candidatos/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

desenvolvimento de uma cultura política cidadã que privilegie o envolvimento político da população.

Ainda assim, desde a eleição presidencial de 2018, as manifestações contra e pró-governo continuam mobilizando a participação de jovens, gerando experiências de sociabilidades coletivas e de participação política (MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021). Para Carrano (2012), as formas convencionais de participação juvenil, como atuação em partidos políticos e agremiações estudantis, seguem com valor preservado na arena pública, sendo que passaram a conviver com diferentes coletivos de identidade que emergiram mais próximo do simbólico, do corpóreo, do cultural e das demandas do cotidiano.

Os jovens brasileiros tendem a se engajar mais em torno de causas específicas, a partir de repertórios alternativos, do que de instituições. O interesse é maior por ações coletivas que permitam o controle dos processos decisórios e com resultados mais imediatos.

Uma das hipóteses mais correntes no debate sobre a participação contemporânea dos jovens é a que reconhece as novas formas da participação política dos jovens: o lugar da cultura, os agrupamentos em torno de novas temáticas relacionadas ao campo simbólico, aos usos da internet e redes sociais virtuais etc... É preciso cuidar, contudo, para evitar a ocorrência de uma espécie de ruptura epistemológica apressada que desprezaria as tradições da militância estudantil, partidária e sindical (CARRANO, 2012, p. 93).

Identificar as novas formas de fazer política tem sido o objetivo do projeto “Mapa da Inovação Política”¹⁶¹, iniciado em 2015 e que já catalogou 700 práticas políticas emergentes de 21 países da América Latina. Para uma das responsáveis pelo mapeamento, a cientista social Beatriz Pedreira, há desconexão entre a política institucional e como os jovens atuam politicamente, uma vez que eles não conseguem se aproximar dos partidos políticos,

[...] porque a forma como elas (as instituições, os partidos) se organizam não dialogam com a sua realidade (do jovem). Ele passa então a criar a sua maneira de atuar. Não que ele esteja negando os partidos, ele até reconhece, mas essa forma de fazer política não lhe representa (PEDREIRA, 2016)¹⁶².

¹⁶¹ Instituto Update é responsável pelo projeto de pesquisa que está mapeando novas formas de olhar e fazer política. Disponível em: <<https://tendencias.institutoupdate.org.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁶² Depoimento em reportagem publicada em 21 jun. 2016. Disponível em: <<https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/3693/participacao-politica-e-engajamento-da-juventude-na-mobilizacao-social-ganham-novos-contornos-em-busca-de-uma-democracia-mais-justa>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

Pedreira também coordenou a pesquisa O Sonho Brasileiro da Política¹⁶³ sobre participação e engajamento dos jovens na transformação da política do Brasil, realizada em 2014, e que envolveu 1.400 jovens de sete capitais brasileiras. A pesquisa levantou informações sobre o pensamento e as ações desse segmento, um ano depois dos protestos de 2013.

O estudo identificou que os jovens são atuantes em causas coletivas e preocupados com transformações em suas realidades locais, regionais e nacional. Eles transitam por vários grupos, mas passam longe dos partidos políticos: 67% não têm nenhum partido de preferência e 53% não simpatizam com nenhum deles.

Há autores que propõem, todavia, que os jovens ativistas têm inovado nas formas de organização política, com modelos em rede, mais horizontais e participativos, facilitados pelas tecnologias digitais. A participação política dos jovens, portanto, tornou-se independente de instâncias tradicionais, como os partidos políticos, que são mais burocráticas e com modelo de organização mais vertical, substituindo-as por formas de ativismo mais horizontais e mais flexíveis (ALONSO; MISCHÉ, 2017; BOULIANNE; THEOCHARIS, 2018; DALTON, 2009; JENKINS entrevistado por MOURA, 2020; MORAIS, 2021).

Castells (2011, p. 17, tradução nossa) já apontava como característica dos novos movimentos sociais, surgidos a partir de 2010, a ausência de liderança formal e o apartidarismo, “Mas todos eles são extremamente políticos, expressando até mesmo total desconfiança em relação às instituições políticas, partidos (considerados antidemocráticos em vários graus) e líderes partidários e governamentais”¹⁶⁴.

O autor comenta ainda que a transformação da comunicação ampliou a autonomia dos movimentos sociais, que são os sujeitos da transformação social. “São movimentos espontâneos e instantâneos que se iniciam como resultado de uma explosão da indignação subjacente na sociedade, que é ativada por um apelo à ação através da Internet”¹⁶⁵ (CASTELLS, 2011, p. 15, tradução nossa).

¹⁶³ A pesquisa O Sonho Brasileiro da Política ouviu jovens de sete capitais brasileiras (Belém, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo), foi realizada pela empresa Box1824, a partir de doações da sociedade civil.

¹⁶⁴ Traduzido do espanhol: “*Pero son todos extremadamente políticos, aun manifestando una desconfianza total con respecto a las instituciones políticas, a los partidos (considerados no democráticos en distintos grados) y a los líderes de partidos y gobiernos*” (CASTELLS, 2011, p. 17).

¹⁶⁵ Traduzido do espanhol: “*Son movimientos espontáneos e instantáneos que se inician como resultado de una explosión de la indignación subyacente en la sociedad, que es activada por una llamada a la acción mediante Internet*” (CASTELLS, 2011, p. 15).

Apesar de os movimentos surgirem *on-line*, o autor reforça a importância dos espaços híbridos de interação, quando as mobilizações alcançam os espaços públicos *off-line*. “O mais importante nessa conexão entre o ciberespaço e o espaço urbano é a formação de um espaço público multimodal e permanente no qual funciona a deliberação da sociedade civil”¹⁶⁶ (CASTELLS, 2011, p.16, tradução nossa).

Essas novas formas de expressão favoreceram a proliferação de coletivos, movimentos e grupos mais anárquicos ou espontâneos (FALCHETTI, 2017; GOHN, 2018), mas também outros mais conservadores, reacionários ou “patriotas” (ALONSO, 2017), além de agregarem os grupos mais convencionais, vinculados a partidos.

Esse é um ponto de atenção importante porque ressalta que a internet tanto pode contribuir para uma participação política mais progressista quanto reacionária. Logo, torna-se ainda mais imprescindível que as ações de participação política visem ao fortalecimento da democracia contemporânea e ao compromisso ético com interesses coletivos.

Com relação à forma mais tradicional de exercer a participação política, o voto, este também tem apresentado desafios significativos com o declínio nos índices de comparecimento eleitoral. Quase 30% dos eleitores brasileiros não votaram nas últimas eleições de 2020, quando foram eleitos prefeitos e vereadores¹⁶⁷.

Essa abstenção foi a maior verificada nas últimas décadas, de acordo com o TSE. Nos processos eleitorais mais recentes (2018, 2016 e 2014), o índice não passou de 21%. Nos demais pleitos para prefeitos e vereadores entre 1996 e 2012, a maior ausência de eleitores ficou próxima de 20%, variando de 16% a 19,99%.

Em Salvador, maior colégio eleitoral da Bahia, os eleitores aptos a votar somaram 1.897.098 em 2020, número inferior em relação à eleição de 2016, quando eram 1.948.154 e pouco superior a 2018 (1.827.436 eleitores) (TSE, 2022)¹⁶⁸. Já o número de abstenção cresceu na última eleição.

Ao todo, 501.992 eleitores da capital baiana deixaram de votar em 2020, ou seja, 26,46%, enquanto em 2016, 21,24% (413.960 eleitores). Em 2018, os que não compareceram

¹⁶⁶ Traduzido do espanhol: “*Lo más importante en esta conexión entre ciber-espacio y espacio urbano es la formación de un espacio público multimodal y permanente en el que funciona la deliberación de la sociedad civil*” (CASTELLS, 2011, p. 16).

¹⁶⁷ Segundo o TSE, 29,47% (11,1 milhões de pessoas) não compareceram às urnas em 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/ao-final-do-2o-turno-presidente-do-tse-faz-balanco-das-eleicoes-2020>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

¹⁶⁸ Informações disponíveis em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

às urnas somaram 12,19%, menos da metade em comparação com a última eleição municipal em 2020.

O perfil geral dos eleitores de Salvador tem predominância do sexo feminino (55,9%), escolaridade entre Ensino Médio Completo (36,8%) e Ensino Fundamental Incompleto (17,76%); maior percentual de idade é de 35 a 39 anos (com 12,79%, seguido por 11,59% com idade entre 30 e 34 anos, outros 10,83% com 40 a 44 anos; 9,61% com 25 a 29 anos e 9,52% entre 45 e 49 anos) e estado civil solteira (63,5%), tomando como base a eleição de 2018 (que é semelhante à de 2022, ou seja, inclui a escolha para o cargo de presidente da República, como mostra a Figura 7).

Figura 7 – Eleitores de Salvador em 2018



Fonte: TSE, 2018¹⁶⁹.

Em 2020, o baixo comparecimento às urnas foi associado à pandemia da Covid-19. Autoridades apontaram a crise sanitária como uma das principais razões de evasão do

¹⁶⁹ Gráfico disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?p0_municipio=SALVADOR&session=11936241041976>. Acesso em: 12 nov. 2022.

eleitorado¹⁷⁰. Outro dado que chama a atenção é a participação dos jovens, ou melhor, a ausência deles nos pleitos eleitorais. Entre os jovens de 16 e 17 anos, faixa etária em que o voto é facultativo, os dados revelaram queda expressiva no número de eleitores.

Para se ter uma ideia, em 2004, eles somavam 2,66 milhões. Em 2018, eram quase a metade desse total, cerca de 1,4 milhão de votantes (0,95% do total de eleitores brasileiros). No entanto, em 2022, o cenário mudou para melhor. O número de jovens aptos a votar nessa faixa etária chegou a 2.114.946 eleitores (1,3% do total do eleitorado nacional), ou seja, houve crescimento de 51% em quatro anos, de acordo com o TSE¹⁷¹.

Importante dizer que, até o início de 2022, a perspectiva para as eleições de outubro era muito pessimista. Esperava-se a menor participação dos jovens dessa faixa etária desde o retorno à democracia brasileira por conta das baixas adesões nas últimas duas eleições, mas campanhas focadas nesse público mudaram o rumo previsto em 90 dias. As ações para dar mais visibilidade à importância do voto fixaram nos jovens que não tinham tirado o título de eleitor até maio de 2022 e, ainda, os que não tinham comparecido às urnas nas eleições passadas.

O primeiro impulso veio do TSE com o tema “Rolê das Eleições”¹⁷². Somente nos dois primeiros dias da campanha do tribunal, 90 mil novos títulos foram emitidos para eleitores jovens. “Esses novos eleitores e eleitoras não têm a obrigação de votar, mas optaram por participar da vida política do país por meio da escolha de candidatas e candidatos que os representarão pelos próximos anos”, celebrou o então presidente da Corte, ministro Edson Fachin¹⁷³.

Outras campanhas foram surgindo e ganhando adesões de artistas nacionais pelas redes sociais (Anitta¹⁷⁴, Juliette, Luísa Sonza, Larissa Manoela, Bruna Marquezine, Whindersson

¹⁷⁰ Entrevista com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, pode ser conferida no site do Senado: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/30/especialistas-analisam-abstencao-recorde-nas-eleicoes-de-2020>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

¹⁷¹ TSE divulgou esses resultados em 19 jul. 2022, disponíveis em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-crescem-numeros-de-jovens-e-idosos-aptos-a-votar>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁷² Entre os dias 14 e 18 de março de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou a Semana do Jovem Eleitor de 2022 para conscientizar as pessoas de 15 a 18 anos incompletos sobre a importância do primeiro voto. Mais informações disponíveis em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Marco/semana-do-jovem-eleitor-mobiliza-tse-e-tres-para-incentivar-a-juventude-a-tirar-o-primeiro-titulo>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁷³ Declaração do então presidente do TSE, ministro Edson Fachin, está disponível no site <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Abril/numero-de-novos-titulos-eleitorais-entre-jovens-cresceu-quase-28-de-fevereiro-para-marco>>. Acesso em 14 nov. 2022.

¹⁷⁴ Entre os artistas brasileiros, a cantora Anitta foi uma das mais engajadas na campanha via Twitter, no qual tinha à época 16,9 milhões de seguidores. Em uma das postagens, ela escreveu: “Vamos lá galera! Vocês ficam falando ‘Anitta, faz alguma coisa’, mas não dá pra salvar o país sozinha, não. Faz esse título de eleitor aí logo!”. Disponível em: <@Anitta>. Acesso em 14 nov. 2022.

Nunes e Zeca Pagodinho), atores internacionais (como Leonardo de Caprio¹⁷⁵ e Mark Ruffalo¹⁷⁶) e de diversos segmentos da sociedade.

Os jovens também entraram na mobilização, criando campanhas próprias¹⁷⁷, assim como organizações da sociedade civil, como a Girl Up Brasil, que lançou o mote “Seu voto importa”. “A nossa campanha tem uma preocupação muito grande em fazer um chamado horizontal, de jovem para jovem”, comentou a diretora, Letícia Bahia¹⁷⁸.

Outras peças de grande repercussão foram “Olha o Barulhinho”¹⁷⁹ e “Cada voto conta”¹⁸⁰, esta definida como “uma campanha em defesa da democracia e da participação dos jovens. “No começo do ano, a narrativa era ‘o jovem não se importa com a política, o jovem não se importa com eleições’, e agora a narrativa é ‘o jovem reagiu, deu a volta por cima e vai fazer história na eleição de 2022’”, celebra a diretora-executiva da organização Nossas, Daniela Orofino, responsável pela campanha “Cada voto conta”, que envolveu mais de 30 organizações¹⁸¹.

Como resultado das campanhas e da adesão dos jovens, 2,1 milhões de eleitores (2.114.946) nessa faixa etária se registraram para votar em 2022. Em termos de eleitorado total, também houve aumento, embora muito inferior ao dos jovens: cresceu 6,21% em comparação com os últimos quatro anos, passando de 147.306.275 para 156.454.011 eleitores que podiam escolher os novos representantes políticos. Este é o maior eleitorado já cadastrado no Brasil, de acordo com o TSE. Desse total, os jovens de Salvador da mesma faixa etária dos entrevistados de nossa pesquisa (18 a 29 anos), em 2022, somaram 35,1 milhões (35.181.467), ou seja, 22,4%, conforme Tabela 3.

¹⁷⁵ Leonardo de Caprio se manifestou pelo Twitter várias vezes, onde possuía à época 19,6 milhões de seguidores. A primeira delas foi em 28 de abril de 2022: "O Brasil é o lar da Amazônia e outros ecossistemas críticos para as mudanças climáticas. O que acontece lá importa para todos nós e votação entre jovens é chave em motivar mudanças por um planeta saudável". Disponível em: <@LeoDiCaprio>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁷⁶ Mark Ruffalo usou o Twitter para enviar sua primeira mensagem aos jovens no dia 26 de abril de 2022, quando tinha 8 milhões de seguidores: "Hei, amigos no Brasil! Se você tem 16 ou 17 anos, certifique-se de registrar para votar antes do fim do prazo, no dia 4 de maio. O que acontece no Brasil importa para todos nós. Seu voto é seu poder. Use seu poder". Disponível em: <@MarkRuffalo>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁷⁷ Exemplos de jovens que produziram vídeos para impulsionar a campanha sobre a emissão de título de eleitor por seus pares: <@walterlimaalves>; <@maluparis>; <@raphaelvicente>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁷⁸ Girl Up Brasil <<https://seuvotoimporta.org/>>. Entrevista com a diretora, Letícia Bahia, disponível em: <<https://www.terra.com.br/nos/campanha-criada-por-adolescentes-impulsiona-voto-jovem-no-brasil,c29f694419a0428a6eb3fff642f4fc863flt8mzw.html>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁷⁹ A campanha Olha o Barulhinho está disponível em: <<https://www.olhaobarulhinho.com/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁸⁰ A campanha Cada Voto Conta está disponível em: <<https://www.cadavotoconta.org.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁸¹ Entrevista concedida à BBC News, disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61347034>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

Tabela 3 -- Eleitores jovens de Salvador aptos a votar

FAIXA ETÁRIA	APTOS
16 e 17	2.114.946
18 a 24	19.307.104
25 a 29	15.874.363
TOTAL (16 a 29)	37.296.413

Fonte: TRE-BA, 2022.

Na capital baiana, 1.983.198 eleitores estiveram aptos a votar em 2022, segundo o TRE-BA, contra 1.827.436 em 2018, crescimento de 7,8%, pouco acima da média nacional de 6,21%. Entre os eleitores jovens (16 a 29 anos) houve avanço, porém menor, de apenas 1,8%: 430.988 em 2018 e, em 2022, 439.050.

O maior incremento foi registrado entre os mais novos (16 e 17 anos), cujo total em 2022 significa mais que o dobro do mesmo público na eleição de 2018: são 23.063 jovens aptos a votar em 2022 contra 10.818 há quatro anos. O público de 25 a 29 anos também aumentou de 175.583 para 192.432 no comparativo entre as duas eleições. Porém, reduziu o total de eleitores de 18 a 24 anos (eram 244.587 na eleição de 2018, e 223.555 aptos a votar em 2022), como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 -- Eleitores jovens de Salvador

	2018		2022	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
TOTAL	430.988	100%	439.050	100%
IDADE				
16 e 17	10.818	2,51%	23.063	5,25%
18 a 24	244.587	56,75%	223.555	50,92%
25 a 29	175.583	40,74%	192.432	43,83%

Fonte: TRE-BA, 2022.

Apesar do impulsionamento evidenciado no quadro geral dos eleitores jovens no país em 2022, o número total é inferior ao registrado há uma década: em 2012, eram 2.603.094 jovens. O analista do TSE e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, Diogo Cruvinel, explica que a razão é o envelhecimento da população: “A pirâmide etária está

se invertendo”¹⁸², além disso, ele aponta a pandemia e o tipo de eleição como justificativas, afirmando que as eleições municipais apresentam maior comparecimento às urnas, pela proximidade dos eleitores com os candidatos¹⁸³.

O então presidente do TSE¹⁸⁴, Edson Fachin, comentou que o resultado parcial de maio de 2022

superou todos os recordes já registrados pela Justiça Eleitoral.[...] Vimos, como há muito não se via, um país unido pelo bem e fortalecimento da democracia. Por isso, agradeço a cada um, influenciador ou não, famoso ou não, brasileiro ou não, jovem ou não, que criou conteúdos nas redes sociais para chamar a atenção de todos para a regularização do título. Houve também aqueles que foram além do virtual e disponibilizaram conhecimento, tempo, computadores e acesso à internet para viabilizar o atendimento remoto de tantos que precisam de ajuda¹⁸⁵.

As campanhas de 2022 de incentivo à participação dos jovens revelaram o quanto é possível engajá-los, quando são considerados públicos de interesse no processo democrático e quando há mobilização consistente da sociedade. Como resultados do 1º turno das eleições de outubro de 2022, 29,2 milhões de jovens brasileiros com idade entre 16 e 29 anos participaram da decisão eleitoral, representando 78,45% dos que estavam aptos, ou seja, uma abstenção de 21,55%, um pouco acima dos 20,91% da média nacional de ausentes (Tabela 5). No 2º turno, o número de votantes jovens recuou para 28,9 milhões (77,64% dos aptos), com abstenção um pouco maior: 22,36% (Tabela 6).

Entre os jovens da capital baiana, dos 439.050 eleitores aptos no 1º turno, 350.327 registraram o voto, a abstenção, portanto, foi de 20,21%, levemente abaixo da média nacional (Tabela 7). No 2º turno, os jovens de Salvador compareceram mais às urnas: 355.080, portanto, abstenção menor: 19,13% (Tabela 8). Quem mais compareceu às urnas entre os jovens brasileiros foram os mais novos (16 e 17 anos), cuja abstenção foi de 17,09% no 1º turno e, no 2º turno, 17,03%. Em Salvador, os jovens de 18 a 24 anos foram os que menos abandonaram o direito ao voto, registrando abstenção de 19,17%, no 1º turno, e 18,24%, no 2º turno.

¹⁸² Declaração do analista do TSE, Diogo Cruvinel, disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/jovens-de-todo-o-pais-falam-sobre-la-vez-nas-urnas-prazo-para-tirar-titulo-vai-ate-quarta/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁸³ Entrevista com o analista do TSE, Diogo Cruvinel, foi publicada pelo UOL. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/04/05/brasil-tem-menor-numero-de-jovens-com-titulo-de-eleitor-desde-2004.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

¹⁸⁴ O ministro Edson Fachin conduziu a presidência do TSE no período de fevereiro a agosto de 2022.

¹⁸⁵ Discurso do presidente do TSE, Edson Fachin, em 05 de maio de 2022, disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/discurso-edson-fachin-fechamento-do-cadastro-em-05-05-2022/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/discurso-edson-fachin-fechamento-do-cadastro-em-05-05-2022/at_download/file>. Acesso em: 14 nov. 2022.

Tabela 5 – 1º turno – jovens votantes no Brasil

FAIXA ETÁRIA	APTOS	VOTANTES	% VOTANTES	% ABSTENÇÃO
16 e 17	2.114.946	1.753.402	82,91%	17,09%
18 a 24	19.307.104	15.176.692	78,61%	21,39%
25 a 29	15.874.363	12.330.192	77,67%	22,33%
TOTAL (16 a 29)	37.296.413	29.260.286	78,45%	21,55%

Fonte: TRE-BA, 2022.

Tabela 6 – 2º turno – jovens votantes no Brasil

FAIXA ETÁRIA	APTOS	VOTANTES	% VOTANTES	% ABSTENÇÃO
16 e 17	2.114.946	1.754.807	82,97%	17,03%
18 a 24	19.307.104	14.975.552	77,56%	22,44%
25 a 29	15.874.363	12.225.300	77,01%	22,99%
TOTAL (16 a 29)	37.296.413	28.955.659	77,64%	22,36%

Fonte: TRE-BA, 2022.

Tabela 7 – 1º turno – jovens votantes em Salvador

FAIXA ETÁRIA	APTOS	VOTANTES	% VOTANTES	% ABSTENÇÃO
16 e 17	23.063	17.760	77,01%	22,99%
18 a 24	223.555	180.694	80,83%	19,17%
25 a 29	192.432	151.873	78,92%	21,08%
TOTAL	439.050	350.327	79,79%	20,21%

Fonte: TRE-BA, 2022.

Tabela 8 – 2º turno – jovens votantes em Salvador

FAIXA ETÁRIA	APTOS	VOTANTES	% VOTANTES	% ABSTENÇÃO
16 e 17	23.063	18.266	79,20%	20,80%
18 a 24	223.555	182.772	81,76%	18,24%
25 a 29	192.432	154.042	80,05%	19,95%
TOTAL	439.050	355.080	80,87%	19,13%

Fonte: TRE-BA, 2022.

Um outro ponto a se considerar é que especialistas advertem que os percentuais de baixa participação eleitoral revelam desilusão de parte expressiva do eleitorado com a política brasileira. Esse fenômeno tem sido evidenciado pelos crescentes índices de desconfiança nos líderes políticos, partidos e em outras instituições (MOISÉS; CARNEIRO, 2008; NORRIS, 1999; RUSSO, 2016; RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018).

Moisés e Carneiro (2008, p. 6) salientam que

as democracias modernas atribuíram papel especial às instituições ao defini-las como o meio através do qual os cidadãos realizam as suas aspirações e os seus interesses, ou seja, deu a elas uma função de mediação que permite distinguir o regime democrático de outras formas de governo.

Porém, o Brasil, entre os países da América Latina, é o que demonstra um dos menores níveis de apoio às instituições políticas, segundo os dados do Latinobarômetro de 1996 e resultados mais recentes do Barômetro das Américas (RUSSO, 2016; RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018).

Um dos últimos levantamentos no país, a Pesquisa Datafolha¹⁸⁶ de setembro de 2021, mostra queda no nível de confiança em relação aos três Poderes da República, além de outros atores institucionais, como o Ministério Público, em comparação com 2019. A Presidência da República apresentou a maior elevação de desconfiança, subindo de 31% para 50%. Já os partidos políticos tiveram o pior resultado, com rejeição de 61% dos entrevistados contra 58% em 2019.

¹⁸⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-cai-confianca-da-populacao-nas-instituicoes-e-nos-tres-poderes.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Chamou a atenção também a avaliação das redes sociais: aumentou de 46% para 53% o percentual de entrevistados que não confia nelas. Já o sentimento ‘antipolítico’ diante do Congresso Nacional subiu de 45% para 49%. A imprensa, por sua vez, foi considerada não confiável por 32% ante 30% em 2019.

O Judiciário teve crescimento do índice de desconfiança de 26% para 31% e, com resultado próximo, o Ministério Público também foi avaliado com descrença por 30%, um aumento expressivo considerando os 23% da pesquisa anterior. Grandes empresas aparecem em seguida, com 29% da rejeição dos entrevistados. Na pesquisa passada eram 24%.

Autores relacionam o nível de credibilidade das instituições democráticas às mudanças para os valores pós-industriais, centrados no indivíduo e não na comunidade; ao sentimento de impotência política; ao desempenho econômico e social do governo; ao tipo de socialização política; ao nível de escolaridade e ao consumo de mídia (CAMARGO, 2020; MOISÉS; CARNEIRO, 2008; NORRIS, 1999; 2004; RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018).

Alguma dose de descrédito diante das instituições pode retratar certo distanciamento necessário para uma visão crítica dos cidadãos (NORRIS, 1999). No entanto, avaliações muito duras podem significar risco para a continuidade ou a estabilidade do regime democrático, caso a população passe a legitimar formas alternativas à democracia para resolver desafios sociais, já alertava Easton (1968).

De modo geral, boa parte da literatura que tratou do tema se apoiou nas conhecidas formulações de Max Weber, segundo as quais, a legitimidade atribuída às instituições políticas pelos cidadãos é uma dimensão crucial do funcionamento da vida política e, no caso do regime democrático, particularmente mais importante (MOISÉS; CARNEIRO, 2008, p. 10)

Na opinião de Russo, Azzi e Faveri (2018, p. 383), “Esses resultados indicam, portanto, a importância da socialização como modelador de atitudes favoráveis às instituições. Seguindo esse resultado, maiores níveis de participação devem ser vistos como um bom sinal para a afirmação de valores democráticos”.

Moisés e Carneiro (2008) complementam lembrando que o ato de votar não assegura a realização das aspirações dos cidadãos. São as instituições de representação, de justiça e de formulação e execução de políticas públicas responsáveis pela distribuição de poder, com participação dos cidadãos na tomada de decisões da vida pública.

As discussões sobre participação política *on-line* e *off-line* ainda terão vida longa. Assim como até hoje cabem discussões sobre os meios de comunicação de massa tradicionais, mesmo durante a chamada era digital, não há de se esperar que as pesquisas envolvendo a internet e as modalidades de participação política se esgotem tão cedo.

Nesse sentido, seguem como fundamentais os debates teóricos que consideram os contextos e também as investigações empíricas que tentam desvendar como o fenômeno ocorre na vida cotidiana. Os estudos experimentais têm sido oportunidades para se verificar, na prática, como as teorias e modelos se comportam, além de sinalizar possibilidades de análise para comprovar, rever, inovar ou aprofundar discussões e aplicações conceituais. Inúmeros exercícios nesse sentido já foram realizados por estudiosos da participação política.

Como explicam Ribeiro, Borba e Hansen (2016, p. 502),

Aspectos estruturais do Estado e da sociedade, como o desenvolvimento socioeconômico e as instituições políticas e sociais; e atributos individuais ligados a recursos materiais e motivações individuais têm sido combinados de diferentes formas em distintas pesquisas para entender os condicionantes do ativismo político.

A seguir, uma síntese de algumas pesquisas quantitativas que envolveram o tema da participação política, jovens e internet e que, em alguma medida, instigaram esta tese. Uma cientista política de referência que conduz pesquisas empíricas, Pippa Norris, encontrou em seus estudos de campo, em 2001, evidências de que os ativistas *on-line* são predominantemente homens, mais jovens, escolarizados, com maior renda e mais engajados nas modalidades tradicionais.

Ao avaliar as variáveis atitudinais, a autora (2001) percebeu que eram pessoas mais informadas sobre política e mais confiantes nas instituições. A pesquisadora trabalhou com dados do Eurobarômetro e reforçou a ideia de que o fenômeno participativo possui uma natureza multidimensional.

Norris (2004) também usou dados da “Pesquisa Social Europeia” de 15 nações, de 2002, para comparar o padrão de participação das pessoas de diferentes gerações. Entre os achados, os mais jovens se mostraram os mais propensos a se engajar em ações diretas (como protestos), em comparação com seus pais e avós, contrariando a perspectiva acerca da apatia juvenil.

Já a participação eleitoral e a filiação partidária foram identificadas na geração de meia-idade (aqueles com mais de 30 e menos de 60 anos), com maior propensão também a participar de igrejas. “As evidências neste relatório indicam que vários canais de engajamento cívico,

mobilização e expressão surgiram nas sociedades pós-industrial para complementar os modos tradicionais” (NORRIS, 2004, p. 17, tradução nossa)¹⁸⁷.

Boulianne e Theocharis (2018) realizaram um estudo para avaliar o impacto das mídias digitais sobre o engajamento cívico e político da juventude, a partir da análise de 106 pesquisas de 35 países. Os autores identificaram correlações positivas e consideraram que, embora existam preocupações em torno de distrações e efeitos negativos promovidos pelas mídias digitais sobre os jovens, distanciando-os das questões cívicas e políticas, a maioria dos estudos analisados não sustenta essa hipótese.

Outro ponto destacado por Boulianne e Theocharis (2018) é que a influência das mídias nos jovens depende do uso que se faz destas. Quanto mais atividades políticas *on-line*, maiores os efeitos sobre o engajamento cívico e político, em comparação com os usos não políticos, o que também a literatura já indicava para os ambientes *off-line*. Por fim, as pesquisas identificam que os jovens se envolvem em ambos os ambientes, ou seja, há correlação entre as formas *on-line* e *off-line* de participação na vida cívica e política.

No Brasil, Mesquita e Cantoni (2016) investigaram os condicionantes do ativismo *on-line* e se havia relação com a ação presencial a partir dos dados da pesquisa “25 anos de Democracia no Brasil”. As descobertas indicam que a rede se mostrou um espaço político a mais para os indivíduos já engajados em práticas *off-line*, com predomínio de ações mais relacionadas às modalidades institucionais. E um forte preditor foi a educação, o mesmo do ativismo *off-line*.

Os achados de Hansen (2016) ante a análise dos dados do “Projeto de Opinião Pública na América Latina – LAPOP” de 2012 também fortalecem a evidência da educação como preditor do ativismo *on-line* e *off-line*. Os resultados mostram uma equivalência de perfil entre os atores de ação política *on-line* e os já atuantes *off-line*, evidenciando um fortalecimento mútuo entre as ações de protesto e as institucionalizadas. A pesquisadora encontrou ainda uma tendência de os cidadãos desmotivados da atuação presencial perceberem a internet como ambiente para se posicionar politicamente.

A partir da mesma base de dados do LAPOP, Ribeiro, Borba e Hansen (2016) constataram aumento das chances de indivíduos atuarem politicamente *on-line* mesmo sem perceber eficácia na participação presencial. A correlação com a idade, no entanto, não foi

¹⁸⁷ Traduzido do inglês: “Evidence in this report indicates that multiple contemporary channels of civic engagement, mobilization and expression have emerged in postindustrial societies to supplement traditional modes” (NORRIS, 2004, p. 17).

confirmada. “A ausência de efeito da idade foi surpreendente, uma vez que esperávamos que os mais jovens atuassem mais no mundo *on-line* devido a suas maiores habilidades com a tecnologia, como demonstram pesquisas realizadas em outros contextos” (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016, p. 519).

No estudo conduzido por Oliveira *et al.* (2016), que se debruça sobre os dados da pesquisa “Democracia, mídia e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens do Sul do Brasil de 2016”, as motivações individuais são identificadas como indutoras do engajamento político. Os autores encontraram também uma integração entre os espaços *on-line* e *off-line* nas modalidades de protesto. Todavia, o mesmo não ocorreu com as modalidades institucionais entre os jovens.

A partir de dados da mesma *survey* analisada por Oliveira *et al.* (2016), conduzida em três capitais do Sul do país, Baquero, Bernardi e Morais (2019) observaram que existe uma cultura política híbrida nos jovens, com traços autoritários, baixa confiança nas esferas institucional e interpessoal, além de níveis baixos de capital social e interesse por política.

O mesmo grupo de pesquisa, dessa vez liderado por González, Morais e Bernardi (2020), usou dados da pesquisa “Democracia, valores políticos e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, coletados em 2015 e 2019, para analisar o perfil de valores e atitudes de jovens do Ensino Médio de Porto Alegre. Os pesquisadores constataram grandes níveis de apatia, elevada intolerância e ausência de preocupação com a veracidade de informações no uso das redes sociais.

Outro estudo realizado por Russo, Azzi e Faveri (2018) focou em temas como participação e confiança nas instituições. A pesquisa analisou dados do Barômetro das Américas, de 2014 e 2017, e o estudo “Jovens e política: discussões a partir da teoria social cognitiva”, realizado em 2016, com jovens estudantes da região de Campinas (SP).

Os resultados apontam que instituições políticas, como Congresso Nacional e partidos políticos, são vistas de forma mais negativa, sendo que entre os jovens, de 2014 e 2017, os níveis de confiança são ainda menores. Outro achado revelou que quem consome notícias pela internet demonstra menor confiança nas instituições. Já os consumidores de notícias por rádio tendem a ter confiança mais alta.

A pesquisadora Camargo (2020) conduziu investigação envolvendo jovens e buscou analisar os usos e apropriações das tecnologias digitais para a participação político-cidadã pelas juventudes brasileiras, a partir de entrevistados das cinco regiões do Brasil. Os participantes do

sexo masculino apresentaram maior variedade e frequência de práticas participativas e os com maior renda permaneceram mais conectados e com maior variedade de finalidades de uso da internet. A pesquisadora percebeu que a utilização das TICs depende de aspectos cognitivos, como conhecimento de uso, linguagem letrada, repertórios escritos, escolaridade, letramento digital, entre outros.

Em suma, embora cada contexto e cultura tendam a apresentar especificidades, o perfil geral das pessoas que usam a internet para participar politicamente, segundo Oliveira *et al.* (2016), baseado em pesquisas empíricas de diversos autores, costuma ser mais jovem, com maior escolaridade, com melhores níveis socioeconômicos, mais informado, com recursos e habilidades cívicas e com participação ativa *off-line*.

Nosso próximo passo é apresentar os achados de nossa pesquisa empírica com jovens de Salvador que se interessam por política, fortalecendo o propósito dos pesquisadores de compreender contextos específicos. Iremos analisar o perfil do público, amparados nos estudos mencionados para verificar proximidades ou distinções particulares, assim como avaliar a relação entre a participação política e as competências infocomunicacionais dos jovens, a partir dos dados coletados.

5.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O tema da participação política é considerado polissêmico (BAQUERO; BAQUERO, 2012) e um dos mais explorados nos estudos sobre a democracia contemporânea (GOMES, 2011). Nos estudos mais recentes, destacam-se a necessidade de apreciar o contexto de coação ao regime e a influência das mídias e ambientes digitais nas sociabilidades e ações políticas (CASTELLS, 2011).

Desde 2013, parte dos estudos brasileiros tem-se concentrado nas diversas formas de participação política, incluindo manifestações e protestos *off-line e on-line*, pela centralidade das redes sociais digitais nesses levantes. Nossa tese se propõe a contribuir com as discussões a partir do recorte das juventudes, público que mais permanece conectado (ATLAS... 2021, p. 20) e exposto às diversas formas de se informar, se comunicar e fazer política.

Nosso estudo comunga com o entendimento de que participação política depende de uma ética democrática (CARPENTIER, 2019a), comprometida com benefícios para a

comunidade, ou seja, “a participação se justifica sempre em função do seu propósito para a democracia e da qualidade moral dos seus processos” (GOMES, 2011, p. 41).

A participação política envolve ações convencionais, como o voto nas eleições, e atos não convencionais, a exemplo de protestos e manifestações (NORRIS, 2004), e podem ocorrer nas modalidades *on-line e off-line* (GIBSON; CANTIJOCH, 2013; GIBSON; CUTTS; CANTIJOCH, 2018), de maneira, cada vez mais, complementar (NORRIS, 2004) e híbrida (GOMES, 2020).

Mas o que faz um indivíduo se engajar politicamente? Autores apontam condicionantes como oportunidades, recursos (habilidades cívicas, tempo, renda, escolaridade) e motivações/interesses (VERBA; SCHOLZMAN; BRADY, 1995) sendo que esta participação também está relacionada à cultura política (ALMOND; VERBA, 1963; DALTON; WELZEL, 2014).

No Brasil, a fragilidade da cultura política está associada à ausência do atendimento a direitos básicos, como educação, segurança alimentar, trabalho etc., além de sofrer influência das heranças do clientelismo, patrimonialismo, corporativismo e autoritarismo (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019).

A cultura política também depende dos processos de socialização dos indivíduos e vários são os agentes de influência, como família, escola, amigos, grupos de referência, colegas de trabalho, mídia, entre outros. Um dos agentes mais recentes apontados pela literatura é a internet (CASTELL, 2010; NORRIS, 2004), que tem instigado investigações tanto pelas oportunidades geradas (como as novas formas de se mobilizar e atuar politicamente) quanto pelos desafios postos, a exemplo do fenômeno da desinformação e dos discursos de ódio.

Quando analisados o uso das mídias digitais e o impacto destas sobre a participação política dos jovens, estudos mostram que, apesar da desconfiança política e institucional serem características das atitudes e comportamentos da população brasileira, a participação política de jovens é expressiva, mais relacionada a formas não convencionais de ativismo e cada vez mais associada às novas formas de sociabilidade e comunicação geradas pelas tecnologias e ambientes digitais (BOULIANNE; THEOCHARIS, 2018; GOHN, 2018; MORAES; XIMENES, 2016; MORAIS, 2021; NORRIS, 2004; OLIVEIRA *et al.*, 2016).

As mobilizações não se restringem aos ambientes *on-line*. Ainda que normalmente, comecem nas redes, os encontros tornam-se expressivos também nas ruas. Há evidências de declínio de formas tradicionais de participação dos jovens, como o voto, porém, nas eleições

de 2022, houve aumento da participação de eleitores jovens após campanhas voltadas para este público. Isso demonstra que há ambiente para melhorar os níveis de atuação das juventudes, desde que sejam estimuladas, o que também precisa estar associado à valorização dos princípios democráticos.

Salientamos ainda que as discussões teóricas em torno da relação entre mídias digitais e política têm sido subsidiadas por testes empíricos valorosos. Por essa razão, mencionamos alguns exemplos de estudos que serviram de inspiração para a nossa *websurvey* com jovens de Salvador que se interessam por política. Os resultados de nossas entrevistas serão apresentados nos próximos capítulos e correspondem à parte original desta tese, respondendo aos objetivos que norteiam esta investigação.

PARTE 2

*Se Ligue!*¹⁸⁸

6 JUVENTUDES E AS COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS

A primeira parte desta tese foi dedicada a discussões sobre aspectos teóricos a respeito das competências infocomunicacionais em ambientes digitais e da participação política de juventudes, além dos impactos das desigualdades que afetam esse segmento populacional. Nesta segunda parte, busca-se responder às questões de pesquisa e analisar os aspectos que emergem da investigação empírica à luz das reflexões teóricas.

Assim, esta segunda parte da tese é constituída de três capítulos relacionados aos objetivos de pesquisa, nos quais apresentamos os resultados quantitativos e qualitativos obtidos a partir de entrevistas realizadas com jovens de Salvador que têm interesse por política, representando a contribuição original deste estudo.

Neste capítulo, expomos a percepção dos jovens em relação às próprias competências infocomunicacionais e ao uso da internet. No capítulo seguinte, a relação dos jovens com a participação política é evidenciada, comparando os padrões de participação política *on-line e off-line*. Já o último capítulo é fruto das análises fatoriais, de correlação e de regressão que permitiram verificar a relação entre competências infocomunicacionais e participação política dos entrevistados.

Ao longo desta segunda parte, nos guiamos pelas questões de pesquisa relacionadas aos objetivos da tese. Pretendemos identificar evidências a respeito das competências (em informação, em comunicação e operacionais) dos jovens de Salvador quando fazem uso de recursos digitais e, sobretudo, quando estão envolvidos em ações de participação política.

Os estudos relacionados aos jovens como principais usuários da internet, assim como as demandas por competências infocomunicacionais em ambientes digitais, já fazem parte de produções acadêmicas. Também há pesquisas e discussões avançadas sobre a participação política dos jovens.

No entanto, a investigação que propomos com foco na relação entre competências infocomunicacionais e participação política de jovens de Salvador que se interessam por política é um esforço de pesquisa que esta tese se propõe em caráter exploratório, ao recorrer a

¹⁸⁸ Expressão usada por jovens de Salvador para despertar ou reforçar a importância de algo (2022).

técnicas estatísticas descritivas, de análise fatorial e de correlação entre competências e participação.

Assim, este primeiro capítulo está dividido em quatro seções: inicialmente, apresentamos o perfil dos participantes da pesquisa quantitativa, para, em seguida, expor a percepção dos entrevistados sobre as próprias competências infocomunicacionais. A terceira seção, por sua vez, foca no uso que os jovens fazem da internet. Por fim, apresentamos uma análise dos dados e inferimos como as juventudes de Salvador que se interessam por política estão lançando mão das competências infocomunicacionais nos ambientes digitais.

*É nós!*¹⁸⁹

6.1 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados da pesquisa empírica quantitativa foi realizada via questionário *online* por conta do isolamento social imposto pela Covid-19, com amostra definida em 280 entrevistados, distribuídos proporcionalmente à população das 10 Prefeituras-Bairros de Salvador, além de estratificados por gênero. O instrumento de coleta foi aberto para participação em duas etapas: a primeira no período de 5 de fevereiro a 5 de março de 2021 e, a segunda, de 15 a 30 de abril do mesmo ano, alcançando 410 respostas válidas.

O segundo momento de abertura da *websurvey* foi necessário para superar o viés de resposta com sub-representação de alguns perfis previstos na amostra por território e por gênero. No total, 723 jovens iniciaram o preenchimento do questionário, mas 313 (43,2%) pararam em uma das cinco perguntas iniciais que confirmavam o público pretendido para a amostra. Estas questões estavam relacionadas: 1. Ao aceite do termo de consentimento; 2. Idade entre 18 e 29 anos; 3. Salvador como local de moradia; 4. Bairro de Salvador onde vive; e 5. Interesse por política.

Os 410 entrevistados que concluíram o questionário (130 a mais do que a amostra de 280) foram fundamentais para garantir a representação territorial e por gênero. Ao final, os dados excedentes de 31,7% (130) dos participantes que responderam todo o questionário foram descartados para atender ao número amostral desta pesquisa: 280.

Apesar dessa falta de controle rígido sobre o perfil esperado para a amostra, que nos obrigou a reabrir o prazo para preenchimento do questionário, percebemos como benefício o

¹⁸⁹ Expressão usada por jovens de Salvador para demonstrarem identificação com algo (2022).

amplo alcance territorial da coleta de dados. Salvador possui 170 bairros¹⁹⁰ e, na aplicação presencial, inicialmente considerada, era prevista a visita a locais de concentração de jovens nos 10 territórios identificados como Prefeituras-Bairros¹⁹¹, mas com restrição a um ou dois bairros de cada território, por conta dos custos de logística. Com a mobilização *on-line*, a pesquisa alcançou 112 dos 170 bairros, ou seja, 65,8% do total de bairros, conforme a Tabela 9 e também visualizado na Figura 8.

Tabela 9 – Alcance territorial da pesquisa

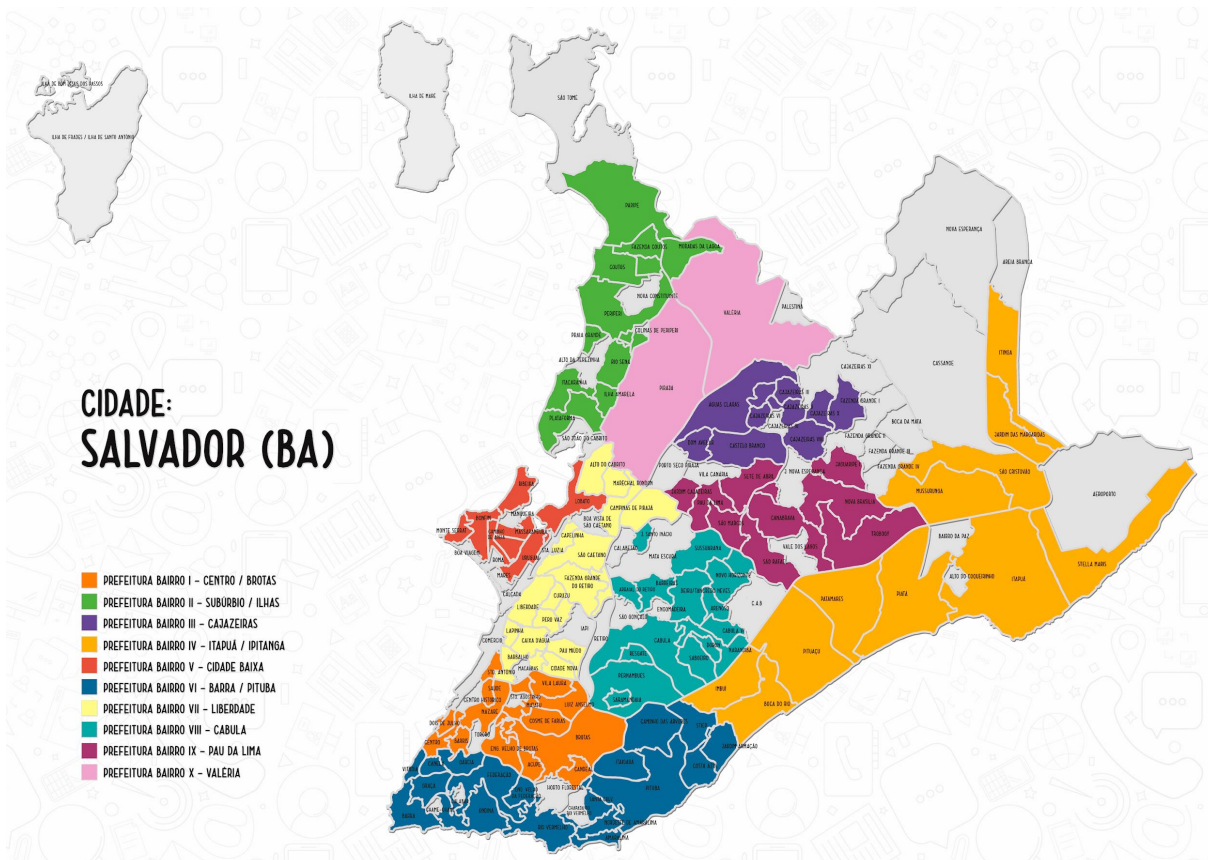
Prefeitura-Bairro (PB)	N. Bairros por PB	N. Bairros alcançados	%
PB I - Centro / Brotas	23	16	69.5
PB II - Subúrbio / Ilhas	19	10	52.6
PB III - Cajazeiras	17	9	52.9
PB IV - Itapuã / Ipitanga	17	12	70.5
PB V - Cidade Baixa	14	8	57.1
PB VI- Barra / Pituba	22	19	86.3
PB VII- Liberdade / São Caetano	19	15	78.9
PB VIII- Cabula / Tancredo Neves	22	14	63.6
PB IX - Pau da Lima	13	7	53.8
PB X - Valéria	4	2	50%
Total	170	112	65,8%

Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Santos (2022).

¹⁹⁰ Os 170 bairros de Salvador foram instituídos pela Lei 9.278/2017 e pelo Decreto Municipal 32.791/2020.

¹⁹¹ As Prefeituras-Bairros foram instituídas pelo PDDU - Lei 9.148/2016.

Figura 8 -- Mapa de Salvador e os bairros alcançados pela pesquisa



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Santos (2022).

Além dessa capilaridade territorial impensável para a realização *in loco*, a modalidade virtual de coleta de dados garantiu anonimato para o participante, além de maior comodidade, por ter permitido que o questionário fosse respondido no momento em que o entrevistado julgasse conveniente. Para o pesquisador, por sua vez, gerou baixo custo, ao eliminar gastos com transporte e diária de equipe auxiliar para aplicação do questionário (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011).

Porém, desvantagens também são reconhecidas, como a impossibilidade de controlar quem realmente esteve preenchendo o questionário, limitações para alcançar o público com dificuldade de conectividade e a impossibilidade de interação instantânea com a pesquisadora, para citar algumas. Os desafios possíveis de ser enfrentados foram mitigados com adoção de estratégias. No caso dos jovens sem internet, por exemplo, mobilizamos parceiros que trabalham com este público.

Com relação à distribuição territorial em conformidade com a amostra, os resultados foram: dos 280 jovens, 29 moravam na Prefeitura-Bairro (PB) I (Centro/Brotas), 29 na PB II (Subúrbio/Ilhas), 21 na PB III (Cajazeiras), 36 na PB IV (Itapuã/Ipitanga), 19 na PB V (Cidade Baixa), 38 na PB VI (Barra/Pituba), 40 na PB VII (Liberdade/São Caetano), 40 na PB VIII (Cabula/Tancredo Neves), 19 na PB IX (Pau da Lima) e 9 na PB X (Valéria), conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Distribuição da amostra por PB

Prefeitura-Bairro (PB)	População (Censo 2010)	Peso	Amostra ajustada
PB I - Centro / Brotas	285295	0,107101	29
PB II - Subúrbio / Ilhas	279252	0,104832	29
PB III - Cajazeiras	193831	0,072765	21
PB IV - Itapuã / Ipitanga	339498	0,127449	36
PB V - Cidade Baixa	178818	0,067129	19
PB VI- Barra / Pituba	360902	0,135484	38
PB VII- Liberdade / São Caetano	383719	0,14405	40
PB VIII- Cabula / Tancredo Neves	371304	0,139389	40
PB IX - Pau da Lima	184963	0,069436	19
PB X - Valéria	86213	0,032365	9
Total	2663795	1	280

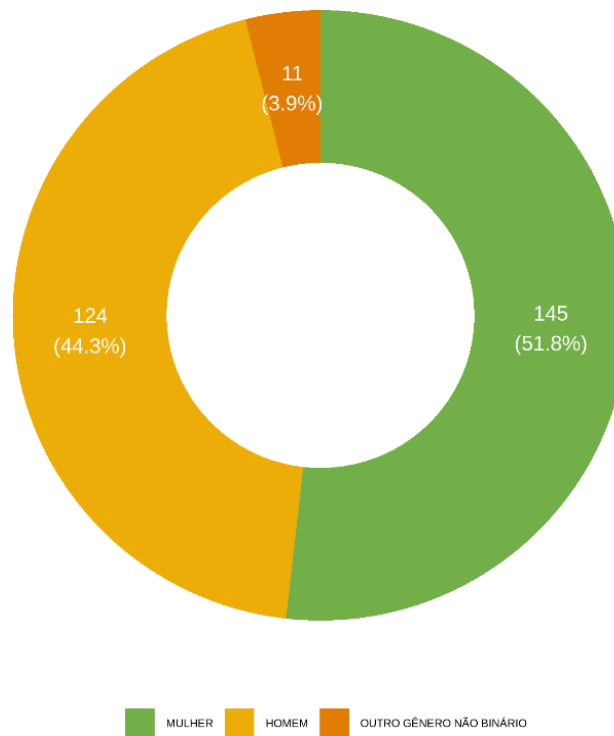
Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Santos (2022).

Perfil das pessoas entrevistadas

Do total da amostra, 52% ($n=145$) são do gênero feminino, 44% ($n=124$) masculino e 4% ($n=11$) não-binário, com faixa etária predominante dos 18 aos 24 anos (74% dos entrevistados) e 26% com idade entre 25 e 29 anos, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Distribuição por gênero

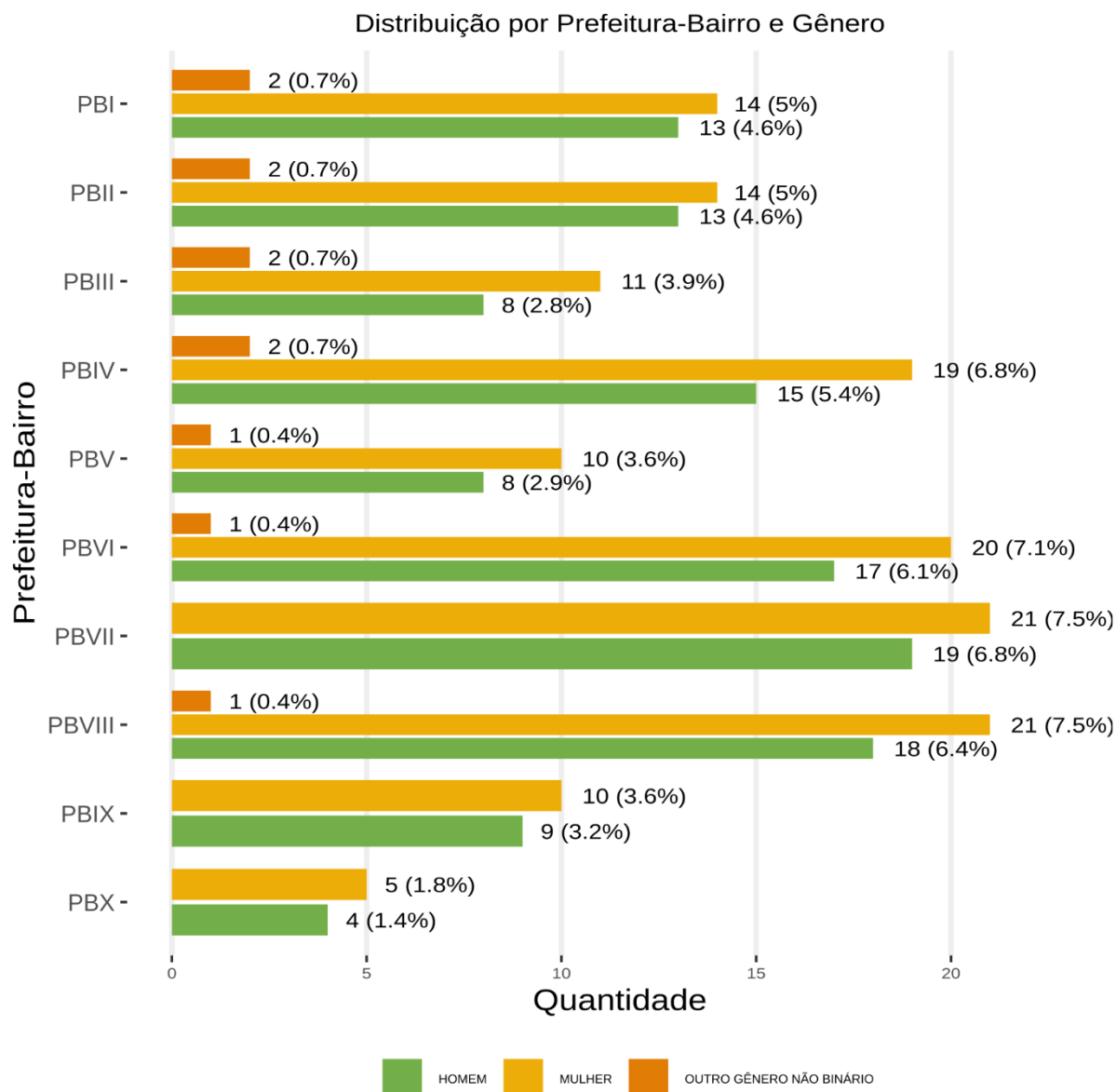
5.1 Qual seu gênero?



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Para atender à distribuição por sexo (feminino e masculino) prevista na PNAD Contínua 2019 e contemplar as pessoas do gênero não-binário, incorporamos estas, de modo aleatório, nas suas respectivas Prefeituras-Bairros, resultando em 148 jovens do sexo feminino e 132 do sexo masculino. Entretanto, optamos por manter a descrição por gênero (e não por sexo, como a PNAD) para assegurar o direito dos jovens que não se identificam com o feminino ou o masculino, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição por PB por gênero

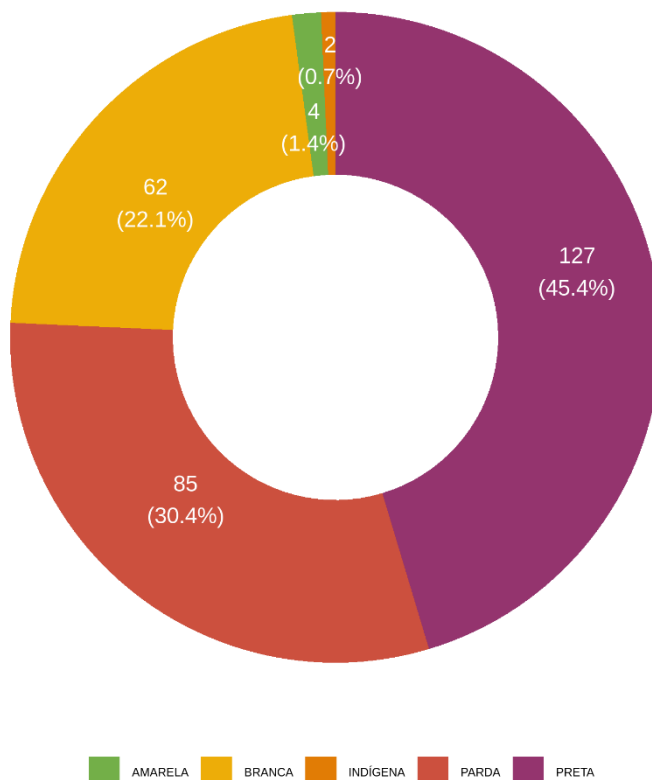


Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

A cor/raça predominante entre os participantes foi preta (45,4%), seguida por parda (30,4%), branca (22,1%), indígena (0,7%) e amarela (1,4%), como pode ser verificado no Gráfico 6. Já o perfil da população nacional dessa faixa etária, na maioria (61%), é negro (51% pardos e 10% pretos), seguido por branco (38%), amarelo (0,5%) e indígena (0,4%), segundo a PNAD Contínua 2019.

Gráfico 6 – Distribuição por cor/raça

5.2 Qual a sua cor ou raça?



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Os jovens também indicaram a escolaridade. A maioria tem entre Ensino Superior Incompleto (37,1%) e Ensino Médio Completo (22,5%), Gráfico 7. Esse é um dado importante, considerando que a escolaridade costuma ser preditora do interesse e da participação política (DALTON, 2004; INGLEHART; WELZEL, 2009; NORRIS; CURTICE, 2006).

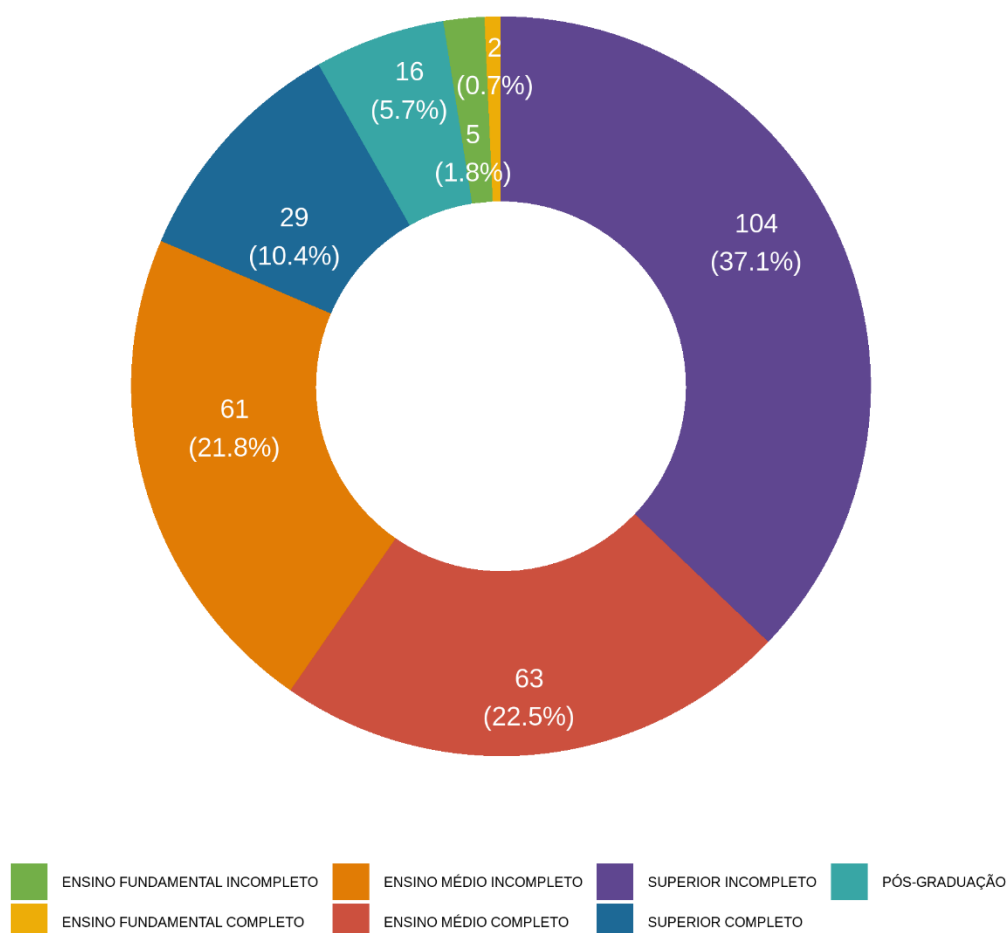
Como defende Schmidt (2001), na escola são abordadas de modo intencional informações sobre as atividades e instituições políticas, apresentados e discutidos fatos políticos e as formas de participação na vida sociopolítica. Isso explica, segundo Carrano (2012), a forte relação entre conhecimento político e escolaridade:

Os níveis mais significativos de engajamento e adoção de atitudes e valores democráticos encontram-se entre os jovens mais escolarizados. A sofisticação política e predisposição à participação, contudo, são também devidos às oportunidades que os jovens possam ter de participar em redes sociais

diferenciadas capazes de ampliar seus capitais políticos e desenvolver a arte de argumentar e articular redes de apoios para seus pontos de vista e causas (CARRANO, 2012, p. 95).

Gráfico 7 -- Distribuição por escolaridade

5.3 Qual a sua escolaridade?



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Ainda sobre o tema educação, a pesquisa quis saber como estava a realidade dos jovens em termos de estudo durante a pandemia para garantir um retrato do momento vivido. Do total de entrevistados, 58% disseram que antes da pandemia estavam estudando em escola ou universidade pública, percentual que caiu para 48% durante a pandemia.

Os que não estavam estudando em escola ou universidade pública antes da crise sanitária eram 23%; com a pandemia, chegaram a 33%. Já entre os alunos de unidades de ensino privadas

não se verificou diferença. Continuaram estudando os mesmos 19% antes e durante a pandemia (Gráfico 8).

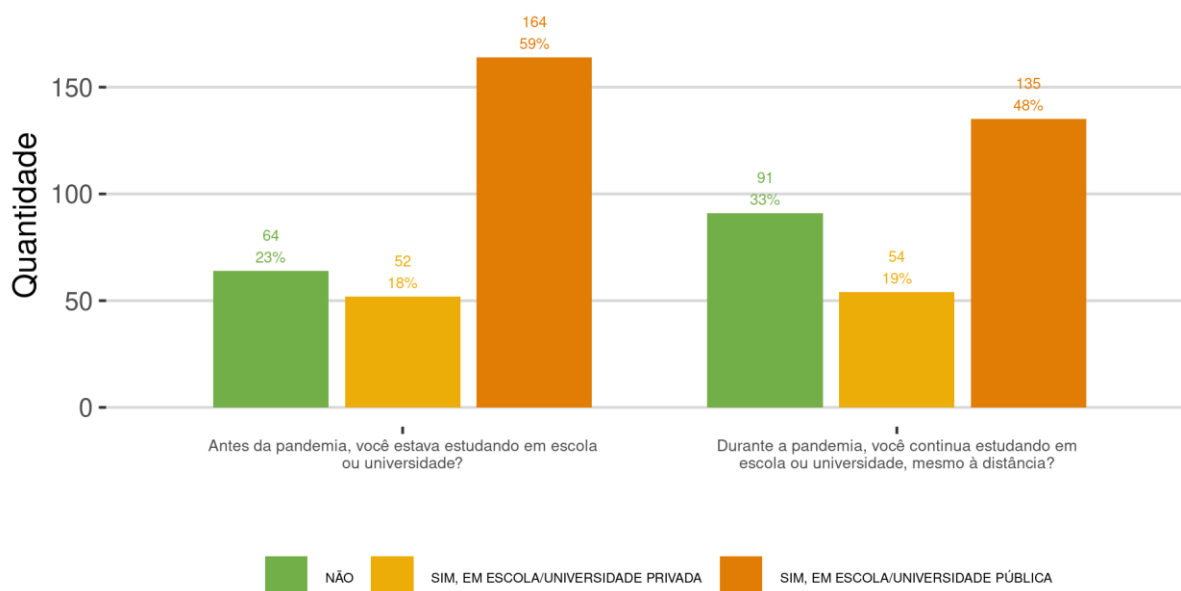
Na pesquisa de Zorzi (2016, p. 83), o autor encontrou mais valores democráticos apresentados pelos estudantes de escolas privadas quando comparados aos de escolas públicas de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. “Isso mostra que os grupos socioeconomicamente desprivilegiados não obtêm dos principais agentes propulsores do desenvolvimento os recursos necessários para disputar politicamente seu próprio futuro”.

Já nos estudos de Moraes, Milanezi e Lima (2021, p. 21) constaram maior engajamento em estudantes de escolas públicas, embora ponderem que os resultados podem ter sido influenciados pelo período de realização da pesquisa. “Uma possível explicação parte de uma análise do próprio recorte temporal da pesquisa: as análises dos dados foram feitas em anos de ocupações escolares em diversos estados brasileiros”.

No caso de nossa pesquisa, inferimos que a escolaridade maior acompanha o perfil dos jovens entrevistados com interesse por política, uma vez que estudos mostram a relação direta entre participação e escolaridade (DALTON, 2004; HANSEN, 2016; MESQUITA; CANTONI, 2016; NORRIS, 2001; NORRIS; CURTICE, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2016; SCHMIDT, 2001).

Gráfico 8 — Jovens de Salvador — estudo e pandemia

5.4 Leia as frases a seguir e marque UMA opção por linha

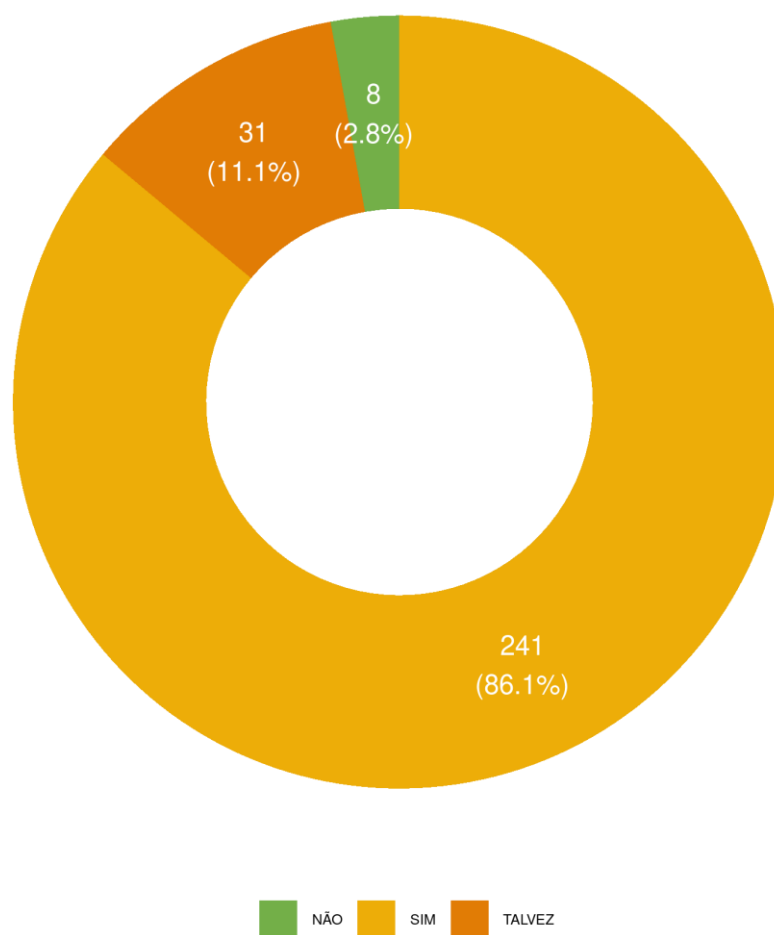


Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Indagou-se ainda se o jovem planejava voltar para a escola ou universidade quando o isolamento social chegasse ao fim: 86,1% disseram que sim, 2,9% responderam que não e 11,1% talvez (Gráfico 9). Esses resultados foram mais positivos do que os apresentados pela pesquisa nacional Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (CONJUVE, 2021), que identificou que 43% dos entrevistados já tinham pensado em desistir de estudar durante a pandemia.

Gráfico 9 – Possível volta às aulas

5.5 Você planeja voltar para a escola ou universidade quando acabar o isolamento social?



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

A faixa de renda familiar mensal dos jovens interessados por política foi outra informação que ajudou a descrever o perfil dos entrevistados e a relação entre política e comportamento de classe. Os dados demonstram uma variação de realidade econômica. No

geral, o participante médio da pesquisa tem renda de até três salários mínimos (R\$ 3.300)¹⁹², sendo que destes, 17,9% recebem acima de um até dois salários; 15,7% ganham menos de um salário; 14,6% apenas um salário e 11,8% acima de dois até três salários (Gráfico 10).

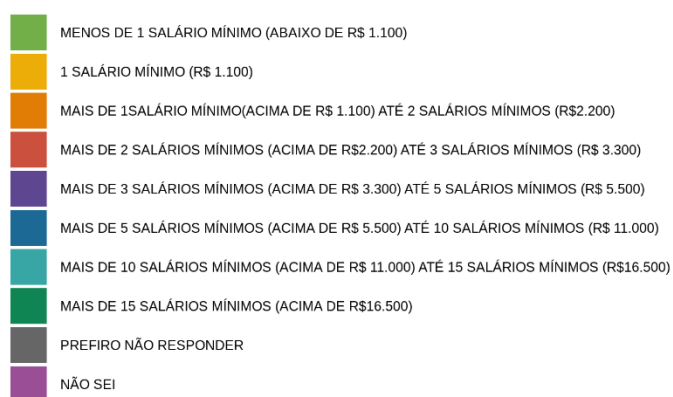
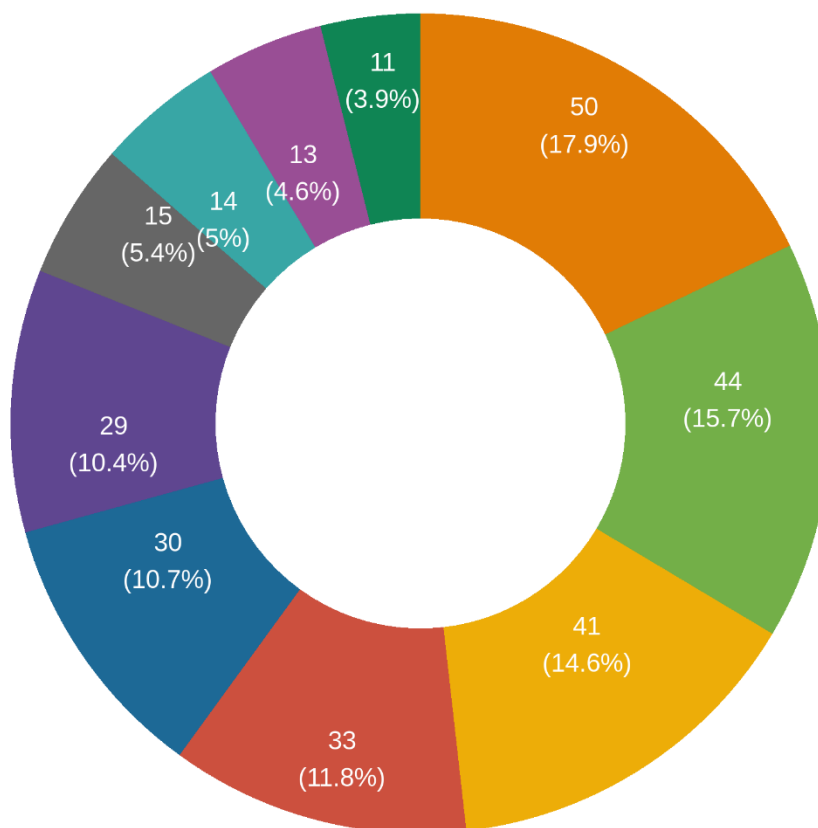
Esse resultado chama a atenção por duas razões: uma é que a faixa de renda média familiar per capita da população de Salvador é baixa: R\$ 1.416,96, segundo a IQUASalvador (2022), a partir de dados coletados no período de 2018 a 2020. Logo, a realidade dos jovens entrevistados está acima da média geral de quem mora na capital. Em segundo lugar, a literatura mostra que há relação direta entre participação e renda, tanto nas modalidades contestatórias (OLIVEIRA *et al.*, 2016) quanto na modalidade tradicional (NORRIS, 2001).

Assim, é de se esperar uma renda maior entre jovens com interesse em política em comparação com a renda média da população geral. Todavia, até aqui, estamos falando de interesse até então. No Capítulo 7 – Jovens e participação política híbrida (p. 249), analisaremos a participação política propriamente dita e confirmaremos a relação direta entre participação e renda. E para não deixarmos de observar, temos entre os entrevistados, 21% cuja renda é superior a três e inferior a dez salários. Os que ultrapassam esse teto são 9%. Outros 10% dos jovens disseram não saber ou não quiseram responder.

¹⁹² Na época de aplicação do questionário, fevereiro a abril de 2021, o salário mínimo era de R\$1.100.

Gráfico 10 – Renda familiar

5.6 Qual a renda mensal da sua família (somando os salários e rendimentos de todos que moram com você)?



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Ainda sobre o contexto econômico dos jovens, como esse público foi um dos mais atingidos pela perda de emprego e renda durante a pandemia, segundo PNAD/IBGE (2021), a nossa pesquisa levantou a condição de trabalho do jovem antes da pandemia. No geral, 47% dos entrevistados disseram que não estavam trabalhando antes da pandemia, mas procuravam trabalho, e 33% responderam que sim, trabalhavam com remuneração.

Já durante a pandemia, o percentual dos que não trabalhavam mas estavam em busca de emprego reduziu-se para 45%. Por outro lado, aumentou para 35% o percentual dos que garantiram estar trabalhando com remuneração. Entre o antes e o depois da pandemia, aumentou de 8% para 11% o número de quem trabalhava sem remuneração; e caiu de 12% para 9% os que não trabalhavam nem estavam procurando (Gráfico 11).

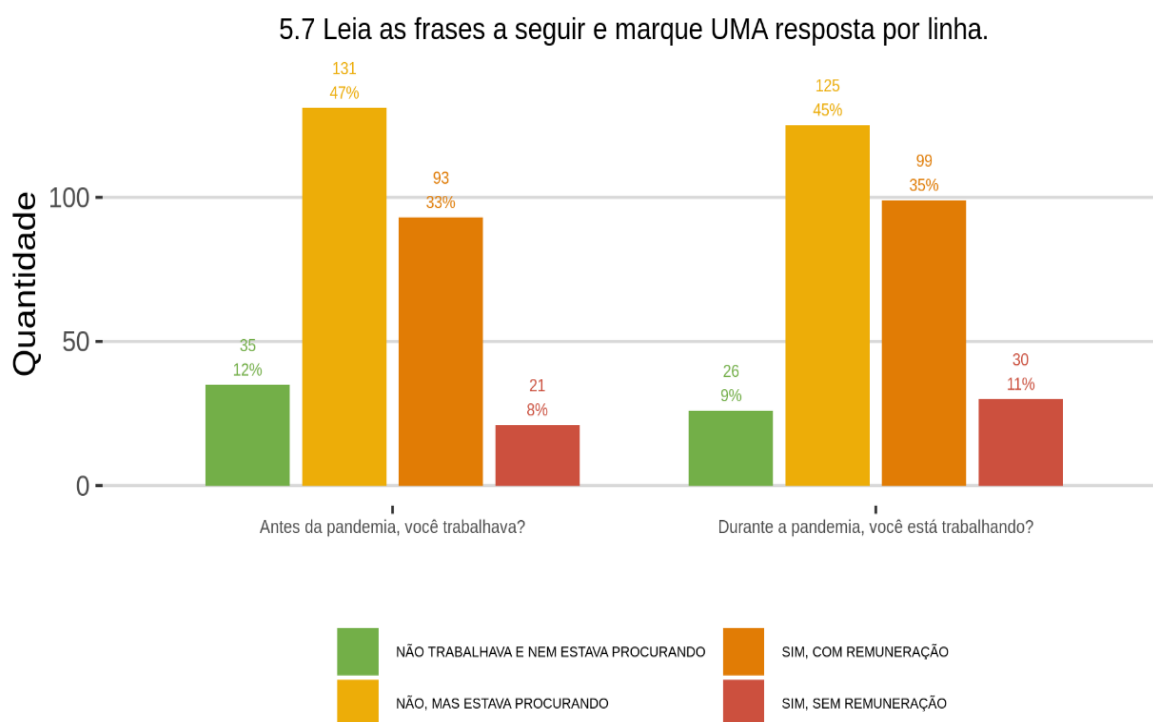
Esses dados reforçam os indicadores nacionais de que os jovens tentam trabalhar, mas não encontram oportunidades. A taxa de desemprego dos jovens de 14 a 24 anos alcançou 31%, o que equivale a mais do dobro da média nacional geral (14,7%), de acordo com dados do primeiro trimestre de 2021 da PNAD (IBGE, 2021).

A pesquisa nacional Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (CONJUVE, 2021) evidenciou que, entre 2020 e 2021, houve um aumento discreto de 50% de jovens que não estavam trabalhando para 53% entre os entrevistados. O universo dos que não trabalhavam cresceu de três a cada dez jovens para quatro a cada dez, no comparativo entre 2020 e 2021. Já entre os que procuravam emprego, mais de dois a cada dez jovens estavam buscando trabalho por conta do contexto da Covid-19 em 2021. No ano anterior, era um a cada dez.

Entre os jovens de Salvador, os que recebem pelo trabalho que realizam ficam em torno de um terço do total (33% antes da pandemia, 35% durante). Já os chamados “nem nem” (não estudam e não trabalham)¹⁹³ são minoria (12% antes da pandemia, 9% durante). Os dados mostram também que os jovens passaram a se movimentar mais em busca de trabalho e atuaram mais durante a pandemia, mesmo sem recompensa financeira.

¹⁹³ A expressão “nem nem” é usada para jovens que não estudam e não trabalham, embora tenham idade para realizar ao menos uma destas duas atividades.

Gráfico 11 – Trabalho



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Uma vez conhecido o perfil dos jovens que se interessam por política, participantes de nossa pesquisa quantitativa, partimos para a apresentação dos resultados da *websurvey* e das entrevistas semiestruturadas relativas à percepção dos entrevistados sobre as próprias competências infocomunicacionais e, em seguida, sobre a própria participação política.

Na fase das entrevistas semiestruturadas, ouvimos 10 jovens, sendo que dois deles participaram tanto do momento de escuta a partir do roteiro semiestruturado (que contou com oito jovens) quanto estiveram presentes no Debate UFBA, um evento acadêmico realizado como parte do Congresso da Universidade, para o qual convidamos quatro jovens para discutirem resultados parciais da *websurvey*.

*Tô ligado!*¹⁹⁴

6.2 PERCEPÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS

¹⁹⁴ Expressão que os jovens de Salvador usam em situações que desejam confirmar que estão atentos, que conhecem o tema (2022).

As perguntas no questionário *on-line* e nas entrevistas semiestruturadas sobre competências infocomunicacionais buscaram responder ao objetivo específico da pesquisa: “Verificar a percepção dos jovens em relação às próprias competências infocomunicacionais”, que tratam da competência em informação (como a capacidade crítica para buscar, avaliar e usar a informação), da competência em comunicação (como os saberes necessários para estabelecer relações, negociar e argumentar) e da competência operacional, relacionada, por exemplo, ao uso de dispositivos e artefatos digitais.

Na *websurvey*, parte das respostas às questões fechadas segue as categorias da escala *Likert* de 0 a 5 (*nunca, raramente, às vezes, muitas vezes e sempre*), a partir das quais os jovens demonstram concordância ou discordância com o comportamento descrito em diferentes situações relativas às competências infocomunicacionais.

Com relação à variável competência em informação, no panorama geral, os entrevistados demonstram uma autoavaliação muito positiva. Entre os resultados, 72% disseram que se sentem aptos *sempre* ou *muitas vezes* a buscar informações na rede, contra 11% dos jovens que responderam *nunca* ou *raramente*. Outros 72% se reconhecem capazes *sempre* ou *muitas vezes* para distinguir fatos de opiniões, enquanto 17% *nunca* ou *raramente* (Gráfico 12).

Quando os conteúdos são criados por outras pessoas, o maior percentual (64%) de entrevistados diz que *nunca* ou *raramente* os altera e os divulga. Já 23% o fazem *sempre* ou *muitas vezes*. Por sua vez, 72% dos jovens garantem *sempre* ou *muitas vezes* verificar se o autor original de um texto permite que seu conteúdo seja alterado e divulgado. Outros 19% admitem que *nunca* ou *raramente* checam essa autorização.

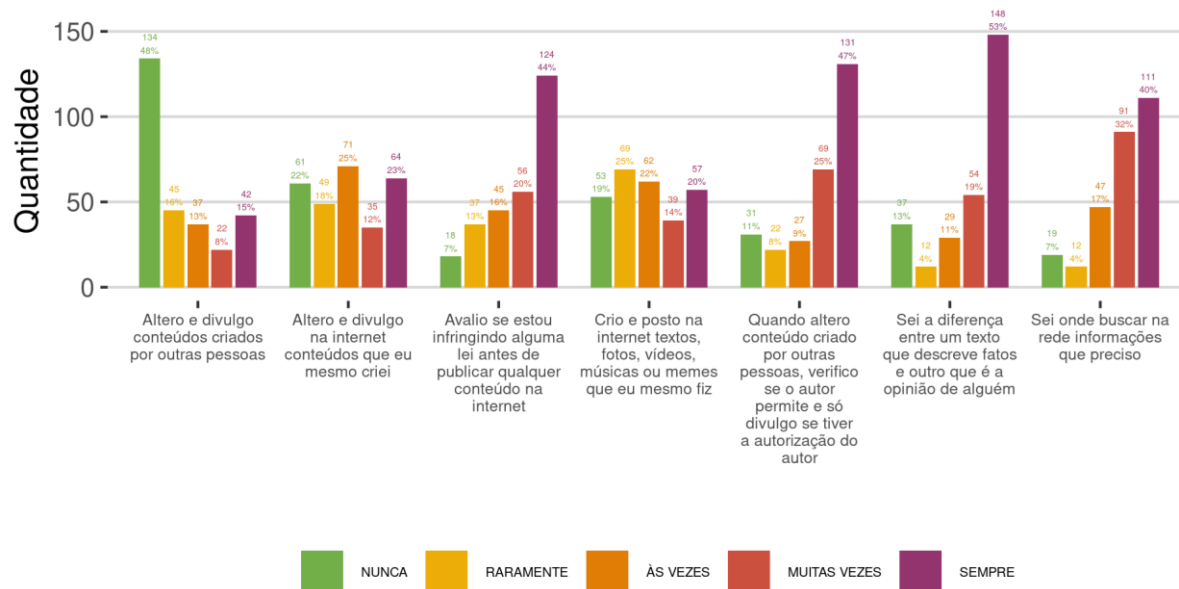
Quanto a estarem vigilantes para não infringir alguma lei ao postar determinado conteúdo, 64% garantem que *sempre* e *muitas vezes* fazem essa checagem. Outros 20% dos participantes dizem que *nunca* ou *raramente* se atentam a essa questão. Em relação a textos, fotos, vídeos, músicas ou memes de autoria dos próprios participantes, 44% afirmam *raramente* ou *nunca* postar, enquanto 34% postam na internet *sempre* e *muitas vezes*. Outros 40% também garantem alterar e divulgar seus próprios conteúdos *raramente* ou *nunca*, contra 35% dos que realizam essa ação *sempre* ou *muitas vezes*.

Esses dois últimos resultados referentes aos conteúdos de autoria dos próprios jovens revelam que este público tem produzido pouco para postar na internet, interagindo mais com o

que já encontra pronto na rede. Em termos de conteúdo específico com teor político, os dados aferidos demonstram que apenas cerca de 30% dos entrevistados criaram e publicaram informações sobre política na internet (texto, vídeo, *podcast*, meme etc.) nas eleições de 2020 para prefeito, e outros 36% nas eleições para presidente em 2018.

Quando o conteúdo político é produzido por terceiros, aumenta a atitude dos jovens de compartilhar na rede: 51% revelaram ter realizado essa ação em 2020, e um número ainda mais expressivo nas eleições para presidente em 2018: 64%. Em termos nacionais, a TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021) aponta que houve redução de 39% para 31% no percentual de quem afirma ter postado conteúdos autorais, sejam textos, fotos e vídeos, entre 2018 e 2020.

Gráfico 12 – Competência em informação



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Portanto, nossa pesquisa com jovens de Salvador apresenta congruência com a TIC Domicílios 2020, no sentido de evidenciar que a presença na rede é intensa, mas não em termos de produção e compartilhamento de conteúdo autoral. Nas entrevistas qualitativas, alguns jovens apresentaram razões para evitar postar conteúdo próprio:

“Agora mesmo acabei de desinstalar todas as minhas redes sociais e só estou com WhatsApp por conta da toxicidade das redes sociais. Às vezes você publica algo, vem um outro com problematização nada a ver. O Twitter, por exemplo, é uma terra onde você posta uma coisa simples e, do nada, vem pessoas te atacando. Você bota uma opinião, vem gente discordando

de uma forma bem agressiva, não é aberto a um debate, é agressão e pronto. Além do mais, na internet, você pode criar um perfil anônimo e fazer o que bem entender. Isso deixa qualquer um desconfortável. Você está ali falando com alguém que você não sabe quem é, de onde é.” (JOVEM 8)

“Primeiro pelo julgamento né? As pessoas julgam muito as outras e também tem a questão dos familiares, como estou sendo vista pelos meus familiares. A pessoa não devia ser julgada porque é a sua opinião, é a sua forma de se expressar e é complicado você dizer algo, o que você sente ou pensa e ser julgado. Muitas vezes quando você recebe o julgamento, você se cala e não consegue se expressar de volta, então as pessoas se fecham e isso gera muitas complicações de saúde mental. É realmente difícil se expressar nas redes sociais.” (JOVEM 9)

“Tem muita coisa que não comunico mais. Primeiro, que todo mundo tem opinião sobre as coisas que não sabem, que nunca leu, nunca estudou nada. As pessoas chegam muito agressivamente falando sobre coisas que elas não entendem e elas não param para ler ou para ouvir o que você falou e a gente está passando por um silenciamento sistemático de algumas mulheres. [...] então, hoje em dia, eu evito comentar algumas coisas. Já vi ataques a mulheres de outras mulheres, de dizerem coisas absurdas, mulheres que são militantes, imagine as que não são. [...] não está acontecendo só no movimento feminista, acontece em outros âmbitos, coisas bizarras, contraproducentes, de pessoas do movimento negro que falam que sou afro bege, que não posso estar ali.” (JOVEM 7)

“Tenho medo [...] porque, se você coloca de uma maneira errada, a internet hoje em dia tem essa mania de cancelar, entendeu? Esse cancelamento é doloroso.” (JOVEM 1)

“Esse ambiente das redes, às vezes, é muito tóxico, principalmente para quem produz conteúdo, precisa preservar o psicológico, a vida privada.” (JOVEM 3)

O receio de ser agredido nas redes sociais e de ser cancelado por não agradar demonstra que o jovem se sente intimidado e, para não correr o risco do julgamento violento, está preferindo não ser autor dos conteúdos postados, refugiando-se nos comentários ou *retuítés*. Esse tipo de comportamento acaba por limitar, em certa medida, as oportunidades de elaboração de argumentos, de interpretações próprias e disposição para trocas e debates profícuos, o que atrofia a possibilidade de desenvolver competências em informação e em comunicação. Além desses impactos, o fenômeno do cancelamento compromete, em algum nível, a disposição dos jovens à participação política, além de poder fragilizar a saúde mental desse público.

Em tempos de desinformação como fenômeno de expressivo impacto na sociedade (BUCCI, 2021; GOMES, 2020; RÊGO, 2020; RÊGO; PAULINO, 2022), a pesquisa também quis verificar como os jovens se percebem em termos de preparo para lidar com *fake news*. A maioria (89%) diz entender como *sempre e muitas vezes* importante conseguir identificar uma

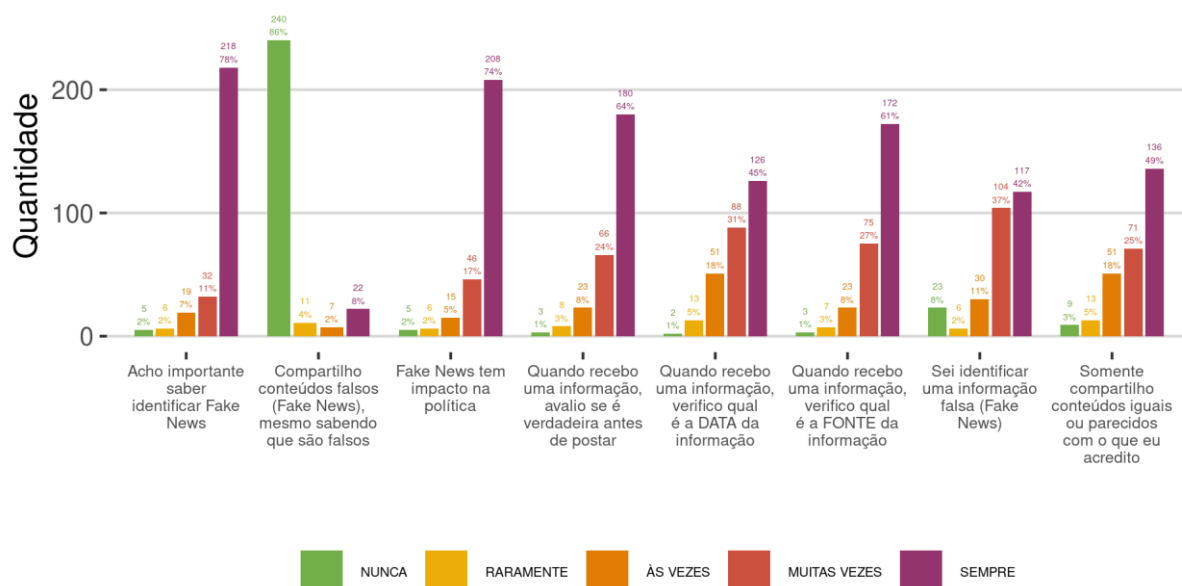
informação falsa (como *fake news*), e um percentual um pouco menor, embora ainda alto, 79%, reconhece-se *sempre e muitas vezes* capaz de perceber a veracidade do conteúdo (Gráfico 13).

Outro percentual ainda maior (88%) garante avaliar *sempre e muitas vezes* se uma informação é verdadeira antes de postá-la, e novamente 88% verificam *sempre e muitas vezes* a fonte de informação, enquanto 76% verificam *sempre e muitas vezes* a data do conteúdo recebido. Quando recebem uma informação, 74% *sempre e muitas vezes* compartilham conteúdos iguais ou parecidos com aqueles nos quais acreditam.

Outro dado importante é que 86% dos jovens dizem nunca compartilhar *fake news* quando sabem que se trata de conteúdo falso. Ainda que seja um percentual pequeno, chama a atenção o percentual de 8% que reconhece *sempre* postar conscientemente *fake news*, 2% *às vezes* e 4% *raramente*, ou seja 14% disseminam conteúdos falsos, o que demonstra um descompromisso com a ética e com a responsabilidade coletiva. Entre todos os entrevistados, 90% consideram que *fake news* têm impacto na política *sempre e muitas vezes*. Enquanto apenas 2% discordam e acreditam que nunca há essa relação, outros 2% dizem que *raramente* e 6% *às vezes*.

Gráfico 13 – *Fake news*

2.3 Leia as frases a seguir e marque UMA opção por linha



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Entre os jovens entrevistados na fase qualitativa, as preocupações com as *fake news* variaram entre os desafios com o desenvolvimento de estratégias próprias para evitá-las, detectá-las e combatê-las à percepção de como é algo de difícil controle, sobretudo, nos grupos familiares e entre pessoas com maior dificuldade de checagem de informações.

“Pra mim é um grande desafio. Fiquei pensando muito em uma situação que vivi na pandemia, com todas as questões políticas, de saúde etc. No começo: ah, vamos checar se é fake news, não é possível que seja de verdade e tal, e ficava checando toda hora. Isso também nas eleições de 2018. Aí eu falei assim: eu não vou mais, era tanta coisa, que eu desisto até de compartilhar, porque se eu tiver de compartilhar, vou ter que checar. Aí vai ter briga, discursões no grupo, então prefiro: vou ler, tentar entender, criar esses critérios de fonte. Tenho seguido o Instagram da Agência Lupa, que verifica fake news, é muito interessante. Em grupo de família rola muito, sempre vai ter alguém que repassa tudo, imediatamente, mesmo sendo coisas super absurdas. A gente tem que se conectar com esses critérios para entender e ser capaz de perceber quando é fake news.” (JOVEM 4)

“O que eu faço, tipo, não compartilho nada que afete a integridade de ninguém. Ontem mesmo postaram sobre um suposto abuso de um jovem. Falei assim: nossa, não vou compartilhar, vou pesquisar primeiro. Chegou no final do dia realmente era mentira, fake news, entendeu? Se é algo que afeta as pessoas não compartilhe, pesquise pra ver se é verdade. Se feriu a dignidade, pesquise pra ver, porque tem pessoas boas e não tão boas assim, entendeu? Só ter esse filtro de humanidade empática. Fico pensando assim: poxa, se fosse comigo?” (JOVEM 1)

“São pessoas que muitas vezes tomam essas informações como verdade absoluta, então são pessoas que a gente precisa, tipo, conversar, ver o que realmente elas pensam e se elas concordam realmente com aquela informação, sabe? São pessoas que precisam ser informadas de uma forma coesa de que aquelas informações são falsas, entende?” (JOVEM 2)

Os jovens também percebem que há uma dimensão ética envolvida que inclui condutas morais questionáveis. Defendem ainda a importância de uma regulação da internet.

“Eu penso muito nessa dimensão ética. Se eu sei que a informação é falsa e, mesmo assim, eu compartilho, tem uma falha moral, de princípios mesmo [...] É assim que se criam diversos problemas né? Psicológicos, políticos, enfim, de grande escala também, então acho que é uma falha ética mesmo, e o que mais me choca é que é uma escolha, sabendo que é fake news, eu vou lá e compartilho, é muito louco.” (JOVEM 4)

“Aí que a gente ver logo que a gente realmente não pode confiar em qualquer informação. Sabe que uma informação é falsa e compartilha. Cadê o senso, cadê a moral? Horrível né?” (JOVEM 1)

“Essa questão da fake news é mesmo muito forte, precisamos brigar aí por algo que derrube essas coisas na internet, principalmente, as coisas das difamações que envolvem pessoas e vidas. Acho até problemáticos os memes porque, muitas vezes, os memes também têm um cunho

racista e ganha mais proporção. Tem muitos casos de vídeos também que viralizam, que as vidas das pessoas acabam, principalmente, dos adolescentes né? Acaba se tornando bem mais difícil do que já é, porque a gente também vive numa linha tênue, com a desigualdade, que faz a gente viver sem nunca termos um minuto de paz e, muitas vezes, a internet aprofunda essas coisas, né? Precisa ter algo que regularize isso.” (JOVEM 3)

Os jovens também demonstraram preocupação com os interesses que estão regendo a produção e disseminação das *fake news* e os impactos que geram sobre a democracia:

“As fake news espalham coisas falsas que afetam a gente, impactam na democracia de uma forma negativa. Acredito que vai ficar para história, essa época de pandemia, uma fase tão forte de fake news não só no Brasil, como no mundo.” (JOVEM 2)

“Prejudica a democracia porque afeta a nossa noção de realidade. As pessoas precisam ter consciência das próprias decisões. As fake news manipulam as pessoas, fazem acreditar no que não é verdade.” (JOVEM 5)

“As fake news ameaçam porque, se você não tem todas informações para tomar uma decisão, não pode tomar essa decisão ou não deveria pelo menos. Quando você oculta de alguém uma informação ou dá uma informação distorcida ou então quando você conta uma mentira [...] acabava influenciando decisões políticas. Você não está afetando uma pessoa, mas a vida de duzentos e vinte milhões de brasileiros. Fake news deveriam entrar na parte de crime de responsabilidade porque como é que um governo trabalha com fake news, trabalha em cima do medo? A democracia, antes de mais nada, ela é a materialização da fé na humanidade, fé de que o coletivo pode fazer coisas. Se você está mentindo para conseguir alguma coisa, que é pública, num cargo público, você está pegando toda essa fé, não no sentido religioso, fé da esperança de um povo, e jogando no lixo, porque no final do dia, as pessoas precisam do estado.” (JOVEM 7)

Em suma, há uma compreensão por parte dos jovens de Salvador sobre a importância de saber identificar *fake news*, sobretudo, porque entendem que *fake news* influenciam a vida de todos, incluindo a política. Esses depoimentos revelam inclusive níveis interessantes de criticidade que reforçam a importância de trabalhar junto com os jovens no desenvolvimento de estratégias de combate às *fake news*.

Os entrevistados também se autoavaliaram aptos a checar as informações para não alimentar o ambiente de desinformação. Todavia, ainda que em percentuais reduzidos (14%), há quem dissemine, intencionalmente, informações reconhecidamente falsas e tendenciosas, o que exige estudos mais aprofundados sobre as razões desse comportamento.

Já na pesquisa de González, Morais e Bernardi (2020) com jovens do Sul do país, levantou-se a percepção dos entrevistados sobre possível aumento de divulgação de *fake news*

no Brasil e 81% concordaram que, sim, houve aumento. Para os entrevistados do Sul, o maior acesso às *fake news* ocorre via redes sociais Facebook, WhatsApp e YouTube. “Este fenômeno das *fake news* impacta neste processo de socialização política dos jovens, pois torna o espaço político ainda mais negativo, além de desinformar o jovem enquanto cidadão” (GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020, p. 11).

Para Gomes (2020, informação verbal¹⁹⁵), é provável que quem dissemina *fake news* o faz por acreditar que o conteúdo está alinhado com suas convicções prévias e, dessa maneira, não exige confrontação ou questionamentos.

“[...] por isso é tão importante a redundância e reiteração no mundo das *fake news*. Se você repete muitas vezes, aquilo que parece absurdo se torna plausível. A cada versão, a atitude crítica está mais atrofiada e a boa vontade da pessoa estará maior” (GOMES, 2020, informação verbal).

Jovens entrevistados na fase qualitativa também estão de acordo com a influência da dissonância cognitiva:

“Muitas vezes, o jovem pensa parecido com aquilo que ele acessou e toma como verdade, então acho que é mais difícil ele pensar ao contrário do que ele pensa e [...] vai tentar compartilhar com outras pessoas, levar essas informações à frente. [...] É aquela questão, a pessoa tem uma tese e então vai levar aquilo até o final e, tipo, que se dane as outras pessoas que pensam ao contrário.” (JOVEM 2)

“Eu acho sinceramente que as pessoas estão deixando de se informar. As pessoas falam com aquela convicção sem realmente ter estudo sobre. E o achar delas tá acima de tudo e de todos, aí fica difícil ter uma conversa, um diálogo, sabe? [...] Acho que tem gente que tá passando *fake news* para outras pessoas e não estão nem aí para a informação, quem pegar pegou, entende? As pessoas não estão parando para refletir, para mim isso é trágico. Fazem também, muitas vezes, só pra compactuar com uma pessoa, um político. Não importa se aquela pessoa está certa ou errada, vai concordar com aquela pessoa, mesmo não tendo nem argumento de nada.” (JOVEM 9)

Esse tipo de atitude está relacionado à teoria da dissonância cognitiva, na qual as pessoas buscam consistência cognitiva para evitar uma espécie de desorientação mental. O psiquiatra e diretor da Associação Brasileira de Psiquiatria, Cláudio Martins, em entrevista à BBC News Brasil (2018), explica que a sensação para as pessoas que compartilham *fake news* é a de um

¹⁹⁵ Fala do Prof. Dr. Wilson Gomes no curso Entendendo Fake News: O que são Fake News? Universidade Federal da Bahia e Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital, 2020.

prazer semelhante ao proporcionado pelo uso de drogas, e é essa sensação de euforia que bloqueia o desenvolvimento do senso crítico.

Trata-se de uma “infantilização emocional”, diz, que se traduz na ausência de checagem da veracidade da informação. "O campo da política é muito propício para esse fenômeno. [...] O ser humano tem essa tendência a buscar essas crenças mágicas. Quando ele recebe correntes de pensamento político, incorpora aquilo como uma verdade absoluta, amplia e divulga para reforçar sua satisfação", diz Martins¹⁹⁶.

O psiquiatra recomenda que o estudo da crença em *fake news* seja conduzido a partir do entendimento de um fenômeno sociocultural, que envolve diversos fatores da vida pessoal, social e de educação. Ele cita, por exemplo, o analfabetismo digital da população brasileira. "Isso demonstra claramente uma falha na educação digital que precisa ser corrigida com urgência. Prova que há uma ausência de educação digital no Brasil", defende.

Em nossa pesquisa, abordamos as competências infocomunicacionais como proposta para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, que preparem os jovens, continuamente, para o enfrentamento de desafios como o das *fake news*. Como diz Bucci, entrevistado por Alves *et al* (2022, p. 8):

Nós precisamos capacitar crianças, adolescentes, jovens a conviverem no mundo em que os bens de comunicação têm sido usados como se fossem trincheiras de uma guerra cultural, em que um dos lados quer acabar com a democracia.

Os jovens contam as estratégias que têm usado para não serem vítimas nem compactuarem com as *fake news*, embora admitam precisar aprender mais sobre o fenômeno:

“Pra mim é um desafio. Normalmente, o que eu faço é buscar alguém que entende mais do que eu, que tenha experiência boa no conteúdo e já ir direto nessa pessoa, buscando essa ideia de curadoria. [...] buscar conteúdo que seja mais assertivo porque hoje em dia, partir para uma pesquisa sem uma curadoria é muito desafiador, e eu acho que às vezes é até arriscado digamos assim.” (JOVEM 4)

“Deveria trazer mais essas informações e discutirmos mais sobre isso, [...] dentro das escolas, universidades.” (JOVEM 2)

“A escola seria um bom lugar pra a gente poder aprender diferenciar fato de opinião. Falta investimento na escola.” (JOVEM 3)

¹⁹⁶ Reportagem disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45767478>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

“Têm alguns observatórios de fake news já na internet que as pessoas podem seguir, mas é que a gente sempre acha que o jovem é descolado e tal, mas não é verdade. As pessoas têm pouquíssima informação. [...] Normalmente, sigo poucas fontes de informação. Confio naquelas que já checaram as informações. Portais, meios que seguem linhas editoriais que eu concordo. Que têm os mesmos valores e inclinações ideológicas minhas. Você checar todas as informações é muito cansativo. Sigo agências de checagem também.” (JOVEM 7)

“Comparar várias fontes diferentes, ver histórico daquela fonte, procurar qual a opinião de quem administra aquela fonte, quais são os interesses daquela fonte.” (JOVEM 5)

“Aciono jornais de grande circulação, comparo as informações e observo a linha editorial do veículo.” (JOVEM 10)

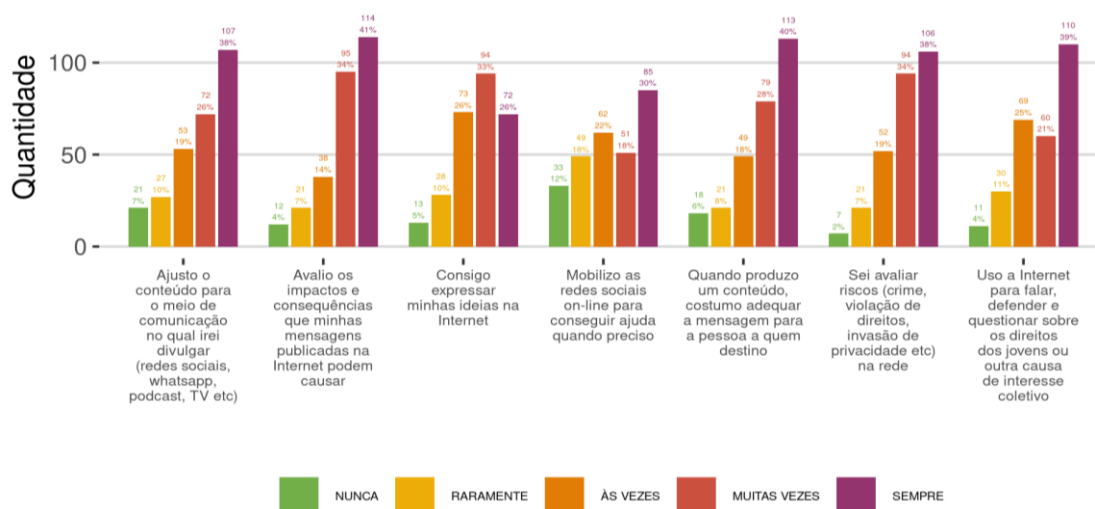
Embora nossa pesquisa quantitativa revele jovens com alto percentual de confiança sobre como agir para não serem enganados nem se tornarem disseminadores de *fake news*, os depoimentos deles demonstram uma compreensão sobre critérios de avaliação e, ao mesmo tempo, transparecem a necessidade de formações que abordem o fenômeno e formas de enfrentá-lo. E mais do que isso, como “consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética” (Chauí, 2000, p. 433), os jovens precisam ser apoiados, sobretudo nas escolas e universidades, para ser capazes de julgar o valor dos próprios atos.

Dessa forma, a educação assume papel crucial como promotora e impulsionadora do desenvolvimento de competências em informação, em comunicação e, como veremos mais à frente, da participação política de jovens. Como defendia Paulo Freire, o processo de aprimoramento individual precisa priorizar a educação crítica, conectada com a realidade e necessidades da coletividade. No contexto atual, reforçamos ainda a indissociabilidade dos princípios democráticos.

Competências em comunicação

Saber adequar uma mensagem para o destinatário (pessoa e meio de divulgação) é uma das competências em comunicação. Nesse aspecto, a maioria dos jovens de Salvador entrevistados (64%) diz *sempre* ou *muitas vezes* ajustar o conteúdo para o destino escolhido, enquanto outros 17% apenas *raramente* ou *nunca*. Quando o conteúdo tem uma pessoa específica como destino, também a maioria (68%) afirma adequar a mensagem *sempre* e *muitas vezes*, embora 14% *raramente* ou *nunca* (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Competência em comunicação



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Na percepção sobre a capacidade de expressar suas ideias na rede, 59% dizem que *sempre* ou *muitas vezes* conseguem, contra 15% dos jovens que consideram que *nunca* ou *raramente* são capazes de traduzir seus pensamentos na internet. Os jovens entrevistados na etapa qualitativa comentaram sobre o exercício de se expressar para o outro e como avaliam o funcionamento das redes sociais digitais:

“Eu me comunico muito bem em toda forma de comunicação possível. Eu amo falar, escrevo muito bem, eu faço tudo, eu adoro, só que as vezes a questão não é que eu não consigo exprimir em palavras. Eu penso: eu vou colocar isso aqui e eu vou querer lidar depois com a resposta do outro? Tô a fim de lidar com a interpretação? [...] Eu acho que vai muito mais desse medo de não ser compreendido do que de, efetivamente, não conseguir se comunicar, de colocar em palavras.” (JOVEM 7)

“Eu acho que as redes sociais são desenhadas para causar isso mesmo, sabia? Quando você discute gera engajamento, então as pessoas ficam mais tempo nas redes sociais e é isso que elas (as empresas) querem.” (JOVEM 5)

Quando questionados sobre o impacto que seus conteúdos podem causar uma vez divulgados, 75% dos entrevistados avaliam que *sempre* e *muitas vezes* sabem avaliar. Já 11% admitem *raramente* ou *nunca*. Em relação à capacidade de avaliar riscos (crime, violação de direitos, invasão de privacidade, entre outros), 72% dizem que *sempre* ou *muitas vezes* se sentem capazes. Outros 9% reconhecem que *nunca* ou *raramente* se sentem aptos a mensurar os riscos.

“A gente não sabe a metade dos direitos que a gente tem e a metade das coisas que não poderíamos fazer. A gente acha que nunca pega nada, nunca dá em nada, então é complicado isso. A gente só acorda, tipo, quando alguém próximo dá um BO (Boletim de Ocorrência), entende?” (JOVEM 9)

“Tem pessoas no nosso ciclo social que infringem as regras o tempo todo. Não compartilho nudes, por exemplo, porque eu não queria que fosse comigo, outras pessoas vendo meu corpo sendo violado e tal. É uma violação de minha imagem e as pessoas não sabem da minha história, quem sou eu.” (JOVEM 2)

“Eu acho que essa clareza também das leis geraria ambiente digital saudável em todos os sentidos, não só no sentido legal, mas no sentido de comportamento.” (JOVEM 4)

Os jovens também comentaram sobre usar a internet para pedir ajuda para algo que precisam ou para causas coletivas. Quase metade (48%) mobiliza as redes sociais digitais para conseguir apoio *sempre* ou *muitas vezes*, enquanto 30%, *raramente* ou *nunca*. Já um percentual maior, 60%, respondeu usar a internet para defender questões coletivas, como os direitos dos jovens, *sempre* ou *muitas vezes*, e outros 15% ficaram entre *raramente* e *nunca*.

Uma das jovens ouvidas contou:

“Já cheguei a usar internet para mobilizar jovens para a marcha do Incomode, aqui na Suburbana, e aí tentei ao máximo chegar ao maior número de pessoas, na época, usava bastante o Facebook e o Instagram. Chegamos a ir também em escolas, foi em 2019, e eu usei bastante rede social, não só eu, mas todos os meus colegas.” (JOVEM 9)

Pela resposta dos jovens fica evidente que as ações de interesse coletivo são realizadas de modo cada vez mais híbrido. As mobilizações ocorrem, principalmente, via internet, seja por redes sociais digitais ou aplicativos de mensagens instantâneas, e também de modo presencial, retroalimentando as articulações e engajamentos.

Outra variável trabalhada na pesquisa relacionada à competência em comunicação teve como foco a capacidade de debater. Perguntamos entre quatro opções de comportamento, qual delas o jovem mais se identificava quando se envolvia em um debate: 76,1% garantiram escutar as diferentes opiniões e se sentiram aptos a rever o próprio ponto de vista (Gráfico 15).

Esse resultado demonstra que a maioria dos jovens considera-se tolerante diante de posicionamentos contrários aos deles. Porém, esse resultado pode exemplificar uma das limitações do instrumento de coleta de dados desta pesquisa. Como explica Almeida (2009), as *surveys* podem gerar viés pelas respostas consideradas socialmente aceitáveis. Embora isso

também possa ter ocorrido com outras respostas do questionário, essa em especial foi destacada pelos jovens como a que mais acharam provável de ter ocorrido.

Nas entrevistas qualitativas, no entanto, alguns jovens comentaram que selecionam com quem e em qual ambiente debaterão algo como critérios para seguir em frente:

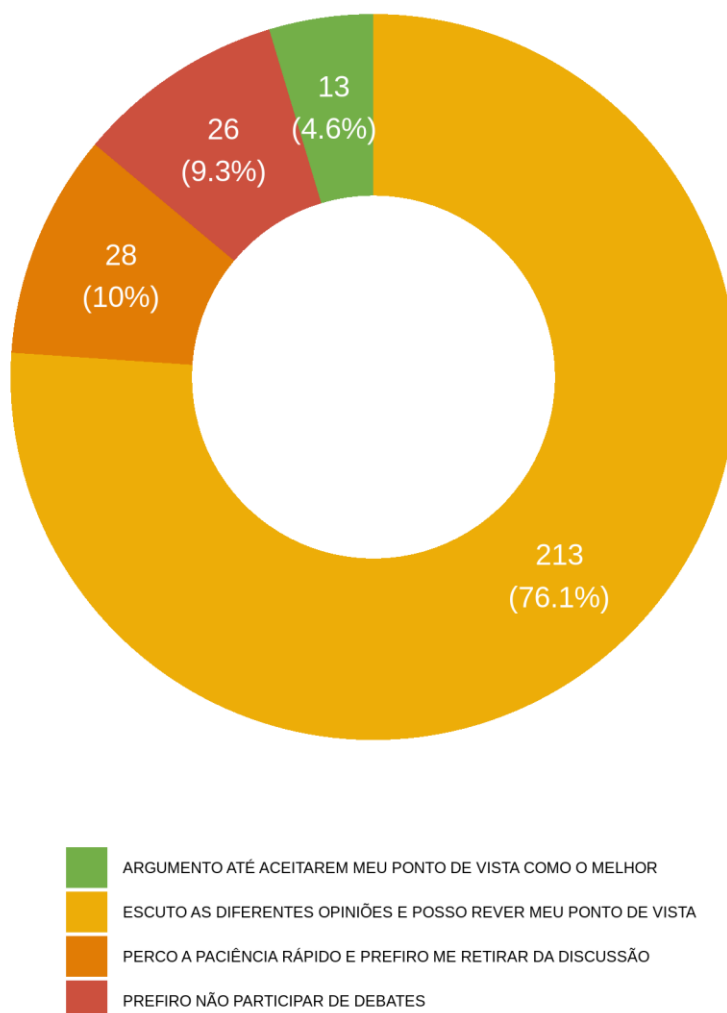
“Não tenho paciência para discutir com qualquer pessoa. Faço isso com meus amigos porque não vão ser agressivos, eles vão entrar num debate. Na internet, as pessoas chegam com abordagem agressiva, não é para ter uma conversa, não são abertos para mudar de opinião ou me fazer mudar de opinião.” (JOVEM 8)

Assim, percebemos que a autoavaliação dos jovens diante das competências em comunicação mencionadas é também positiva, de um modo geral, com percentuais altos, embora mais baixos do que em comparação com as competências em informação. O menor percentual em competências em comunicação é observado na capacidade de expressar ideias na rede. E quando o assunto é usar a rede para pedir ajuda, menos da metade o faz com frequência, mas, quando envolve defender questões coletivas, há uma adesão um pouco maior.

Os jovens, na fase qualitativa, também demonstraram receio do fenômeno do cancelamento e dos discursos de ódios e intolerância, algo que também precisa ser considerado quando analisamos as competências relacionadas à comunicação. Ou seja, é preciso compreender o quanto o ambiente hostil da rede tem constrangido o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos jovens, gerando impactos no comportamento e até mesmo na saúde mental deste público.

Gráfico 15 – Competência em comunicação – debate

2.5 Com qual dos comportamentos abaixo você mais se identifica quando se envolve em um debate? (Marque UMA opção)



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Compreender como os jovens de Salvador que se interessam por política estão usando a internet também traz pistas para entender as demandas e empregos das competências infocomunicacionais, assim como a importância da garantia de condições e oportunidades para toda a população. A primeira variável investigada pretendeu conhecer o principal equipamento que os jovens usam para acessar a internet.

O telefone celular/*smartphone* apareceu como o mais usado por 94% da população da *websurvey* (Tabela 11). A TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021) também

investigou o uso da internet pelo celular, embora não como principal equipamento, e encontrou um universo de 87% da população brasileira utilizando este dispositivo para navegar na rede, algo em torno de 162 milhões de pessoas. No comparativo com 2019, houve aumento de 9%, impulsionado por novos usuários das classes C e DE, além dos indivíduos com baixa escolaridade. “Isso evidencia que o uso do telefone celular para acessar a Internet impacta na redução de disparidades regionais de acesso à rede” (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 80).

Mas também revela que persistem desafios importantes, como, por exemplo, em relação às assimetrias em termos de oportunidades de desenvolvimento de habilidades por conta das limitações relacionadas ao tipo de dispositivo e à qualidade da conexão, apresentadas a seguir.

Tabela 11 – Principal equipamento para uso da internet

Variáveis	N = 280
Principal equipamento, n (%)	
pelo celular/smartphone	263 (94)
no computador de mesa ou notebook	15 (5)
no tablet ou ipad	1 (0)
outro	1 (0)

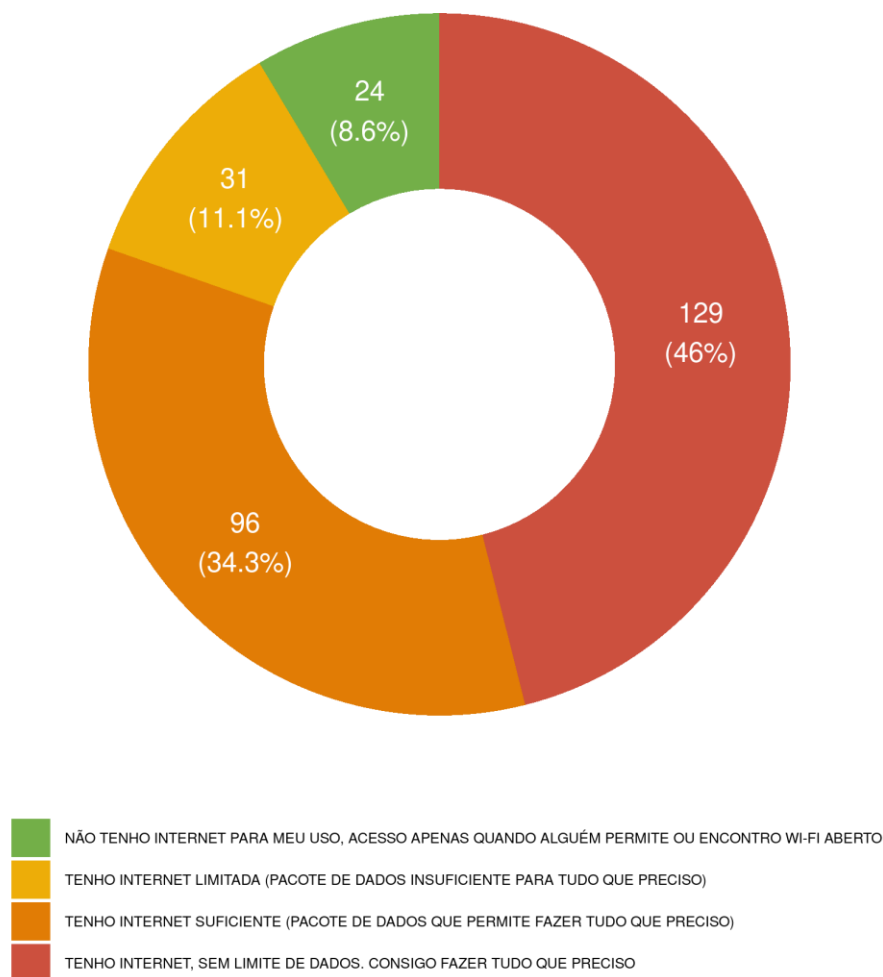
Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

A qualidade da conexão é um aspecto importante relacionado ao uso da internet. No geral, os jovens de Salvador entrevistados afirmam contar com internet suficiente para o que precisam: 46,1% dizem ter acesso à internet sem limite de dados, e outros 34,3% usam pacote de dados.

Para aproximadamente dois de dez jovens (19,7%), no entanto, a realidade de conectividade é desafiadora: 11,1% têm internet limitada (pacote de dados insuficiente) e 8,6% não têm internet para uso e acessam apenas quando alguém permite ou quando encontram *wifi* aberto, como mostra o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Conectividade

4.2 Qual tipo de Internet possui para seu uso? (marque UMA opção)



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Ao olharmos esses números, consideramos que este resultado pode ter sido influenciado pelo instrumento de coleta de dados, que foi aplicado *on-line*, exigindo do entrevistado estar conectado. Envidamos esforços para superar essa lacuna, como detalhado na Fase 3. Elaboração, testagem e aplicação da *websurvey* (p. 46), e os quase 20% alcançados nessa condição de fragilidade digital provam que a mobilização via parceiros que atuam com essa população surtiu efeito. No entanto, não há como ter precisão sobre a dimensão desse público, com perfil de restrição de internet, por ser uma pesquisa com aplicação de instrumento *on-line*.

Todavia, os indicadores de pesquisas mais abrangentes, como TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021), sustentam uma coerência com nossa pesquisa, ao verificarem que 9% dos brasileiros utilizaram a internet apenas via rede móvel (3G ou 4G). Um percentual maior, 24%, utilizou exclusivamente o *wifi*. Além disso, as assimetrias socioeconômicas continuam presentes. Embora a pesquisa nacional demonstre que é alta a proporção de domicílios com *wifi* (85%), continua sendo mais baixa entre as classes DE (70%), enquanto na classe A é de 100%.

Além disso, ao cruzar esse resultado com o do tipo de conexão,

é possível observar que a presença do *wifi* foi marcadamente mais baixa nos domicílios cujo principal tipo de conexão era a móvel, o que indica que esse acesso tende a estar mais associado a um plano de dados de telefone celular compartilhado pelos moradores do que a uma conexão do próprio domicílio (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 68).

O levantamento também aponta que 19% dos domicílios conectados compartilhavam a rede com uma casa vizinha, sendo esta realidade mais comum em domicílios de classes DE (26%) do que nos de classe A (3%), e predominantemente no Nordeste (28%). No caso de nossa pesquisa com jovens de Salvador, para conhecer um pouco mais o perfil dos cerca de 20% dos entrevistados que enfrentam maior restrição de conectividade, avaliamos algumas variáveis desse público.

Entre as constatações, identificamos que a maioria (76%) tem idade entre 18 e 24 anos; 45% são mulheres, 45% homens e 10% não-binários; de cor preta (53%); escolaridade entre Ensino Médio Completo (35%) e Superior Incompleto (27%), com renda menor que 1 salário mínimo (25%) e o mesmo percentual com mais de 1 até 2 salários mínimos.

Esses jovens moram em 55 bairros de Salvador (Figura 9 e Tabela 12). A maioria (58%) estudava em escola/universidade pública antes da pandemia. Durante o período de isolamento social, a quantidade dos que pararam os estudos dobrou (eram 20% sem estudar até o início da pandemia, cresceram para 40% durante o isolamento social).

Tabela 12 - Jovens com internet insuficiente, por bairro

Bairro onde mora em Salvador, n (%)	
ÁGUAS CLARAS	2 (4.0)
BOCA DO RIO	1 (2.0)
CABULA	2 (4.0)
CAJAZEIRAS V	1 (2.0)
CAJAZEIRAS VI	1 (2.0)
CAJAZEIRAS VIII	1 (2.0)
CALABAR	1 (2.0)
CAMINHO DE AREIA	1 (2.0)
CAPELINHA	3 (4.0)
CASTELO BRANCO	3 (4.0)
COSME DE FARIAS	1 (2.0)
COSTA AZUL	1 (2.0)
DOIS DE JULHO	1 (2.0)
DORON	1 (2.0)
FAZENDA COUTOS	2 (4.0)
FAZENDA GRANDE DO RETIRO	2 (4.0)
IMBUÍ	1 (2.0)
ITAPUÃ	3 (4.0)
ITINGA	1 (2.0)
LIBERDADE	2 (4.0)
LUIZ ANSELMO	1 (2.0)
NORDESTE DE AMARALINA	1 (2.0)
PARIPE	2 (4.0)
PAU DA LIMA	3 (4.0)
PERIPERI	6 (11.0)
PERNAMBUEÍS	2 (4.0)
PIATÃ	1 (2.0)
PIRAJÁ	1 (2.0)
PITUBA	1 (2.0)
RESGATE	1 (2.0)
RIO SENA	1 (2.0)
VALÉRIA	4 (7.0)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

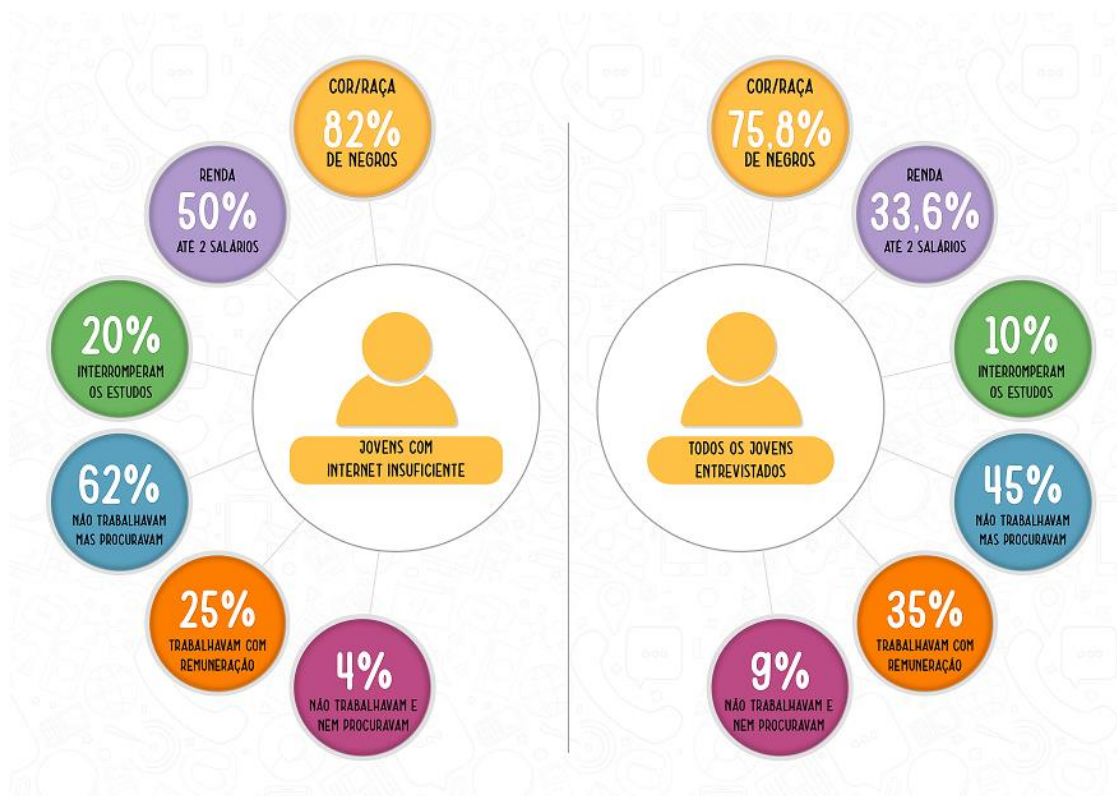
Em relação à condição de trabalho, 56% não estavam trabalhando, mas procuravam antes de a crise sanitária estabelecer-se. Durante a pandemia, esse percentual cresceu para 62%,

enquanto reduziu de 33% para 25% os que trabalhavam com remuneração, respectivamente, antes e durante a pandemia.

Esses dados retratam as desigualdades socioeconômicas enfrentadas pelos participantes da pesquisa, demonstrando que as limitações em termos de qualidade de conexão digital para esse universo de quase 20% dos jovens entrevistados se revelam associadas a outras vulnerabilidades socioeconômicas. Por exemplo, em comparação com o perfil geral, 50% desses entrevistados com internet insuficiente sobrevivem com renda de até dois salários, percentual maior do que a média geral dos participantes da pesquisa, que fica em 33,6%.

Na Figura 10, apresentamos um comparativo entre a realidade dos jovens com conectividade mais precária em relação ao total de entrevistados. É possível notar que o cenário dos participantes com internet insuficiente é mais desafiador, com maior percentual de interrupção dos estudos durante a pandemia; maior para quem não trabalhava mas procurava; menor para quem trabalhava com remuneração; menor para quem não trabalhava nem procurava.

Figura 10 -- Desigualdades de jovens com internet insuficiente em comparação com média geral dos entrevistados¹⁹⁷



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Santos (2022).

Portanto, o perfil dos jovens com internet insuficiente reforça que são eles os mais atingidos pelas desigualdades socioeconômicas, agravadas durante a pandemia e que impactam nos diversos aspectos da vida. Em termos educacionais, por exemplo, Sousa e Venturini (2021, p. 127) afirmam que:

Dadas as dificuldades de acesso a tecnologias necessárias para realização de atividades educacionais, fica evidente que o Brasil não tem ofertado um ensino básico de qualidade a distância, capaz de suprimir desigualdades estruturais de raça, região e classe. É necessário um grande esforço de políticas públicas para garantir que estudantes pobres e negros tenham acesso às tecnologias necessárias para evitar que o ensino a distância agrave ainda mais as desigualdades educacionais, sociais e raciais existentes no país.

¹⁹⁷ 82% dos jovens com internet insuficiente que responderam nossa pesquisa são negros (soma dos 53% preta e 29% parda), enquanto a média geral dos entrevistados é de 75,8% de negros (45,4% preta e 30,4% parda).

Jovens entrevistados na fase qualitativa relataram vivências próprias ou de colegas que enfrentaram dificuldades para se manter estudando e trabalhando por conta da conectividade insuficiente, do dispositivo limitado ou da falta de familiaridade com as tecnologias digitais.

“Pra mim não surpreende tanto esses dados (de nossa pesquisa) porque eu sou a prova viva, tipo, eu uso pacote de dados mais em conta possível, porque entre comer e pacote de dado, é claro que priorizamos a comida. Faço meus corres e preciso estar sempre conectado, só que não consigo. Tipo, agora mesmo, eu conheço uma vizinha, ela colocou o wifi aqui, estou na janela catando o wifi para poder estar aqui (na entrevista). [...] Tenho vários amigos também, nesse período pandêmico, que parou de estudar porque teve que sair da parte presencial pro EaD, e tipo assim, tem o celular, mas esse celular é de qualidade? Tenho conexão, mas essa conexão é de qualidade? Como vou fazer para estudar? Ah, tem lan house, mas será que tenho essa grana para estar indo à lan house? Eu mesmo, agora na pandemia, foi difícil continuar estudando por conta de conectividade e aparelho, entende?” (JOVEM 1)

“Na minha sala tinha uma aluna, que ela usava aquele celular de tecla, não tinha como pesquisar, então ela ia numa lan house, e ela não tinha intimidade com a tecnologia, entende?” (JOVEM 8)

“Além da internet em si, tem o equipamento. Muitas vezes, os jovens enfrentam dificuldade para realizar o que precisam na internet por não ter um equipamento apropriado.” (JOVEM 10)

“Em todos os cantos, a gente ver jovens querendo estudar e sem acesso bom à internet. Ontem mesmo eu estava na aula do intensivo pro ENEM e muitas pessoas dizendo que a internet estava ruim.” (JOVEM 9)

Os relatos dos jovens confirmam que, embora eles sejam o público brasileiro mais conectado, como mostram os indicadores (ATLAS..., 2021), as condições precárias de conexão e dispositivos são obstáculos para parte dos entrevistados, mesmo morando em uma capital como Salvador. Além dos impactos já mencionados, reforçamos as limitações de oportunidades de desenvolvimento das competências infocomunicacionais, uma vez que o mundo digital ainda está distante para parte dos entrevistados.

Os achados da nossa pesquisa demonstram, portanto, que os jovens não têm condições semelhantes asseguradas de conectividade, impactando, diretamente, nas possibilidades de ampliação de conhecimentos, habilidades e atitudes. Desse modo, as políticas públicas precisam assegurar que cada indivíduo tenha acesso a conexão de qualidade e a dispositivos apropriados. Em paralelo, é preciso garantir investimentos voltados para o fortalecimento da educação para uso crítico, responsável e ético dessas tecnologias e mídias digitais.

Sobre o local de acesso, os resultados da pesquisa revelam que os jovens navegam mais na internet usando recursos digitais em casa: 73,7% dos entrevistados afirmaram isso. Esse dado, no entanto, pode traduzir uma realidade particular do período de pandemia, no qual a *websurvey* (2021) foi realizada em função das restrições de mobilidade urbana impostas a todos.

Por outro lado, esse resultado é um indicador da importância de se garantir a conectividade em casa, sobretudo, porque 12 milhões de domicílios brasileiros ainda estão desconectados, de acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2020, com predominância nas classes DE do país (nove milhões de domicílios). Na pesquisa TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021) também há dados sobre o principal local de acesso, e a casa também foi a mais indicada por 86% dos entrevistados contra 82% que a indicaram em 2019.

O aumento pode estar relacionado tanto às recomendações das autoridades de que a população se mantivesse em casa quanto ao fechamento temporário ou permanente de estabelecimentos que disponibilizavam acesso à internet. Mas, certamente, está associado também ao aumento da proporção de domicílios conectados à internet (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 77).

Apesar dos avanços da internet nos domicílios, encontramos entre os jovens entrevistados relatos de falta de internet na sua residência e na de pessoas próximas:

“Lá no colégio mesmo, a gente tava tendo atividades pelo Classroom e eram 40 alunos, e quem participava mesmo, que podia estar ali, eram só vinte pessoas, às vezes quinze, muito pouco mesmo, por causa dessa questão de não ter a conexão em casa. Às vezes um tinha que pegar a conexão na casa da tia ou então era pacote de dados que só podia usar WhatsApp.” (JOVEM 8)

“Existem pessoas próximas a mim que vêm para minha casa para usar a internet porque não têm internet em casa, não têm como estudar e é complicado realmente, é uma realidade triste.” (JOVEM 9)

Os depoimentos confirmam o desafio da universalização do direito à internet, mesmo entre os jovens que são as pessoas que mais poderiam vivenciar as experiências disponibilizadas pelas tecnologias e ambientes digitais. Essa condição impacta não apenas no uso, mas na qualidade desse uso, desenvolvimento de competências e possibilidades de exercício da cidadania.

Apesar dos contextos desiguais, estar conectado nos dias de hoje é algo tão internalizado no cotidiano para grande parte da população que um dos desafios é quantificar, em horas, essa

frequência de uso da internet. As pesquisas do Cetic.br/NIC.BR, como a TIC Domicílios e a TIC Educação, mantêm a métrica de acesso à internet nos últimos três meses para manter a viabilidade do comparativo com anos anteriores, segundo a coordenadora da TIC Educação, Daniela Costa.

No entanto, esse padrão mostra-se distante da realidade atual de hiperconexão. Algumas pesquisas já usam o quantitativo de horas no uso diário¹⁹⁸, e foi essa a nossa escolha. No panorama geral, a frequência de uso da internet pelos jovens varia de cinco a dez horas por dia, sendo que, para 27,1%, a média é de cinco a sete horas, e outros 24,3% se mantêm conectados por oito a dez horas (Gráfico 17).

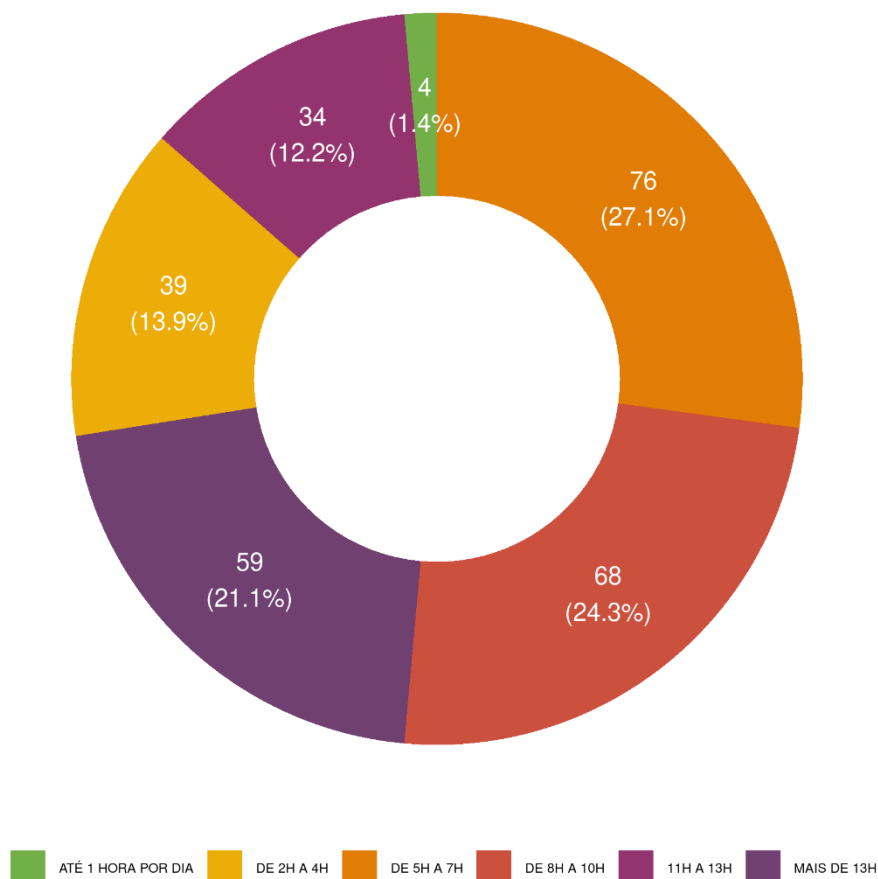
Esse resultado coincide com o da pesquisa com jovens do Sul do país (NUPESAL, 2015, 2016), que passavam, em média, nove horas *on-line* por dia: 9h Porto Alegre, 9h Florianópolis e 10h Curitiba. Mas Moraes e Baquero (2018) acrescentam que é cada vez mais desafiador analisar a internet exclusivamente, considerando que esta também permite o acesso a outros meios de comunicação, como a televisão, o que também a potencializa como principal opção de acesso pelos jovens.

Assim, normas e valores tradicionalmente propagados pela televisão se entrelaçam com os oriundos das “novas formas de sociabilidade e constituição de identidades coletivas propiciadas pela internet” (MORAIS; BAQUERO, 2018, p. 51). Acrescentamos ainda o uso para acesso a mídias mais cobiçadas recentemente, como *podcasts*, serviços de *streaming*, como *Netflix*, *Amazon*, entre outros.

¹⁹⁸ Um exemplo de pesquisa que mensura o uso da internet por horas diárias é a “Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina/UFRGS (NUPESAL, 2015, 2016), que ouviu jovens de Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Curitiba (PR).

Gráfico 17 – Frequência de uso diário

4.7 Quantas HORAS POR DIA você costuma usar a Internet? (pense em uma média)



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

A pesquisa também revela o que os jovens priorizam quando estão conectados. A partir da escala *não uso*, *uso pouco*, *uso*, *uso muito* e *uso sempre*, as respostas indicaram que a finalidade de uso mais frequente é para estudar (86% *usam sempre* ou *usam muito* para este fim), seguida de informação (notícias, busca de emprego, vídeos e outros conteúdos), com 85%, e para se comunicar com amigos, familiares, colegas (80%), como mostra o Gráfico 18.

Este resultado está alinhado com os dados da pesquisa TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021) em relação às três principais atividades realizadas *on-line* pelos brasileiros, no entanto, com percentuais bem diferentes. No estudo nacional, atividades ou pesquisas escolares aparecem como o principal da lista, assim como encontrado entre os jovens de Salvador, porém esta é a prioridade para apenas 45% da população brasileira.

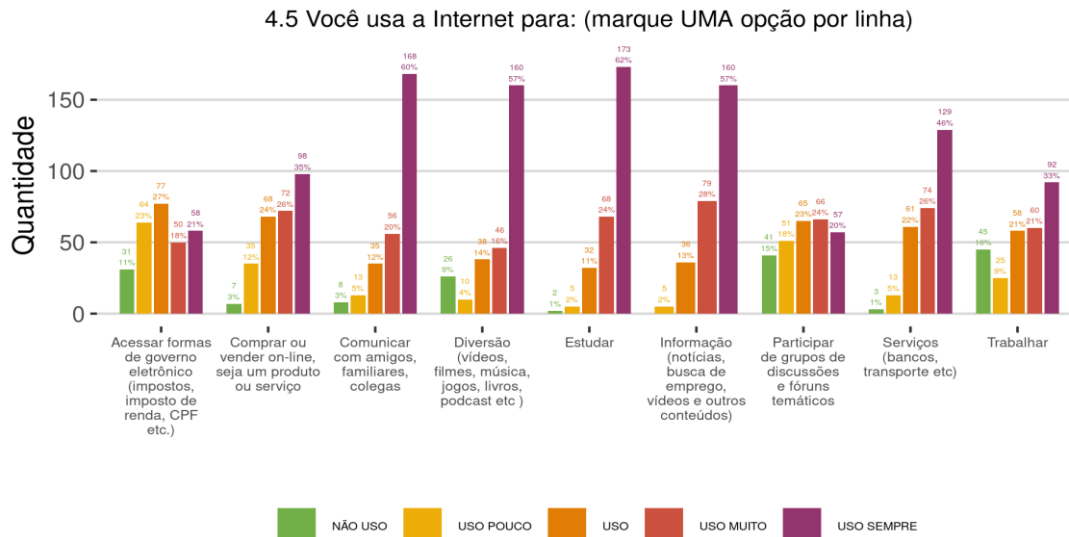
As atividades de comunicação também aparecem entre as mais realizadas no país, algo que ocorreu em toda a série histórica da pesquisa nacional, porém, em 2020, com maiores proporções entre usuários de 16 a 44 anos.

A expansão do uso do celular para acesso à rede e a oferta de aplicativos específicos para *smartphones* ampliaram as possibilidades de comunicação *on-line*. Em 2020, cerca de 142 milhões de brasileiros se comunicaram por meio de troca de mensagens instantâneas, o equivalente a 93% dos usuários de Internet com dez anos ou mais (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 81).

Em termos de busca de informação, a TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021) constatou crescimento na procura por conteúdos relacionados à saúde ou a serviços de saúde. Para os pesquisadores González, Morais e Bernardi (2020, p. 8),

sem dúvida, neste contexto não se pode negar o papel de informar da internet, constituindo-se um aspecto positivo, visto que o advento tecnológico permite ao cidadão se informar sobre os acontecimentos em todos os níveis, 24 horas por dia, seja via TV ou acessando a internet.

Gráfico 18 – Finalidade de uso



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

As opções de mídias e plataformas são cada vez mais numerosas, e algumas lideram o *ranking* na preferência dos jovens. Conhecer quais são as prediletas deste público traz sinais sobre as competências infocomunicacionais mais demandadas pelos jovens desta pesquisa, uma

vez que cada uma delas requisita competências operacionais com particularidades próprias; podem ser úteis para buscar e checar informações, por exemplo; e mesmo para estabelecer processos comunicacionais.

Assim, segundo os entrevistados, as mídias e serviços mais populares atualmente (*uso sempre e uso muito*) são o Instagram (81%), logo depois o WhatsApp/Telegram, 72%, e Netflix/Amazon Prime etc. (70%). Entre as opções que os jovens *não usam* ou *usam pouco* aparecem rádio (73%), jornais e revistas impressos (68%), TV por assinatura (66%) e Tik Tok (66%), retratadas no Gráfico 19.

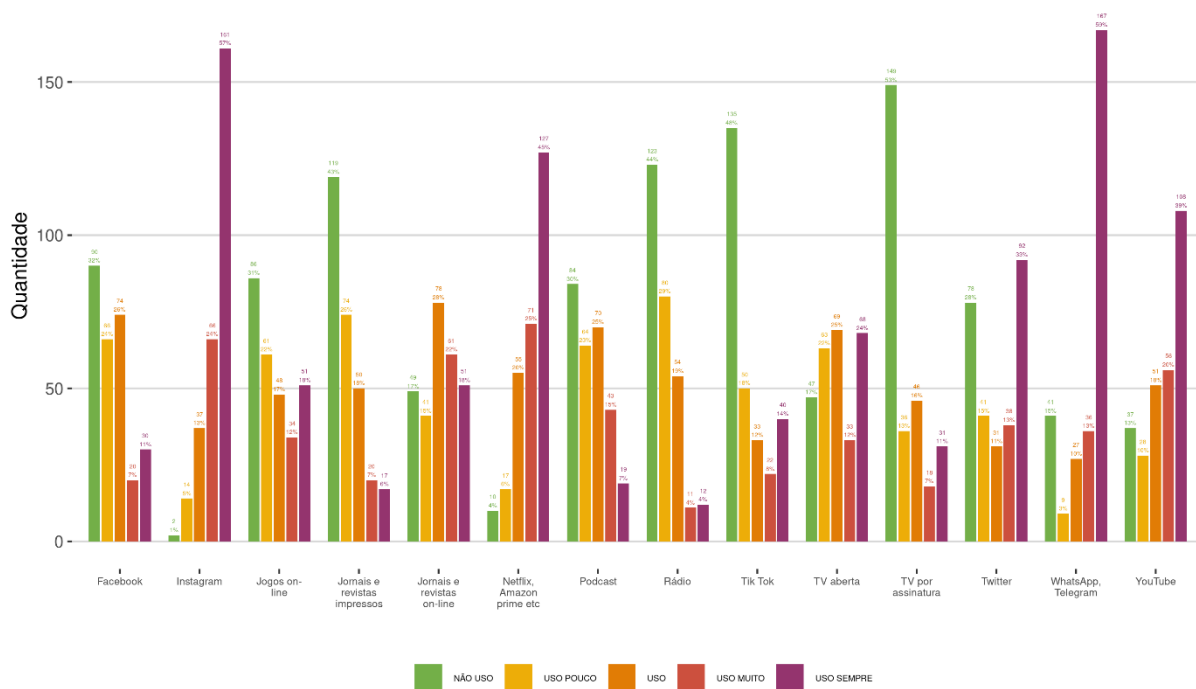
No capítulo 7, sobre os resultados da pesquisa relacionados à participação política dos jovens (p. 249), a opção WhatsApp/Telegram volta a surgir entre os maiores percentuais, porém enquanto fonte não confiável de informação sobre política: 64% das indicações para *nada confiável* ou *raramente*. Em contrapartida, os maiores percentuais de confiança são atribuídos aos jornais e revistas impressas, *podcasts* e portais de notícias *on-line*.

Nas entrevistas qualitativas, uma das jovens ouvidas comentou sobre as mídias consideradas mais confiáveis.

“Eu também concordei que os jornais impressos são mais seguros porque eu acho que ali tem um bom trabalho dos jornalistas, de checagem de fontes. [...] os portais de notícias on-line só se a pessoa souber pesquisar, se souber chegar a um local seguro.” (JOVEM 8)

Gráfico 19 – Frequência de uso das mídias

4.6 Qual seu nível de uso das mídias abaixo?



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Os resultados apresentados até aqui revelam o tipo de dispositivo mais usado, qualidade da conectividade, local de acesso, finalidade e frequência de uso dos recursos digitais, que nos ajudam a identificar as potencialidades e limitações para o desenvolvimento e fortalecimento das competências infocomunicacionais.

Estudiosos defendem que o celular como dispositivo de conexão digital ajudou a popularizar o acesso à internet, mas, por outro lado, impôs restrições em termos de possibilidades de desenvolvimento de competências e conhecimentos. Estudos indicam os computadores de mesa e *notebooks* como os equipamentos com condições “mais adequadas para o aprendizado a distância, além de meios mais importantes para o acompanhamento e a continuidade dos estudos. Estudantes que fazem uso do celular para estudar têm menor desempenho acadêmico (Felisoni & Godoi, 2018; Lepp, Barkley, & Karpinski, 2015)” (SOUSA; VENTURINI, 2021, p. 121).

O uso apenas do celular para navegar impõe outras restrições: “[...] o acesso exclusivo pelo telefone celular, o tipo de plano e a ausência de habilidades digitais afetam a capacidade

dos usuários de internet de verificar a veracidade ou a qualidade da informação buscada, encontrada ou recebida” (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 83).

A restrição à internet de qualidade, acrescenta o estudo, pode contribuir para os usuários viverem nas chamadas bolhas de filtro ou câmaras de eco. Advertimos, todavia, que essa é apenas uma das possíveis causas. O uso ético e responsável da internet ainda exigirá esforços multidimensionais, por ser uma questão complexa e que exige ampliação e aprofundamento dos estudos (GALHARDI; FREIRE; MINAYO; FAGUNDES, 2020).

Como alerta Evangelista (2021), o estudioso das implicações políticas e sociais do progresso digital Evgeny Morozov já advertia para o risco do chamado “solucionismo tecnológico”, ou seja, a tendência de simplificar processos sociais complexos, com múltiplas determinações, como se a solução estivesse na mais avançada tecnologia digital.

Todavia, a TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR/NIC.BR, 2021) evidencia que desafios para a inclusão digital no Brasil perpassam o acesso, a qualidade da conexão, dispositivos apropriados, que permitam o desenvolvimento de habilidades para uma melhor apropriação das TIC, especialmente, as populações mais vulneráveis. “Além do uso mais amplo da rede, o que resulta em mais benefícios tangíveis, há evidências de que o acesso à internet por múltiplos dispositivos permite aos indivíduos desenvolver habilidades digitais mais sofisticadas do que o uso exclusivo pelo celular” (CORREA; PAVEZB; CONTRERAS, 2020 apud CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 75).

Por conseguinte, podemos dizer que os impactos tanto são de ordem operacional quanto alcançam as competências em informação e em comunicação. Ou seja, ao manipular menos dispositivos e recursos digitais, há uma diminuição das chances de desenvolvimento de competências em informação, uma vez que o exercício, por exemplo, de apurar a veracidade de um dado pode ficar comprometido.

Da mesma forma, as possibilidades de interagir em uma sala de debate acadêmico ou político, por exemplo, ficam comprometidas quando o jovem tenta dialogar via uma sala de *Zoom* ou *Moodle* e não consegue porque o celular não comporta aquela chamada ou a conexão se perde, prejudicando o desenvolvimento de competências em comunicação.

A competência operacional, por sua vez, também é comprometida quando o jovem não tem acesso a dispositivos diversificados e adequados, não dispõe de conexão de qualidade e nem tem a oportunidade de aprender e vivenciar os recursos e ambientes digitais. Como

consequência, ante condições precárias ou insuficientes, as demais competências (em informação e em comunicação) também são afetadas.

Embora garantir a competência operacional não necessariamente assegure as demais, sem ela, as possibilidades de aprimorar as outras são substancialmente reduzidas. Por essa razão, considera-se a competência operacional transversal entre as competências em informação e em comunicação, assim como há relação direta com o direito à internet de qualidade e seu uso crítico e ético.

Formas de aprendizagens

Além de analisar como os jovens estão se apropriando das competências infocomunicacionais, também investigamos como tentam aprimorá-las. Assim, buscamos identificar os recursos a que esse público recorre para aprender a melhorar a capacidade de se informar e se comunicar pela internet.

Os dados demonstram que, no geral, os jovens priorizam filmes e documentários (26,3%), seguidos de videoaulas de conteúdos específicos – pelo YouTube, por exemplo (25,9%), como mostra o Gráfico 20. Além de outras opções listadas como alternativas de respostas, os participantes acrescentaram como outros recursos para aprendizagem: “pesquisas em geral, comparando fontes e dados”, “roda de conversa com amigos, grupo de pesquisa”, “pessoas que são referência pra mim”, “pergunto para pessoas estudadas”.

Indicaram ainda “jornais digitais”, “sites jornalísticos”, “sites, redes sociais”, “blogs de notícias de política”, “fóruns especializados”, “Instagram”, “podcasts”, “produções educacionais”, “faço cursos e consumo conteúdos educativos e de entretenimento em inglês a fim de aprender essa língua” e “curso de formação política da Unidade Popular (partido político)”.

Dois jovens mencionaram também: “música, textos e artigos de conteúdos específicos, relatos pessoais e vídeos de *youtubers* que conversam com minha ética e minha vivência” e “apesar de saber que não é um meio confiável, opto por seguir *influencers* que têm responsabilidade no conteúdo que produzem, dessa forma acabo adquirindo conhecimentos a partir deles, filtrando as informações sempre que possível”.

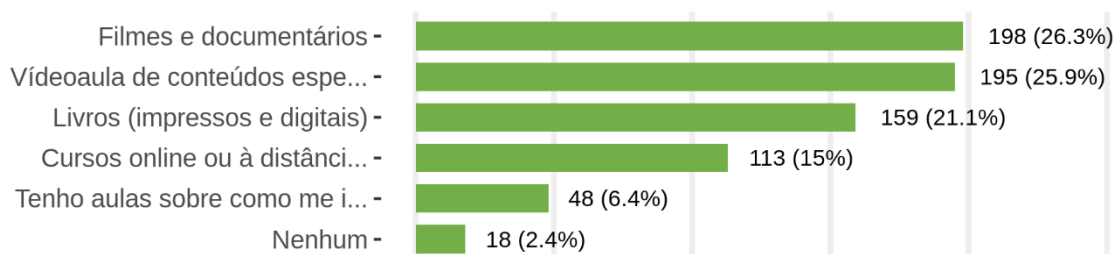
Essas duas últimas respostas sublinham, mais enfaticamente, a necessidade de se trabalhar com os jovens a avaliação crítica das fontes e da qualidade das informações, que estão

mais relacionadas às competências em informação, mas que acabam também resvalando na capacidade de dialogar e argumentar (competências em comunicação) a partir de subsídios verossímeis e éticos. Defendem os especialistas do Cetic.br que:

Mesmo entre a população com acesso à internet, uma parcela importante pode não dispor do conhecimento ou das habilidades necessárias para usar as tecnologias com eficiência; aliás, boa parte da população tem utilizado essas novas ferramentas pela primeira vez. Nesse sentido, o avanço no letramento digital da população é de fundamental importância para obter resultados nesse cenário (CETIC.BR/NIC.BR, 2021, p. 14).

Apesar de estarmos em acordo com o Cetic.br/NIC.BR, compreendemos o letramento digital mencionado como competências infocomunicacionais. A opção por este conceito está relacionada ao esforço permanente dos estudos do comportamento infocomunicacional, que busca contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que sejam cada vez mais comprometidas com o uso ético, crítico e conectado com os princípios democráticos. Portanto, interessa às competências infocomunicacionais tanto a relação dos indivíduos com os conteúdos e informações na rede quanto com as pessoas, ou seja, a comunicação que está sendo estabelecida.

Gráfico 20 – Recursos para aprendizagem



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Outra variável sobre aprendizagem buscou saber com quem o jovem costuma aprender sobre como se informar e se comunicar na internet. O maior percentual, 73%, afirmou aprender (*sempre e muitas vezes*) pesquisando sozinho, seguido por com professores na escola ou na universidade, com 59%, e com outros jovens, 52% (Gráfico 21).

Na pesquisa qualitativa, alguns jovens entrevistados confirmam a tendência de busca do aprendizado sozinho, em primeira instância, e a percepção de que “a rua” oferece mais oportunidade de aprendizado do que a escola.

“Realmente, aprendi muitas coisas mais na rua do que, infelizmente, na escola, sinceramente e honestamente. Falo rua pra dizer que aprendo com meus amigos, pessoas que nem são minhas amigas, com as experiências que a gente ouve, que a gente fica: caramba, se eu fizer isso vai dar no mesmo caminho, entende? Porque são situações assim, tipo, que muitas vezes a escola não fala, os pais não falam, a depender da família. Eu conheço famílias que são bem mais aberta do que a minha, eu tenho admiração, mas eu não tive essa sorte, então muita coisa eu aprendi ouvindo de pessoas.” (JOVEM 9)

Esse resultado notabiliza as duas formas de aprendizagem recorridas pelos jovens: a formal - via escola/universidade - e a informal - autodidata e em pares (com outros jovens), por exemplo, além de estar relacionado à *metaliteracy*, que é a capacidade de reflexão sobre o próprio processo de aprendizagem. Em relação aos espaços formais da escola e da universidade, Pretto *et al.* (2021, p. 233) defendem ambos como

[...] lócus de socialização e de cidadania, constituindo-se em ambientes privilegiados para inserção na cultura da comunicação em contexto digital. O direito à educação e à comunicação são universais e intimamente relacionados. Dessa maneira, a escola e a universidade são locais primordiais e os mais adequados para instalar uma infraestrutura tecnológica digital com conexão de qualidade, que proporcione aos jovens a interação e o aprendizado com os elementos e processos comunicacionais da cultura digital.

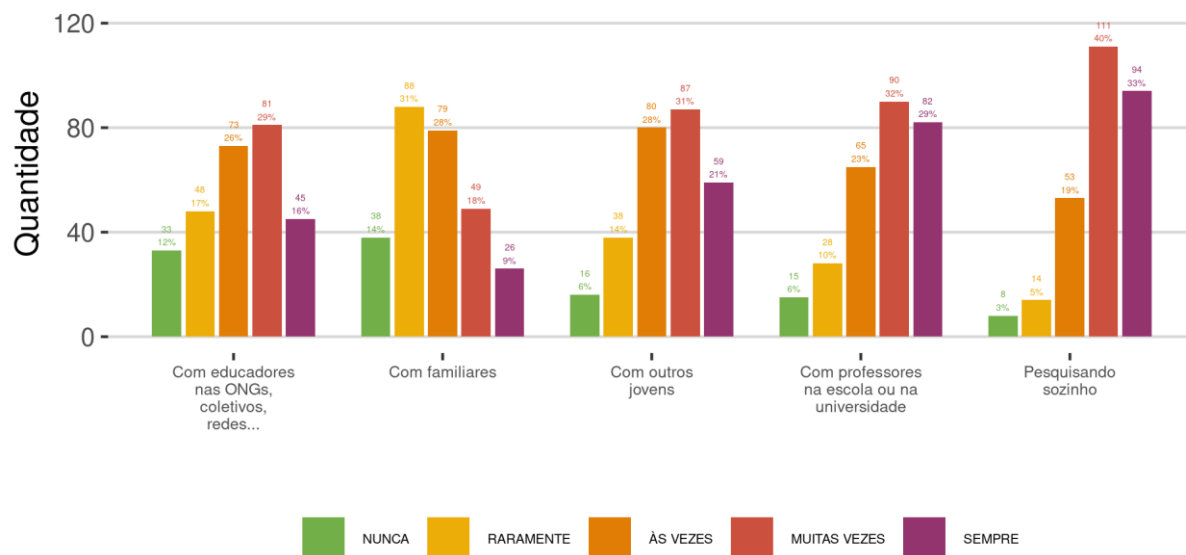
São esses espaços, dizem, que podem preparar os jovens “para uma atuação cidadã crítica e criativa, pautada em valores democráticos e no fortalecimento dos direitos humanos” (PRETTO *et al.*, 2021, p. 225). Em paralelo, os jovens também buscam meios informais para aprender. E não apenas os de Salvador. A pesquisa nacional Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (CONJUVE, 2020) também apontou que 85% dos entrevistados recorrem a formas de aprendizado por conta própria.

Essa maneira de aprender informalmente é uma das características da alfabetização transmídia (SCOLARI, 2016), intensificada nos últimos dez anos no Brasil, em função dos ambientes e recursos digitais. Os jovens, segundo a teoria do conectivismo, recorrem à própria rede de aprendizagem, retroalimentando o acesso a novas informações e gerando novos conhecimentos (SIEMENS, 2010).

O’Brien *et al.* (2017) entendem que os ambientes digitais geram para os jovens oportunidades de construir sentido a partir de vários recursos, ampliando as opções de recursos disponíveis para a educação formal e também informal. Como ressalta Scolari (2016), a ideia é reconhecer as complementariedades dos processos formativos.

Gráfico 21 – Aprendizagem

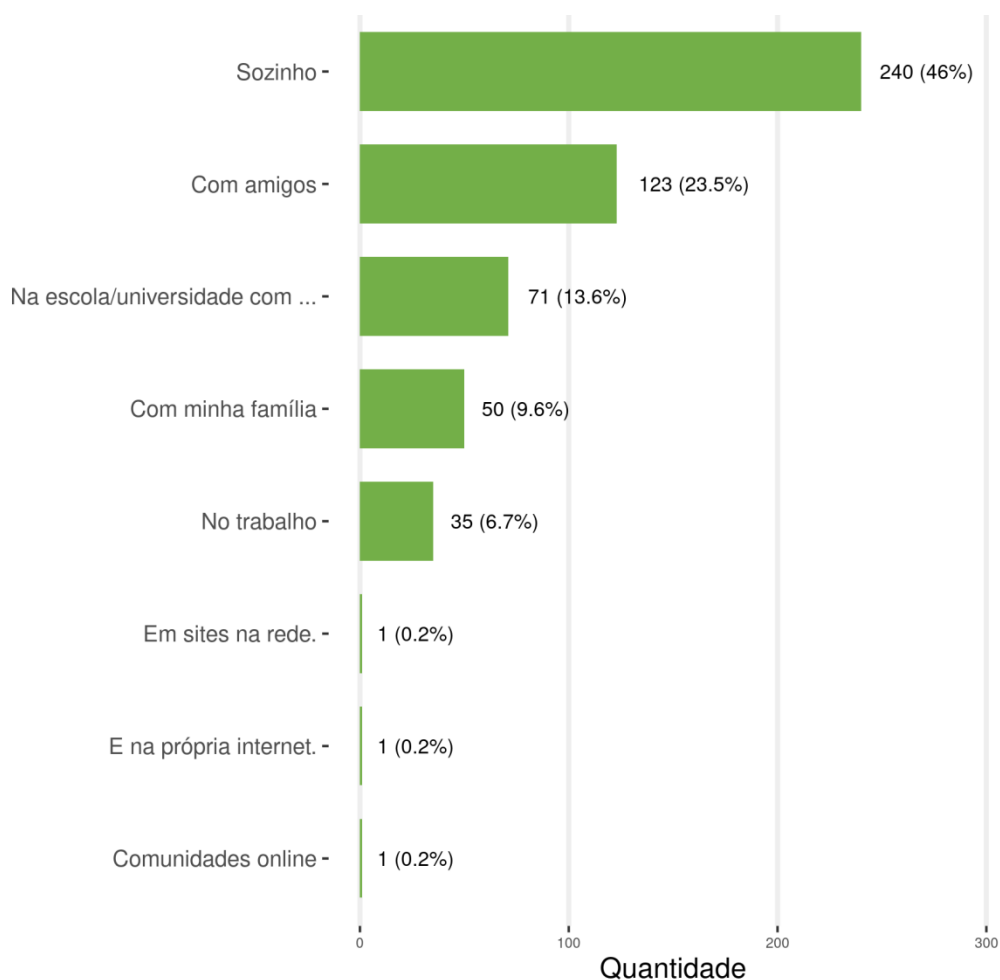
2.8 De um modo geral, você costuma aprender sobre como se informar e se comunicar na Internet com as pessoas abaixo?



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Indagou-se ainda sobre aprendizagem específica em relação ao uso dos recursos da internet. A proposta foi saber como os jovens procuram qualificar o uso da internet. De novo, a maioria dos jovens apontou que aprende sozinho (46%), em seguida por amigos (23,6%). A escola/universidade, dessa vez, recebeu menos de 14% das indicações (Gráfico 22).

Gráfico 22 -- Formas de Aprendizagem



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Na fase qualitativa, os depoimentos dos jovens ajudaram a traduzir os resultados apresentados no gráfico:

“Quando a gente quer algo, tipo por exemplo, aprender uma ferramenta, a gente vai pesquisar, ver vídeos no YouTube.” (JOVEM 2)

“A gente se ouve muito, se escuta muito, muitos jovens conseguem trocar entre si, conversando sobre, com mais facilidade do que com a família.” (JOVEM 3)

Embora os jovens destaquem o aprendizado mais individual, eles revelam que gostariam de ter mais oportunidades nas escolas/universidades. Queixaram-se da falta de conexão de qualidade em ambientes educacionais, de equipamentos e dispositivos, com condições

apropriadas para todos, e também reivindicaram uma educação mais conectada com os interesses dos estudantes.

“Hoje em dia, a internet é a vida de todo mundo, é como se fosse uma parte do corpo da pessoa. Óbvio, tinha que ter esse assunto na escola. [...] A escola é o melhor lugar para você ter o espaço para formar sua opinião, ter acesso à informação correta e, a partir dali, você conseguir formar sua opinião.” (JOVEM 8)

“Acho que precisamos ter uma educação que inclua nossa realidade. Educação de qualidade que a gente não veja a escola como um lugar de depositar a criança para receber algum tipo de benefício, que é importante, mas que não pode ser só isso. A criança, o jovem, o adolescente... para que a escola seja o instrumento para ele conseguir enxergar outras realidades e se enxergar.” (JOVEM 3)

“Os jovens acessam mais informações e mais internet, mas não quer dizer que a pessoa está gerando conhecimento. Tem gente que vai passar 20 horas por dia no celular ou no computador e não vai gerar nenhum conhecimento. Essa pessoa não foi preparada para lidar com essa ferramenta, então a pessoa não tem uma formação, uma educação que é crítica.” (JOVEM 7)

Os jovens, portanto, mencionam o desejo de uma educação mais crítica e libertadora, como defendeu Paulo Freire (1986), e com recursos e conhecimentos tecnológicos que respondam às demandas da atualidade. E apontam fragilidades na infraestrutura escolar e na condução da relação de ensino-aprendizagem disponibilizada para eles.

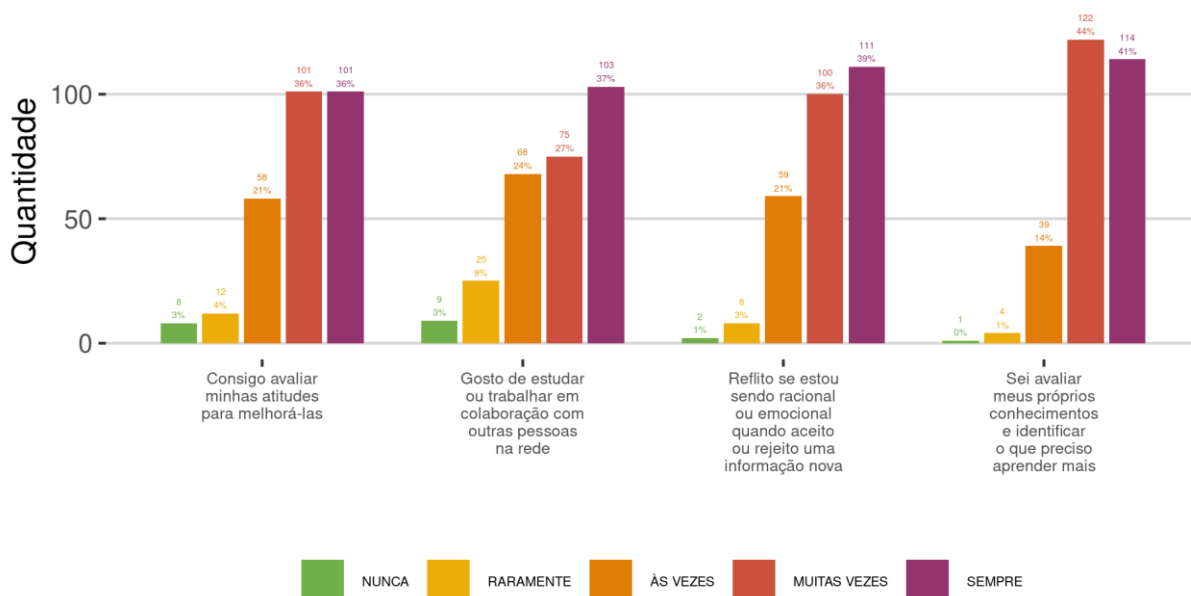
Por fim, uma das discussões atuais relacionadas às competências infocomunicacionais inclui o conceito de *metaliteracy* (MACKEY; JACOBSON, 2011), que entende o indivíduo como capaz de reger o próprio aprendizado, estabelecendo conexões entre os conteúdos e refletindo sobre o próprio pensamento, atitudes e o processo do aprender.

A pesquisa então incluiu essa variável, e a maioria dos entrevistados, 72%, afirma que consegue *sempre* ou *muitas vezes* avaliar as próprias atitudes para melhorá-las. Sobre a capacidade de refletir se está sendo racional ou emocional quando aceita ou rejeita uma informação nova, 76% se reconhecem como capazes *sempre* ou *muitas vezes* (Gráfico 23).

Em relação aos próprios conhecimentos, 85% asseguram saber avaliá-los *sempre* ou *muitas vezes* e identificar o que precisam aprender mais. Sobre estudar ou trabalhar de modo colaborativo, 64% responderam que gostam *sempre* ou *muitas vezes*. Esses resultados podem evidenciar uma propensão desse público a superestimar as próprias competências.

Gráfico 23 — *Metaliteracy*

2.6 Leia as frases a seguir e marque UMA opção por linha



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

O questionário *on-line*, como já dito, foi construído com o intuito de os jovens avaliarem suas competências a partir de seu próprio ponto de vista. De um modo geral, evidenciamos uma autoavaliação muito positiva em termos de competências infocomunicacionais e aprendizagem, o que pode estar relacionado ao efeito Dunning-Kruger (KRUGER; DUNNING, 1999), que, de certa forma, revela a fragilidade da *metaliteracy* nos jovens entrevistados.

Segundo o efeito Dunning-Kruger, o indivíduo superestima a própria habilidade real, reduzindo sua capacidade de pensar criticamente sobre as próprias limitações e como superá-las, assim como pode tomar decisões equivocadas baseadas na supervalorização de um conhecimento que acha, erroneamente, que tem. Desse modo, reconhecemos como fundamental o aprofundamento dos estudos das competências infocomunicacionais com os jovens.

Nas entrevistas qualitativas, alguns jovens reforçaram que costumam fazer uma avaliação do próprio processo formativo, enquanto outros reconheceram a dificuldade da autocrítica:

“Eu gosto de estudar e analisar o que está faltando estudar mais, e costumo fazer isso sozinha. Meu pai é de esquerda e ele dizia, desde quando eu era criança, que para ser de esquerda, a pessoa tem que ser inteligente, porque as pessoas vão estar sempre questionando o que está falando então, se você não estudar, não vai conseguir manter o seu argumento. Então desde

pequena isso fica em minha cabeça. Quando aparece alguma coisa nova, quero me inteirar super rápido para não ser pega de surpresa.” (JOVEM 7)

“Pode ser que eles (os jovens da pesquisa) achem que estão sendo verdadeiros, mas pode não ser aquilo de fato.” (JOVEM 5)

“Acho que as pessoas não são totalmente honestas quando falam sobre elas mesmo. [...] As pessoas não dizem 100% o que elas fazem realmente, elas falam o que as outras querem saber ou que elas querem que as pessoas saibam.” (JOVEM 6)

Como demonstrado, os resultados de nossa pesquisa evidenciaram uma autoavaliação generosa dos jovens sobre si mesmos, embora alguns se mostrem críticos com relação a essa capacidade de julgamento: “Acho que é uma falsa percepção de si mesmo”, diz uma das jovens entrevistadas, e há quem duvide da franqueza dos participantes, como já mostrado.

Também existe a possibilidade de pouca compreensão sobre o que são as competências infocomunicacionais, alerta outro jovem:

“Pode rolar essa coisa de superestimar esse conhecimento, talvez porque a gente não tem tantas informações sobre o que seriam, integralmente, essas competências infocomunicacionais. Às vezes porque a gente sabe usar essas ferramentas muito bem, com todas as manhas para usar o Instagram, o YouTube e tal, e talvez, em alguns momentos, a gente possa confundir as competências do uso das ferramentas com a competência de avaliar conteúdo, as questões legais também. Acho que pela própria autoestima mesmo, tipo assim, hoje em dia, por ser jovem já é considerado nativos digitais, como se a gente já nascesse jogando duro com tudo da internet, ne? E nem sempre é assim. Acho que rolam essas coisas de saber usar ferramentas, talvez todos os jovens têm muita competência nesse sentido, mas na hora de avaliar, enfim construir, é outra coisa.” (JOVEM 4)

Este comentário do jovem é um ponto de alerta importante sobre possíveis incompreensões sobre as diferenças e complementariedades entre as competências operacionais, as competências em informação e em comunicação que incluem as habilidades relacionadas ao uso de dispositivos, recursos e funções, por exemplo, mas são, sobretudo, da ordem da criticidade e do propósito ao usufruir as tecnologias e ambientes digitais.

Portanto, todo o exposto reforça a relevância de se trabalhar com os jovens as competências infocomunicacionais, tanto em suas nuances, particularidades e interdependências. Do mesmo modo, a *metaliteracy* (que trata da autocrítica, reflexão e tomada de atitude) torna-se cada vez mais necessária, como um ideal a ser perseguido, continuamente. E é em ambientes de educação crítica que as chances desse desenvolvimento aumentam, uma

vez que passa a ser um objetivo a ser estimulado, incessantemente, nos processos de aprendizagem.

Por essa razão, faz todo o sentido essa conexão entre a *metaliteracy* e as competências infocomunicacionais, que também pressupõem processos permanentes de despertar e exercício de novos e aprofundados conhecimentos, habilidades e atitudes responsáveis e éticas, individuais e coletivas.

6.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

De um modo geral, a percepção dos jovens sobre as próprias competências infocomunicacionais é positiva, com níveis mais altos na autoavaliação sobre as competências em informação (acima de 70%). Esse público costuma ficar *on-line* por uma média de cinco a dez horas por dia, movimentando a rede com mais conteúdos de terceiros do que com produção autoral (apenas 34% dizem postar conteúdo que produziu).

Ao acessar o que encontra *on-line*, a maioria se diz atenta às *fake news*, entende que estas influenciam a política e se considera apta a checar as informações, embora 14% afirmem que disseminam, conscientemente, conteúdos falsos e tendenciosos, *sempre, às vezes ou raramente*. Diante das competências em comunicação, a compreensão dos entrevistados sobre suas habilidades é também favorável, embora com menores percentuais (média de 60%) em comparação com as competências em informação.

Os jovens afirmam adequar o conteúdo aos destinatários e dizem avaliar os riscos antes de postar algo. No entanto, demonstram uma maior insegurança para expressar ideias na rede, o que pode ser uma das razões para os entrevistados preferirem divulgar o que já encontram *on-line*.

Esses resultados demonstram que há uma lacuna de aprendizagem para os jovens de Salvador em termos de competências infocomunicacionais, com maior ênfase nos conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas às competências em comunicação. O que reforça as evidências já demonstradas no capítulo teórico sobre o tema, no qual evidenciamos que tanto a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) quanto os cursos disponíveis que tratam de competências infocomunicacionais têm mantido foco prioritário nas competências em informação.

Em relação às competências operacionais, chama a atenção o fato de 94% do público entrevistado usar o celular/*smartphone* para navegar na rede, com cerca de 20% deles usando tipos de conexão insuficientes que os impedem de fazer tudo que gostariam, como estudar, informar-se e comunicar-se, apontadas como as principais atividades realizadas quando estão conectados.

Esse público com conexão insuficiente também é o mais atingido por outras desigualdades socioeconômicas verificadas em nossa pesquisa e que foram acentuadas durante a pandemia. As assimetrias impactam no acesso e na qualidade do uso e no desenvolvimento das competências infocomunicacionais (operacionais, em informação e em comunicação). Afetam inclusive a capacidade dos usuários de checar a qualidade dos conteúdos, uma vez que os estudos mostram a relação entre déficit de habilidades e restrição de dispositivos, conexão e aprendizagem.

Os entrevistados dizem aprender, principalmente, sozinhos, além de apontar como referências “professores na escola ou na universidade” e “outros jovens”. Esse resultado evidencia, portanto, que as formas de aprendizagem dos jovens se dão pela via formal (escola/universidade) e informal (por conta própria ou em pares), reforçando a complementaridade dos processos formativos (SCOLARI, 2016).

Outro destaque é a alta estimativa de saber avaliar as próprias atitudes para apurar o aprendizado; para identificar a razão de rejeitar uma informação e para mapear novas necessidades de conhecimentos: 72%; 75%; 85%, respectivamente. Essa percepção de si muito positiva pode ser indício do efeito Dunning-Kruger, no qual o indivíduo superestima a própria habilidade real.

Esses resultados convocam investigações mais aprofundadas, sobretudo porque os jovens podem estar perdendo oportunidades de trabalhar possíveis limitações em termos de competências infocomunicacionais e agindo, conscientemente ou não, para alimentar a maré de desinformação ou mesmo comprometendo seu potencial de tomada de decisões justas.

O próximo capítulo foca nos resultados relacionados à participação política dos entrevistados, e também incluímos o mesmo exercício de análise descritiva e multivariada para aprofundarmos a interpretação dos achados e inferências possíveis a partir das revelações dos dados quantitativos, acrescidos das entrevistas semiestruturadas.

*Dentro do rolê!*¹⁹⁹

7 JOVENS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA HÍBRIDA

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa relacionados à participação política dos jovens da capital baiana que se interessam por política, comparando as modalidades *on-line* e *off-line*, conforme o segundo objetivo específico da pesquisa: Comparar padrões de participação política (*on-line* e *off-line*) entre jovens de Salvador.

Essa compreensão será fundamental para avançarmos para o terceiro e último capítulo desta investigação sobre a relação entre competências infocomunicacionais e participação política (*on-line* e *off-line*) dos jovens de Salvador, objetivo geral da tese. Vale reiterar que apenas os jovens que demonstraram interesse por política responderam ao questionário *on-line*. Esse recorte foi garantido por uma das perguntas do filtro inicial da coleta de dados.

Outro conjunto de perguntas do instrumento permitiu aprofundar o conhecimento sobre a relação dos jovens com a política. Uma delas buscou identificar o nível de motivação dos entrevistados para o tema. Assim, a partir de uma escala de cinco níveis de interesse (*extremamente pouco, pouco, nem pouco nem muito, muito e extremamente muito*), a maioria dos entrevistados (61,8%) indicou alto interesse (*muito* ou *extremamente muito*), apresentado na Tabela 13.

Como destaca Vita (2004, p. 117), o interesse por política é um dos motores para a participação ocorrer, ou seja: “[...] O mais provável é que só estejam motivados a isso aqueles que têm preferências intensas sobre determinadas áreas da política pública”, comenta o autor referindo-se à disposição do indivíduo de se integrar ao debate de natureza política.

Pesquisas mostram que, normalmente, os níveis de interesse dos jovens por política são tímidos, com uma média abaixo de 20% (MORAIS, 2017). “Com estes dados, novamente se reforça a importância do engajamento político e de como participar é também educador, visto que aproxima o jovem da política e o incentiva na construção de valores democráticos enquanto cidadãos” (MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021, p. 22).

¹⁹⁹ Expressão popular entre jovens de Salvador para, por exemplo, afirmar que participará de um ato de engajamento, manifestação, mobilização, participação etc (2022).

Tabela 13 – Nível de interesse por política

Variáveis	N = 280
Nível de interesse por política, n (%)	
extremamente pouco	12 (4)
pouco	16 (6)
nem pouco nem muito	79 (28)
muito	126 (45)
extremamente muito	47 (17)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Por conta do contexto de pandemia, considerou-se importante também saber se houve algum impacto dessa situação sanitária grave sobre o interesse dos jovens por política. O objetivo foi entender se a pandemia fez o tema política se tornar mais expressivo ou não para o público participante. Apenas para lembrar, quando a coleta dos dados foi realizada, o Brasil vivia quase um ano de quarentena.

Como resultado, a maioria dos entrevistados (47,1%) assegurou que “sim, aumentou” o interesse por política. Para 39,6%, não mudou, o interesse continuou o mesmo de antes da pandemia. Apenas 13,2% consideraram que não, diminuiu o interesse (Tabela 14).

Tabela 14 – Pandemia e interesse por política

Variáveis	N = 280
Pandemia e Interesse por política, n (%)	
não, diminuiu	37 (13)
não mudou. continuou com o mesmo interesse de antes da pandemia	111 (40)
sim, aumentou	132 (47)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Ainda mantendo a atenção no contexto de isolamento social por conta da Covid-19, a pesquisa quis saber a perspectiva dos jovens para o pós-pandemia. Os dados revelam que a pandemia causou preocupação para um percentual expressivo dos jovens: 43,2% se declararam

pessimistas e muito pessimistas em relação ao futuro. Os que se mantiveram neutros somaram 35%, enquanto os esperançosos, 21,8% (*otimistas e muito otimistas*), como apresentado na Tabela 15.

Na pesquisa nacional Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (CONJUVE, 2021), 53% dos entrevistados garantiram estar mais atentos à política em função da pandemia. Um percentual maior, 72%, afirmou que a pandemia influenciará seu voto em 2022. Os dados de nossa pesquisa local, assim como a nacional, demonstram que o contexto, neste caso, da situação epidemiológica causada pela Covid-19, interfere nos sentimentos dos jovens e nas projeções de atitudes.

No caso dos jovens de Salvador, embora o maior percentual seja de pessimismo com o pós-pandemia, também foi maioria os que disseram ter crescido o interesse por política (47,1%) com a pandemia, o que vai ao encontro dos entrevistados nacionais que ficaram mais diligentes a partir da Covid-19 (53%). Isso reforça a possibilidade de contextos ou fatos pontuais deflagrarem ondas de participação política com tempo específico de vida (NORRIS, 2004).

Tabela 15 – Perspectiva pós-pandemia

Variáveis		N = 280
Perspectiva	pós-	
pandemia, n (%)		
muito pessimista		44 (16)
pessimista		77 (28)
nem pessimista,	nem	98 (35)
otimista		
otimista		54 (19)
muito otimista		7 (2)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Em relação ao posicionamento ideológico dos jovens de Salvador, a maioria afirmou ser de esquerda ou extrema-esquerda (61%), seguindo do centro (9,3%) e da direita e extrema-direita (6,8%). Outros 11,8% disseram não saber e 11,1% não quiseram responder, conforme Tabela 16.

Na pesquisa sobre geração Z (16 a 25 anos), apenas 32% assumiram um lado ideológico político (esquerda, direita, centro), enquanto 44% disseram não ter posição política e nem se identificaram com nenhuma das opções, e 24% disseram que não sabiam opinar, segundo Faria

(CAOScast, 2020)²⁰⁰. Segundo Baquero (2003), é comum em pesquisas no Brasil os indivíduos dizerem que não sabem ou não respondem quando a pergunta é sobre espectro ideológico.

Na pesquisa de Morais, Milanezi e Lima (2021, p. 22), constatou-se que os jovens se identificam mais com o centro. “[...] Os motivos podem ser políticos, mas pode ser por falta de um entendimento sobre a política. Visto que, por falta de entendimento, é normal que as pessoas busquem ficar no meio”. Os jovens mais participativos, por sua vez, posicionam-se mais à esquerda. Os autores, todavia, indicam a necessidade de aprofundar esse estudo.

Para o pesquisador Faria (CAOScast, 2020), a “Geração Z não é uma geração alienada, está ligada a vários movimentos sociais, mas não se identifica com os partidos. Falar em política leva para um território de desconfiança, desconforto, por isso não demonstram afinidade com política, por outro lado estão cheios de causa e posicionamentos, têm opinião sobre ‘tudo’”.

Tabela 16 – Posicionamento ideológico

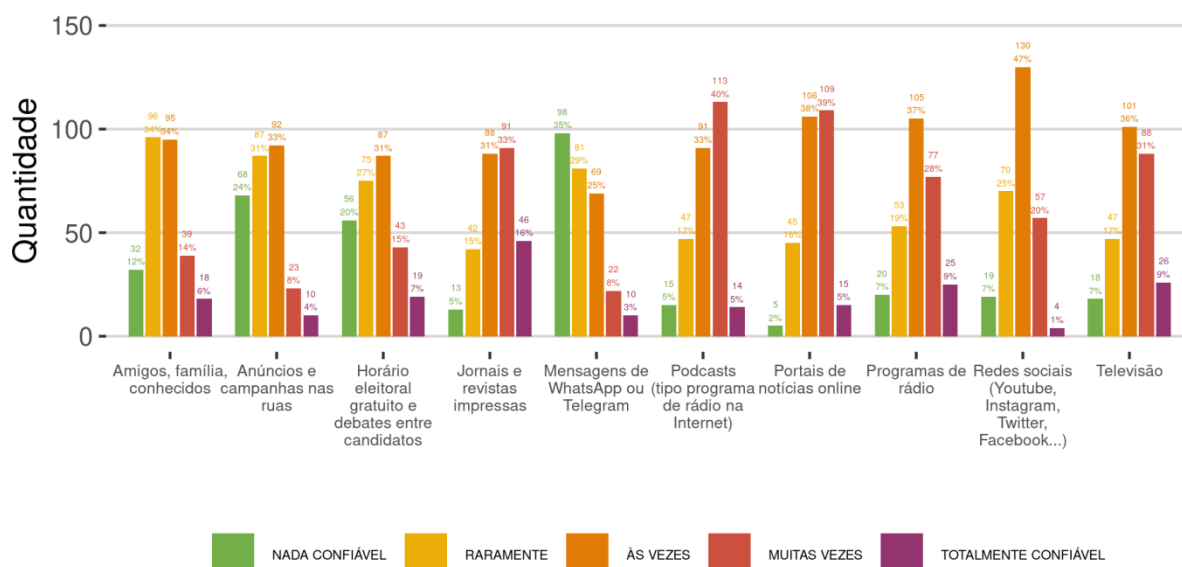
Variáveis	N = 280
Posicionamento Ideológico, n (%)	
extrema esquerda	34 (12)
esquerda	137 (49)
centro	26 (9)
direita	16 (6)
extrema direita	3 (1)
não sei	33 (12)
não quero responder	31 (11)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Outra questão de nossa pesquisa levantou como os jovens se mantêm atualizados sobre o tema política. Os entrevistados apontaram as fontes de informação a que recorrem. Com maior percentual de confiança (somando as respostas de *muitas vezes e totalmente confiável*) aparecem jornais e revistas impressas, com 49%, seguidos por *podcasts*, com 45%, e portais de notícias *on-line*, com 44% das indicações (Gráfico 24).

²⁰⁰ Entrevista em CAOScast no TAB: Política Z. *Podcast*. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/videos/2020/11/12/caoscast-no-brasil-geracao-z-se-aproxima-da-politica-com-cautela.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Gráfico 24 – Fontes de informação e política



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Interessante os entrevistados apontarem jornais e revistas impressas como as fontes de informações mais confiáveis, mesmo estando essas mídias entre as menos usadas pelos jovens. Elas aparecem na segunda opção entre as que os jovens *não usam* ou *usam pouco*. Apesar de esta pesquisa não ter investigado as razões para o não uso das mídias impressas apontadas como confiáveis pelos jovens, os motivos elencados por González, Morais e Bernardi (2020) parecem fazer sentido para a realidade socioeconômica de Salvador, embora exija uma apuração:

A alta taxa de analfabetismo e as desigualdades sociais, com uma ampla população vivendo abaixo ou próximo dos níveis de pobreza, fazem com que meios impressos de comunicação, como jornais e revistas semanais, sejam acessados por um número comparativamente menor de pessoas do que em outros países (GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020, p. 6).

Mas, a despeito do pouco ou nenhum acesso à mídia impressa devido aos aspectos educacional e econômico, os jovens disseram ainda, durante a fase qualitativa, que os veículos impressos tendem a investir no processo de checagem das informações e, por isso, confiam mais nesse tipo de mídia. Esses achados reforçam as discussões atuais em torno do fortalecimento do trabalho de mediadores de conteúdos, como as mídias jornalísticas, os meios de divulgação científica e demais fontes credíveis.

Já nas segunda e terceira posições do *ranking* de fontes confiáveis, aparecem *podcasts* e portais de notícias *on-line*. Esses resultados demonstram que os jovens também seguem

creditando confiança em opções *on-line*, apesar de existirem evidências de que nem todos os recursos digitais são críveis enquanto fontes de informação. É o que expõem os dados sobre desconfiança.

As mensagens de WhatsApp ou Telegram, com 64% das indicações, receberam votos de *nada confiável* ou *raramente*. Em seguida aparecem anúncios e campanhas de rua (55%) que integram opções de fontes de informação mais tradicionais e *off-line*, acompanhados por outra opção convencional que são o horário eleitoral gratuito e os debates entre candidatos (47%).

Outro resultado que se destaca é a rejeição a “amigos, família, conhecidos” como fonte de informação para o tema da política. Essa opção de resposta foi considerada *nada confiável* e *raramente confiável* por 46% dos jovens. Apesar de os amigos e familiares aparecerem entre as referências para aprender sobre recursos da internet, eles não o são para se informar sobre política.

Em contrapartida, amigos e familiares voltam a ser prioridade quando mencionadas as pessoas com as quais os jovens mais conversam sobre política. O ciclo social de influência sobre política é outro componente determinante para o ato participativo das pessoas, e a pesquisa revela que o jovem conversa mais sobre política com amigos (de diversas idades), opção indicada por 28,9%; com outros jovens, 25,3%, e com familiares, 22,4% (Gráfico 25).

Na pesquisa qualitativa, os jovens ouvidos trazem mais elementos para entender essa relação com a família:

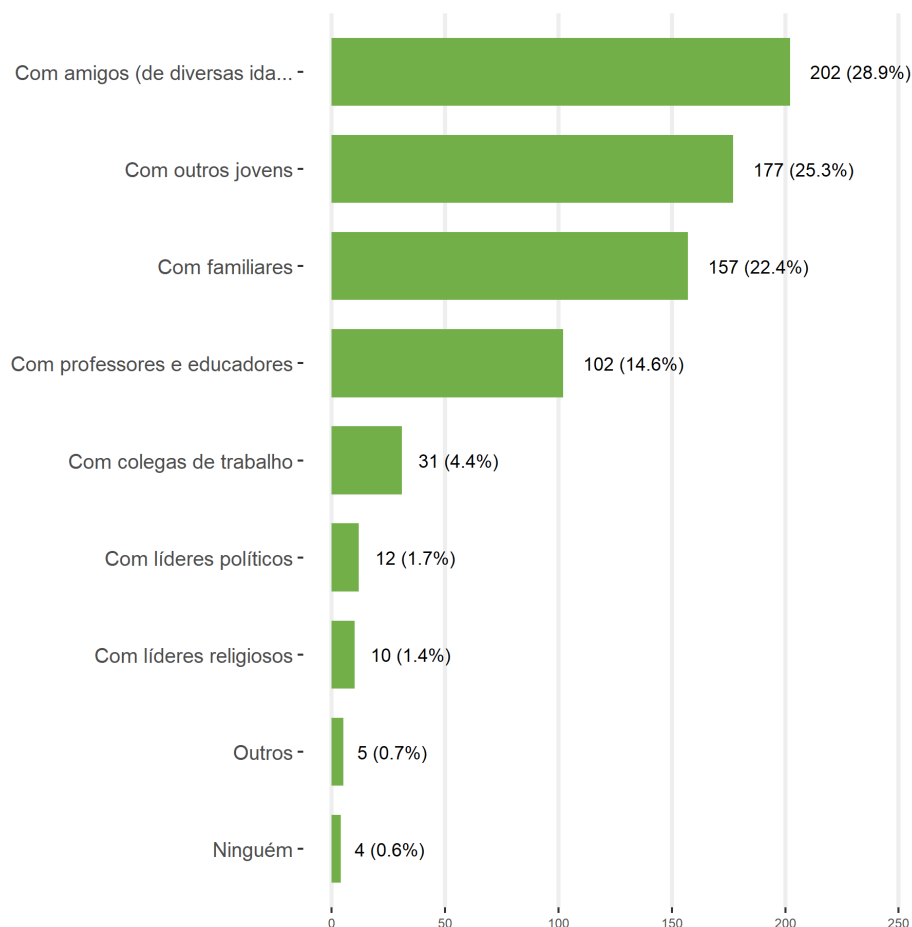
“Na minha família, que é muito grande, a maioria se deixa levar por notícias de WhatsApp. Eu não procuro informação com eles, eu procuro tirar a desinformação da cabeça deles, trazer à tona a realidade, a verdade. Se for um assunto que eu sei, eu digo o que é certo.” (JOVEM 8)

“Tem notícia que surge de uma forma desnecessária e mentirosa que às vezes eu fico chocada, sabe? Eu acho difícil evitar de uma forma total, porque tem muita gente que ganha dinheiro em cima de fake news. Acho que tem uma rede, um sistema muito forte que está sempre incentivando pessoas a tá espalhando. Meu pai e minha mãe mesmo recebem um monte de fake news por dia, é uma forma que não tem como ter controle, sabe? É complicado, se não parar para pesquisar e entender a fonte. [...] Em grupos familiares, como o meu, que é bem religioso, é complicado falar de temas como fake news. [...] Eu realmente acho mais confiável as pesquisas na internet. Sei que tem pessoas do meu convívio que falam de candidatos que eu totalmente discordo. A maioria dos meus parentes não tem consciência política. Prefiro fazer pesquisas, nem que sejam longas, para decidir realmente o que eu quero e eu passo pra eles, ouvindo ou não. Eu sou a chatona do rolê!” (JOVEM 9)

Os jovens ouvidos, portanto, mostram-se apreensivos com a proliferação de informações falsas e manipuláveis circulando entre as pessoas da família e estão se distanciando desse agente de socialização quando o assunto gira em torno da política. Nossa pesquisa não consegue evidenciar se este é um fenômeno recente, por ter sido realizada em uma única aplicação temporal (início de 2021), no entanto, podemos inferir que há relação com as *fake news* em larga escala, sobretudo, disseminadas via aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp/Telegram.

A família, portanto, parece estar perdendo espaço enquanto influenciadora da socialização política dos jovens de Salvador que asseguraram ter interesse por política, e, como explicam Moraes e Baquero (2020), há relação direta entre interesse e agentes de socialização. Essa constatação aumenta a importância de fortalecer entre os jovens a formação política democrática, considerando o potencial desse público, inclusive, como influenciadores primários de outros jovens.

Gráfico 25 – Ciclo social de influência sobre política



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Como a formação de uma cultura política (crenças, normas e valores políticos) depende do processo de socialização política, ou seja, da influência exercida sobre os jovens pelos agentes socializadores (família, escola/universidade, amigos, trabalho, mídia, internet etc.), esses dados são fundamentais para observar que a família continua como uma referência para “conversa”, mas não para aprendizagem sobre política, o que leva a crer que as relações estão distantes da comunicação que favorece o diálogo, que pressupõe interação, escuta e apreensões mútuas.

Esse resultado difere de pesquisas como as do Nuposal (2015 e 2019), nas quais a família é indicada como a primeira agência socializadora da juventude no tema política nas três capitais do Sul do país investigadas: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba (GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020).

Tradicionalmente, a escola aparece como segundo agente socializador sobre política (FUKS; CASALECCHI; ARAÚJO, 2017; FUKS, 2011; 2012), no entanto, em nossa pesquisa, esta instituição é mencionada em quarta posição no *ranking* sobre com quem os jovens mais conversam sobre política, atrás de amigos, outros jovens e família.

Ao estudar jovens militantes de partidos políticos, Brenner (2010, p. 34) percebeu que:

A escola aparece, nas narrativas militantes, não como lugar de aprendizagem da política *stricto sensu*, mas como espaço-tempo ampliado de socialização política, de transmissão e absorção de valores e comportamentos políticos, através das interações proporcionadas entre alunos, entre estes e seus professores e os demais atores da escola.

Carrano (2012, p. 95) já apontava a fragilidade das agências clássicas de socialização (família e escola) como suportes para a promoção da socialização política, apesar de destacar seu potencial para transmissão de valores, referências, comportamentos políticos e representações do mundo.

Pode-se dizer que, de modo geral, são incipientes os estímulos dados pelo “mundo adulto” para o envolvimento de jovens em processos de participação que poderiam aumentar o capital político orientado para valores democráticos. Ao mesmo tempo, é esse mesmo “mundo adulto” que reverbera que os jovens são apáticos, que não se interessam pela política.

Os jovens entrevistados na fase qualitativa também se mostram atentos ao potencial da escola e da universidade como ambientes de potencialização da formação crítica. Para uma das jovens, se o aprendizado fosse fortalecido nos ambientes educacionais, eles teriam mais condições de contribuir com a formação dos familiares:

“Isso teria que ser, primeiramente, nas escolas e universidades. Que a gente pudesse levar isso para casa. Nós que somos da juventude, com pais que são mais leigos, (podíamos) levar para casa essa informação e em casa trabalhar mais.” (JOVEM 2)

Outro dado interessante é a avaliação dos jovens de Salvador em relação à internet como fonte de informação sobre política. Como já apontado, os entrevistados destacaram entre as mais confiáveis (segunda e terceira posições) as opções de notícias *on-line*, como *podcasts* e portais.

Esses resultados reforçam a compreensão da internet como fonte de informação política (CASTELLS, 2009) e como novo agente socializador dos jovens (BAQUERO; BERNARDI;

MORAIS, 2019; NORRIS, 2004; SCHMIDT, 2000) por ser uma das fontes usadas para formação da opinião pública deste segmento populacional.

A internet, no entanto, precisa ser entendida, cada vez mais, como um ambiente de conexões entre os diferentes meios. Portais de notícias digitais, *podcasts*, jornais e revistas impressas, noticiários televisivos, conteúdos radiofônicos etc. retroalimentam-se entre si, reproduzindo conteúdos, pautando ou produzindo novos.

A pesquisa indica que os jovens de Salvador também demonstram certa desconfiança em relação às redes sociais e aos aplicativos de mensagem instantânea. Como visto, WhatsApp/Telegram aparecem como a principal opção considerada *nada* e *raramente confiável*, e outras redes sociais, por sua vez, surgem na quinta entre as 10 posições do mesmo *ranking*.

Em uma pesquisa quantitativa com jovens do Distrito Federal e do entorno, que inclui o estado de Goiás, Vasconcelos, Marques e Conceição (2019, p. 21-22) identificaram a televisão como o meio de comunicação mais confiável:

Contudo, sobre a fonte de informações políticas, a televisão, o rádio, jornais e a internet não possuem associação significativa, mas as redes sociais sim. Os jovens do Distrito Federal são mais desconfiados do que os do entorno no quesito informações veiculadas pelas redes sociais.

Esses dados sustentam a cautela de Moraes (2017, p. 224), que, embora reconheça a internet como novo agente socializador, a questiona sobre seu alcance como influenciadora de uma cultura política mais participativa dos jovens.

Os resultados revelam que, no Brasil, a internet ainda não é capaz de alterar a cultura política existente a curto e médio prazo, menos ainda colaborar para a constituição de uma cultura política mais democrática. A internet vem atuando como um instrumento de manutenção e não de transformação da cultura política, visto que não influencia as atitudes, mas, sim, cristaliza comportamentos já internalizados pelas gerações anteriores e condicionados por fatores históricos.

Na pesquisa de González, Moraes e Bernardi (2020, p. 9) com jovens do Sul do país, a internet aparece como a segunda agente socializadora, à frente da escola:

Como um agente socializador, é importante destacar que as relações experimentadas dentro dessas redes caracterizam outra forma de

sociabilidade, pois possuem características específicas proporcionadas pelo mundo virtual.

Morais (2017, p. 221) acrescenta que “a socialização do tipo tradicional está sendo desconstruída, pois com a internet os jovens estão se autossocializando. E, com isso, a socialização política é feita predominantemente com outros jovens, sem limites geográficos e com anonimato”. No entanto, a autora também comenta que “a internet e as redes sociais, apesar de pautarem as conversas sobre assuntos políticos, elas não eliminam os demais agentes socializadores” (MORAIS, 2017, p. 222).

Em nossa pesquisa, ficou evidente que a família não ocupa mais o lugar principal entre os agentes de socialização. A internet, por sua vez, é o ambiente mais recorrido pelos jovens para buscar informações sobre política. Todavia, os entrevistados mantêm um olhar desconfiado para os recursos e meios digitais, entendidos como campo fértil para informações falsas e manipuláveis. O diálogo entre pares é um aspecto que também merece atenção, pela recorrência de os jovens de apontarem uns aos outros como fontes dos diversos tipos de aprendizados.

Uma vez que os jovens demonstram interesse por política e apontam como se informam sobre o tema, o estudo buscou captar também a percepção destes sobre os principais problemas no Brasil. Foi sugerido que os entrevistados escolhessem três das nove opções disponibilizadas, sem, contudo, negar espaço para indicarem mais opções.

Dentre as alternativas, educação (problemas de qualidade, infraestrutura, tecnologia etc.) foi a indicada para o topo dos desafios brasileiros por 17,7% dos entrevistados. Logo depois aparecem desigualdades (16,1%) e saúde (atendimentos e unidades insuficientes etc.), com 15,2% (Gráfico 26). Um dos entrevistados na *websurvey* reforçou sua resposta, acrescentando o comentário: “Acredito que a desigualdade envolve a maioria das outras questões como falta de consciência política, ecológica, pensamento crítico e estrutura financeira. O problema na educação gera violência, gera pobreza, que causa má condição de moradia etc. Uma coisa puxa a outra”.

Outro jovem enfatizou: “Creio que a corrupção acaba por trazer, muito fortemente, os outros problemas como consequência”. Outros três jovens incluíram o capitalismo como opção adicional e um deles acrescentou: “O principal problema é o sistema capitalista e sua lógica perversa de acumulação, exploração e alienação. Todos os problemas citados são aprofundados, mantidos ou causados pelo capitalismo”.

Outros dois acrescentaram “Estado” e “Bolsonaro” como principais problemas no Brasil. Alguns jovens destacaram que gostariam de ter indicado todas as opções listadas. Esta opção de resposta, no entanto, não foi disponibilizada para garantir um *ranking* de opiniões entre os problemas listados.

Na pesquisa com jovens de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, realizada pelo Nuposal em 2015 e 2016, a corrupção foi apontada como o maior problema no país. (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019). Em nossa pesquisa, a corrupção aparece em quarta posição, com 14,2% das menções dos jovens de Salvador.

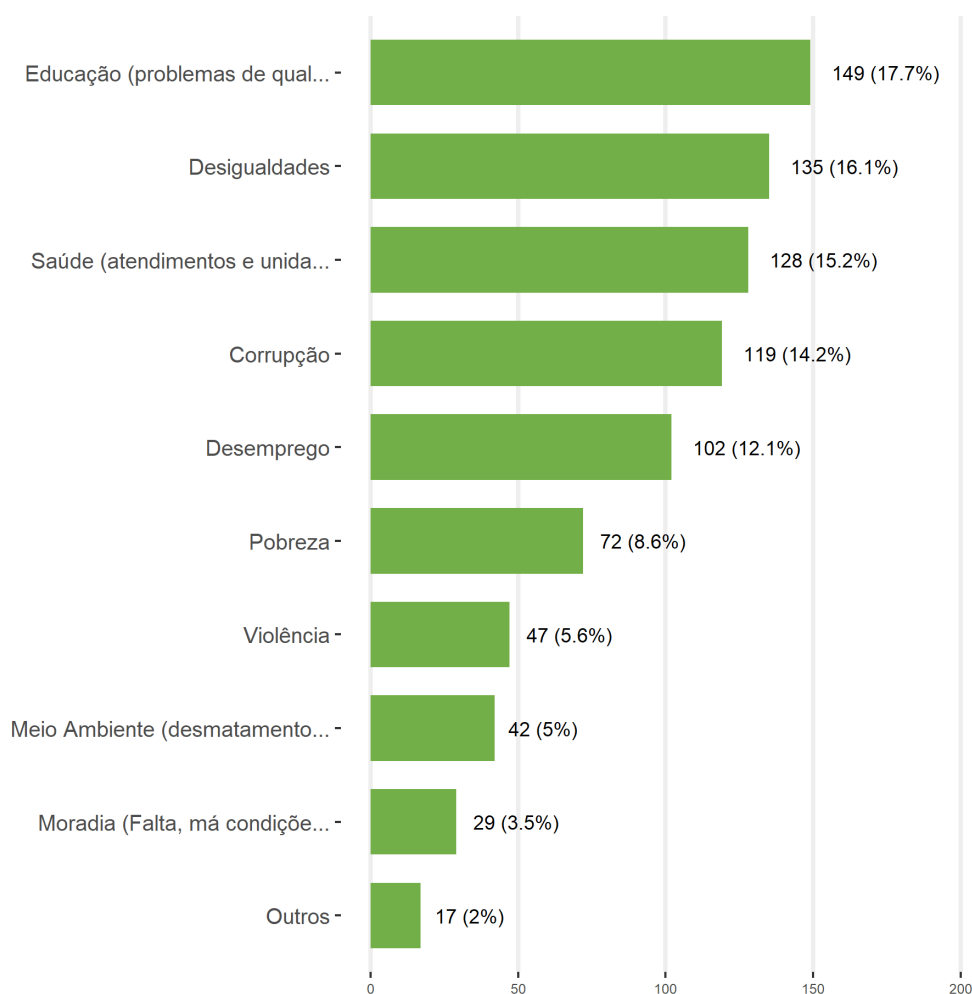
Os diferentes contextos (de 2016 e de 2021) tendem a explicar essas respostas. Em 2016, o tema corrupção era um dos mais presentes na agenda midiática e política; enquanto em 2021, a pandemia e o isolamento social se impuseram como pautas principais, com a suspensão das aulas presenciais, e principalmente nas unidades públicas de ensino que levaram mais tempo para estabelecer o ensino remoto em todo o país.

Segundo pesquisa do Banco Mundial divulgada em 2021, o tempo que as escolas brasileiras permaneceram fechadas foi superior à média da América Latina e Caribe²⁰¹, o que colaborou para aprofundar os problemas de evasão escolar, defasagem e desigualdade de aprendizagem no país. O relatório estima uma diferença de quase três anos letivos na desigualdade de aprendizagem para os estudantes mais pobres em comparação com os mais ricos.

Em termos de evasão escolar, já se sabe que o percentual de estudantes que abandonaram o Ensino Médio no Brasil mais do que dobrou em 2021 em comparação com 2020, saltando de 2,3% para 5,6%, respectivamente. A taxa de aprovação também apresentou impacto: reduzindo de 95% para 90,8%. Os números integram a segunda etapa do Censo Escolar da Educação Básica 2021 (INEP, 2022).

²⁰¹ Enquanto Alemanha, Reino Unido, Dinamarca, Singapura e França suspenderam as atividades presenciais por cerca de 90 dias, no Brasil, entre março de 2020 e janeiro de 2021, foram 267 dias de interrupção.

Gráfico 26 – Percepção sobre os principais problemas no Brasil

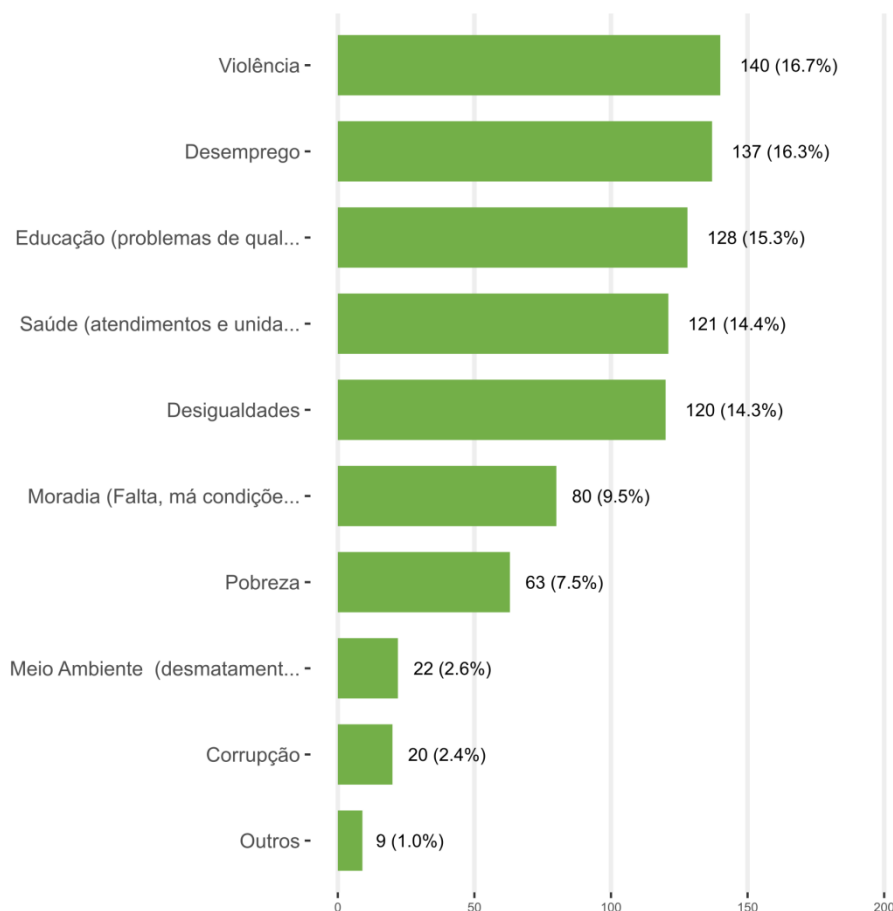


Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2022).

A mesma pergunta sobre os principais problemas foi realizada com foco na cidade de Salvador, uma vez que os entrevistados são moradores da capital baiana. Houve diferenças significativas nos resultados. O problema de destaque foi a violência, com 16,7% das indicações. Em segundo surge o desemprego, com percentual bem próximo (16,3%), seguido por educação (problemas de qualidade, infraestrutura, tecnologia etc.), com 15,2%. O problema da corrupção é a opção menos mencionada (Gráfico 27).

Como questões adicionais, os jovens acrescentaram: “Salvador é uma cidade que contém profundas desigualdades promovidas pelo sistema econômico capitalista. Outro aspecto fundamental é a ausência de políticas públicas efetivas que resolvam os problemas mais básicos da cidade. Todos os problemas estão interligados”.

Gráfico 27 – Percepção sobre os principais problemas de Salvador

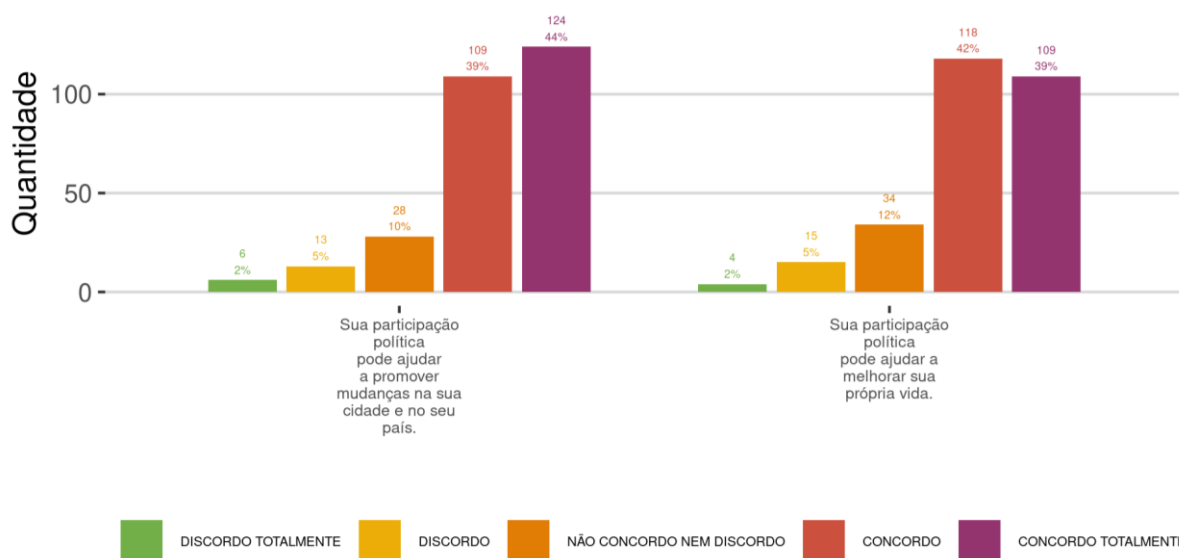


Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Outra variável relevante para entender a motivação dos jovens para a participação política é a eficácia política, ou seja, o entendimento que o indivíduo tem sobre a própria capacidade de influenciar nas decisões políticas e promover mudanças em várias esferas, política, econômica, ambiental e social (ALMOND; VERBA, 1963; CAMPBELL *et al.*, 1954).

Os jovens responderam a partir de uma escala entre *discordo totalmente*, *discordo*, *não concordo nem discordo*, *concordo* e *concordo totalmente*. O resultado mostrou que os entrevistados nutrem o sentimento de alta eficácia política: 83% consideram que a participação política deles pode ajudar a promover mudanças na cidade e no país (*concordo* e *concordo totalmente*). Em relação ao potencial de melhorar a própria vida, 81% acreditam que a participação política deles também pode ajudar a melhorá-la (*concordo* e *concordo totalmente*), conforme mostra o Gráfico 28.

Gráfico 28 – Eficácia da participação política



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Nas entrevistas qualitativas, os jovens relataram algumas experiências próprias de participação que resultaram em transformações sociais e políticas:

“Já vi que as desigualdades existem desde sempre, cresci com isso, então é um dos motivos. [...] participei de muitos momentos pedindo pela abertura de mais universidades e, quando entrei, já não tinha mais tanta (dificuldade). [...] então ter esse entendimento de que a política é um espaço importante para a gente poder estar conseguindo, conquistando e defendendo nossos direitos. Aí fui me envolvendo nas organizações que já existem. [...] Se a gente tivesse uma juventude mais forte, mais envolvida nas questões políticas, a gente conseguiria influenciar muita gente. Um jovem que consegue entrar numa universidade, isso tem valor simbólico muito grande.” (JOVEM 3)

“Aqui no bairro teve um desmoronamento que alagou e derrubou casas, foi uma chuva muito forte. Aí a gente criou um grupo e uns cinco jovens começaram a ir nas casas que não tinham sido atingidas. A gente saiu pedindo um quilo de alimento, roupas pra estar ajudando essas pessoas que perderam as coisas. E o que aconteceu? Virou uma ONG, com apoio e tudo, com uma visibilidade tremenda, e eu fiquei assim: nossa, é um trabalho que começou com jovens.” (JOVEM 1)

Esses resultados de nossa pesquisa diferem da pesquisa com jovens do Distrito Federal e entorno: 55% dos entrevistados do Distrito Federal apresentam eficácia política contra 42% dos jovens do entorno (VASCONCELOS; MARQUES; CONCEIÇÃO, 2017). A maioria dos

jovens do Sul do país (53,5% em 2019), por sua vez, avalia a própria participação como ineficaz para a política (GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020).

Entretanto, é importante considerar o perfil diferenciado dos jovens entrevistados de Salvador: aqueles que se interessam por política. Esse aspecto sustenta a teoria de que o sentimento de eficácia ou a chamada competência cidadã subjetiva (ALMOND; VERBA, 1963) é coerente com o interesse por política. Para participar politicamente, o jovem precisa acreditar que pode influenciar o sistema político, ou seja, as próprias ações farão diferença na política.

Além da autorresponsabilidade, traduzida pelo sentimento de eficácia política, desejou-se saber quais outros atores sociais são considerados responsáveis por promover as transformações positivas na sociedade. Das opções disponibilizadas, 15,7% dos entrevistados indicaram os próprios jovens como os principais protagonistas de transformações, seguidos de escolas e universidades (14,5%). Em terceiro estão organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (ONGs, associações etc.), com 13,1% (Gráfico 29).

Interessante notar as escolas e universidades como agentes potentes de transformação sob o olhar dos jovens, denotando uma expectativa positiva desse público sobre as instituições de ensino em relação a contribuições para o desenvolvimento da sociedade e não apenas para o crescimento individual de cada estudante.

Os participantes da pesquisa também exploraram o campo no questionário que permitia apontar outros atores considerados responsáveis por transformações positivas. Entre as indicações adicionais apareceram: “O povo organizado, os movimentos sociais e os partidos comprometidos com a luta e as necessidades do povo pobre e da classe trabalhadora”; “movimentos sociais organizados e o povo”; “a população em geral”; “a classe trabalhadora”.

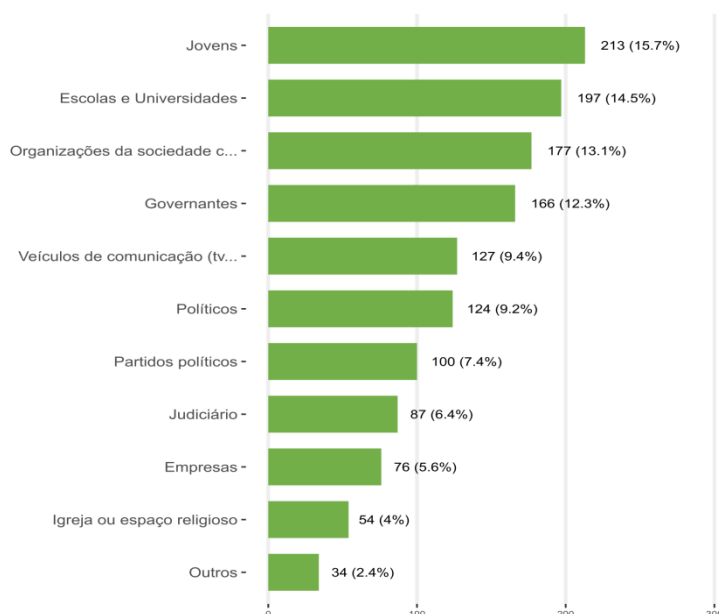
Apontaram ainda “[...] seriam os partidos, governantes e judiciário, dentro do sistema econômico em que vivemos, o que não acontece”; “cada um faz a sua parte, todos precisam lutar pelo melhor”; “as pessoas, pois a escolha de colocar pessoas no poder é do cidadão”; “todo e qualquer ser pode aprimorar a vivência em comunidade positivamente”; “na verdade, todos devem ter noção de que possuem uma parcela de obrigação em mudanças positivas na sociedade, mas muitos entre os da maior classe preferem se fechar, e sempre sobra aos vulneráveis clamar pela mudança”; e “mídias independentes”.

Os jovens também registraram comentários como: “transformações positivas na sociedade é dever de todo cidadão e toda organização civil, política e empresarial”; “todo meio social pode ser responsável por trazer alterações, sejam positivas ou negativas”; “o estado

fortalecido transforma a sociedade”; “governantes devem (como obrigação) cobrar que todas as instituições funcionem. As outras opções podem ajudar, mas não são as responsáveis por isso”.

Assim, de modo geral, os jovens se corresponsabilizam e responsabilizam cada agente público e da sociedade em níveis distintos. É nítido que esse público enxerga um distanciamento maior dos políticos, partidos políticos e judiciário em relação à responsabilidade social. Do mesmo modo, empresas também passam longe da perspectiva de contribuição com o desenvolvimento da sociedade. Esses resultados podem ser úteis para processos formativos dos jovens que visem promover reflexões sobre os papéis sociais de indivíduos e dos diferentes setores da sociedade.

Gráfico 29 – Responsabilidade social

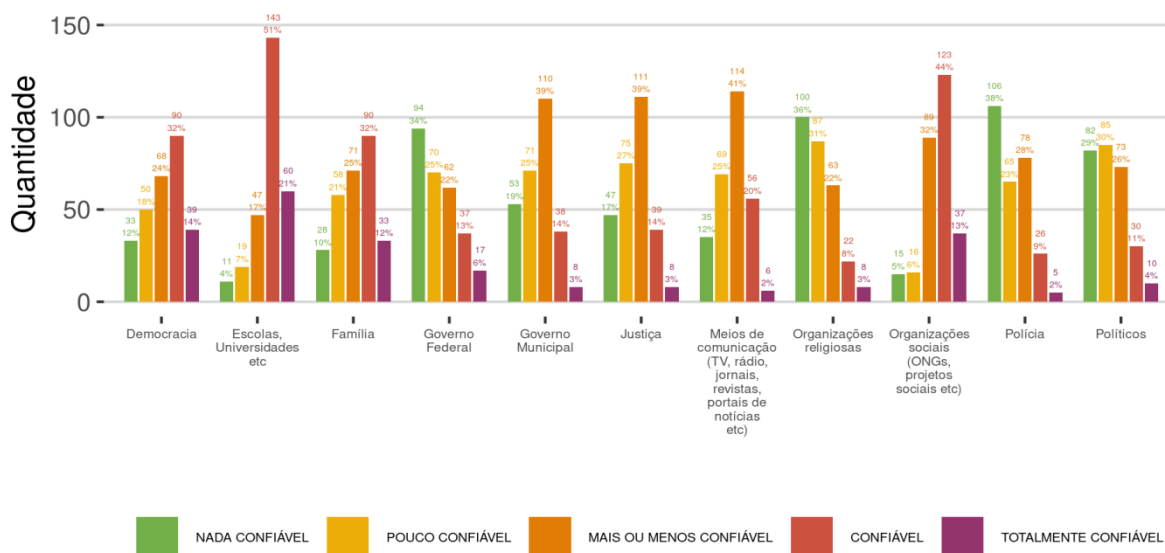


Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

A variável confiança nas instituições também é referência para o fortalecimento da democracia no país (MOISÉS, 1995; MOISÉS; CARNEIRO, 2008; MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021; NORRIS, 1999; RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018). Desse modo, a pesquisa investigou como anda o sentimento de confiança dos jovens de Salvador em relação às instituições, democracia, mídia e políticos. Para cada uma delas, os entrevistados indicaram uma das opções: *nada confiável*, *pouco confiável*, *mais ou menos confiável*, *confiável* e *totalmente confiável*.

Somados os resultados das escalas *confiável* e *totalmente confiável*, as escolas, universidades etc. despontam na liderança, com 72% das indicações dos participantes; seguidas por organizações sociais (ONGs, projetos sociais etc.), com 57%; democracia (46%); e família, com 44% das lembranças dos entrevistados (Gráfico 30).

Gráfico 30 – Confiança nas instituições, democracia, mídia e políticos



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Novamente, portanto, os jovens citam a escola e a universidade como referências positivas. O mesmo ocorreu em outra capital do Nordeste, Teresina (Piauí). Uma pesquisa realizada no final de 2017 e início de 2018, com jovens de faixa etária menor do que os nossos entrevistados (15 a 17 anos), 75% dos participantes elegeram a escola como instituição mais confiável (PEREZ, 2020).

Já o resultado sobre a certeza em torno da democracia indica que pouco menos da metade dos entrevistados (46%) expõe nível alto de confiança nesse aspecto, embora 30% indiquem *nada* ou *pouco confiável*. Outras pesquisas também apontam descontentamentos: os jovens brasileiros são os mais insatisfeitos em relação ao funcionamento da democracia, e esta é uma das possíveis explicações para o surgimento de novas formas de mobilização juvenil, segundo o Inquérito Ibero-Americano de Juventudes (PAIS, 2016).

As instituições consideradas *nada confiáveis* agregadas a *pouco confiáveis* pelos jovens de Salvador, por sua vez, são: organizações religiosas (67%), polícia (61%) e políticos e

governo federal (ambos com 59%). Esses resultados convergem com outras pesquisas (LATINOBAROMETRO, 2016; NUPESAL, 2015; 2019; PEREZ, 2020) que endossam um padrão de distanciamento das instituições políticas pelos jovens. De acordo com Baquero, Bernardi e Morais (2019, p. 51), citando como referências as pesquisas do Nupesal de 2015 e 2016:

Um resultado recorrente dos estudos aqui examinados é o da falta de confiança dos jovens em relação ao governo. A desconfiança na política, já característica da cultura política brasileira, mostrou-se ainda maior nos últimos anos, dada a maior midiaticização dos escândalos de corrupção.

Carrano (2012, p. 95) reitera a rejeição dos jovens ao que chama de “política profissional” e aos políticos. “Esta é, sem dúvida, sinalização preocupante, pois a baixa confiabilidade na política fragiliza a institucionalidade democrática que se organiza na base da representação partidária”.

Uma das explicações para essa aversão tem como base a teoria da cultura política (ALMOND; VERBA, 1963), que relaciona o reconhecimento da política e do sistema político como algo positivo quando as experiências com estas também o são.

No entanto, o histórico brasileiro de interrupções democráticas, a herança patrimonialista e autoritária, bem como o mau desempenho das instituições políticas, a corrupção e a ineficiência na diminuição das mazelas sociais do país na atualidade têm contribuído para a apatia política da população e, sobretudo, para o desinteresse pela política na população jovem (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019, p. 44).

Morais e Baquero (2018) lembram que, embora a desconfiança institucional não seja um fenômeno recente, os altos percentuais e a amplitude das instâncias colocadas em xeque pelos jovens, incluindo as mais próximas deles, chamam a atenção. Os dados de nossa pesquisa em Salvador sobre a família, por exemplo, considerada o primeiro agente socializador, são curiosos.

A despeito de aparecer em quarta posição entre as 11 opções em termos de confiança, com 44% das indicações de *confiável* e *totalmente confiável*, a família também foi mencionada por 31% dos jovens como *nada confiável* e *pouco confiável*. Se compararmos com a segunda agente socializadora, tradicionalmente a escola, esta foi avaliada como *confiável* e *totalmente confiável* por 72% dos jovens contra 11% que a apontaram como *nada confiável* e *pouco confiável*.

Há uma tradição consolidada de pesquisas que se dedicaram a compreender como os indivíduos desenvolvem percepções, opiniões e posições sobre o mundo da política. Parte significativa dessa literatura destaca o protagonismo da família no processo de transmissão e assimilação dos comportamentos e opiniões sobre a política, constatação minimizada por outros autores que argumentam que as socializações primárias seriam “colocadas à prova” por renovados processos de socialização, sobretudo na juventude, sem negar, contudo, a importância do papel da família (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018, p. 216-217).

Os autores mencionam os diferentes processos e instâncias formativas que influenciam a cultura política dos jovens, como família, escola, amigos, vínculos associativos e religiosos, trabalho, entre outros, além das experiências e desafios macrossociais, como conjunturas políticas, econômicas e sociais.

Outro resultado que merece análise é o olhar de desconfiança dos jovens sobre as instituições de mediação política, indicadas com os maiores percentuais de *nada* ou *pouco confiáveis*: polícia (61%), governo federal e políticos (59%), governo municipal e justiça (44%). Ou seja, estas instituições, que são consideradas de representação política, estão sendo vistas pelos jovens como fontes de incerteza e desencadeadoras potenciais de atitudes contra a política.

Baquero, Bernardi e Morais (2019, p. 56) advertem que, “quando isso ocorre, os jovens cidadãos desenvolvem sentimentos de ansiedade política, que se manifestam na forma como se sentem em relação ao que acontece nas suas vidas quando o país enfrenta crises nas áreas materiais (saúde, educação, oportunidades, moradia e segurança)”.

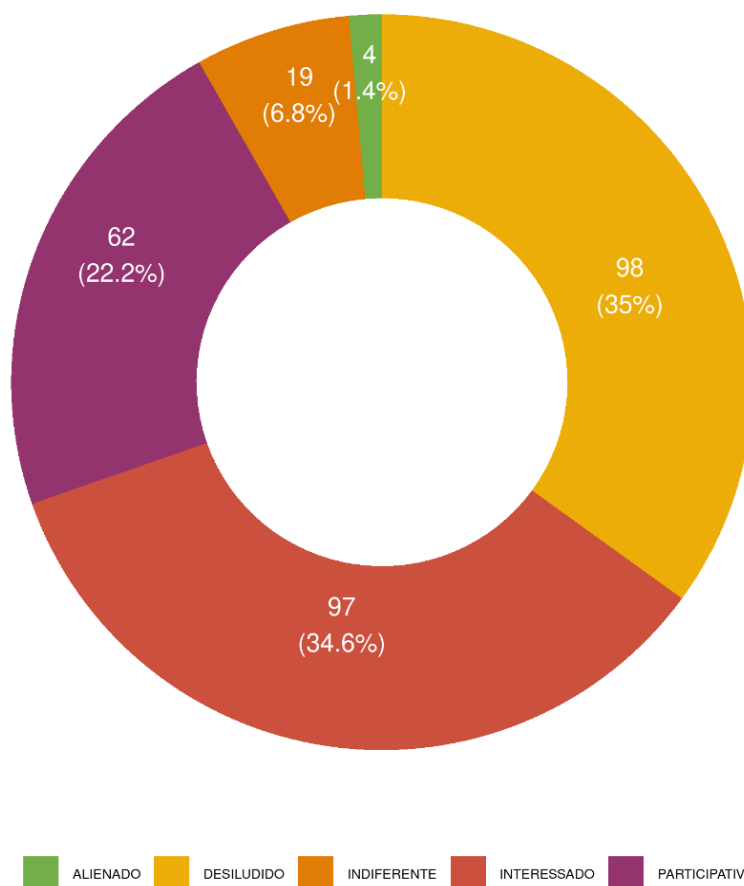
Em Salvador, todavia, os sentimentos dos jovens em relação à política continuam positivos apesar do desânimo constatado referente às instituições de representação política. Os dados de nossa pesquisa evidenciam a predominância de sentimentos positivos como os mais frequentes em relação à política: “interessado” e “participativo” somam 56,8% das respostas, enquanto os sentimentos mais negativos “alienado” e “desiludido” alcançam 36,4% (Gráfico 31).

Para se ter ideia do ânimo de jovens em outras partes, no Sul do Brasil, onde os pesquisadores já contam com base de dados de anos diferentes, o comparativo entre 2015 e 2019 revelou aumento dos sentimentos negativos dos jovens em relação à política (alienado, desiludido e isolado) e dos indiferentes (GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020). Para os autores, esses sentimentos resultam do descrédito e da desconfiança nas instituições.

O Atlas das Juventudes (2021, p. 41) destaca os jovens como “uma potente força de transformação política e social. Embora, entre 2015 e 2018, a confiança de jovens brasileiros no governo federal e nas eleições tenha diminuído, os jovens que escutamos tinham a política no topo dos temas de interesse”.

Isso nos leva a inferir que o desencanto dos jovens está relacionado às instituições tradicionais de representação política, o que não significa desprezo pela política. Entre nossos entrevistados, fica evidente que a desilusão é expressiva, mas não ofusca o interesse e o desejo de agir politicamente, assim como mostra o Atlas das Juventudes (2021).

Gráfico 31 – Sentimento em relação à política



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021)

7.1 PARTICIPAÇÃO NA PRÁTICA (2018 E 2020)

Para além das percepções dos jovens em relação às instituições e agentes de socialização, sentimentos, fontes de informação, espectro ideológico e nível de interesse, a pesquisa levantou como esse público está internalizando os valores da participação política nas atitudes e nos comportamentos (EASTON, 1968).

Já vimos que, em termos de atitude (valores, crenças e pensamentos), os jovens mostram predisposição para a participação política, como por exemplo os resultados evidenciados em relação à eficácia política e interesse. A partir dos resultados e discussões realizadas até aqui, partimos então para investigar o problema de pesquisa “Há relação entre competências infocomunicacionais e participação política dos jovens de Salvador que se interessam por política?”.

Para avaliar a dimensão comportamental (ações), os jovens indicaram, por meio do questionário, se fazem parte, frequentam ou já participaram de instituições (formais e informais) e, na sequência, indicaram o comportamento realizado nas modalidades de participação *on-line* e *off-line*.

Entre as opções apresentadas, a mais frequentada pelos jovens é o movimento estudantil (grêmio, diretório acadêmico etc.), com 16,5% das indicações dos entrevistados; seguida de coletivo, movimento, grupos ou redes de jovens (15,7%); comunidades virtuais que discutem causas coletivas (13,1%) e organização social, não governamental, projeto social (13%). Após essas opções que somam mais de 50% das respostas, aparece grupo religioso, com 12,2%. Entre as menos mencionadas estão sindicato profissional (1,5%), partidos políticos (3,4%) e conselhos de direitos (4,2%). E quase 10% afirmaram nunca ter participado de qualquer uma das opções elencadas (Gráfico 32).

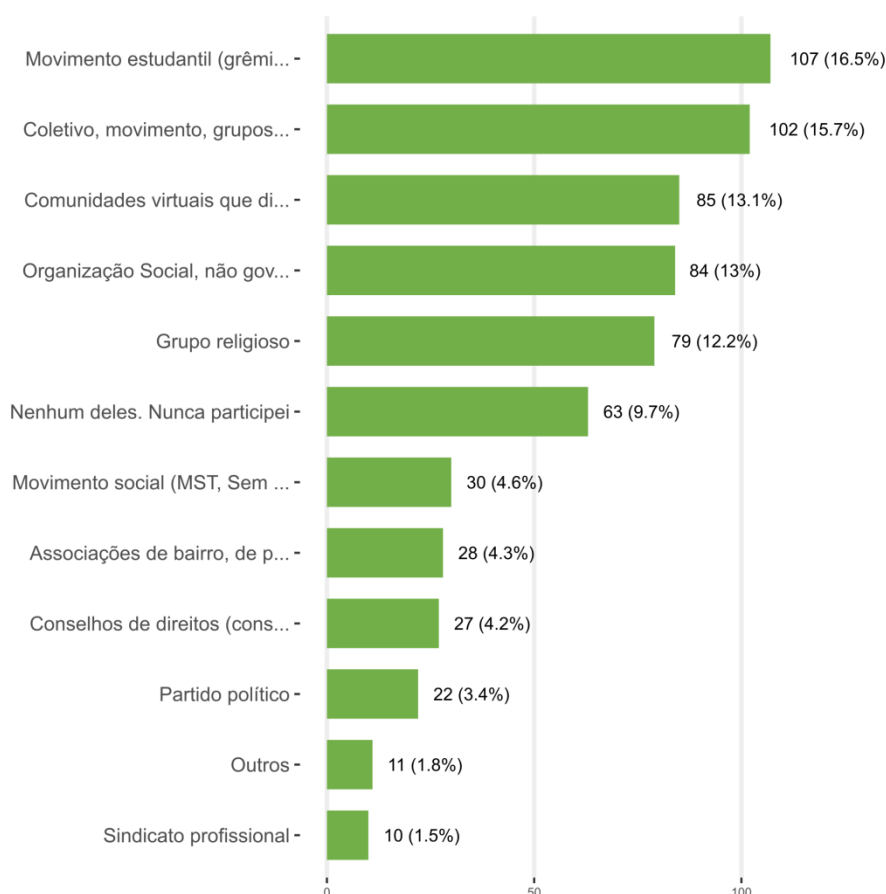
Uma das jovens que participaram da entrevista semiestruturada conta que a sua militância começou no movimento estudantil e que tem se envolvido cada vez mais em coletivos, movimentos e conselhos de direito e sonha com uma maior participação das diferentes juventudes. No entanto, ela tem uma suposição sobre o porquê existem tantos jovens que não se envolvem como ela em militâncias permanentes:

²⁰² Expressão usada por jovens de Salvador para apontar o que ocorre efetivamente na prática (2022).

“[...] posso falar de muitas realidades de juventudes que poderiam estar contribuindo mais e que estão afastadas. Muitos também estão afastados porque estão preocupados se vão comer, se vão conseguir pagar a universidade. [...] A questão do trabalho sempre é muito precária. Não conseguimos estágio pra ficar meio período, sempre é aquela coisa do tempo integral. Por exemplo, no lugar que estou, tem muitas mulheres mais velhas que não conseguiram fazer faculdade, então é algo comum, de muitas gerações, então essa decisão de fazer os dois é importante. Tá sendo cansativo, mas tá andando.” (JOVEM 3)

Os resultados de nossa pesquisa, portanto, confirmam o distanciamento dos jovens de algumas formas tradicionais de participação (partidos e sindicatos), ao mesmo tempo que apresenta como mais vivenciadas as oportunidades de exercício da participação em ambientes escolares e universitários, assim como o engajamento em causas, organizações e projetos sociais.

Gráfico 32 – Participação



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Perfil por nível de participação

Os menos ativos

Ao analisar o perfil dos jovens que menos participam das instituições formais e informais, percebemos que 81% têm entre 18 e 24 anos, 54% são mulheres, pretas (43%) e pardas (29%), escolaridade Ensino Médio Incompleto (30%) e Superior Incompleto (27%); renda até três salários (59%).

Quando analisamos apenas a participação em instituições formais, o perfil dos jovens menos ativos têm idade entre 18 e 24 anos (78%); 54% são mulheres, pretas (45%) e pardas (29%); Superior Incompleto (35%) e Ensino Médio Incompleto (25%) e renda até três salários (56%). Já os que menos atuam em instituições informais também estão na faixa de 18 a 24 anos (79%), são mulheres (54%), pretas (44%) e pardas (30%); Ensino Médio Incompleto (29%) e Superior Incompleto (27%); renda até três salários (60%).

Portanto, a maioria dos que menos participam está na faixa de 18 a 24 anos, e nota-se um perfil parecido entre os que atuam em instituições formais e informais, sempre mulheres em destaque. Quando comparados os perfis, os jovens com maior renda (a partir de 5 salários) e maior escolaridade (a partir do Superior Incompleto) participam mais de instituições formais (51% formais contra 43% das informais, em termos de escolaridade; e 24% contra 19%, em termos de renda).

Os mais ativos

Entre os jovens que mais participam das instituições formais e informais, observamos um perfil com algumas características distintas em comparação com os menos ativos. A faixa de idade predominante também é de 18 a 24 anos, mas a proporção é menor: 66%. Há mais equilíbrio de gênero: 49% são mulheres e 46% homens, a cor também é preta, com percentual pouco maior (48%), e parda (32%); escolaridade maior: Superior Incompleto (48%) e Ensino Médio Completo (21%); e renda, a mesma, até três salários (61%).

No comparativo entre tipos de instituição, o perfil dos jovens que mais participam das instituições formais continua na faixa de 18 a 24 anos (55%), porém os homens (47%)

ultrapassam as mulheres (43%), as cores predominantes seguem preta (45%) e parda (38%); Superior Incompleto (47%) e Ensino Médio Completo (23%) e renda menor: até dois salários.

Por outro lado, a proporção de mulheres (49%) volta a ser superior à de homens (46%) e a renda passa a ser de até três salários (60%) entre os que mais atuam em instituições informais. A escolaridade, por sua vez, diminui um pouco: Ensino Médio Incompleto (49%) e Superior Completo (21%). A faixa etária mais comum segue de 18 a 24 anos (67%), assim como as cores preta (47%) e parda (31%).

Entre os que mais participam em instituições formais, a distribuição entre as idades quase se equipara, uma vez que aumenta a presença de jovens de 25 a 29 anos (45%). Os homens são maioria nesse grupo, e o maior percentual é de jovens que cursam a faculdade. Outro dado interessante é que quem tem renda acima de cinco salários mínimos não atua em instituições formais. Enquanto entre os que mais participam nas instituições informais, o percentual mais representativo é de Ensino Médio Incompleto.

Isso posto, entre as principais descobertas, os jovens com mais idade (25 a 29 anos) quando participam, o fazem via instituições formais, a maioria é homem e com nível superior, cuja renda está abaixo de cinco salários. Mas, de modo geral, são os jovens com menor idade (18 a 24 anos) e as mulheres que mais dedicam tempo à participação, preferencialmente, em instituições informais.

Mudanças nos perfis de participação são esperadas por faixa etária, mas não desejadas em termos de intensidade. Como explica Norris (2004), o comportamento das pessoas não é linear e está suscetível a mudanças à medida que envelhecem ou passam por diferentes fases da vida, principalmente motivadas por experiências educacionais e de trabalho. Segundo a autora,

Pode-se esperar que os padrões de ativismo político se alterem à medida que as pessoas saem de casa para oportunidades educacionais e de força de trabalho, e então começar sua própria família e se estabelecer dentro de uma comunidade local, bem como, eventualmente, entrar na aposentadoria (NORRIS, 2004, p. 8, tradução nossa)²⁰³.

Na faixa dos 18 a 24 anos, por exemplo, é comum os jovens atuarem em contextos políticos favorecidos por oportunidades na escola ou faculdade, de modo que o envolvimento é maior com políticas estudantis. Na fase de trabalho, é mais comum a filiação a sindicatos e associações profissionais.

²⁰³ Traduzido do inglês: *“Patterns of political activism can be expected to alter as people leave home for educational and work-force opportunities, and then start their own family and settle down within a local community, as well as eventually entering retirement”* (NORRIS, 2004, p. 8).

No entanto, no contexto atual, de alto desemprego ou formas de trabalho precárias, o comportamento político fica ainda mais comprometido pelo tempo restrito para participação e associado a lutas por causas, mobilizações específicas, participação em grupos *on-line*, entre outros.

Assim, os dados de nossa pesquisa reiteram o desinteresse dos jovens por fazer parte de organizações políticas tradicionais, como partidos políticos, algo também evidenciado por outras pesquisas recentes com jovens (LATINOBAROMETRO, 2016; NUPESAL, 2015; 2019).

Vale reforçar que a baixa participação em instâncias políticas convencionais não é um resultado exclusivo dos jovens, mas característico das democracias representativas nas sociedades pós-industriais (NORRIS, 2004). Todavia, Avritzer (2002) e Avritzer e Santos (2003) apontam a importância dos hábitos de participação política para uma cultura política.

A construção desta, no Brasil, não tem se dado, prioritariamente, pelas experiências em organizações tradicionais, sobretudo partidos e sindicatos, é o que demonstram os estudos sobre participação política que evidenciam a crise de representatividade das instituições de mediação política.

Relutar em integrar essas organizações convencionais, no entanto, não significa apatia política. Os jovens estão, na verdade, encontrando outras maneiras de vivenciar o engajamento político via formas alternativas de organização, principalmente, por meio dos ambientes digitais (NORRIS, 2004; 2011; RECUERO, 2009; SCHMIDT, 2000).

Percebe-se também maior engajamento em maneiras informais de atuação conjunta, como coletivos, movimentos e grupos mais anárquicos ou espontâneos (FALCHETTI, 2017; GOHN, 2018).

A fraca motivação para a participação formal não implica que os jovens não continuem a marcar presença nos canais informais de participação. Por outro lado, novas formas de participação e ativismo político têm caracterizado a participação política não convencional, que se materializam nos novos movimentos sociais (movimento ecológico, movimento contra racismo, movimento feminista, entre outros) (BAQUERO; BAQUERO, 2012, p. 22).

É dessas experiências que os jovens têm gerado capital social, um dos principais recursos impulsionadores da participação (PUTNAM, 2003). Como destacam Baquero e Baquero (2012, p. 22), “a pertença associativa é sem dúvida uma dimensão essencial da participação juvenil. Vida associativa intensa é sinal da existência de capital social”.

Para Henry Jenkins, entrevistado por Moura (2020), é justamente por meio de modos informais de participação que os jovens adquirem as capacidades necessárias para participar de formas mais profundas e substanciais. O autor defende definições mais fluidas de participação, “[...] definições que nos permitam identificar os espaços onde a participação democrática está a lutar para nascer e onde as suas formas ideais ainda não foram atingidas” (JENKINS entrevistado por MOURA, 2020, p. 188), algo que se dá, segundo Jenkins, na interseção entre a democracia e as práticas do cotidiano.

As tabelas a seguir (17, 18 e 19) mostram que os jovens de Salvador entrevistados apresentam níveis predominantes de *moderada* (38%) e *baixa participação* (28%)²⁰⁴ quando avaliadas as atuações em instituições formais e informais juntas. Quando analisadas apenas as instituições formais, 81% estão na categoria *nenhuma participação*, enquanto que, no recorte instituições informais, os jovens apresentam *baixa* (31%) e *moderada* (28%) *participação*. No geral, *alta* e *altíssima participação* ficam em torno de 11%. Nas instituições formais, 4%, subindo para 16% nas instituições informais.

Esses resultados reforçam, mais uma vez, a preferência dos jovens por envolvimento em práticas políticas informais, embora apenas cerca de metade deles apresente nível de engajamento de *baixo* a *moderado* como melhores percentuais, mesmo sendo jovens que se declararam com interesse por política.

Esse é um dado que merece atenção, uma vez que as experiências em instituições formais ou informais, grupos, coletivos etc. são pontes para o desenvolvimento de habilidades cívicas (VERBA; SCHOLZMAN; BRADY, 1995), que são fundamentais para o engajamento político. Esta pode ser, portanto, uma lacuna a ser superada a partir de investimentos que ampliem as oportunidades dos jovens em vivências de participação. Além disso, a baixa presença dos jovens nos espaços institucionalizados significa ocupação por outros públicos, o que pode fragilizar a luta pelas garantias de direitos das juventudes.

²⁰⁴ Esses níveis (*nenhuma, baixa, moderada, alta e altíssima*) foram categorias geradas a partir da análise fatorial das variáveis, como explicado na parte 1 da tese: B) Análise dos dados quantitativos (p. 64).

Tabela 17 – Participação em instituições (formais e informais)

Variáveis	N = 280
Participação em instituições (formais e informais), n (%)	
nenhuma participação	62 (22)
baixa participação	79 (28)
moderada participação	107 (39)
alta participação	26 (9)
altíssima participação	6 (2)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Tabela 18 – Participação em instituições (formais)

Variáveis	N = 280
Participação em instituições formais, n (%)	
nenhuma participação	227 (81)
baixa participação	0 (0)
moderada participação	41 (15)
alta participação	9 (3)
altíssima participação	3 (1)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Tabela 19 – Participação em instituições informais

Variáveis	N = 280
Participação em instituições informais, n (%)	
nenhuma participação	66 (24)
baixa participação	88 (31)
moderada participação	79 (28)
alta participação	38 (14)
altíssima participação	9 (3)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

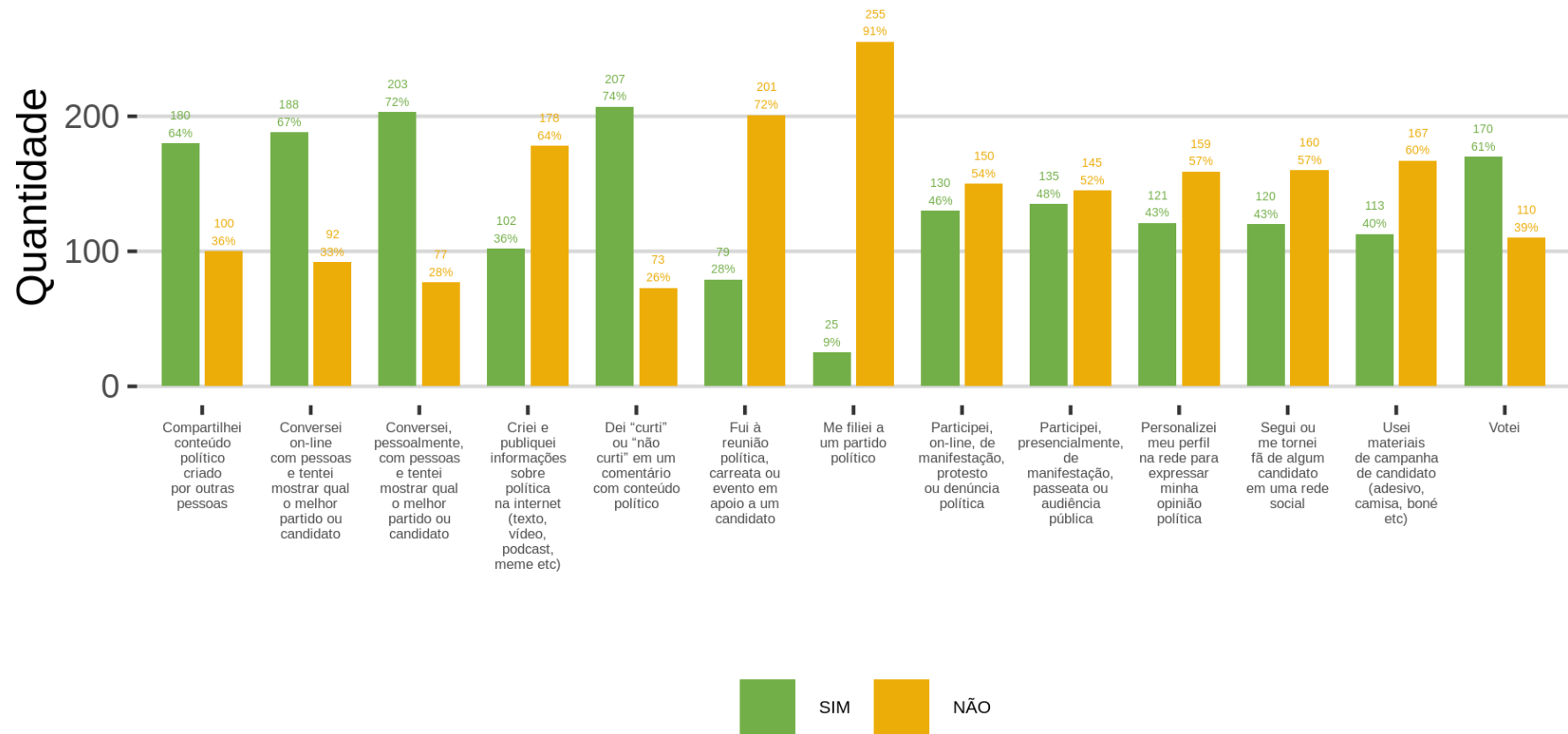
Como passo seguinte ao mapeamento dos tipos de instituições e espaços que os jovens de Salvador priorizam para fazer parte, a pesquisa buscou medir o nível de participação política *on-line* e *off-line* dos participantes. Para tanto, foram listadas ações específicas de cada modalidade (seis itens de *off-line* e sete itens de engajamento *on-line*) e os jovens indicaram quais delas realizaram nas eleições de 2018 (para presidente) e nas eleições de 2020 (para prefeito de Salvador).

Na média geral, em 2018, os dados demonstram que o comportamento político *on-line* mais frequente entre os jovens foi a interação via “curti ou não curti” em um comentário com conteúdo político (74%), e o comportamento político *off-line* mais recorrente (72% dos entrevistados) foi “conversou, pessoalmente, com pessoas e tentou mostrar qual o melhor partido ou candidato” (Figura 11).

Em seguida, outras duas ações *on-line* foram as mais expressivas: “conversou *on-line* com pessoas e tentou mostrar qual o melhor partido ou candidato” (67%) e “compartilhou conteúdo político criado por outras pessoas” (64%). Entre as opções *off-line*, o destaque foi votar (61%), e como segunda ação mais indicada por 48% dos jovens aparece “participar, presencialmente, de manifestação, passeata ou audiência pública”.

Entre as opções de participação política menos exercidas pelos jovens predominam as *off-line*: “filiação a um partido político” (91% responderam que não), seguida por “presença em reunião política, carreatas ou evento em apoio a um candidato” (72%). Entre as *on-line*, destacam-se “criação e publicação de informações sobre política na internet” (texto, vídeo, *podcast*, meme etc.) com 64% de respostas “não”, acompanhadas por outras duas opções com o mesmo percentual (57%): “seguir ou tornar-se fã de algum candidato em uma rede social”; “personalizar o perfil na rede para expressar opinião política”.

Figura 11 -- Participação nas eleições 2018



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Em termos de nível de participação, nas eleições de 2018, o maior percentual de jovens indicou *altíssima participação*²⁰⁵, 32,1%, e *moderada*, com 23,2% na modalidade *on-line*. Na *off-line*, por sua vez, o maior percentual ficou com o nível *moderada participação*, 31,4%, seguido por *altíssima participação*, 20,4% (Tabela 20).

Tabela 20 – Participação nas eleições de 2018

¹ Total de entrevistados	N = 280 ¹
<i>On-line, n (%)</i>	
nenhuma participação	34 (12.1)
baixa participação	27 (9.6)
moderada participação	65 (23.3)
alta participação	64 (22.9)
altíssima participação	90 (32.1)
<i>Off-line, n (%)</i>	
nenhuma participação	38 (13.6)
baixa participação	51 (18.2)
moderada participação	88 (31.4)
alta participação	46 (16.4)
altíssima participação	57 (20.4)
geral, n (%)	
nenhuma participação	18 (6.4)
baixa participação	51 (18.2)
moderada participação	70 (25.0)
alta participação	75 (26.8)
altíssima participação	66 (23.6)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

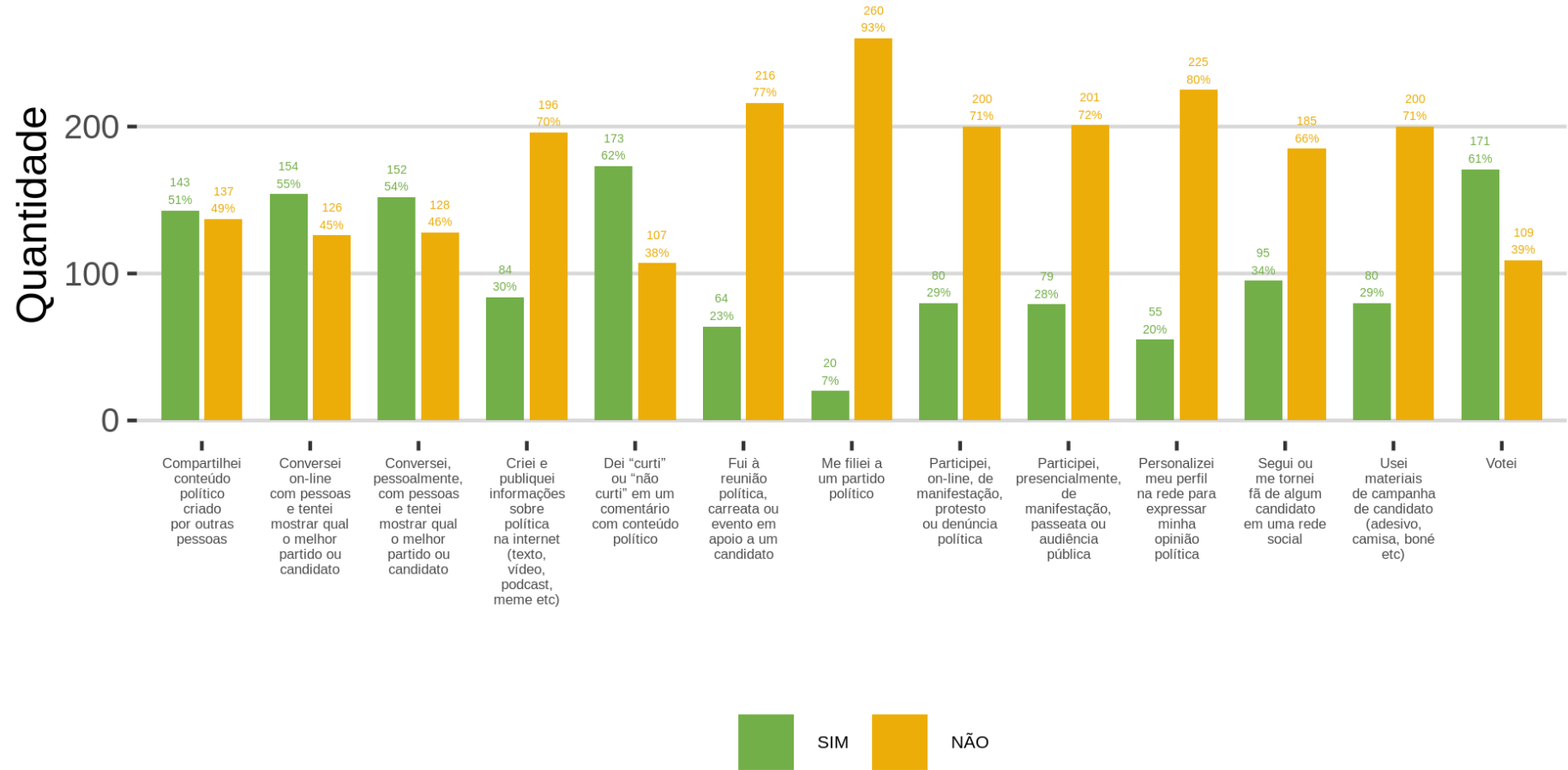
As respostas relativas a 2020 demonstram que, em geral, entre as formas de participação *on-line*, o comportamento recorrente mais expressivo pela maioria dos jovens foi: “dei curtir ou não curtir em um comentário com conteúdo político” (62%); seguido por “conversei *on-line* com pessoas e tentei mostrar qual o melhor partido ou candidato” (55%). Na modalidade *off-line*, o ato de votar foi o mais exercido (61%) seguido de “conversar, pessoalmente, com pessoas e tentar mostrar qual o melhor partido ou candidato” (54%), conforme mostra a Figura 12.

²⁰⁵ Como mencionado na parte 1 da tese: B) Análise dos dados quantitativos (p. 64), as categorias (*nenhuma, baixa, moderada, alta e altíssima*) foram definidas a partir das respostas dos participantes da *websurvey*, classificadas com o uso da técnica da análise fatorial.

Identificamos, portanto, as mesmas ações como predominantes em ambas as eleições (2018 e 2020), no entanto, com maior intensidade em 2018, quando as disputas na urna envolveram o maior cargo do Executivo. Em 2020, as opções de participação política *off-line* foram exercidas por um número significativamente menor de jovens, algo já esperado por conta do contexto da pandemia da Covid-19.

Assim como nas eleições de 2018, entre as opções *off-line*, a filiação a um partido político foi a menos exercida pelos entrevistados (93% responderam não), seguida por presença em reunião política, carreatas ou evento em apoio a um candidato (77%). Entre as opções de participação *on-line*, a menos exercida foi personalizar o perfil na rede para expressar opinião política (80% responderam não), acompanhada de participação, *on-line*, em manifestação, protesto ou denúncia política (71%) e uso de materiais de campanha de candidato (adesivo, camisa, boné etc.), com 71%.

Figura 12 -- Participação nas eleições 2020



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

A Tabela 21 traduz o nível de participação desse público em 2020. Na modalidade *on-line*, a *moderada participação* alcançou o maior percentual de 26,4%, seguida por *alta participação*, 25,7%. Na modalidade *off-line*, a *baixa participação* alcançou quase metade dos jovens (49,3%). Desse modo, percebemos que nas duas eleições (2018 e 2020) foi mais baixa a participação *off-line* dos jovens entrevistados.

Tabela 21 – Participação nas eleições de 2020

Total de entrevistados	N = 280 ¹
<i>On-line, n (%)</i>	
nenhuma participação	54 (19.3)
baixa participação	46 (16.4)
moderada participação	74 (26.5)
alta participação	72 (25.7)
altíssima participação	34 (12.1)
<i>Off-line, n (%)</i>	
nenhuma participação	44 (15.7)
baixa participação	138 (49.3)
moderada participação	46 (16.4)
alta participação	36 (12.9)
altíssima participação	16 (5.7)
geral, n (%)	
nenhuma participação	24 (8.6)
baixa participação	94 (33.6)
moderada participação	92 (32.8)
alta participação	47 (16.8)
altíssima participação	23 (8.2)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Os resultados corroboram com a maior rejeição às formas tradicionais de participação política (DALTON, 2009), como participar de partido político e presença em eventos em apoio a um candidato, que são iniciativas que demandam mais tempo e esforço do que votar (NORRIS, 2004).

Já em relação ao engajamento em maneiras de expressar uma cidadania mais crítica e contestatória, destaca-se “participar, presencialmente, de manifestação, passeata ou audiência

pública” durante as eleições de 2018. Em ambas as eleições, as formas mais usadas pelos jovens para participar politicamente foram: a opção *on-line* “curti ou não curti” em um comentário com conteúdo político e a opção de conversar (pessoalmente ou *on-line*) com pessoas e tentar mostrar qual o melhor partido ou candidato.

Uma das jovens que participaram da entrevista semiestruturada defende a atuação híbrida qualificada:

“Tem que tá on (on-line) e tem que tá na rua. Se o jovem não estiver nos dois, ele tá deficiente de alguma coisa, se ele quiser influenciar algo. E tem que qualificar as participações na internet. A participação social também precisa ser mais conhecida. Tem gente que não sabe como funciona o Conselho (Estadual ou Municipal de Juventude), mas sabe como usa o Instagram. [...] é participando mesmo, estando presente, entendendo como a rede funciona para dar aquela força e alcançar mais pessoas. A gente precisa conversar com gente, sempre estar falando com pessoas, aproximando as pessoas. Se aquilo vai gerar um bom engajamento, precisa fazer, se nas ruas alguém vai se sentir à vontade para colar ali na manifestação ou colar no conselho ou se sentir à vontade para ser militante daquela causa, preciso estar lá participando mesmo.”(JOVEM 3)

Outra jovem, que é filiada a um partido político, reivindica que as propostas dos jovens tenham, efetivamente, encaminhamento:

“Ultimamente a gente tem estado muito angustiado porque, assim, principalmente eu que sou jovem. No início desse ano, um grupo de jovens escreveu uma carta pra ser em caminhada (pelo partido), só que essa carta não chegou do jeito que foi escrita, né? Essa carta foi muito modificada por pessoas que acreditavam que as informações que os jovens colocaram na carta não eram exatamente suficientes para ser levada, sabe? Então cadê a nossa voz? Cadê nossa participação que eles tanto cobram mas não foi levada, entende? [...] Minha forma de participação é nas ruas, na grande massa. Participo dos protestos, das passeatas, de redes sociais.” (JOVEM 2)

Na pesquisa de Moraes, Milanezi e Lima (2021) com jovens no Sul do Brasil, os entrevistados apresentam comportamento político tímido, tanto em instituições formais quanto em ações coletivas não convencionais, como manifestações. No entanto, a análise destes novos espaços de participação política através das redes sociais denota que há um aumento na disposição de participar de forma *on-line*, pois 39,9% dos jovens enquandram-se nas opções *média à alta participação*.

Tal comportamento aponta para a necessidade de se refletir sobre esses novos espaços de engajamento, tanto no sentido de entender isso como uma nova forma de participação

política, quanto para se pensar em formas de estimular esta participação, para que ela compense a baixa presença dos jovens nos demais espaços tradicionais (MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021, p. 21). Em paralelo, é preciso desenvolver estratégias que possam reconectar os jovens com as formas convencionais de participação para que eles também ocupem esses espaços.

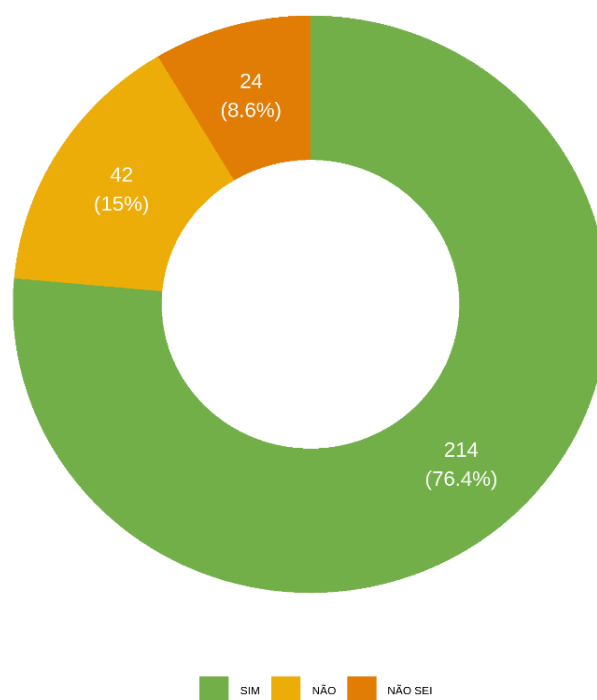
Os autores reconhecem a importância de pesquisas mais aprofundadas sobre as formas de participação *on-line*, o que também defendemos. Todavia, insistimos que, em ambas as modalidades de participação, são importantes ações de educação política, de letramento político e de fortalecimento de espaços efetivos de participação. Afinal, todo o ciclo da motivação até a concretização de um ato de participação política é permeado de nuances e sofre impacto de aspectos socioeconômicos, que envolvem tempo, contexto, estímulos, motivações, competências e, nos dias atuais, também há relação com a disponibilidade de dispositivos e qualidade da conectividade.

Participação pela urna

Em relação à forma mais tradicional de participação política, o voto, questionou-se se o jovem faria uso desse direito caso não fosse obrigatório a partir dos 18 anos. A maioria, 76,4%, garantiu que *sim*. Outros 15% disseram *não* e 8,6% responderam *não saber* (Gráfico 33). Na prática, nas duas eleições (2018 e 2020), os resultados da pesquisa mostram que o mesmo percentual de jovens exerceu o direito ao voto, 61%.

Ou seja, 39% dos jovens com faixa etária obrigatória para votar, mesmo se autodeclarando interessados em política, não exerceram esse direito nas urnas. Esses resultados reforçam a preocupação de Resnick e Casale (2014) quando garantem que os jovens são menos presentes nas urnas em relação ao restante da população, e que isso é um dos riscos para a estabilidade política em um regime democrático.

Gráfico 33 – Voto obrigatório



Fonte: Resultados da pesquisa (2021); Arte: Oliveira (2021).

Nas eleições de 2018 e de 2020 no Brasil, o comportamento político dos jovens foi inferior a anos anteriores. No entanto, em 2022, a mobilização da sociedade, incluindo artistas nacionais e hollywoodianos, em prol de campanhas direcionadas a esse público apresentou resultados expressivos em torno da emissão de novos títulos de eleitores por parte dos jovens entre 16 e 18 anos: aumento em torno de 50% em relação a 2018 e 2020.

No 1º turno das eleições de outubro de 2022, 29,2 milhões de eleitores com idade a partir de 16 a 29 anos registraram o voto nas urnas brasileiras e 21,55% não compareceram nas seções eleitorais. No 2º turno, o número de votantes jovens diminuiu para 28,9 milhões (abstenção de 22,36%). Deste eleitorado, os com menor percentual de abstenção foram os jovens de 16 e 17 anos (17,09% no 1º turno e 17,03%, no 2º turno). Na capital baiana, foram os indivíduos de 18 a 24 anos que mais exerceram o direito ao voto entre os eleitores jovens, com abstenção de 19,17% no 1º turno e 18,24% no 2º turno, abaixo da média nacional de abstenção de todo o eleitorado (20,91%).

Outro ponto a ser considerado é que “a participação é muitas vezes desencadeada em reação a eventos específicos e circunstâncias particulares, dependendo da estrutura de oportunidades geradas por questões específicas” (NORRIS, 2004, p. 10, tradução nossa)²⁰⁶, portanto, é muito cedo para saber se haverá fortalecimento da participação política dos jovens via voto, esse que é “uma das atividades políticas mais ubíquas” embora exerça “pressão difusa sobre representantes e partidos eleitos, com um resultado amplo que afeta todos os cidadãos” (NORRIS, 2004, p. 3)²⁰⁷.

7.2 EU, PREFEITO, MINHAS PRIORIDADES

O questionário *on-line* de nossa pesquisa incluiu uma única pergunta aberta. Sabe-se que esse método de coleta de dados é complexo porque o participante pode responder livremente, de modo que o conteúdo exige uma análise mais cuidadosa. Como explicam Marconi e Lakatos (2003, p. 204), a pergunta aberta “possibilita investigações mais profundas e precisas; entretanto, apresenta alguns inconvenientes: dificulta a resposta ao próprio informante, que deverá redigi-la, o processo de tabulação, o tratamento estatístico e a interpretação. A análise é difícil, complexa, cansativa e demorada”.

No entanto, essa liberdade concedida ao entrevistado também abre margem para resultados surpreendentes. Foi o que aconteceu com os desta pesquisa. A questão aberta indagou o entrevistado sobre o que priorizaria fazer pelos jovens se fosse prefeito de Salvador. Todas as respostas foram produtivas, exceto uma, cujo participante colocou um *emoji* no espaço previsto para a resposta, configurando o chamado dado perdido (*missing*), ou seja, não foi contabilizado na amostra. Assim, o *n* passou a ser de 279 (e não 280, como é a amostra) para a análise.

Os conteúdos coletados foram sistematizados em uma tabela de Excel. Após um primeiro exercício de exploração do conteúdo, identificamos categorias temáticas macro, como

²⁰⁶ Traduzido do inglês: “Participation is often triggered in reaction to specific events and particular circumstances, depending upon the structure of opportunities generated by specific issues” (NORRIS, 2004, p. 10).

²⁰⁷ Traduzido do inglês: “Voting, for example, can be classified as one of the most ubiquitous political activities through regular elections, yet one that exerts diffuse pressure over elected representatives and parties, with a broad outcome affecting all citizens” (NORRIS, 2004, p. 3).

educação, trabalho, saúde etc. Como segunda etapa de tratamento dos dados, optamos pelo reagrupamento do conteúdo via análise categorial dos depoimentos.

As categorias temáticas acompanharam os 11 direitos previstos no Estatuto da Juventude, pela conexão das prioridades apontadas pelos jovens com este marco legal. Além dessas categorias, acrescentamos uma décima segunda, nomeada de “auxílios”, para compilar propostas dos jovens que são contempladas em diferentes direitos assegurados pelo Estatuto, como mostra a Figura 13.

Figura 13 – Síntese das respostas por categoria temática



Fonte: Elaborado pela autora (2022); Arte: Santos (2022).

O último passo consistiu na análise do conteúdo das postagens coletadas, que, pela riqueza e diversidade das respostas e para tornar o conteúdo acessível, em formato mais atrativo para os jovens, as respostas da única questão aberta da *websurvey* foram sistematizadas e diagramadas em formato de *e-book*²⁰⁸ (Figuras 14 e 15).

Os jovens entrevistados tiveram apenas o espaço de um parágrafo para compartilhar suas principais prioridades caso fossem prefeito de Salvador. Mesmo com essa limitação de espaço, eles acabaram apresentando propostas relacionadas a todos os direitos previstos no Estatuto da Juventude, reforçando a relevância da escuta das juventudes não apenas para esta tese, mas para debates e construção de políticas públicas. A seguir, destacamos em negrito (grifo nosso) as categorias da sistematização que realizamos associadas ao Estatuto da Juventude.

Na primeira categoria **Participação Social e Política**, evidenciamos o desejo dos jovens de ampliar os espaços de articulação e participação social e política, com a garantia de mais escuta, diálogo e debates. Apontam também o fortalecimento dos espaços de governança, criação de dispositivos de democracia participativa, formações sobre política, sobre o papel do prefeito, do presidente da República e dos vereadores, com o envolvimento de escolas, universidades e projetos comunitários.

Na categoria **Educação**, os jovens revelam preocupação em relação à qualidade do ensino básico ao superior, garantia de acesso para todos, resgate dos que desistiram dos estudos, atenção para assegurar a permanência dos matriculados e cuidado com as demandas de formação relacionadas ao mundo do trabalho.

Esse tema do mundo do **Trabalho** é talvez um dos mais presentes no cotidiano dos jovens, sobretudo para quem já convive com a pressão da necessidade de assegurar a própria sobrevivência. Os jovens apontam nessa categoria o desejo de que a inserção no mercado ocorra sem discriminações. Defendem a oferta de oportunidades tanto no formato de emprego, como pequenos negócios. Reivindicam ainda incentivos à contratação de jovens via programas de estágio, jovem aprendiz e programas de primeiro emprego para vencer a barreira da falta de experiência.

²⁰⁸ O e-book “Eu, Jovem, Prefeit@ de Salvador”: Prioridades para políticas públicas voltadas para as juventudes” será publicado e lançado com parceiros da pesquisa.

Preocupações com a **diversidade e igualdade** também estão presentes nos registros dos participantes. Eles desejam priorizar investimentos voltados para redução da desigualdade e pobreza, a partir da garantia de direitos básicos, como saúde, educação, moradia e segurança, incluindo a segurança alimentar. Há quem elenque redistribuição de renda e outros realçam atenção para políticas para jovens LGBTQI+, com deficiência, além de envolver questões sobre homofobia, machismo, racismo, intolerância religiosa, entre outras.

Na área da **saúde**, a atenção dos entrevistados está voltada para o fortalecimento e monitoramento do Sistema Único de Saúde, de modo a combater irregularidades e assegurar ampliação de atendimentos. A importância da saúde mental também foi enfatizada pelos participantes.

A **cultura**, na visão dos jovens, precisa ser descentralizada, para contemplar também as periferias, e ser mais plural, valorizando as diferentes manifestações artísticas e locais. Os espaços culturais devem ser multiuso, funcionando como centros de convivência, com recursos tecnológicos, oficinas e cursos. Já os parques devem garantir opções de entretenimento e ser projetados considerando a realidade climática da cidade. Os entrevistados também enfatizam o potencial do segmento cultural para inserção profissional dos jovens.

A **comunicação**, por sua vez, foi lembrada como uma área que os jovens desejam conhecer, destacando principalmente as limitações de acesso às tecnologias de informação e comunicação, mais especificamente a conectividade. E quando mencionam prioridades para o **esporte**, os jovens defendem a promoção de projetos nas comunidades, entendendo o esporte como parte do desenvolvimento integral dos indivíduos. Para isso acontecer, sugerem que os centros poliesportivos sejam uma realidade nos diferentes territórios, sobretudo nos mais marginalizados pelas políticas públicas.

Na categoria **mobilidade**, percebe-se a insatisfação dos entrevistados em relação à limitação de possibilidade de uso gratuito do transporte público, e eles também propõem mais incentivo a meios de transporte alternativos, como bicicletas. Ao longo das respostas, os jovens também se mostram atentos à necessidade de mais políticas públicas voltadas para o **meio ambiente**, desde a reeducação e fortalecimento da consciência ambiental e sustentável às questões estruturais, como saneamento e falta de água. Lembram ainda a importância da revitalização de rios e áreas de preservação ambiental.

Na categoria **segurança**, os participantes apontam as diferentes formas de violência, como o genocídio da juventude negra, o racismo, o machismo, a homofobia. Conectam esses

problemas à desigualdade e chamam a atenção para populações juvenis mais invisibilizadas, como os jovens em situação de rua e os encarcerados. Demandam o direito de circular pela cidade sem medo, com uma polícia melhor preparada.

A categoria **auxílios**, por sua vez, reúne os apelos dos jovens que tratam de apoios mais específicos voltados, principalmente, para populações em situação de maior vulnerabilidade econômica. Os entrevistados se dizem dispostos a, uma vez ocupando o cargo de chefes do Executivo, oferecer apoio financeiro para quem tem baixa ou nenhuma renda, prorrogação de auxílio emergencial, além de programas de auxílio escolar e universitário e passe livre no transporte público. Uma das propostas contemplou oferta de bolsa para jovens universitários que retribuíssem com aulas para seus pares na comunidade onde vivem.

Essas propostas dos jovens podem mobilizar outras ideias e processos de escuta, debates e ações colaborativas. Podem ser úteis para instigar as conversas entre pares, na relação ensino-aprendizagem, nas construções e avaliações de políticas públicas para as juventudes. Sempre entendendo a importância da presença e participação efetiva dos jovens em todas as etapas dos processos sociais e políticos.

Figura 14 -- Capa do e-book "Eu, Jovem Prefeit@ de Salvador"



Fonte: Elaborado pela autora (2022); Arte: Santos (2022).

Figura 15 – Página do e-book "Eu, Jovem Prefeit@ de Salvador" sobre prioridades na área da Educação



Fonte: Elaborado pela autora (2022); Arte: Santos (2022).

Realizamos também uma análise de conteúdo (BARDIN, 2009), a partir do agrupamento de palavras-chaves que geraram o Gráfico 34, com o recurso “nuvem de palavras”, gerada com o *software* R²⁰⁹. A ideia foi traduzir, de forma visual, as palavras prioritárias apontadas pelos entrevistados. O tamanho de cada palavra é proporcional ao número de vezes que ela foi mencionada pelos jovens.

Essa ferramenta de processamento de dados qualitativos tem sido usada como opção para a análise de textos e para a apresentação de resultados de pesquisas de diversas áreas, incluindo Comunicação. Assim, as palavras de maior frequência aparecem destacadas no centro da nuvem, com tamanho da representação acompanhando o número de ocorrência das palavras, de modo que a maior delas, no caso de nossa pesquisa a “educação”, foi a mais repetida pelos entrevistados.

²⁰⁹ A nuvem de palavras foi gerada com o auxílio do *software* R Core Team (2021), disponível em: <www.r-project.org>, versão 4.1.2, e com o pacote do R *ggwordcloud*, versão 0.5.0, disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=ggwordcloud>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

O passo a passo da geração da nuvem de palavras incluiu:

1. Pré-análise: leitura de todo o conteúdo, com a checagem da organização inicial por agrupamento de ideia correlacionada às categorias definidas.
2. Tratamento dos dados com eliminação de preposições, artigos, incluindo as flexões de número de substantivos etc.
3. Contagem automatizada da repetição de palavras e geração da nuvem de palavras com o auxílio do *software R*.

Como resultado, nota-se que, além da palavra Educação, as mais mencionadas pelos jovens foram: Saúde, Trabalho, Emprego e Lazer. É preciso mencionar que, como o conteúdo analisado partiu de respostas a uma pergunta aberta, a tabulação do quantitativo obedece a uma observação do aparecimento de cada palavra e do sentido expresso em cada argumento. Assim, o resultado é quantitativo e também qualitativo.

Outra explicação importante é que, apesar de “trabalho” e “emprego”, por exemplo, terem sentidos próximos, consideramos importante manter as variações das palavras de cada categoria para assegurar a pluralidade de ideias expressas pelo jovem e garantir que a nuvem de palavras expresse, efetivamente, as mais reiteradas pelos entrevistados.

Portanto, as dimensões das palavras são proporcionais à frequência de cada uma. Assim, a apresentação da nuvem de palavras foi aqui utilizada como técnica complementar à análise temática, revelando o que os jovens que se interessam por política priorizariam se fossem prefeito da capital baiana.

7.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo pretendeu conhecer os padrões de participação política de jovens de Salvador que se interessam por política, comparando as ações nas modalidades *on-line* e *off-line*. Também examinou as principais influências do engajamento dos entrevistados. Além de alcançarmos a amostra predefinida de 280 entrevistados, distribuídos pelos territórios da cidade e por gênero; o nível alto de interesse, segundo 61,8% dos entrevistados, indicou que nossa pesquisa alcançou o público esperado.

Como na população geral jovem, o nível de interesse costuma ser inferior a 20% (MORAIS, 2017), buscamos chegar a esse público específico da capital baiana para entendermos como os jovens participam. Partimos da compreensão da relevância do engajamento político e de que o ato de participar aproxima o indivíduo da política e contribui para o senso de cidadania e construção de valores democráticos (MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021).

Uma atitude que pode ser contínua, como parte de uma cultura política, ou motivada por circunstâncias (NORRIS, 2004), portanto, no contexto desta pesquisa, investigamos também se a pandemia influenciou no interesse dos entrevistados pela política. E, para quase metade deles (47,1%), sim, a situação da Covid-19 os moveu mais em direção ao tema da política. Em relação ao pós-pandemia, 44% deles se declararam pessimistas e muito pessimistas.

Nas pesquisas que envolvem jovens, é comum eles não revelarem seu posicionamento ideológico (BAQUERO, 2003) ou se acomodarem ao centro (MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021). Na nossa investigação, todavia, a maioria afirmou ser de esquerda ou extrema esquerda (61%). Nossos entrevistados confiam como fontes de informação sobre política, principalmente, em jornais e revistas impressas (49%), *podcasts* (45%) e portais de notícias *on-line* (44%).

Interessante notar que, por meio de outra questão no questionário, os jovens disseram não usar jornais e revistas impressas, ainda assim, confiam nelas (GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020). *Podcasts* e portais de notícias *on-line*, por sua vez, aparecem com nível de *alta confiança*, o que comunga com o entendimento da internet como fonte de informação política (CASTELLS, 2002) e como novo agente socializador dos jovens (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019; NORRIS, 2004; SCHMIDT, 2000).

Os resultados não esclarecem, contudo, se a internet está impulsionando os jovens para uma cultura política mais participativa ou apenas está mantendo os níveis atuais de participação, mudando apenas a modalidade, como supõe Morais (2017). Somente uma nova pesquisa, com público similar, permitirá um comparativo. Por outro lado, nossa pesquisa evidencia um olhar crítico dos jovens para alguns recursos digitais. Os entrevistados demonstraram, por exemplo, que fazem filtros entre as opções digitais na hora de se informar sobre política. O maior nível de desconfiança foi atribuído ao WhatsApp ou Telegram (64% das indicações para *nada confiável* ou *raramente*).

Outro dado curioso é que 46% dos jovens também não confiam em “amigos, família, conhecidos” como fonte de informação sobre política, embora sejam referências para conversas sobre o tema. Ou seja, podemos deduzir que as relações com esses agentes tradicionais de socialização estão afastadas da comunicação dialógica, o que pode estar relacionado ao clima de polarização política, enquanto expressão da intolerância e inviabilização de debates construtivos.

Já escolas e universidades aparecem em quarta posição no *ranking* sobre com quem os jovens mais conversam sobre política, apesar de serem, tradicionalmente, os segundos agentes socializadores sobre política (FUKS; CASALECCHI; ARAÚJO, 2017; FUKS, 2011; 2012). Investigações futuras poderiam verificar se foi algo pontual do período da pandemia ou mesmo atestar se esse espaço está se distanciando do papel de socialização no tema. É preocupante possíveis resultados nesse sentido, considerando a redução das oportunidades para os jovens aprenderem e experimentarem o exercício do direito à participação, de forma mais qualificada.

Por outro lado, entre as instituições que lideram o *ranking* das mais confiáveis na opinião dos jovens, escolas e universidades aparecem em primeiro lugar (72%), seguidas por organizações sociais (57%) e família (44%). Também perguntamos sobre o nível de confiança na democracia e 46% responderam entre *confiável* e *totalmente confiável*. No entanto, nota-se que o percentual de entrevistados que apontam a família como *nada* e *pouco confiável* (31%) é quase três vezes superior ao dos que indicaram o mesmo para a escola/universidade (11%). Há estudos que indicam que as fontes de socialização primária estão sendo desafiadas pelos novos processos de socialização (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018), porém, evidenciamos isso apenas com relação à família e não com instituições de ensino.

Nossos achados também confirmam que os jovens preferem se manter distantes das instituições políticas, como políticos e governo federal (ambos com 59%), apontados entre os menos confiáveis. O que pode estar relacionado à midiaticização da corrupção, às interrupções democráticas, à herança patrimonialista e autoritária e à incapacidade das instituições políticas de reduzirem as mazelas sociais (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019). Explicações essas que vão ao encontro da teoria da cultura política (ALMOND; VERBA, 1963), que a relaciona a experiências positivas. Como consequência, temos a ameaça à institucionalidade democrática (CARRANO, 2012) e atitudes contra a política (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019).

Embora enfrentem inúmeros desafios, os jovens entrevistados nutrem sentimento positivo de eficácia política, com mais de 80% entre os entrevistados seguros de que sua participação pode promover mudanças no país, na cidade e na própria vida. Esse resultado é coerente com a relação direta entre sentimento de eficácia (ALMOND; VERBA, 1963) e interesse por política.

Esses jovens também se veem como atores que devem se implicar no processo de transformações sociais e talvez isso ajude a entender os sentimentos positivos dos jovens em relação à política apesar do desânimo constatado referente às instituições de representação política.

Na prática, os jovens exercem a participação por meio do movimento estudantil (16,5%), coletivos, movimentos e redes de jovens (15,7%), comunidades virtuais que discutem causas coletivas (13,1%) e organização social, não governamental, projeto social (13%). De modo geral, são os jovens com menor idade (18 a 24 anos) e mulheres que mais participam e o fazem, principalmente, via instituições informais. Os com mais idade (25 a 29 anos), quando dedicam tempo à participação, preferem instituições formais. Nesta categoria, a maioria é homem, com nível superior e renda de até 5 salários.

Logo, nossos achados confirmam o desinteresse dos jovens por integrar organizações políticas tradicionais, mostrando maior engajamento por vias informais e pela internet (GOHN, 2018; NORRIS, 2004; 2011; RECUERO, 2009; SCHMIDT, 2000), o que inclui entender a participação de modo mais fluído (JENKINS entrevistado por MOURA, 2020).

Ao categorizarmos por nível de participação, percebemos que somente cerca de metade dos entrevistados manifesta nível de participação entre *baixa* e *moderada* como melhores

resultados, o que parece pouco para um grupo que se declara com interesse em política: 61% afirmam ter *alto interesse*. Com lembram Avritzer (2002) e Avritzer e Santos (2003), são os hábitos de participação política que contribuem para a existência de uma cultura política.

No tocante às modalidades de participação política *on-line* e *off-line* dos jovens de Salvador, os achados demonstram que, nas eleições de 2018 e 2020, as formas mais recorridas para os entrevistados participarem politicamente envolveram a ação *on-line* de “curti ou não curti” um comentário com conteúdo político, bem como a opção de conversar (*off-line* ou *on-line*) para convencer outras pessoas sobre melhor partido ou candidato. As formas tradicionais (participar de partido político e presença em eventos em apoio a um candidato) foram as mais desprezadas.

A única exceção foi a ação de votar. Nas urnas, o desempenho dos jovens que se interessam por política alcança 61%, ou seja, 39% deles não exerceram esse direito. Em 2022, uma ampla mobilização da sociedade, que envolveu personalidades nacionais e internacionais, impulsionou a emissão de títulos para jovens a partir dos 16 anos, com crescimento de 50% no país.

Os jovens de Salvador, com idade entre 16 e 29 anos, compareceram às urnas no 1º turno das eleições, apresentando média de abstenção pouco menor do que a nacional: enquanto no país foi em torno de 21%, na capital baiana, foi de 20,21% (no 1º turno) e 19,13%, no 2º turno. Esses jovens representam pouco mais de 17% do eleitorado de Salvador e pouco mais de 18% dos cidadãos brasileiros aptos a votar.

Neste capítulo apresentamos ainda o resultado da questão aberta que indagou o que o entrevistado priorizaria fazer pelos jovens se ele fosse prefeito de Salvador. As respostas, sistematizadas em categorias temáticas, contemplaram os 11 direitos previstos no Estatuto da Juventude, acrescidos de uma décima segunda, nomeada de “auxílios”. Os jovens demonstram conexão com as prioridades reconhecidas pelo Estatuto e apontaram como concretiza-las em Salvador.

No próximo e último capítulo, nossa investida tem como meta alcançar o objetivo geral da tese de “investigar a relação entre competências infocomunicacionais e participação política (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador que se interessam por política”. Para tanto, recorreremos a técnicas estatísticas que envolvem análise multivariada e de correlação entre variáveis dos dois temas: participação política e competências infocomunicacionais.

8 RELAÇÃO ENTRE COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Após analisar os resultados da pesquisa relacionados às competências infocomunicacionais, e os referentes à participação política dos jovens de Salvador que têm interesse por política, partimos para o propósito de examinar a possível relação entre eles. Esse esforço atende ao objetivo geral desta tese: investigar a relação entre competências infocomunicacionais e participação política (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador que se interessam por política.

O primeiro passo para tornar essa etapa possível foi realizar análise fatorial (em perspectiva confirmatória, por partir de um referencial teórico) do conjunto de variáveis relacionadas aos dois temas: competência infocomunicacional e participação política. Primeiro, elaboramos indicadores de competência infocomunicacional a partir das variáveis relacionadas às competências em informação e em comunicação. O mesmo fizemos com a participação política, considerando as variáveis de participação *on-line*, *off-line* e os anos 2018 e 2020.

A análise fatorial foi submetida ao teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e ao teste de esfericidade de Bartlett (BTS), e ambos confirmaram a adequabilidade da amostra. Também se considerou o padrão de comunalidades, que se revelou superior a 0,5. Assim, o modelo de análise fatorial gerou um escore padronizado: média igual a zero e desvio padrão igual a 1.

A partir desse escore padronizado, criamos um indicador contínuo que varia de zero a quatro [0,4] tanto para competência infocomunicacional quanto para participação política. Em seguida, geramos um indicador categorizado para os estratos que estabelecemos previamente: para competência infocomunicacional, definimos as categorias: *nenhuma competência* [escore=0], *baixa competência* [0<escore<1], *moderada competência* [1<escore<2], *alta competência* [2<escore<3] e *altíssima competência* [3<escore<4]²¹⁰.

²¹⁰ Uma das referências que nos inspiraram foi o estudo de Bartalo e Borges (2016, p. 282), que trabalharam com categorias de intensidade de frequência de comportamento, estabelecendo as intensidades *baixa*, *moderada*, *alta* e *altíssima*.

Para participação política, criamos as seguintes categorias: *nenhuma participação* [escore=0], *baixa participação* [0<escore<1], *moderada participação* [1<escore<2], *alta participação* [2<escore<3] e *altíssima participação* [3<escore<4]²¹¹.

Ou seja, para analisar o mesmo fenômeno, trabalhamos com as três variáveis resultantes da análise fatorial – escore padronizado, contínua e categórica –, contudo cada uma delas usada em diferentes operacionalizações. As análises descritivas e frequenciais, por exemplo, foram realizadas a partir das variáveis categóricas dos indicadores de competência (o mesmo para participação), para auxiliar na visualização e processamento das informações. Os modelos de regressão, por sua vez, foram executados com os escores padronizados das análises fatoriais, uma vez que esse tipo de variável garante a variabilidade necessária para o método.

Chegamos então aos resultados apresentados nas Tabelas a seguir (22 e 23), que demonstram que a maioria dos entrevistados autopercebe-se com *altíssima* (46,8%) e *alta* (46,4%) competências infocomunicacionais. Em termos de participação política (*on-line* e *off-line*), a predominância foi de jovens com *moderada* (32%) e *alta* participação (30%).

Ao observarmos os resultados entre as competências, fica evidente que os jovens autoavaliam-se com nível melhor nas competências em informação (68,6%) na faixa da *altíssima* competência do que em relação às competências em comunicação, cujo maior percentual ficou na faixa de *alta* competência (42,5%).

Em relação à participação política, o maior percentual é de 37% para *alta* participação na modalidade *on-line*, enquanto na modalidade *off-line* é a categoria *baixa* participação que se destaca, com 37%. Ou seja, os jovens percebem-se mais competentes em informação e participam mais quando estão conectados à internet.

Esses resultados confirmam os achados de pesquisas anteriores que demonstraram maior atuação dos jovens em ações de participação associadas às novas formas de sociabilidade e comunicação nos ambientes digitais, ainda que as mobilizações não se limitem às redes e desaguem, em alguma medida, nas ruas (BOULIANNE; THEOCHARIS, 2018; GOHN, 2018;

²¹¹ Para definir essas categorias de participação, partimos de alguns estudos de referência, como Borba, Ribeiro e Hansen (2016), que utilizaram o banco de dados do Latin American Public Opinion Project (Lapop, 2012) para analisar as relações e condicionantes da participação *on-line* e *off-line* no Brasil, assim como as pesquisas do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina/UFRGS (Nuposal). Outro estudo importante que contribuiu para nossas escolhas metodológicas e de técnicas estatísticas é o de Norris (2004) que investigou os padrões de ativismo de jovens, a partir da análise de regressão multivariada, contemplando fatores sociais como gênero, educação, renda, interesse político, confiança e eficácia. Norris e Curtice (2006) também pesquisaram as particularidades e relações existentes entre o ativismo *on-line* e *off-line*, assim como Oser *et al.* (2022).

MORAES; XIMENES, 2016; MORAIS, 2021; NORRIS, 2004; OLIVEIRA *et al.*, 2016; OSER *et al.*, 2022).

Em termos de competências infocomunicacionais, também já tinha sido constatado que as competências em informação têm sido mais estimuladas e apreendidas pelos participantes de formações que contemplam esses temas. Esses resultados foram evidenciados pelos estudos de Santos, Sousa e Borges (2019), que analisaram 34 programas e modelos para o desenvolvimento de competências infocomunicacionais no Brasil e no exterior, assim como no estudo com participantes de um curso envolvendo estudantes de Secretariado Executivo da UFBA (AGUIAR; SANTOS; BORGES, 2015). Do mesmo modo, percebe-se foco maior nas competências em informação na Base Nacional Comum Curricular (SILVA; BORGES, 2020).

Tabela 22 – Competência em informação, em comunicação e infocomunicacional

¹ Total de entrevistados	N = 280 ¹
Informação, n (%)	
nenhuma competência	1 (0.4)
baixa competência	4 (1.4)
moderada competência	9 (3.2)
alta competência	74 (26.4)
altíssima competência	192 (68.6)
Comunicação, n (%)	
nenhuma competência	1 (0.3)
baixa competência	7 (2.5)
moderada competência	45 (16.1)
alta competência	119 (42.5)
altíssima competência	108 (38.6)
Informação e Comunicação, n (%)	
nenhuma competência	1 (0.4)
baixa competência	2 (0.7)
moderada competência	16 (5.7)
alta competência	130 (46.4)
altíssima competência	131 (46.8)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Tabela 23 –Participação nas eleições de 2018 e 2020 (*on-line* e *off-line*)

Variáveis	N = 280
Participação nas eleições de 2018 e 2020: <i>on-line</i>, n (%)	
nenhuma participação	25 (9)
baixa participação	51 (18)
moderada participação	54 (19)
alta participação	103 (37)
altíssima participação	47 (17)
Participação nas eleições de 2018 e 2020: <i>off-line</i>, n (%)	
nenhuma participação	21 (7)
baixa participação	103 (37)
moderada participação	92 (33)
alta participação	37 (13)
altíssima participação	27 (10)
Participação nas eleições de 2018 e 2020 <i>on-line</i> e <i>off-line</i>, n (%)	
nenhuma participação	11 (4)
baixa participação	65 (23)
moderada participação	89 (32)
alta participação	83 (30)
altíssima participação	32 (11)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

*Deu match!*²¹²

8.1 CORRELAÇÃO POSITIVA E SIGNIFICATIVA

Ao avaliarmos a possível correlação entre as competências infocomunicacionais e a participação política dos entrevistados nas eleições de 2018 e de 2020 (tanto *on-line* quanto *off-line*), encontramos uma associação positiva e estatisticamente significativa, de modo geral, a partir do modelo de regressão linear.

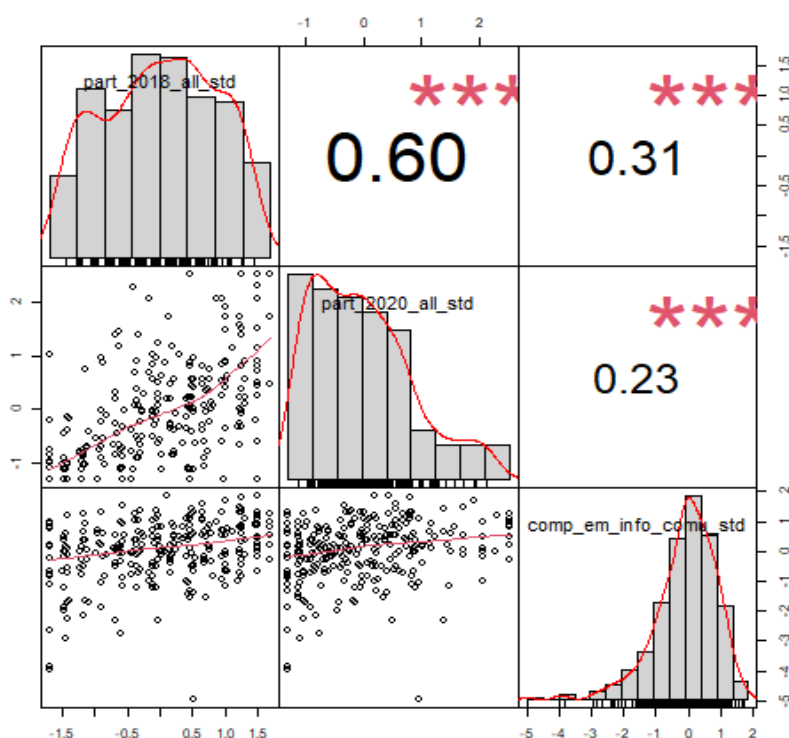
Esse resultado, portanto, confirma a relação entre os objetos de estudo: competências infocomunicacionais e participação política. O Gráfico 35 ilustra o padrão de correlação entre as variáveis analisadas, assim como a magnitude dos coeficientes de correlação. Na diagonal principal da figura (onde se visualizam os gráficos em barras, os histogramas), estão as respectivas distribuições das variáveis analisadas (de cima para baixo): participação política em 2018, seguida da participação política em 2020 e da competência infocomunicacional. Acima da diagonal principal, estão os valores dos coeficientes de correlação (r). Abaixo, estão registrados os gráficos de dispersão.

No segundo quadrado da primeira linha, vemos o resultado da correlação entre a participação de 2018 e 2020, $r = 0,60$. Já o coeficiente de 0,31 representa a correlação da participação de 2018 com a competência infocomunicacional. E o coeficiente de 0,23 é a correlação entre a participação de 2020 com a competência infocomunicacional. Todos os coeficientes de correlação são estatisticamente significativos (p -valor $< 0,001$).

E entre os achados, os padrões de participação entre as eleições de 2018 e 2020 revelaram os melhores resultados: a associação é positiva, forte e estatisticamente significativa ($r = 0,6$; p -valor $< 0,001$). Isso porque, segundo Dancey e Reidy (2018), r maior do que 0,3 ($r < 0,30$) indica uma correlação fraca; quando r varia de 0,3 a 0,6 ($0,3 \geq r < 0,6$) é considerada associação moderada; e quando o resultado de r é maior do que 0,6 ($r \geq 0,6$), a correlação é reconhecida como forte. A definição desses níveis, no entanto, gera discussões entre autores da área e, em geral, importa mesmo se a correlação é estatisticamente significativa.

²¹² Expressão usada, popularmente e especialmente entre jovens de Salvador, para dizer que duas pessoas combinaram ou, neste caso, as duas categorias: competência infocomunicacional e participação política (2022).

Gráfico 35 – Correlação entre competência infocomunicacional e participação política
– 2018 e 2020



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Ou seja, considerando que os valores mais próximos de “um” indicam correlação mais forte e o sinal positivo, correlação positiva (se um indicador aumenta, o outro aumenta²¹³), o melhor resultado encontrado está na correlação entre as participações em 2018 e 2020. Assim, as participações de 2018 e de 2020 estão positivamente relacionadas. Se o jovem aumenta a participação em uma eleição, no outro pleito também cresce.

Teoricamente, esses resultados fazem sentido, considerando que este público que declara interesse em política tende a aumentar o engajamento com cada experiência de participação (NORRIS, 2004). No entanto, necessitaríamos de novos experimentos para aprofundar a análise e testar outras vezes os achados.

²¹³ Se o sinal fosse negativo, quando um aumentasse, o outro diminuiria. Ou seja, quando a participação em 2018 aumentasse, a de 2020 diminuiria. Esse é o coeficiente de correlação de Pearson (r), que é uma medida de associação linear entre variáveis. O valor do r varia de -1 a +1. O sinal indica a direção negativa ou positiva da associação, e o valor representa a magnitude da relação. Quando mais próximo dos extremos, mais forte. Um valor de r igual a 0 indica ausência de relação entre as variáveis (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

A participação (tanto em 2018 quanto em 2020) também demonstrou correlação positiva com a competência infocomunicacional, ou seja, estão positivamente associadas. Se a competência aumenta, a participação também aumentará. Estudiosos já apontaram as habilidades cívicas e digitais como condicionantes da participação de indivíduos (BEST; KRUEGER, 2005; NORRIS, 2001; OLIVEIRA *et al.*, 2016; VERBA; SCHOLZMAN; BRADY, 1995), e a pesquisa de Borges (2011) associou a relação entre conhecimentos, habilidades e atitudes infocomunicacionais e os impactos sobre a participação de organizações da sociedade civil. Entretanto, não tínhamos identificado até então a relação direta e estatisticamente comprovada entre participação política e competências infocomunicacionais.

É preciso reforçar, todavia, que a participação depende de vários fatores para além das competências infocomunicacionais, como interesse, sentimento de eficácia, tipo de socialização política, nível de escolaridade, condições, entre outros (ALMOND; VERBA, 1963; BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019; BOULIANNE; THEOCHARIS, 2018; DALTON; WELZEL, 2014; MOISÉS; CARNEIRO, 2008; NORRIS, 1999; 2004; RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018; VITA, 2004).

Este estudo, todavia, indica que, pelo menos com os indicadores analisados, a correlação é comprovada. As competências infocomunicacionais estão associadas à participação política e vice-versa. Ou seja, quanto mais competências os jovens tiverem, maior a participação. O inverso também procede. Quanto menor o nível de competência, mais reduzido o nível de participação.

Importante também ressaltar que não apenas as correlações mencionadas são positivas, como também são estatisticamente significativas. Obteve-se um p -valor $< 0,001$, o que indica significância estatística ao nível de 1%, representada na figura pelos três asteriscos, o que atesta ser este um dado muito interessante, segundo os padrões estatísticos (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2011).

O modelo de análise estatística aplicado mostrou-se, portanto, consistente. De todo modo, novos testes serão fundamentais para avaliá-lo, assim como considerar as possibilidades de replicação. Do mesmo modo, estudos mais qualitativos, tanto em relação às competências quanto em relação à participação política, são desejados para aprofundar as análises.

Perfil dos jovens

A partir dos resultados das correlações positivas, conseguimos descrever também o perfil dos jovens em relação às variáveis independentes, como idade, gênero, cor/raça, escolaridade e renda. Desse modo, conseguimos especificar o perfil dos jovens dos dois padrões de participação e competência (menos competente e menos participativo; mais competente e mais participativo)²¹⁴.

As Tabelas 24 e 25 demonstram que os mais competentes e mais participativos são formados, predominantemente (64%), por jovens com idade entre 18 e 24 anos, e 52% são mulheres. Os menos competentes e menos participativos também são compostos por jovens com menor idade (18 a 24 anos), 87%, e a maioria são homens (56%).

Tabela 24 – Perfil dos jovens mais competentes e comunicativos

Variáveis	N = 96
faixa etária, n (%)	
18-24 anos	61 (64)
25-29 anos	35 (36)
gênero, n (%)	
homem	40 (42)
mulher	50 (52)
outro gênero não-binário	6 (6)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Tabela 25 – Perfil dos jovens menos competentes e menos participativos

Variáveis	N = 76
faixa etária, n (%)	
18-24 anos	66 (87)
25-29 anos	10 (13)
gênero, n (%)	
homem	43 (56)

²¹⁴ Os critérios para a definição de mais/menos competente/participativo consideram o escore padronizado produzido a partir da análise fatorial. Indivíduos que tenham escore maior que zero (>0) são considerados mais competentes/participativos, por apresentar valores acima da média. Por outro lado, indivíduos com escore menor que zero (<0) são os menos competentes/participativos, pois apresentam valores abaixo da média.

Variáveis	N = 76
mulher	31 (41)
outro gênero não-binário	2 (3)

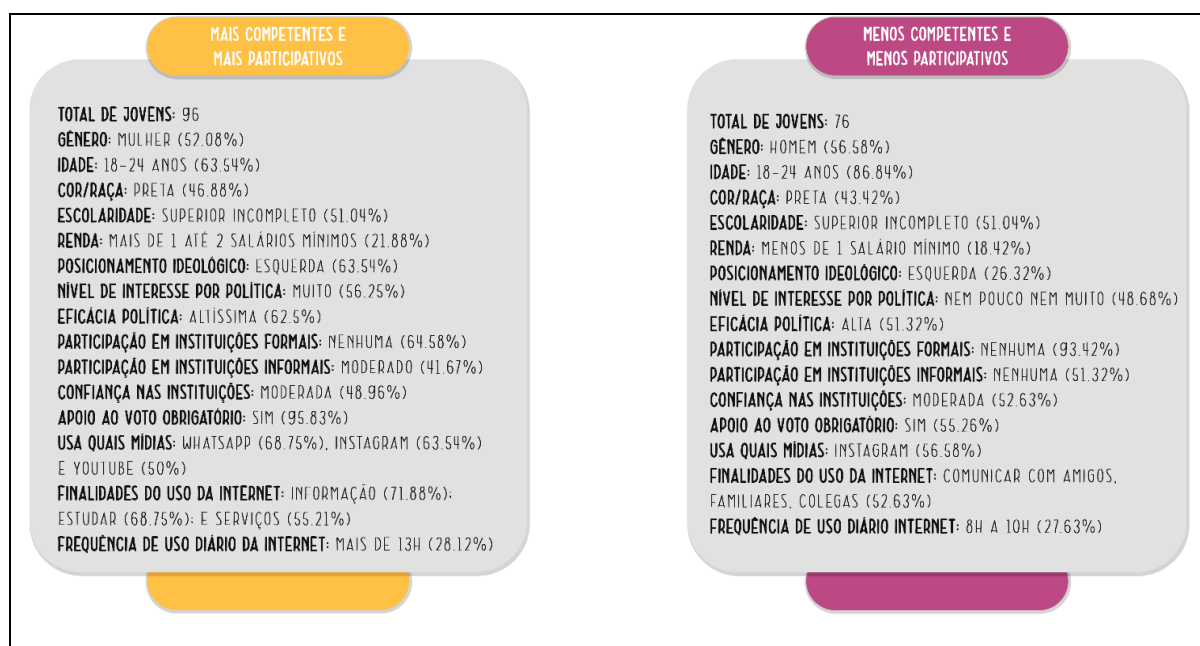
Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Em seguida, decidimos realizar nova camada de análise para conhecer o perfil social dos jovens enquadrados nos dois padrões (mais competentes e mais participativos; menos competentes e menos participativos), considerando as variáveis explicativas do estudo²¹⁵ Como resultados em comum, embora com percentuais distintos, os dois padrões apresentam idade predominante entre 18 e 24 anos, cor preta, escolaridade Ensino Superior Incompleto, posicionamento ideológico de esquerda, usam o Instagram e possuem confiança moderada nas instituições.

Quando observadas as principais diferenças entre quem é mais participativo e mais competente em comparação com quem é menos participativo e menos competente nota-se que, além da predominância do gênero feminino nos “mais mais”, há maior percentual de nível superior, com maior renda, maior interesse por política, maior sentimento de eficácia política, maior participação em instituições informais, maior apoio ao voto e eles passam mais tempo conectado. Alguns desses principais resultados das variáveis observadas por tipo de perfil estão reunidos na Figura 16.

²¹⁵ As variáveis observadas relatadas neste estudo foram: gênero, idade, raça/cor, escolaridade, renda, posicionamento ideológico, interesse por política, eficácia política, participação em instituições formais, participação em instituições informais, confiança nas instituições, voto, fontes de informação e política, frequência de uso das mídias, finalidade do uso da internet e frequência de uso diário da internet.

Figura 16 -- Comparativo entre os dois perfis de competência e participação



Fonte: Elaborado pela autora (2022); Arte: Santos (2022).

Diante desses resultados, processos formativos e educacionais continuados, tanto em espaços formais quanto em informais, podem contribuir para o desenvolvimento político dos indivíduos e de suas competências infocomunicacionais. Um dos jovens ouvidos nas entrevistas semiestruturadas, por exemplo, lamentou a falta de conhecimentos mais aprofundados sobre participação:

“Para mim é uma lacuna muito grande na minha formação política, de não saber sobre diversas vias de participação política. Não é só ir para as ruas, a gente vai descobrindo outras [formas] também, como a questão dos abaixo-assinados etc., mas tem também outros tipos de pressão política, de participação, no sentido de deixar nossa voz de opinião pública. Também é uma lacuna da escola que, às vezes, a gente acaba se perdendo, nem correndo atrás dessas formas diversas e efetivas de participação.” (JOVEM 4)

Outra jovem entrevistada na fase qualitativa explica como a universidade foi fundamental para seu engajamento político:

“Conheci o movimento estudantil na universidade, na verdade, no cursinho no meu interior, mas me envolvi mais profundamente na universidade. [...] Conheci aquelas manifestações contra os vinte centavos da passagem de ônibus que virou aquela grande mobilização nacional contra as taxas abusivas, contra os cortes nas universidades, tudo aquilo que estava

acontecendo, e até então, desde aquele dia, eu não parei de participar das mobilizações de rua que aconteceram né? E não só participar, mas me envolver, ajudando a construir. Lembro uma que foi bem marcante pra mim, que teve a ver com essa coisa das redes, que foi lá na UFBA. Logo na semana depois que a gente teve as eleições em 2018 e Bolsonaro ganhou, a gente fez uma mobilização no WhatsApp e, na segunda-feira, a UFBA estava lotada de estudantes.” (JOVEM 9)

Uma das jovens ouvida endossa a relevância de uma educação crítica, que torne o ato de votar mais consciente e fundamentado, compreendendo como funcionam os diferentes poderes:

“Só vai desenvolver isso através de uma educação crítica, pensar que o voto que dou na urna tem de ser pesquisado. Tenho que saber quem é o candidato, de onde vem, qual é o partido, de onde vem esse partido, como surgiu, o que propõe para além do que o candidato está falando, quem são as outras pessoas que já estão eleitas desse partido, qual o papel do Congresso Nacional, qual o papel da Câmara, qual o papel do prefeito de minha cidade. Muita gente não tem ideia de como funciona o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” (JOVEM 7)

Sobre o tema competências infocomunicacionais, jovens ressaltaram a importância de uma educação que ocorra nos diferentes espaços e linguagens, de modo a despertar nas juventudes o interesse e a importância de compreender e propagar informações de qualidade e que contribuam para uma comunicação educativa:

“Acho que precisamos muito levar essas informações de uma maneira mais atrativa para o jovem estar compreendendo, levar para o ambiente escolar, em rede televisiva, um cursinho de como lidar com informações, fake news, essas coisas. Se o jovem chegar na escola e aprender sobre informação de forma atrativa, que ele saia pensante daquele lugar. Imagine ele tá chegando em casa e fala: ‘poxa mãe, eu aprendi isso e isso, cuidado com a informação que você recebe’. Aí vai explicar para a mãe e a mãe: ‘nossa, olha o que ele aprendeu na escola hoje’ e aí já fica com aquela pulga atrás da orelha. E acaba que ele leva para a mãe e a mãe leva para alguém...” (JOVEM 1)

“Acho que é mesmo da gente ter uma educação de mais qualidade, que faça com que aquele aluno consiga refletir criticamente sobre o dia a dia dele. Geralmente as notícias falsas estão sempre beneficiando algum grupo ou alguém que está por trás daquilo.” (JOVEM 3)

“Saber se comunicar, falar e interagir agrega muito mais no debate, nas reuniões.” (JOVEM 6)

Os jovens ouvidos na fase qualitativa também trazem reflexões sobre o próprio sentido da educação enquanto meio de transformar a sociedade para melhor e não centrada nos benefícios individuais. O depoimento a seguir é um exemplo de leitura crítica da realidade e da razão de existir no mundo:

“Quando a gente está estudando e perde o outro de vista, você não sabe por que está fazendo aquilo. Tem colega que diz: fiz a faculdade porque quero ganhar muito dinheiro, quero comprar uma BMW. Eu não questiono o motivo dele, mas, para mim, o motivo individual é muito pouco. Você tem que entender por que aquilo ali funciona, para que presta. [...] Se você tem um conhecimento que não tem utilidade social, que ele não tem uma função social, que não está unindo pessoas ou servindo pessoas, fica meio sem sentido.” (JOVEM 7)

Na fala da jovem 7 fica evidente uma leitura crítica de sentido de vida e de viver em sociedade, contrariando os comportamentos individualistas e materialistas. Portanto, o eco das vozes dos jovens entrevistados nesta pesquisa precisa ressoar, com mais força, dentro dos ambientes educacionais, mas também para além deles. A relação direta entre competências infocomunicacionais e participação política reforça a importância de trabalhar ambos os temas, a partir de abordagens que favoreçam uma educação crítica e ética.

As tecnologias e mídias digitais continuarão exercendo papel importante na socialização dos jovens e demandando cada vez mais cidadãos conscientes e comprometidos com valores democráticos, de modo que seu envolvimento na vida pública e sua participação gerem melhorias para a comunidade política.

8.2 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Quando pensamos nas ações de participação política dos jovens, é fácil imaginar que estão associadas a práticas de informação e de comunicação pela relação com a mobilização prévia e pela presença constante nos ambientes digitais. Parece uma relação indissociável, embora o inverso não pareça tão óbvio assim. Um indivíduo com competências para se informar e se comunicar não necessariamente participará politicamente.

Checar se alguma dessas suposições é verdadeira, a partir de evidências científicas, requisita explorar técnicas e desenvolver método de análise. Por isso empreendemos esforços

nessa direção, lançando mão de técnicas estatísticas que já são fortes aliadas das pesquisas que envolvem participação política e também das competências infocomunicacionais.

A partir dos achados da pesquisa quantitativa com jovens de Salvador que se interessam por política, envolvendo os dois temas, recorreremos à análise fatorial que nos permitiu evidenciar que a maioria dos entrevistados autopercebe-se com *altíssima* (46,8%) e *alta* (46,4%) competências infocomunicacionais. E, em relação à participação política (*on-line* e *off-line*), a predominância foi de jovens que apresentaram *moderada* (32%) e *alta* (30%) participação.

Ao avaliarmos a possível correlação entre as competências infocomunicacionais e a participação política dos entrevistados nas eleições de 2018 e de 2020 (tanto *on-line* quanto *off-line*), encontramos uma associação positiva e estatisticamente significativa, de modo geral, a partir do modelo de regressão linear.

A participação política (2018 e 2020) demonstrou correlação positiva com as competências infocomunicacionais, ou seja, estão associadas. Se a competência aumenta, a participação também cresce. No senso comum também se espera esse resultado, uma vez que indivíduos com mais conhecimentos, habilidades e atitudes tendem a ter melhor preparo para participar, mas não necessariamente se comportaria nessa direção. Agora, todavia, temos essa confirmação científica, a partir dos indicadores adotados no nosso estudo.

E como se trata de uma correlação linear, o inverso também é verdadeiro. Quem mais participar também terá melhor desempenho em termos de competências infocomunicacionais. Desse modo, confirmamos a relação entre os objetos de estudo: competências infocomunicacionais e participação política, ou seja, alcançamos o objetivo geral da tese de investigar a relação entre competências infocomunicacionais e participação política (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador que se interessam por política.

O modelo permitiu, inclusive, identificar o perfil social dos mais competentes e mais participativos, que, em nossa pesquisa, são, predominantemente, jovens com idade entre 18 e 24 anos (61%) e mulheres (52%). Os menos competentes e menos participativos também são compostos, em um percentual maior, de jovens com idade entre 18 e 24 anos (87%) e são homens em sua maioria (57%).

Analisamos ainda o comportamento de outras variáveis em relação aos dois padrões da relação entre participação e competências (os *mais mais*; os *menos menos*) e um dos resultados

mostra que quem é mais participativo e mais competente em comparação com os menos participativos e menos competentes tem maior percentual de: escolaridade de nível superior, renda, espectro de esquerda, interesse por política, maior eficácia política, participação em instituições formais e informais, apoio ao voto, uso das mídias em intensidade e mais tempo conectado.

Além desses resultados, muitos outros podem ser gerados e explorados a partir desse modelo. Enfim, na conclusão da tese a seguir, apresentamos os principais resultados alcançados e a relação com os objetivos pretendidos nesta investigação. Apontamos ainda possibilidades para novos desdobramentos e nossos desejos de continuidade e de aprofundamentos desta investigação.

9 CONCLUSÃO

Quando iniciamos esta pesquisa em 2018, o cenário político tenso tornou-se ainda mais complexo com a vitória nas urnas de um representante da extrema-direita para a Presidência da República. As universidades logo se tornaram alvo de cortes orçamentários, e a ciência como um todo passou a enfrentar as investidas de um governo que atacava a educação, ao passo que o fenômeno das *fake news* contribuía para o desmonte das fontes credíveis de informação e de conhecimento.

Dois anos depois, a pandemia da Covid-19 se estabeleceu no mundo e tornou os desafios no Brasil ainda mais penosos. As afrontas à ciência se alargaram ao ponto de violar o direito à vida, com parte da população relativizando, negando e até distorcendo recomendações de especialistas quanto às medidas de prevenção e ao tratamento para combater o vírus SARS-CoV-2.

Após um ano de convívio com as perdas geradas pelo vírus e iniciando um esquema de vacinação incipiente no país, realizamos nosso trabalho de campo com as juventudes de Salvador, adaptando a metodologia para as soluções digitais, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFBA. O esforço acadêmico exigiu rever não apenas instrumentos de coletas de dados, mas sobretudo estratégias para alcançar e mobilizar os jovens a participarem da pesquisa.

Estávamos lidando com as limitações do contato a distância e também com a peleja para engajar um público que estava sofrendo com o acirramento dos impactos das desigualdades socioeconômicas, fragilidades da saúde mental, ameaças à saúde física, perdas de familiares e amigos, entre outros problemas causados pela pandemia. Uma realidade dura e sem previsão de quando chegaria ao fim, extenuante para eles, para nós pesquisadores e para toda a sociedade.

Diante de toda essa ‘tempestade’, trabalhar em colaboração foi vital. Uma ampla rede foi articulada para chegarmos aos 280 jovens que compuseram a amostra da pesquisa. A capilaridade alcançada de 65,8% dos bairros de Salvador (112 dos 170 existentes) foi uma das conquistas impossível para o modelo de aplicação presencial do questionário inicialmente planejado.

Esse é um dos resultados que atestam o vigor da ciência, quando ressignificamos os obstáculos e não desistimos. Aprendemos também que flexibilizar recursos não significa abrir

mão do rigor científico, embora limitações sejam reconhecidas tal como existiriam em outro cenário. Recorremos a estratégias para minimizar os problemas e reconhecemos as imperfeições relatadas ao longo da tese.

Nos capítulos teóricos, apresentamos os conceitos basilares de nossa investigação (competências infocomunicacionais e participação política), conectando-os com os contextos atuais e com o público de interesse da pesquisa: jovens de Salvador que se interessam por política. Demonstramos ainda que abordar esse público exige um olhar para a diversidade e para as desigualdades socioeconômicas que impactam suas vidas.

As assimetrias em termos de garantia de direitos, ao mesmo tempo que podem ser motores para a participação política dos jovens e para o desenvolvimento das competências infocomunicacionais, também são forças que atravancam esses processos. Além de oportunidades e condições dignas asseguradas, os jovens, assim como qualquer indivíduo, dependem de motivações, boas referências e princípios que os guiam para contribuir com transformações positivas em uma sociedade democrática.

Em termos de competências infocomunicacionais, o campo da Comunicação tem reunido vasto acervo relacionado às competências para se informar e se comunicar em uma era digital que encara, com mais intensidade atualmente, o fenômeno da desinformação e das *fake news*, cujos impactos podem influenciar o jogo político e os diversos aspectos relacionados ao viver em sociedade.

As tecnologias digitais impactaram na descentralização e na noção de emissor, produtor e receptor de conteúdos, permitindo que qualquer pessoa, com competências mínimas desenvolvidas, possa acessar, elaborar e disseminar conteúdos e se relacionar com outros indivíduos sem barreiras de tempo e geográficas. Por sua vez, as *big techs* exploram os sentimentos, emoções e desejos dos indivíduos em detrimento do argumento e da lógica, favorecendo a desinformação e, conseqüentemente, os movimentos antidemocráticos (BUCCI, 2021; 2022).

Essas alterações nas formas de sociabilidade impactam também nas possibilidades do exercício do papel político em sociedade. Informar-se e comunicar-se com fins políticos tem exigido ainda mais prudência ética e responsabilidade, assim como uma visão crítica diante do que circula nas redes, sejam produções autorais ou de terceiros, e até mesmo noção sobre como funcionam as indústrias dos algoritmos. Também tem requerido diversas frentes de atuação que

ganham mais potência quando são articuladas em rede, como as iniciativas de formação crítica, de checagem e apuração de fatos, as discussões em torno da regulamentação das plataformas, as pesquisas, entre outras.

Assumimos, portanto, nesta tese que os cuidados e apuro ao lidar com a informação e a comunicação podem e devem ser desenvolvidos de forma contínua, via educação formal e informal. O exercício constante desses aprimoramentos é fundamental para a capacidade de escolhas individuais e também decisões que dizem respeito ao ser cidadão em um regime democrático.

A democracia no Brasil, assim como o público de interesse desta tese, é jovem, e, como tal, precisa de amadurecimento, além de apoio e ações de fortalecimento de toda a sociedade. A participação política está, totalmente, imbricada com essa perspectiva e com o contexto atual. Não à toa este é um tema cada vez mais presente nas pesquisas que se debruçam sobre as juventudes (BOULIANNE; THEOCHARIS, 2018; MESQUITA; CANTONI, 2016, MORAIS, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2016; MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021; NORRIS, 2004).

Desde 2013, as manifestações e os protestos pelas ruas do país, impulsionados via ambientes digitais e com a presença expressiva de jovens, além das novas práticas políticas que ocorrem graças à internet, têm sido insumo de investigações que buscam entender essa relação cada vez mais tênue entre as modalidades *on-line* e *off-line* de participação política, assim como são, progressivamente, complementares entre si as ações convencionais (a exemplo do voto) e não convencionais (como protestos) (GIBSON; CANTIJOCH, 2013; MORAIS; BAQUERO, 2017; NORRIS, 2004).

A partir do lastro teórico inicial, nossa pesquisa empírica foi planejada de modo a alcançar os objetivos da tese. Em relação ao **primeiro objetivo específico** “Verificar a percepção dos jovens em relação às próprias competências infocomunicacionais”, constatamos que a maioria dos entrevistados se sente mais apta diante das competências em informação (acima de 70%) do que ante as competências em comunicação (média de 60%). A autoavaliação sobre ambas, no entanto, são bem positivas, o que pode estar relacionado ao efeito Dunning-Kruger, em que a pessoa exagera na percepção das próprias habilidades.

Em todo caso, esses resultados podem ser interpretados como oportunidades para processos formativos, principalmente, em competências em comunicação. Como demonstrado no capítulo teórico sobre a internet e aprendizagens (p. 132), a BNCC e os cursos mapeados no

país que tratam de competências infocomunicacionais têm priorizado as competências em informação. O que também tem sua relevância, especialmente, quando consideramos os desafios oriundos das *fake news*.

Embora os jovens se mostrem atentos às necessidades de checar a veracidade das informações, 14% admitem disseminar, conscientemente, conteúdos falsos, *sempre, às vezes* ou *raramente*, o que requer reflexões sobre ética e responsabilidade além de envolver questões relacionadas às competências. Esse resultado também instiga discussões sobre a possível relação desse comportamento associado à política. Até que ponto existe uma tolerância ao uso das *fake news* para fins políticos quando o atingido é o meu adversário? Essa é uma das questões que podem ser aprofundadas com estudos futuros, uma vez que nossa pesquisa não alcança essa discussão a fundo.

Importante considerar ainda que 90% dos entrevistados reconhecem que *fake news* causam impacto na política e demonstram um olhar crítico para fontes de informações. Apesar disso, admitem que precisam aprimorar as competências para avaliar os conteúdos que recebem e mostram certo cansaço diante do fenômeno da desinformação.

Nosso estudo também mostra que os jovens de Salvador que se interessam por política costumam navegar entre cinco e dez horas diárias, compartilhando mais conteúdos de terceiros do que os próprios. Para nossos entrevistados, não tem sido um hábito comum o processo de se informar, produzir uma reflexão própria e postá-la na rede. Eles podem até realizar todo esse percurso, mas não se sentem motivados a expressar a própria opinião nas redes: somente 34% afirmam divulgar conteúdo autoral.

Entre as razões, aparecem o receio das interações hostis, permeadas de discursos de ódio, e o medo do cancelamento. Mesmo que se sintam aptos a expressar suas ideias em qualquer ambiente, os jovens dizem que têm evitado estabelecer diálogo nas redes, o que restringem as oportunidades de desenvolvimento de competências em comunicação, como exercer a argumentação e a negociação, por exemplo.

Em relação às competências operacionais, a pesquisa evidenciou que é pelo celular/*smartphone* que 94% do público pesquisado se mantém conectado, sendo que cerca de 20% dos entrevistados sofrem com conexão limitada, o que pode comprometer o aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes, como atestam estudos sobre

limitações em termos de aprendizagem associadas aos tipos de dispositivos e à conexão precária.

Em termos de políticas públicas, isso significa que é preciso garantir o direito universal à internet de qualidade, a equipamentos/dispositivos, a processos educativos e de formação continuada, que contemplem as diferentes competências, a partir de propostas de educação crítica, emancipatória e cidadã.

A temática da aprendizagem também reúne achados importantes. Os entrevistados dizem aprender, principalmente sozinhos, a se informar e a se comunicar *on-line*, assim como quando aprimoram o uso dos recursos da internet. Como outras referências principais aparecem “escola/universidade”, “outros jovens” e “amigos”. A depender da temática que motive a interação, há mudança na hierarquia entre esses três últimos. Isso certifica a interdependência entre os processos educativos formais e informais (SCOLARI, 2016).

Ao observarmos o **segundo objetivo específico** “Comparar padrões de participação política (*on-line* e *off-line*) entre jovens de Salvador”, identificamos que 61,8% de nossos entrevistados afirmaram ter alto nível de interesse por política, com quase metade deles (47,1%) garantindo que a pandemia contribuiu para aumentar o interesse pelo tema.

A maioria deles se identifica como ideologicamente de esquerda ou extrema esquerda (61%), sendo que 49% consideram jornais e revistas impressas fontes de informação confiáveis sobre política – mesmo não usando esses meios de comunicação –, *podcasts* (45%) e portais de notícias *on-line* (44%). Essas duas últimas opções são digitais e sustentam a internet como fonte de informação política (CASTELLS, 2002) e como novo agente socializador dos jovens (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019; NORRIS, 2004; SCHMIDT, 2000).

Outro achado mostra que o WhatsApp e o Telegram são muito usados pelos jovens, mas 64% deles os rejeitam como fonte de informação sobre política. Já 46% dos entrevistados também não confiam em “amigos, família, conhecidos” como referências sobre política, mas dizem conversar com esse público sobre o tema.

Presumimos, então, que a comunicação, neste caso, não está fluindo como ocorreria em um diálogo construtivo, o que pode ser decorrente do fenômeno da desinformação e da polarização política atual, caracterizada pela intolerância e repulsão à discussão de ideias que

visem à melhoria das condições de vida para todos, como se espera em uma sociedade democrática.

Na opinião dos jovens entrevistados na fase qualitativa, as pessoas com mais idade, sobretudo as da própria família, são as mais vulneráveis às manipulações por trás das *fakes news*, o que tem alargado o distanciamento entre os membros familiares, principalmente, quando está em pauta o tema política. Nesse aspecto, um dos caminhos pode ser trabalhar as competências infocomunicacionais com foco no desenvolvimento de laços sociais, apenas para mencionar um aspecto possível.

As escolas e universidades, por sua vez, estão em quarto lugar entre as opções escolhidas pelos jovens para tratar sobre política, o que merece atenção, considerando-se que estas instituições são, tradicionalmente, os segundos agentes socializadores sobre política (FUKS; CASALECCHI; ARAÚJO, 2017; FUKS, 2011; 2012).

Estudos mais aprofundados podem identificar se este resultado reflete o período de afastamento dos estudantes desses ambientes por conta da pandemia ou se pode estar relacionado a movimentos como o “escola sem partido”, que censuram a valorização desses espaços como referências para conhecimentos e vivências do direito à participação política.

Em contrapartida, a escola e a universidade são apontadas como as instituições mais confiáveis na opinião dos jovens (72%) e também aparecem entre os principais agentes de transformações sociais, o que enfatiza o crédito que os jovens depositam nessas instituições. Esses aspectos podem ser trabalhados em processos formativos mais conectados com os propósitos de defesa e fortalecimento da democracia e que têm na participação política um de seus princípios.

O valor de ações que fortaleçam uma cultura política é reforçado quando observamos que menos da metade dos entrevistados (46%) manifestou alta confiança na democracia. Confirmamos também que os jovens preferem se manter distantes das instituições políticas (políticos e governo federal), o que fragiliza a institucionalidade democrática (CARRANO, 2012) e pode resultar em posições antipolíticas (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019).

Apesar disso e das assimetrias que enfrentam em termos de oportunidades e garantia de direitos, cujas violações são mais cruéis quando considerados os recortes de cor/raça, sexo/gênero, renda, por exemplo, os entrevistados demonstram alto sentimento de eficácia política (superior a 80%), o que comprova a associação direta desse sentimento com interesse

por política (ALMOND; VERBA, 1963; MORAIS; BAQUERO; 2017, 2018; MORAIS, 2021; OSER *et al.*, 2022).

Na prática, são os jovens com menor idade (18 a 24 anos) e mulheres que mais participam e preferem atuar via instituições informais e pela internet, confirmando estudos anteriores (COHEN *et al.*, 2012; GOHN, 2018; NORRIS, 2004; 2011; RECUERO, 2009; SCHMIDT, 2000).

Mas os níveis de participação em instituições (de *baixa* à *moderada* como melhores resultados para metade dos entrevistados) demonstram que os hábitos estão distantes de uma cultura política consolidada (AVRITZER, 2002; AVRITZER; SANTOS, 2003). Chama a atenção, em especial, a baixa presença dos jovens nas formas convencionais de participação (81% *nenhuma*), o que aumenta a dependência de representatividade por outros públicos, podendo comprometer a força das reivindicações das juventudes.

Quando analisadas as modalidades de participação política *on-line* e *off-line* dos pesquisados, nas eleições de 2018 e 2020, houve maior engajamento dos jovens no pleito de 2018, com 32,1% dos jovens apresentando *altíssima* e 23,2% *moderada* participação *on-line*. O pior desempenho foi da participação *off-line* em 2020, com 49,3% no nível *baixa* participação.

As principais ações realizadas pelos jovens foram: “curti ou não curti” um comentário com conteúdo político; e a opção de conversar (pessoalmente ou *on-line*) para convencer outras pessoas sobre melhor partido ou candidato. As formas convencionais, como participar de partido político, por sua vez, foram as mais renegadas.

Autores que se dedicam aos estudos sobre participação política de jovens apontam resultados assim como um alerta que requer o aprofundamento de investigações sobre os novos espaços de engajamento, para mapeá-los e promovê-los (MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2021), algo que também defendemos. Acreditamos ainda que nossos resultados podem ajudar na elaboração de estratégias e meios para o fortalecimento das ações e da cultura política desse público.

Outro ponto importante é que a forma mais tradicional de participação política, o ato de comparecer às urnas, não tem sido exercido por 39% dos jovens entrevistados. Em 2022, uma

ampla mobilização da sociedade, que envolveu personalidades nacionais e internacionais, impulsionou a emissão de títulos para jovens a partir dos 16 anos.

Os resultados do comparecimento nas eleições de 2022 demonstram que houve um aumento na participação de eleitores jovens no Brasil e em Salvador, comprovando que é possível incrementar os níveis de participação das juventudes quando há incentivo para tal. O ponto de atenção permanece em desenvolver e aprimorar os princípios democráticos.

O comportamento político dos jovens nas eleições é um dos mais desejados no regime democrático pelo potencial de pressão sobre os representantes eleitos, cujos resultados alcançam toda a sociedade (NORRIS, 2004). Com a vitória do candidato Luís Inácio Lula da Silva, que será presidente do Brasil pela terceira vez a partir de 2023, há expectativa de retomadas de políticas públicas para as juventudes, como ocorreu em seus dois mandatos anteriores.

Em Salvador, alguns desejos dos jovens que se interessam por política foram identificados a partir das respostas à questão aberta do questionário – que indagou o que o entrevistado priorizaria fazer pelos jovens se ele fosse o prefeito. O resultado revelou conexão com os 11 direitos previstos no Estatuto da Juventude e trouxe à tona a visão dos entrevistados sobre como operacioná-los na capital baiana. Percebe-se, portanto, uma capacidade crítica propositiva dos jovens que poderia estar sendo potencializada e aproveitada nos processos de proposição e avaliação de políticas públicas.

Esses resultados atrelados aos dois objetivos específicos de nossa investigação nos permitiram avançar para o **objetivo geral** da tese “Investigar a relação entre competências infocomunicacionais e participação política (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador que se interessam por política”. Para tanto, exploramos as apurações da análise fatorial que permitiu agrupar os entrevistados entre as categorias (*nenhuma, baixa, moderada, alta* e *altíssima*) em termos de competências infocomunicacionais e também em termos de participação política.

A predominância foi de entrevistados com *altíssima* (46,8%) e *alta* (46,4%) competências infocomunicacionais (reunidas as autopercepções sobre competência em comunicação e em informação), e com *moderada* (32%) e *alta* (30%) participação política (somadas as modalidades *on-line* e *off-line*), prevalecendo a competência em informação e a participação *on-line*.

O passo seguinte consistiu em rodar o modelo de regressão linear para analisar a pretensa correlação entre as competências infocomunicacionais e a participação política dos entrevistados nas eleições de 2018 e de 2020 (*on-line* e *off-line*). Foi verificada uma associação positiva e estatisticamente significativa em que se a competência infocomunicacional aumenta, a participação política também se eleva.

Com o resultado desta pesquisa, avançamos para uma confirmação científica, baseada em variáveis preestabelecidas por esta investigação que responde o problema de investigação “Há relação entre competências infocomunicacionais e participação política dos jovens de Salvador que se interessam por política?”. Com nossos achados, podemos afirmar que sim, existe associação direta entre competências infocomunicacionais e participação política, quando analisados os dados dos jovens de Salvador que garantem ter interesse por política.

Para além dessa constatação científica, a partir das evidências apresentadas, foi possível ainda conhecer o perfil social dos entrevistados mais competentes e mais participativos. Em sua maioria (64%), são jovens com idade entre 18 e 24 anos e 52% são mulheres. Já os homens (57%) predominam entre os menos competentes e menos participativos, e a maioria destes (87%) também tem entre 18 e 24 anos.

Exploramos ainda o comportamento de variáveis em relação aos dois padrões da relação entre participação e competências (‘mais mais’ e ‘menos menos’ participativos e competentes). Essas informações podem ser úteis para novos aprofundamentos e ampliação futura da investigação realizada, assim como para planejamentos e avaliação de projetos, programas e políticas voltadas para as juventudes.

Em vista desses resultados, o modelo utilizado mostra-se factível para explorar outras possibilidades de correlações, a partir ou para além das variáveis testadas associadas às competências infocomunicacionais e à participação política de jovens. Em síntese, percebemos que os jovens de Salvador que se interessam por política têm uma autopercepção acerca das competências infocomunicacionais que tende a ser superestimada. Verificamos ainda que esse público utiliza predominantemente a esfera digital para participar politicamente, em detrimento de uma modalidade convencional e presencial de engajamento político.

Diante do contexto de movimento antipolítico e discursos de ódio ainda em curso, as evidências reunidas nesta tese e os temas abordados mostram-se como terrenos férteis para novas pesquisas no campo da Comunicação, de modo a ampliar suas possibilidades de

contribuições para as análises em torno do papel dos meios digitais na socialização e no desenvolvimento de uma cultura política comprometida com o fortalecimento da democracia. Com as evidências desta investigação é possível ainda elencar aspectos e temas que podem ser trabalhados nos processos formativos das juventudes.

Aspiramos por estudos futuros que também revelem outros achados que esta tese não conseguiu abarcar, partindo de novas coletas de dados, com o mesmo público ou outro, ou mesmo a partir de nossos dados. A tese e os produtos gerados estarão à disposição da comunidade científica e de pessoas interessadas nesta investigação por meio da plataforma *Open Science Framework* e pelo Instagram <@comjovens_>. A tese também estará no Repositório Institucional da UFBA.

Visualizamos, desde já, algumas possibilidades de continuidade desta pesquisa: reaplicá-la considerando o comportamento dos jovens após o processo eleitoral de 2022, o que permitiria comparar os resultados com os achados relacionados às eleições de 2018; ampliar a faixa etária do público envolvido, acolhendo participantes a partir dos 16 anos, quando já é permitido votar, e participantes adultos, para estabelecer comparativos entre segmentos populacionais; acrescentar a técnica de observação, acompanhando um grupo de jovens em ações de participação (caso as condições de proteção relacionadas à pandemia permitam).

Em relação ao tema das competências infocomunicacionais, revela-se como uma oportunidade explorar, especialmente, os indicadores de competências em comunicação, o que pode impulsionar estudos mais aprofundados quanto às chances de elaboração de proposições formativas com esse enfoque. Do mesmo modo que, em um contexto de desinformação, as competências em informação também precisam ser melhor trabalhadas com os jovens.

Parece instigante ainda observar, analisar e comparar como ocorre a relação com a informação e a comunicação em redes sociais distintas, como o Instagram e o WhatsApp, e com públicos específicos, como parceiros de atuação política e com familiares, por exemplo. Do mesmo modo, pode-se checar se a autoavaliação positiva dos jovens se confirma na prática, ou se o efeito Dunning-Kruger faz sentido entre esse público.

Quanto ao tema da participação política, caberia observar, analisar e comparar práticas políticas protagonizadas por jovens em determinado período, avaliando a delicada separação entre as modalidades *on-line* e *off-line*, bem como as formas convencionais e não convencionais de participação política.

Outra opção é focar nas motivações dos jovens para atuar politicamente, o que poderia levar a estudos também com indivíduos que não se interessam pelo tema. Haveria particularidades nesse público em comparação com os jovens envolvidos com política? O recorte territorial, Salvador, é algo que poderia também ser ampliado em níveis regional, nacional e/ou internacional. Enfim, há inúmeras possibilidades exequíveis e mobilizantes.

Sobre a associação entre os dois temas (competências infocomunicacionais e participação política), as técnicas estatísticas utilizadas foram capazes de gerar resultados com significância estatística, o que comprova sua efetividade. Ainda assim, outras técnicas podem ser recorridas em novos experimentos, de modo a identificar outros modelos e lapidar o atual.

Nosso profundo desejo é que esta tese seja útil e estimulante para a ampliação e o aprofundamento de novos estudos teóricos e empíricos; que possa subsidiar projetos, programas e políticas públicas que envolvam as juventudes; e que contribua, em alguma medida, para fortalecer a educação autônoma, entre pares e/ou coletiva, tanto em ambientes de aprendizagem formais quanto informais.

Com a mesma expectativa, esperamos que processos formativos para jovens e para quem trabalha com esse público possam ser gerados e/ou aperfeiçoados, sempre com o propósito de avivar os princípios e as práticas éticas e democráticas, estando os jovens bem informados e se comunicando cada vez melhor, de modo a participarem como atores efetivos de todo o processo de planejamento até a execução de políticas públicas.

Embora nossa base de dados (quantitativa e qualitativa) contemple o público jovem de Salvador que se interessa por política, as possibilidades de contribuições dela não se limitam a esse público. O referencial teórico e o comparativo estabelecido com pesquisas empíricas – locais, regionais, nacionais e internacionais –, mencionadas ao longo da tese, evidenciam que os achados desta pesquisa podem ser úteis para investigações e compreensões que envolvam os campos da Política e da Comunicação.

Sobretudo, esta tese pode colaborar com os estudos que se debruçam sobre as competências infocomunicacionais, sobre o papel da internet e dos recursos da comunicação digital em relação à socialização, à participação e à cultura política das juventudes, lançando pistas para entender e fortalecer mudanças em toda a sociedade, sem fronteiras geográficas.

A ‘costura’ feita até aqui é, por analogia, uma toalha de centro, com a possibilidade de receber novos alinhavos para transformá-la em uma colcha ou mesmo em diferentes peças para um enxoval comunitário inteiro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: Punks e Darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.º 6, p. 25-36, 1997. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstract>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- AGUIAR, Aluisio Cerqueira; SANTOS, Ingrid Bispo dos; BORGES, Jussara. Análise das competências infocomunicacionais em estudantes de secretariado executivo da Universidade Federal da Bahia. *In: DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES DE LAS CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN Y LA DOCUMENTACIÓN EN LA ERA DIGITAL: ENCUENTRO IBÉRICO*, 8., 2015, **Actas [...]**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015. Disponível em: <<https://eprints.ucm.es/id/eprint/34744/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **Erros nas pesquisas eleitorais e de opinião**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- ALONSO, Angela. A POLÍTICA DAS RUAS: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, p. 49-58, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002837619>>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.
- ALVES, Juliana Paula Fernandes *et al.* Ciências da comunicação contra a desinformação: a favor do jornalismo e da democracia. **Revista Iniciacom**, v. 11, n. 02, 2022, p.132-139. Disponível em: <<https://revistas.intercom.org.br/index.php/iniciacom/issue/view/177>>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago, EUA: 2015. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- ATKINSON, Rowland; FLINT, John. Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies. **Social Research Update**, Guildford, v. 33, n. 1, p. 1-4, 2001.
- ATLAS DAS JUVENTUDES. Evidências para a transformação das juventudes. Brasil, 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/relatorio/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

AVRITZER, Leonardo. **Democracy and public space in Latin America**. Princeton, Princeton University Press, 2002.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza, org. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 39-82, 2003.

BABBIE, Earl. **The Practice of Social Research**. Belmont, CA: Wadsworth, 2012.

BAHIA, Letícia. Campanha criada por adolescentes impulsiona voto jovem no Brasil. [Entrevista cedida a] Gustavo Queiroz. **Terra**, 3 maio 2022. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/nos/campanha-criada-por-adolescentes-impulsiona-voto-jovem-no-brasil,c29f694419a0428a6eb3fff642f4fc863flt8mzw.html>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BARBOSA, Alexandre. Crianças e adolescentes conectados ajudam os pais a usar a Internet, revela TIC Kids Online Brasil. **Cetic.br**, 23 jun. 2020. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/noticia/criancas-e-adolescentes-conectados-ajudam-os-pais-a-usar-a-internet-revela-tic-kids-online-brasil/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BARBOSA, Mariana. As diferenças entre fake news, pós-verdade, deepfakes e o papel da escola. [Entrevista cedida a] Eduardo Marini. **Revista Educação**, 18 maio 2020. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2020/05/18/fake-news-deepfakes-escola/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BARROS, Ricardo Paes de. Pandemia deve intensificar abandono de escola entre alunos mais pobres. [Entrevista cedida a] Paula Adamo Idoeta. **BBC**, 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53476057>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 21, p. 83-108, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/8zCdyj9qYKBWcQVWJ3M8Swq/?lang=pt>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira. **Debate**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 19-25, 2012.

BAQUERO, M; BERNARDI, A. J. B.; MORAIS, J. A. Padrões emergentes de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **E-legis**, Brasília, n. 28, p. 42-63, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/440>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARNES, Samuel; KAASE, Max. **Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies**. Beverly Hills, USA: Sage, 1979.

BARTALO, Linete; BORGES, Jussara. O Curso de arquivologia e as competências de seus alunos: UFBA e UEL. *In*: NEVES, Dulce Amélia de Brito; ROCHA, Maria Merlane Vieira; SILVA, Patrícia (org). **Cartografia da pesquisa e ensino da arquivologia no Brasil: IV REPARQ**, João Pessoa: Editora UFPB, 2016.

BARTALO, Linete *et al.* Comportamento e competência informacionais da comunidade discente na Universidade Estadual de Londrina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2013.

BERNARDINI, Gleice; GOBBI, Maria Cristina. Levante popular da juventude brasileira: saímos do Facebook. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 17, jul./dez. de 2013. Disponível em: <<http://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/1891>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BEST, Samuel J.; KRUEGER, Brian S. Analyzing the representativeness of Internet political participation. **Political Behavior**, New York, v. 27, n. 2, p. 183-216, 2005. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11109-005-3242-y>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. Mídia-educação: conceito, história e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/5pBFdjL4mWHnSM5jXySt9VF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BEZERRA, Arthur Coelho; DOYLE, Andréa. Competência crítica em informação e participação ética em comunidades de aprendizagem. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB. 18., Marília: Unesp, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/487>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BISQUERRA, Rafael *et al.* **Introdução à estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, p. 411-423, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000300006>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, p. 263-288, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BORGES, Jussara. **Participação política, internet e competências infocomunicacionais: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/5558>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BORGES, Jussara; OLIVEIRA, Lídia. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. **Observatorio (OBS*)**, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 291-326, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/5483>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BORGES, Jussara; GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal. **Competências infocomunicacionais para acesso e uso da informação**. In: CONGRESO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL. 2., **Anais [...]**. Murcia, Espanha: Universidad de Murcia, 2015, p. 234-242. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6345442>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BORGES, Jussara. Competências infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38289>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BORGES, Jussara; BRANDÃO, Gleise. Evolução contexto-conceitual das competências infocomunicacionais. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 75-86, 2017. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/3839>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BOULIANNE, Shelley; THEOCHARIS, Yannis. Young people, digital media, and engagement: A meta-analysis of research. **Social Science Computer Review**, [S.l.], v. 38, n.2, p. 111–127, 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0894439318814190?journalCode=ssce>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BOX18. Pesquisa **Sonho Brasileiro da Política**, [S.l.], 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Comum Curricular, 2017**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BUCCI, Eugênio. Democracia e seus inimigos. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 16-32, 2021. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/27718>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. **Educação & Realidade**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 37-58, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13077>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BULGER, Monica; DAVISON, Patrick. The promises, challenges, and futures of media literacy. **Journal of Media Literacy Education**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: <<https://digitalcommons.uri.edu/jmle/vol10/iss1/1/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRADY, Henry. Contributions of Survey Research to Political Science. **Political Science and Politics**, [S.l.], v. 33, n. 1, p. 47-57, Mar. 2000.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios TIC: PNAD – Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018**. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-Pnad-continua.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 de agosto de 2013.

BRENNER, Ana Karina. O tempo-espaço da escola e as possibilidades de engajamento político. In: **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

CAMARGO, Aline Cristina. **Usos e apropriações de tecnologias digitais para a participação político-cidadã: perspectivas das juventudes brasileiras**. Tese (Doutorado em Mídia e Tecnologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192739>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CANTIJOCH, Marta; CUTTS, David; GIBSON, Rachel. Does mode matter? Measuring the effects of different types of online political engagement on offline participation / O modo importa? Medindo os efeitos de diferentes tipos de envolvimento político *on-line* na participação *off-line*. **Comunicação, Mídia e Consumo**, [S.l.], v. 15, n. 43, p. 10-41, 2018. Disponível em: <<https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/1616>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Conduzindo pesquisas com questionários online: Uma Introdução as Questões Metodológicas. In: SILVA; BUCKSTEGGE; ROGEDO (Org.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: IBPAD, p. 31-55, 2018.

CARPENTIER, Nico. **Participatory Politics in an Age of Crisis: Henry Jenkins & Nico Carpentier (Part II)**. [S.l.], 2019a. Disponível em:

<<https://henryjenkins.org/blog/2019/5/30/participatory-politics-in-an-age-of-crisis-henry-jenkins-amp-nico-carpentier-part-ii-gr9de>>. Acesso em: 24 out. 2022.

CARPENTIER, Nico. **Participatory Politics in an Age of Crisis: Henry Jenkins & Nico Carpentier (Part III)**. [S.l.], 2019b. Disponível em:

<<https://henryjenkins.org/blog/2019/6/1/participatory-politics-in-an-age-of-crisis-henry-jenkins-amp-nico-carpentier-part-iii-thh7l>>. Acesso em: 24 out. 2022.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **Revista O Social em Questão**, ano XV, n. 27, p. 83-100, 2012.

Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CASTELLS, Manuel. An introduction to the information age. **City**, v. 2, n. 7, p. 6-16, 1997.

Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13604819708900050>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (Org). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-287.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa: Presidência da República, 2005, p.17-30.

CASTELLS, Manuel. ANUARI DEL CONFLICTE SOCIAL, 2011.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Zahar, 2013.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. **Cultura Política Comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile**. Brasília: Verbena, 2014.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. A economia da desinformação em plataformas algorítmicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., **Anais [...]**. Virtual: Intercom, 2020. Disponível em:

<<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1157-1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta, educação política. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n.º. 137, p. 1177-1202, 2016.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/S7c7LdHGSMR6WC4j6VQb6LR/?lang=pt>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2022.

CETIC.BR/NIC.BR. Educação e tecnologias digitais: desafios e estratégias para a continuidade da aprendizagem em tempos de COVID-19. **Cadernos NIC.br**. Estudos setoriais, 2021. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/publicacao/educacao-e-tecnologias-digitais-desafios-e-estrategias-para-a-continuidade-da-aprendizagem-em-tempos-de-covid-19/>>. Acesso em: 25 out. 2022.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Representação Política e Enfrentamento ao Racismo**. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO. Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial - SEPPIR, Salvador, 19 de abril de 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/representacao-politica-e-enfrentamento-ao-racismo-prof-marilena-chau-i-2/>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ana Regina Rêgo: uma rede para combater a desinformação. **Revista Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 339-356, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/51635>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CITELLI, Adilson Odair; SOARES, Ismar de Oliveira; LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Educomunicação: referências para uma construção metodológica. **Comunicação & Educação**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 12-25, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/165330>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

COHEN, Cathy J. *et al.* New media and youth political action. **Youth and Participatory Politics Survey Project**, Oakland: DML Central, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/255702744_Participatory_Politics_New_Media_and_Youth_Political_Action>. Acesso em: 11 nov. 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **TIC Kids Online Brasil**: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: 2019. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-tic-kids-online-brasil-2019/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **TIC Kids Online Brasil**: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: 2020. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-tic-kids-online-brasil-2020/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **TIC Domicílios 2020 (Edição COVID-19 - Metodologia Adaptada)**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: CGI.br, 2021. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2020/>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE (CONJUVE). **Juventudes e a Pandemia: E Agora?**, 2020. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE. (CONJUVE). **Juventudes e a Pandemia do Coronavírus**. 2 ed., 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

COSTA, Barbara Regina Lopes. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24649>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

COSTA, Daniela. [Entrevista cedida a] Daniela Silva. **Cetic.br**, em São Paulo, 4 de abr. 2019.

CRESWELL, John. W. Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches, **Fourth Edition**, [S.l.], v. 2, 2010. Disponível em: <<https://us.sagepub.com/en-us/nam/qualitative-inquiry-and-research-design/book246896>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CRUVINEL, Diogo. Eleições 2022: Jovens de todo o Brasil falam sobre expectativa do primeiro voto. **CNN**, 30 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/jovens-de-todo-o-pais-falam-sobre-1a-vez-nas-urnas-prazo-para-tirar-titulo-vai-ate-quarta/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CRUVINEL, Diogo. Brasil tem menor número de jovens com título de eleitor desde 2004. **UOL**, 05 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/04/05/brasil-tem-menor-numero-de-jovens-com-titulo-de-eleitor-desde-2004.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DALTON, Russell J. **Democratic Challenges, Democratic Choices**: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DALTON, Russell. J. **The good citizen**: How a younger generation is reshaping American politics. Washington: CQ Press, 2009.

DALTON, R. J.; WELZEL, C. Political culture and value change. In: DALTON, R. J.; WELZEL, C. **The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens**. Nova Iorque: Cambridge University Press, p.1-16, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/236239861_The_Civic_Culture_Transformed_From_Allegiant_to_Assertive_Citizenship>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DANCEY, Christine; REIDY, John. **Estatística Sem Matemática para Psicologia**. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Portugal, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/61109>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/rqhzvRzXfWjTT4kqS7Swzfn/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DE BONI, Raquel Brandini. Web surveys in the time of COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/G8kJtRzvd5gJVrHtdxchpKh/?lang=en>>. Acesso em: 12 nov. 2022

DE-LA-GARZA-MONTEMAYOR, Daniel-Javier; PEÑA-RAMOS, José-Antonio; RECUERO-LÓPEZ, Fátima. La participación política online de los jóvenes en México, España y Chile. **Comunicar: Revista científica iberoamericana de comunicación y educación**, [S.l.], n. 61, p. 83-92, 2019. Disponível em: <<https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detalles&numero=61&articulo=61-2019-07>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DESMURGET, Michel. 'Geração digital': por que, pela 1ª vez, filhos têm QI inferior ao dos pais. [Entrevista cedida a] Irene Hernández Velasco. **BBC**, 30 out. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-54736513>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

DESMURGET, Michel. **A Fábrica de Cretinos Digitais: os perigos das telas para nossas crianças**. São Paulo: Vestígio, 2021.

Dicionário de Cambridge. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/fake-news>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). Balanço das greves em 2013. **Estudos e Pesquisas**, n. 79, 2015. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DINO, Luísa Adib. [Entrevista cedida a] Daniela Silva. **Cetic.br**, em São Paulo, 4 de abr. 2019.

DINO, Luísa Adib. Desigualdades sociais e culturais impactam jovens na internet, diz pesquisa. [Entrevista cedida a] Luísa Pécora. **Portal Porvir**, 03 jul. 2020. Disponível em: <<https://porvir.org/desigualdades-sociais-e-culturais-impactam-jovens-na-internet-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

DIZIKES, Peter. Study: On Twitter, false news travels faster than true stories. **MIT News**, 8 mar. 2018. Disponível em: <<https://news.mit.edu/2018/study-twitter-false-news-travels-faster-true-stories-0308>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DOURADO, Tatiana. *Fake News* na eleição presidencial de 2018 no Brasil. **Tese** (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31967>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DOURADO, Tatiana. **Usos e efeitos de fake news em eleições**. Curso Entendendo Fake News. Salvador: Universidade Federal da Bahia e Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital, 2020.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S.l.], v. 13, p. 213-253, 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

DUNNING, David. The best option illusion in self and social assessment. **Self and Identity**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 349-362, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15298868.2018.1465460>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

EVANGELISTA, Rafael. Plataformas educacionais e o capitalismo de vigilância no Sul Global. In: **Educação e tecnologias digitais: desafios e estratégias para a continuidade da aprendizagem em tempos de COVID-19**. São Paulo: CGI.br, p. 19-32, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20211208105553/estudos_setoriais-educacao-e-tecnologias-digitais.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FACHIN, Edson. Número de novos títulos eleitorais entre jovens cresceu quase 28% de fevereiro para março. **TSE**, 05 abr. 2022. Disponível em:

<<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/numero-de-novos-titulos-eleitorais-entre-jovens-cresceu-quase-28-de-fevereiro-para-marco>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FACHIN, Edson. Discurso ministro Edson Fachin em 05 de maio de 2022. **TSE**, 05 abr. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/discurso-edson-fachin-fechamento-do-cadastro-em-05-05-2022/at_download/file>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FALCHETTI, Cristhiane. **Da institucionalização da participação à emergência do autonomismo**: tendências recentes da ação coletiva no Brasil. *In*: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Lima, Peru: LASA, 2017.

FARIA, Tiago. CAOScast: no Brasil, geração Z se aproxima da política com cautela. Podcast, **UOL**, 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/videos/2020/11/12/caoscast-no-brasil-geracao-z-se-aproxima-da-politica-com-cautela.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FEIXA, Carles; FERNÁNDEZ-PLANELLAS, Ariadna; FIGUERAS-MAZ, Mónica. Generación Hashtag. Los movimientos juveniles en la era de la web social. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [S.l.], v.14, n.1, p. 107-120, 2016. Disponível em: <<https://revistaumanizales.cinde.org.co/rfcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/2337>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FEIXA, Carles. Culturas juveniles como perspectiva para analizar juventudes (1993-2018). **Última década**, [S.l.], v. 26, n. 50, p. 89-105, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362018000300089#aff1>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto *et al.* O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, Recife, v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3808>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto *et al.* Análise fatorial garantida ou o seu dinheiro de volta: uma introdução à redução de dados. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [S.l.], v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/40368>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, Recife, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3852/3156>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião pública**, Campinas, vol. 16, nº 1, p. 160-185, 2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/op/a/bGsWsRVKbC55hFcxpYryjCL/?lang=pt>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

FLAXMAN, Seth. Por que a crença de que vivemos em bolhas talvez seja um mito. [Entrevista cedida a] David Robson. **BBC News**, 22 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-44829514>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

FUKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**, São Paulo, nº 83, p. 145-178, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/Q6Vy5D5tWxgbzTszpRx6gLv/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 18, nº 1, p. 88-108, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/mDcD6vBfK7Dzh9HghGxW4JF/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A. ARAÚJO, M. M. Are dissatisfied democrats critical? Reevaluating the concept of the critical citizen?. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, nº 2, p. 316-333, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/zqxyvY6b8HfMh6SmG3dvjtP/abstract/?lang=en>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Juventudes e Conexões**. 3.ed. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/juventudes-e-conexoes-3edicao-completa.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

GALHARDI, Cláudia Pereira, FREIRE; Neyson Pinheiro; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FAGUNDES, Maria Clara Marques. Fato ou fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, p. 4201-4210, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/XnfpYRR45Z4nXskC3PTnp8z/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

GIBSON, Rachel; CANTIJOCH, Marta. Conceptualizing and measuring participation in the age of the internet: Is online political engagement really different to offline? **The Journal of Politics**, Chicago, v. 75, n. 3, p. 701–716, 2013. Disponível em:

<<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1017/S0022381613000431?journalCode=jop>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/21960>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

GOMES, Wilson. Participação política on-line: questões e hipóteses de trabalho. *In*: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Jamil. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOMES, Wilson. **O que são Fake News?** Curso Entendendo Fake News. Salvador: Universidade Federal da Bahia e Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital, 2020.

GOMES, Wilson. Comunicação, sociedade e big data. **Bahia Análise de Dados**, Salvador, v. 30, n. 2, p.12-21, jul-dez., 2020.

GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p33>>.

Acesso em: 12 nov. 2022.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; DE MORAIS, Jennifer Azambuja; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. O novo ovo da serpente: emergência de valores antidemocráticos na juventude do sul do Brasil. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 12., **Anais[...]**, 2020. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em:

<https://www.abcp2020.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=1>. Acesso

em: 12 nov. 2022.

GOODE, William J.; HATT, Paul. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GRIZZLE, Alton. **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016. Disponível em:

<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

HAIR Jr., Joseph *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman editora, 2009.

HANSEN, Jaqueline Resmini. **No computador, na rua ou no smartphone: condicionantes e covariantes do engajamento online**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3155>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

HEAD, A. J. **Project Information Literacy's Research Summary: Lifelong Learning Study, Phase Two and the Online Survey**. Washington D.C.: University of Washington, 2015.

HERNÁNDEZ, María Elisa; VILCHEZ, María del Carmen Robles; RODRÍGUEZ, Juan Bautista Martínez. Jóvenes interactivos y culturas cívicas: sentido educativo, mediático y político del 15M. **Comunicar: Revista científica iberoamericana de comunicación y educación**, [S.l.], n. 40, p. 57-67, 2013. Disponível em: <<https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detalles&numero=40&articulo=40-2013-08>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

HOBBS, Renee. **Digital and media literacy: A plan of action**. New York: The Aspen Institute, 2010. Disponível em: <https://www.aspeninstitute.org/wp-content/uploads/2010/11/Digital_and_Media_Literacy.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

HOBBS, Renee. Teaching and Learning in a Post-Truth World. **Educational Leadership**, [S.l.], v. 75, n. 3, p. 26-31, 2017. Disponível em: <<https://www.ascd.org/el/articles/teaching-and-learning-in-a-post-truth-world>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

IDEAS ASSESSORIA POPULAR. **Banco de dados sobre letalidade policial na Bahia**. Salvador, 2022. Disponível em: <<https://www.ideasap.org.br/publica%C3%A7%C3%B5es-1>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

INGLEHART, Ronald. Cultura e Democracia. *In*: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (org). **A cultura importa**. Os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 133-153.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Ed. Francis, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/IBGE)**. 1º trimestre de 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2021.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

JACOBSON, T.E.; MACKAY, T.P. Proposing a Metaliteracy Model to Redefine Information Literacy. **Communications in Information Literacy**. [S.l.], v. 7, n. 2, p. 84–91, 2013.

JENKINS, Henry *et al.* **Confronting the challenges of participatory culture: Media education for the 21st century**. An occasional paper on digital media and learning. Chicago: John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, 2006. Disponível em: <https://www.macfound.org/media/article_pdfs/jenkins_white_paper.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2. ed. São Paulo: Editora Aleph., 2008.

JENSEN, Klaus Bruhn (Ed.). **A handbook of media and communication research: qualitative and quantitative methodologies**. London: Routledge, 3. ed., 2021.

KOLTAY, Tibor. **The Media and the Literacies: Half Decade of Selected Developments**. Jászberény, Hungria: Eszterházy Károly University, 2017. Disponível em: <<http://knm.uksw.edu.pl/982-2/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRUGER, Justin; DUNNING, David. Unskilled and unaware of it: how difficulties in recognizing one's own incompetence lead to inflated self-assessments. **Journal of Personality and Social Psychology**, [S.l.], v. 77, n. 6, p. 1121-1134, 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/12688660_Unskilled_and_Unaware_of_It_How_Difficulties_in_Recognizing_One's_Own_Incompetence_Lead_to_Inflated_Self-Assessments>. Acesso em: 12 nov. 2022.

LAPOP. **Latin American Public Opinion Project**. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/lapop/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

LATINOBAROMETRO. **Opinion Publica Latinoamericana**. Santiago, Chile, 2020. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

LEMOS, André. **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1993.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. Pela Ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação – Mídia, Mundialização Cultural e Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Pesquisa de comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 27, n. 1, 2004.

MACKEY, Thomas P.; JACOBSON, T.E. Reframing information literacy as a metaliteracy. **College & Research Libraries**, [S.l.], v. 72, n. 1, p. 62–78, 2011. Disponível em: <<https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/16132/17578>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MACKEY, Thomas P.; JACOBSON, Trudy E. **Metaliteracy: reinventing information literacy to empower learners**. London: Facet, 2014.

MACKEY, Thomas P. Embedding Metaliteracy in the Design of a Post-Truth MOOC: Building Communities of Trust. **Communications in Information Literacy**, v. 14, n. 2, p. 346-361, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R.C.M.; GOMES, W.; MARQUES, F.P.J.A. (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 47-77.

MANFREDA, K. L.; VEHOVAR, V. Internet surveys. In: LEEUW, E. D.; HOX, J. J.; DILLMAN, D. A. (Eds.). **International Handbook of Survey Methodology**. New York: Lawrence Erlbaum Associates, 2008, p. 264-284.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura

Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11303>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Ciberpolítica: conceitos e experiências**. Salvador: EDUFBA. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34302>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, técnicas e subjetividades entre os jovens. *In*: BORELLI, Silvia Helena Simões; FREIRE FILHO, João (org). **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: Educ, 2008, p. 9-32.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais da comunicação à educação. *In*: CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina Castilho (org). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 121-135.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

MARTINS, Cláudio. 'É como usar drogas': por que as pessoas acreditam e compartilham notícias falsas? [Entrevista cedida a] Felipe Souza. **BBC News**, 26 out. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45767478>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, v. 1, 1999.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2008.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 4 ed. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1974.

MESQUITA, Nuno Coimbra; CANTONI, Stefania. Participação Política *On-line* vs. *Off-line* no Brasil. *In*: MESQUITA, Nuno Coimbra. (org) **Brasil: 25 anos de democracia: participação, sociedade civil e cultura política**. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, Brasil, v. 25, 2016, p. 123-143.

MESQUITA, Nuno Coimbra (Org.). **Brasil: 25 anos de democracia: participação, sociedade civil e cultura política**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

MICK, Jacques. **Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”**. Florianópolis: TMT/UFSC, 2013.

MILBRATH, Lester. **Political Participation**. Chicago: RandMcNally, 1965. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4684-3878-9_4>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/fYT7WD7VkmLz4ZZ9cXZKtYc/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MORAES, Carmen Silvia Vidigal; XIMENES, Salomão Barros. **Políticas educacionais e a resistência estudantil. Educação & Sociedade**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/fq6gRZPd6JnN8ypyZ5qB6sF/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157904/001018300.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; JACOME, César Marcello Baquero. O papel da internet na socialização política: A construção de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil. **Compólitica**. Porto Alegre, 2017.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. A internet e a (des) politização dos jovens brasileiros. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 25, p. 33-62, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/11512>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Internet, cultura política e juventude no Brasil**. Curitiba: Appris, 2021.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; MILANEZI, Felipe Silva; LIMA, Caroline Oliveira Neves de. Participação política da juventude do Sul do Brasil: um perfil do jovem participativo. **Juventude.br**, v. 19, n. 1, p. 16-24, 2021. Disponível em: <<https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/243>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas do século XX: o espírito do tempo I: neurose**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002.

MOURA, Pedro. As culturas das crianças e dos jovens encontram os desafios da participação—entrevista com Henry Jenkins. **Comunicação e sociedade**, n. 37, p. 187-199, 2020. Disponível em: <<https://revistacomsoc.pt/article/view/2657>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

NERI, Marcelo. **A pororoca jovem: juventude e as mudanças demográficas - Etapa 1 do Atlas das Juventudes**. São Paulo: FGV Social, 2019. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/fim-onda-jovem>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

NEVES, Barbara Coelho; BORGES, Jussara. Por que as fake news têm espaço nas mídias sociais?: uma discussão à luz do comportamento infocomunicacional e do marketing digital. **Informação & Sociedade: estudos**. João Pessoa, v. 30, n. 2 (abr./jun. 2020), p. 1-22, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/50410>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

NORRIS, Pippa. **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. Oxford: Oxford Univ. Press, 1999. Disponível em: <<https://academic.oup.com/book/36109>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

NORRIS, Pippa. **Digital divide: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NORRIS, Pippa. **Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of choice?** Cambridge: Harvard University, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237832623_Young_People_Political_Activism>. Acesso em: 12 nov. 2022.

NORRIS, Pippa. Political activism: New challenges, new opportunities. **The Oxford handbook of comparative politics**, p. 628-652, 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/2749175/Political_activism_New_challenges_new_opportunities>. Acesso em: 12 nov. 2022.

NORRIS, Pippa; CURTICE, John. If you build a political web site, will they come?. **International Journal of Electronic Government Research (IJEGR)**, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/220526958_If_You_Build_a_Political_Web_Site_Will_They_Come>. Acesso em: 12 nov. 2022.

NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit: critical citizens revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NOVAES, Regina R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília Pontes (orgs). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 46-69.

NOVAES, Regina. **Juventudes e Identidades**. Informação verbal. Aula *on-line* para educadores da rede estadual de ensino da Bahia, 19 nov. 2022. Gravação da aula disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IVLPAopTT7o&feature=youtu.be>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

NUPESAL. **Pesquisa Democracia, mídias e capital social**: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis) 2015, 2016 e 2019. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nupesal/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

O'BRIEN, K. L. *et al.* Metaliteracy as Pedagogical Framework for Learner-Centered Design in Three MOOC Platforms: Connectivist, Coursera and Canvas. **Open Praxis**, vol. 9 issue 3, p. 267–286, 2017. Disponível em: <<https://openpraxis.org/article/10.5944/openpraxis.9.3.553/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

OCHOA, Carlos. Amostragem não probabilística: Amostra por quotas. **Netquest**, 28 out. 2015. Disponível em: <<https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-quotas>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Condição juvenil e participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**. Curitiba, v. 4, n. 1, p. 53-78, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42810>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 4 – Distribuição por gênero. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 5 – Distribuição por PB por gênero. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 6 – Distribuição por cor/raça. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 7 – Distribuição por escolaridade. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 8 – Jovens de Salvador – estudo e pandemia. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 9 – Possível volta às aulas. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 10 – Renda familiar. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 11 – Trabalho. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 12 – Competência em informação. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 13 – *Fake news*. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 14 – Competência em comunicação. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 15 – Competência em comunicação – Debate. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 16 – Conectividade. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 17 – Frequência de uso diário. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 18 – Finalidade de uso. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 19 – Frequência de uso das mídias. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 20 – Recursos para aprendizagem. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 21 – Aprendizagem. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 22 – Formas de aprendizagem. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 23 – *Metaliteracy*. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 24 – Fontes de informação e política. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 25 – Ciclo social de influência sobre política. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 26 – Percepção sobre os principais problemas no Brasil. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 27 – Percepção sobre os principais problemas de Salvador. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 28 – Eficácia da participação política. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 29 – Responsabilidade social. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 30 – Confiança nas instituições, democracia, mídia e políticos. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 31 – Sentimento em relação à política. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 32 – Participação. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Figura 11 – Participação nas eleições 2018. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Figura 12 – Participação nas eleições 2020. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 33 – Voto obrigatório. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Davi Alves. Gráfico 34 – Nuvem de palavras – Jovem, Prefeito. Salvador, 2022, il.

OLIVEIRA, Renata Almeida de *et al.* Política e juventude: participação política dos jovens do Sul do Brasil. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 189-222, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/70026>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel *et al.* Culturas juvenis e temas sensíveis ao contemporâneo: uma entrevista com Carles Feixa Pampols. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 311-325, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/V3LyTqKVfWfz6ZGNnfVVHbz/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Organização Panamericana de Saúde (OPAS). **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19**. [S.l.]: OPAS, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

OROFINO, Daniela. 'Nativos digitais' não sabem buscar conhecimento na internet, diz OCDE. **BBC News**, publicada pelo G1, 31 maio 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/05/31/nativos-digitais-nao-sabem-buscar-conhecimento-na-internet-diz-ocde.ghtml>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

OSER, Jennifer; HOOGHE, Marc; MARIEN, Sofie. Is online participation distinct from offline participation? A latent class analysis of participation types and their stratification. **Political Research Quarterly**, v. 66, n.1, p. 91-101, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/258180198_Is_Online_Participation_Distinct_from_Offline_Participation_A_Latent_Class_Analysis_of_Participation_Types_and_Their_Stratification>. Acesso em: 12 nov. 2022.

OSER, Jennifer; Grinson, Amit; Boulianne, Shelley; Halperin, Eran. How Political Efficacy Relates to Online and Offline Political Participation: A Multilevel Meta-analysis. **Political Communication** 2022, v. 39, n. 5, p. 607-633, 2022. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10584609.2022.2086329>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PADILLA DE LA TORRE, María Rebeca. Ciudadanía política en la red. Análisis de las prácticas políticas entre jóvenes universitarios. **Comunicación y Sociedad**, Guadalajara, v. 21, p. 71-100, 2014. Disponível em: <<https://comunicacionsociedad.cucsh.udg.mx/index.php/comsoc/article/view/572>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, p. 139-165, 1990. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PAIS, José Machado; PEREIRA, Cícero Roberto. **Os jovens portugueses no contexto da Ibero-América**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

PAIS, José Machado. **Jovem/Youth**. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal, 2021.

PASQUINO, Gianfranco. **Curso de ciência política**. Lisboa: Principia, 2010.

PASSARELLI, Brasilina; JUNQUEIRA, Antonio Helio. **Gerações Interativas Brasil – Crianças e Adolescentes diante das telas**. São Paulo: Escola do Futuro/USP, 2012.

PASSARELLI, B. *et al.* Identidade conceitual e cruzamentos disciplinares. *In*: PASSARELLI, B.; SILVA, A. M. da; RAMOS, F. (Org.). **e-infocomunicação: estratégias e aplicações**. São Paulo: Senac, p. 79-121, 2014.

PASSARELLI, Brasilina. Jovens brasileiros em conectividade contínua: estudos e tendências. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, Edição Especial, p. 1-16, fev. 2020.

PEDREIRA, Beatriz. Participação política e engajamento da juventude na mobilização social ganham novos contornos em busca de uma democracia mais justa. **Fundação Tide Setubal**, 21 jun. 2016. Disponível em: <<https://fundacaotidesetubal.org.br/participacao-politica-e-engajamento-da-juventude-na-mobilizacao-social-ganham-novos-contornos-em-busca-de-uma-democracia-mais-justa/>> Acesso em: 12 nov. 2022.

PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete Vieira. A dimensão ética da competência em informação sob a perspectiva da Filosofia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 23, p. 117-133, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/qgRrcB8cPssXdsbkQmz3R8D/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPEd, n. 5/6, p.15-24, 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Juventude, juventudes. *Teoria e Debate*, 12 abril 2012. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2012/04/12/juventude-juventudes/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PERES-NETO, Luiz; PEREIRA, Gabriela Agostinho. Ética, liberdade de expressão e discurso de ódio de gênero em sites de redes sociais. **E-Compós**, Brasília, v. 22, p.1-25, 2019. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1593>> Acesso em: 10 nov. 2022.

PEREZ, Olivia Cristina. Cultura e prática política entre jovens de Teresina (PI). *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 12., **Anais[...]**, 2020. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020.

Disponível em:

<https://www.abcp2020.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=1>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Pesquisa Datafolha. UOL, 24 set. 2021. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-cai-confianca-da-populacao-nas-instituicoes-e-nos-tres-poderes.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PETERS, Michael A. The information wars, fake news and the end of globalisation.

Educational Philosophy and Theory. Abingdon-on-Thames, v. 50, n. 13, p. 1161-1164, 2018. Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00131857.2017.1417200>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PILEROT, Ola; LINDBERG, Jenny. The concept of Information Literacy in Policy-Making Texts: an Imperialistic Project? **Library Trends**. [S.l.], v.60, n.2, p. 338-360, 2011.

Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/1/article/461994/pdf#info_wrap>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PONTE, C.; BATISTA, S. EU Kids Online Portugal. Usos, competências, riscos e mediações da internet reportados por crianças e jovens (9-17 anos). [S.l.]: EU Kids Online e NOVA FCSH, 2019. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/338456308_EU_Kids_Online_-_2018_USOS_COMPETENCIAS_RISCOS_E_MEDIACOES_DA_INTERNET_REPORTADOS_POR_CRIANCAS_E_JOVENS_9_-17_ANOS>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PORTELA, André. Aprendizado em risco. [Entrevista cedida a] Eraldo Peres. **Revista Pesquisa Fapesp**, 15 jul. 2021. Disponível em:

<<https://revistapesquisa.fapesp.br/aprendizado-em-risco/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

POTTER, W. James. The State of Media Literacy. **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, v. 54, n. 4, p. 675-696, 2010.

PRESSE, France. Cambridge Analytica se declara culpada em caso de uso de dados do Facebook. **G1**, 9 jan. 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-de-dados-do-facebook.ghtml>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PRETTO, Nelson De Luca; AMIEL, Tel; BONILLA, Maria Helena Silveira; LAPA, Andrea. Plataformização da educação em tempos de pandemia. In: CGI.br. **Educação e tecnologias digitais: desafios e estratégias para a continuidade da aprendizagem em tempos de COVID-19**. São Paulo: CGI.br, 2021. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/publicacao/educacao-e-tecnologias-digitais-desafios-e-estrategias-para-a-continuidade-da-aprendizagem-em-tempos-de-covid-19/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PRIMO, Alex; CASSOL, Márcio. Explorando o conceito de interatividade: definições e taxonomias. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 1999.

Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/view/6286>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador:** comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PUTNAM, Robert. **Bowling alone:** The collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, Robert. **El declive del capital social.** Barcelona: Galaxia Guttenberg, 2003.

QUEIROZ, Christina. Aprendizado em risco. **Pesquisa FAPESP**, 15 jul. 2021. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/aprendizado-em-risco/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

RAMOS, Mozart Neves. Aprendizado em risco. [Entrevista cedida a] Eraldo Peres. **Revista Pesquisa Fapesp**, 15 jul. 2021. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/aprendizado-em-risco/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

RAMOS, Sílvia. Em uma década, Salvador e RMS perderam 20 mil vidas para a violência. [Entrevista cedida a] Clarissa Pacheco. **Correio**, 10 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/em-uma-decada-salvador-e-rms-perderam-20-mil-vidas-para-a-violencia/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 20, p. 383-406, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbla/a/vKngbPRMJxbypBVRLYN3YTB/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe Bonow; GRUZD, Anatoliy. Hyperpartisanship, Disinformation and Political Conversations on Twitter: The Brazilian Presidential Election of 2018. *In: Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 569-578, 2020. Disponível em: <<https://ojs.aaai.org/index.php/ICWSM/article/view/7324>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

RÊGO, Ana Regina. Vigilância, controle e atenção: a desinformação como estratégia. **Organicom**, v. 17, n. 34, p. 82-92, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/180753>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

RÊGO, Ana Regina; PAULINO, Fernando de Oliveira. Ciências da Comunicação contra a Desinformação. *In: PRATA et al.* (Org.). **Comunicação e Ciência:** Reflexões sobre a desinformação. São Paulo: Intercom, p. 30-49, 2022. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/comunicacao-e-ciencia-reflexoes-sobre-a-desinformacao050922.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

REGUILLO, Rossana. **Paisajes insurrectos**. Jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatório. Barcelona: Nuevos Emprendimientos Editoriales, S. L., 2017.

RESNICK, Danielle; CASALE, Daniela. Young populations in young democracies: Generational voting behaviour in sub-Saharan Africa. **Democratization**, [S.l.], v. 21, n. 6, p. 1172-1194, 2014. Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13510347.2013.793673?needAccess=true>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação política e juventude: mudanças no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política. In: BRITES, M.J. *et al.* **Opinião Pública e Conjuntura Política**. Belo Horizonte, ano 4, n. 8, p. 26-34, 2012.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. **Participação política na América Latina**. Maringá: Eduem, 2015.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; HANSEN, Jaqueline Resmini.

Participação *on-line* e *off-line* no Brasil: relações e condicionantes. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 67, n. 4, p. 497-523, 2016. Disponível em:

<<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1262>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação política, extremismo ideológico e dogmatismo. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 29, n. 2, p. 13-40, 2020. Disponível em:

<<https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/817>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

RICHARDSON, Roberto J. *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSSETO, Graça Penha Nascimento. **Fazendo política no Twitter: como os efeitos estimados das mensagens influenciam as ações e os usos da plataforma**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25241>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

RUSSO, Guilherme. Em meio às crises no Brasil, respeito pelas instituições políticas é baixo e declinante. **Barômetro das Américas: Actualidades**, [S.l.], 1 abril 2016.

RUSSO, Guilherme A.; AZZI, Roberta Gurgel; FAVERI, Charlene. Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, p. 365-404, 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/op/a/9YLJssW9qXFV8PH9g6XByFn/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SALOMÃO, Luciano; MENEZES FILHO, Naercio. Um Novo Índice de Qualidade da Educação Básica e seus Efeitos sobre os Homicídios, Educação e Emprego dos Jovens Brasileiros. **Policy Paper**, São Paulo, nº 66, 2022.

SALVADOR. Prefeitura de Salvador. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Lei Nº 9.069 /2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTANA, Rosane Soares. **Participação on-line e off-line nas eleições presidenciais brasileiras de 2014**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26345>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTOS, Elisabete *et al.* **O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA. SEMA, 2010.

SANTOS, Elisabete. QUALISalvador: análises e indicador inéditos permitem traçar ‘mapa da desigualdade’ na capital. **Edgar Digital**, 15 set. 2021. Disponível em: <<https://www.edgardigital.ufba.br/?p=21654>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SANTOS, Elisabete *et al.* **QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia**. 2. ed, Salvador: Edufba, E-book (533 p.), 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34177>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SANTOS, Keyla Sousa; SOUSA, Daniel dos Santos; BORGES, Jussara. Análise de programas e modelos para o desenvolvimento de competências infocomunicacionais. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 48, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4312>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTOS, Maurício. Quadro 1 – Fases da Pesquisa. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Tabela 1 – Distribuição da Amostra por Prefeitura-Bairro. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Tabela 2 – Distribuição da Amostra por sexo. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 1 – Peças de Comunicação (cards). Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 2 – Peças de comunicação da pesquisa (animações). Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 3 – Instagram da pesquisa. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Quadro 3 – Categoria das Competências. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Quadro 4 – Categorias de Participação. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 4 – Juventudes e suas multiplicidades de definições. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Quadro 5 – Competências infocomunicacionais em síntese. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Quadro 6 – Conceitos relacionados às competências incomunicacionais. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 5 – Conceitos e termos associados. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 6 – Ética e competências infocomunicacionais. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Tabela 9 – Alcance territorial da pesquisa. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 8 – Mapa de Salvador e os bairros alcançados pela pesquisa. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Tabela 10 – Distribuição da amostra por PB. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 9 – Bairros onde moram jovens com internet insuficiente. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 10 – Desigualdades de jovens com internet insuficiente em comparação com média geral dos entrevistados. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 13 – Síntese das respostas por categoria temática. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 14 – Capa do e-book "Eu, Jovem Prefeit@ de Salvador". Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 15 – Página do e-book "Eu, Jovem Prefeit@ de Salvador" sobre prioridades na área da Educação. Salvador, 2022, il.

SANTOS, Maurício. Figura 16 – Comparativo entre os dois perfis de competência e participação. Salvador, 2022, il.

SCHLEICHER, Andreas. 'Nativos digitais' não sabem buscar conhecimento na internet, diz OCDE. **BBC News**, publicada pelo G1, 31 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/05/31/nativos-digitais-nao-sabem-buscar-conhecimento-na-internet-diz-ocde.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política nos Anos 1990: Um estudo de socialização política no Brasil.** 2000. 392 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política no Brasil: a socialização política nos jovens na virada do milênio.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SCOLARI, Carlos Alberto. Alfabetismo transmedia: estrategias de aprendizaje informal y competencias mediáticas en la nueva ecología de la comunicación Transmedia literacy: informal learning strategies and media skills in the new ecology of communication. **Telos: Revista de Pensamiento sobre Comunicación, Tecnología y Sociedad**, n. 193: p.13-23., 2016. Disponível em: <<https://repositori.upf.edu/handle/10230/27788>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SCOLARI, Carlos Alberto. **Adolescentes, medios de comunicación y culturas colaborativas. Aprovechando las competencias transmedia de los jóvenes en el aula.** Barcelona: H2020 Research and Innovation Actions, 2018. Disponível em: <<https://digital.fundacionceibal.edu.uy/jspui/handle/123456789/247>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo. EPU, 1974.

SEFTON-GREEN, Julian. **Learning at not-school: A review of study, theory, and advocacy for education in non-formal settings.** Cambridge: The MIT Press, 2013. Disponível em: <<https://direct.mit.edu/books/book/2977/Learning-at-Not-SchoolA-Review-of-Study-Theory-and>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SIEMENS, George. **Conociendo el conocimiento.** [S.l.], Nodos Ele, 2010.

SILVA, Daniela; BORGES, Jussara. Base Nacional Comum Curricular e competências infocomunicacionais: uma análise de correlação. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 43, p. 99-114, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/interc/a/PPPLXvsK8JKFdsNQbwM8gbt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SILVA, Daniela; BORGES, Jussara. Pesquisa *on-line* sobre competências em informação e comunicação em tempos de pandemia: limitações e riquezas metodológicas. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MÍDIA E COTIDIANO. 8., **Anais [...]**. 1. ed., Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2021.

SILVA, Tarcízio; BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro. **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais.** Brasília: Editora IBPAD, 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação. **Comunicação & educação**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, p. 5-17, 2003. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782004000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOUSA, Caio Jardim; VENTURINI, Anna Carolina. Desigualdades raciais, educação e exclusão digital no Brasil: um panorama sobre o acesso à Internet por estudantes durante a pandemia COVID-19. Em TIC Domicílios 2020. CETIC: São Paulo, p. 117-128, 2021. Disponível em:

<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa. Programa de Juventude, 2003. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2345>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

STABILE, Max. Jovens e novas tecnologias: em busca de uma democracia colaborativa. In: BRITES, M.J. *et al.* **Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, ano 4, n. 8, p. 35-39, 2012.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v. 1, 2006, p. 51-61.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda**. 25 ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Pro-Posições**, [S.l.], v. 29, p. 214-238, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/N8zhppMrg6Y9WY5gqLgKBLt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

TRE-BA. Ouvidoria. 27 maio 2022. Destinatário: Daniela Silva. Mensagem eletrônica.

TRE-BA. Ouvidoria. 19 ago. 2022. Destinatário: Daniela Silva. Mensagem eletrônica.

TRE-BA. Ouvidoria. 9 nov. 2022. Destinatário: Daniela Silva. Mensagem eletrônica.

TRE-BA. Ouvidoria. 10 jan. 2023. Destinatário: Daniela Silva. Mensagem eletrônica.

TSE. Crescem números de jovens e idosos aptos a votar. **TSE**, Brasília, 19 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-crescem-numeros-de-jovens-e-idosos-aptos-a-votar>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

UNESCO. **Declaração de Grünwald sobre a Educação para a Mídia**. Grünwald, Alemanha, 22 de janeiro de 1982.

UNESCO-IBE. **Glossário de terminologia curricular**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ibe.unesco.org/sites/default/files/resources/ibe-glossary-curriculum_por.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

VALENTE, José Armando. Pensamento computacional, letramento computacional ou competência digital? Novos desafios da educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 147-168, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/5852>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

VAN DEURSEN, Alexander J.A.M.; HELSPER, Ellen J.; EYNON, Rebecca. Measuring digital skills. From digital skills to tangible outcomes project report. **Universidade de Twente**, Enschede, 2014. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/Measuring-digital-skills%3A-from-digital-skills-to-Deursen-Helsper/174e27362ffe898e4ad1225afab339258178af3a>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

VASCONCELOS, Camila; MARQUES, Rodolfo Silva; CONCEIÇÃO, Bruno. Socialização política virtual: estudo de caso da influência das redes sociais na cultura política de jovens estudantes do Distrito Federal. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 8., **Anais[...]**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://compolitica.org/novo/anais-2019/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VERBA, Sidney; NIE, Norman H.; KIM, Jae-on. **Participation and political equality: a seven-nation comparison**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1978.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. **Voice and Equality: civic voluntarism in American politics**. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1995.

VITA, Álvaro. Democracia deliberativa ou igualdade equitativa de oportunidades. *In*: COELHO, V. S.; NOBRE, M. (ed.). **Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora, v. 34, 2004, p. 107-130.

WEIRICH, Fernanda; DE AZEVEDO, Domingos Sávio Campos. O que tem afastado os jovens da participação política? Uma análise do caso de São Borja-RS. **Conversas & Controvérsias, [S.l.]**, v. 7, n. 1, 2020. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/35149>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

WILSON, C.; GRIZZLE, A.; TUAZON, R.; AKYEMPONG, K.; CHEUNG, C. K. **Alfabetização midiática e informacional:** currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

ZORZI, Felipe Bortoncello. **Cidadania Desigual:** socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/143113>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário aplicado *on-line* (pesquisa quantitativa)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA**
Faculdade de Comunicação
**PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA CONTEMPORÂNEAS**



QUESTIONÁRIO (*websurvey*)

Este instrumento de coleta de dados integra a Pesquisa de doutorado “Juventudes e Política: Estudo sobre a relação entre competências infocomunicacionais e participação (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador, da doutoranda Daniela de Assis Silva, e é composto por:

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Apresenta o estudo, o TCLE e convida à participação.

2. Filtro dos participantes [4 questões]

Confirma se o participante é morador de Salvador, em qual bairro vive, idade e se tem interesse por política.

3. Seção: Competências Infocomunicacionais [8 questões]

Identifica as competências informacionais, como a capacidade de localizar, avaliar e aplicar a informação (competências em informação) e necessidade de estabelecer relações, negociar, argumentar (competências em comunicação) através de ferramentas digitais.

4. Seção: Participação Política [16 questões]

Identifica formas de participação política, questões relacionadas a variáveis atitudinais, como interesse por participação política e percepção sobre eficácia da participação política.

5. Seção: Internet [7 questões]

Levanta a frequência de uso das TIC, atividades realizadas na Internet, aprendizagem, entre outras questões.

6. Coleta de dados demográficos [7 questões]

O participante informa o gênero, escolaridade, renda familiar e outras questões.

Outras Informações

Público Participante: Jovens de Salvador (Bahia) com idade entre 18 e 29 anos que tenham interesse em política.

Tipo de pesquisa: *websurvey* (questionário *on-line*)

Total de questões: 42

FORMULÁRIO *ON-LINE*

JOVENS, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Olá Jovem!

Você mora em Salvador e tem entre 18 e 29 anos?

Participe, então, desta pesquisa! Queremos conhecer como os jovens usam a Internet para se comunicar e fazer política. Este questionário faz parte de um estudo acadêmico. Sua participação é voluntária, anônima e muito importante! Para conhecer um pouco das juventudes de Salvador, precisamos "ouvir" o próprio jovem! Vamos lá?!

Se estiver usando o CELULAR, mantenha-o na HORIZONTAL para conseguir ver todas as opções de respostas ;-)

1) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Anexo

Se está de acordo com o Termo, clique em ACEITO.

ACEITO (continua para a próxima seção).

NÃO ACEITO (mensagem de agradecimento e encerra)

Informe seu e-mail ou celular (com whatsapp ou telegram) para enviarmos uma cópia do Termo de Consentimento: _____

2) FILTRO DOS PARTICIPANTES

2. 1. Em qual cidade da Bahia você mora?

Salvador

Outra cidade – mensagem de agradecimento e encerra

2. 2. Qual é a sua idade?

[lista das idades de 18 a 29]

Outra idade – mensagem de agradecimento e encerra

2. 3. Você se interessa por política? (exemplos: participação em mobilizações ou protestos na Internet ou nas ruas, democracia, políticas públicas – como trabalho, saúde, educação, cultura –, direitos dos jovens, eleições etc)

Sim

Não – mensagem de agradecimento e encerra

2. 4. Em qual bairro de Salvador você mora?

Resposta aberta

INÍCIO DAS PERGUNTAS POR SEÇÃO TEMÁTICA**3. COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS [rodiziar itens de cada questão]**

Variável: Competência Informacional

3.1 Leia as frases a seguir e marque UMA opção por linha. Opções: nunca, raramente, às vezes, muitas vezes, sempre

1. Crio e posto na internet textos, fotos, vídeos, músicas ou memes que eu mesmo fiz
2. Altero e divulgo na internet conteúdos que eu mesmo criei
3. Altero e divulgo conteúdos criados por outras pessoas
4. Sei onde buscar na rede informações que preciso
5. Avalio se estou infringindo alguma lei antes de publicar qualquer conteúdo na internet
6. Quando altero conteúdo criado por outras pessoas, verifico se o autor permite e só divulgo se tiver a autorização do autor
7. Sei a diferença entre um texto que descreve fatos e outro que é a opinião de alguém

Variável: Recursos para aprendizagem

3.2 Quais tipos de recursos ou atividades você tem buscado para melhorar sua capacidade de se informar e se comunicar pela internet? (*marque quantas opções desejar*)

1. Tenho aulas sobre como me informar e me comunicar na escola/universidade
2. Cursos online ou à distância (não vinculados à escola/universidade)
3. Vídeoaula de conteúdos específicos - pelo YouTube, por exemplo
4. Livros (impressos e digitais)
5. Filmes e documentários
6. Nenhum
7. Outro

Variável: Fake News

3.3 Leia as frases a seguir e marque UMA opção por linha. Opções: *nunca, raramente, às vezes, muitas vezes, sempre*

1. Sei identificar uma informação falsa (Fake News)
2. Quando recebo uma informação, avalio se é verdadeira antes de postar
3. Quando recebo uma informação, verifico qual é a FONTE da informação
4. Quando recebo uma informação, verifico qual é a DATA da informação
5. Somente compartilho conteúdos iguais ou parecidos com o que eu acredito
6. Compartilho conteúdos falsos (Fake News), mesmo sabendo que são falsos
7. Acho importante saber identificar Fake News
8. *Fake News* tem impacto na política

Variável: Competência Comunicacional

3.4 Leia as frases a seguir e marque UMA opção por linha. Opções: *nunca, raramente, às vezes, muitas vezes, sempre*

1. Consigo expressar minhas ideias na Internet
2. Quando produzo um conteúdo, costumo adequar a mensagem para a pessoa a quem destino
3. Ajusto o conteúdo para o meio de comunicação no qual irei divulgar (redes sociais, whatsapp, podcast, TV etc)
4. Mobilizo as redes sociais *on-line* para conseguir ajuda quando preciso
5. Sei avaliar riscos (crime, violação de direitos, invasão de privacidade etc) na rede
6. Avalio os impactos e consequências que minhas mensagens publicadas na Internet podem causar
7. Uso a Internet para falar, defender e questionar sobre os direitos dos jovens ou outra causa de interesse coletivo

Variável: Competência Comunicacional - debate

3.5 Com qual dos comportamentos abaixo você mais se identifica quando se envolve em um debate? (**Marque UMA opção**)

1. Argumento até aceitarem meu ponto de vista como o melhor

2. Perco a paciência rápido e prefiro me retirar da discussão
3. Escuto as diferentes opiniões e posso rever meu ponto de vista
4. Prefiro não participar de debates

Variável: Metaliteracy

3.6 Leia as frases a seguir e marque UMA opção por linha. Opções: *nunca, raramente, às vezes, muitas vezes, sempre*

1. Gosto de estudar ou trabalhar em colaboração com outras pessoas na rede
2. Sei avaliar meus próprios conhecimentos e identificar o que preciso aprender mais
3. Consigo avaliar minhas atitudes para melhorá-las
4. Reflito se estou sendo racional ou emocional quando aceito ou rejeito uma informação

nova

Variável: Fontes de Informação e Política

3.7 Você confia nas fontes de informação a seguir na hora de formar sua opinião sobre política? (Marque UMA opção por linha) – Opções: *nada confiável, raramente, às vezes, muitas vezes, totalmente confiável*

1. Mensagens de WhatsApp ou Telegram
2. Redes sociais (Youtube, Instagram, Twitter, Facebook...)
3. *Podcasts* (tipo programa de rádio na Internet)
4. Televisão
5. Portais de notícias online
6. Horário eleitoral gratuito e debates entre candidatos
7. Jornais e revistas impressas
8. Programas de rádio
9. Anúncios e campanhas nas ruas
10. Amigos, família, conhecidos

Variável: Aprendizagem

3.8 De um modo geral, você costuma aprender sobre como se informar e se comunicar na Internet com as pessoas abaixo? (Marque UMA opção por linha). Opções: *nunca, raramente, às vezes, muitas vezes, sempre.*

1. Com familiares
 2. Com professores na escola ou na universidade
 3. Com educadores nas ONGs, coletivos, redes...
 4. Com outros jovens
 5. Pesquisando sozinho
 6. Outro (qual?)
-

4. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (ON-LINE E OFF-LINE) – [rodiziar itens de cada questão]

Variável: Posicionamento Ideológico

4.1 Fala-se muito sobre Direita, Esquerda e Centro na política brasileira atual.

Você se considera de: (marque UMA opção)

1. Extrema esquerda
2. Esquerda
3. Centro
4. Direita
5. Extrema direita
6. Não sei
7. Não quero responder

Variável: Nível de interesse por política

4.2 Qual o seu nível de interesse por política? (marque UMA opção)

1. Extremamente pouco
2. Pouco
3. Nem pouco nem muito
4. Muito
5. Extremamente muito

Variável: Pandemia e Interesse por política

4.3 A pandemia ajudou a aumentar seu interesse por política? (marque UMA opção).

1. Sim, aumentou
2. Não, diminuiu
3. Não mudou. Continuo com o mesmo interesse de antes da pandemia

Variável: Percepção sobre principais problemas no Brasil

4.4 Quais os 03 (três) principais problemas hoje NO BRASIL ? (marque 3 opções)

1. Corrupção
2. Saúde (atendimentos e unidades insuficientes etc)
3. Desemprego
4. Educação (problemas de qualidade, infraestrutura, tecnologia etc)
5. Pobreza
6. Meio Ambiente (desmatamento, poluição etc)
7. Moradia (Falta, má condições etc)

8. Desigualdades
9. Violência
10. Outro. Qual?

Variável: Percepção sobre principais problemas em Salvador

4.5 Quais os 03 (três) principais problemas hoje EM SALVADOR? (marque 3 opções)

1. Corrupção
2. Saúde (atendimentos e unidades insuficientes etc)
3. Desemprego
4. Educação (problemas de qualidade, infraestrutura, tecnologia etc)
5. Pobreza
6. Meio Ambiente (desmatamento, poluição etc)
7. Moradia (Falta, má condições etc)
8. Desigualdades
9. Violência
10. Outro. Qual?

Variável: Perspectiva pós-pandemia

4.6 Em relação ao futuro após a pandemia, você está:

1. Muito pessimista
2. Pessimista
3. Nem pessimista, nem otimista
4. Otimista
5. Muito otimista

Variável: Sentimento por política

4.7 Como você se sente com relação à política?

1. Alienado
2. Indiferente
3. Desiludido
4. Interessado
5. Participativo

Variável: Eficácia Política

4.8 Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações? (marque UMA opção por linha). Opções: *discordo totalmente, discordo, não concordo nem discordo, concordo, concordo totalmente.*

1. Sua participação política pode ajudar a promover mudanças na sua cidade e no seu país.
2. Sua participação política pode ajudar a melhorar sua própria vida.

Variável: Responsabilidade Social

4.9 Quem é responsável por promover as transformações positivas na sociedade? (marque quantas opções desejar)

1. Empresas
2. Escolas e Universidades
3. Igreja ou espaço religioso
4. Governantes
5. Jovens
6. Judiciário
7. Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (ONGs, associações etc)
8. Partidos políticos
9. Políticos
10. Veículos de comunicação (tv, rádios, jornais, sites de notícias, redes sociais etc)
11. Outros (Quais?)

Variável: Participação em instituições (formais e informais)

4.10 Você faz parte, frequenta ou já participou de: (marque quantas opções desejar)

1. Associações de bairro, de profissionais ou outra
2. Movimento social (MST, Sem Teto, Passe Livre etc)
3. Sindicato profissional
4. Movimento estudantil (grêmio, diretório acadêmico etc)
5. Conselhos de direitos (conselho da juventude, da criança e do adolescente, da saúde etc)
6. Grupo religioso
7. Organização Social, não governamental, projeto social
8. Coletivo, movimento, grupos ou redes de jovens
9. Comunidades virtuais que discutem causas coletivas
10. Partido político
11. Nenhum deles. Nunca participei
12. Outros (Quais?)

Variável: Ciclo social de influência sobre política

4.11 Com quem você MAIS conversa sobre política? (marque até três opções)

1. Com outros jovens
2. Com familiares
3. Com professores e educadores
4. Com colegas de trabalho
5. Com amigos (de diversas idades)
6. Líderes políticos
7. Líderes religiosos
8. Outro. Qual?

Variável: Participação nas eleições 2018 (on-line e off-line)

**4.12 Como foi sua participação durante a eleição de 2018 para PRESIDENTE?
(marque Sim ou Não para cada linha)**

1. Votei
2. Me filiei a um partido político
3. Conversei, pessoalmente, com pessoas e tentei mostrar qual o melhor partido ou candidato
4. Fui à reunião política, carreata ou evento em apoio a um candidato
5. Usei materiais de campanha de candidato (adesivo, camisa, boné etc)
6. Participei, presencialmente, de manifestação, passeata ou audiência pública
7. Criei e publiquei informações sobre política na internet (texto, vídeo, *podcast*, meme etc)
8. Compartilhei conteúdo político criado por outras pessoas
9. Conversei *on-line* com pessoas e tentei mostrar qual o melhor partido ou candidato
10. Segui ou me tornei fã de algum candidato em uma rede social
11. Dei “curti” ou “não curti” em um comentário com conteúdo político
12. Personalizei meu perfil na rede para expressar minha opinião política
13. Participei, *on-line*, de manifestação, protesto ou denúncia política

Variável: Participação nas eleições 2020 (on-line e off-line)

**4.13 Como foi sua participação durante a eleição de 2020 para PREFEITO?
(marque Sim ou Não para cada linha)**

1. Votei
2. Me filiei a um partido político
3. Conversei, pessoalmente, com pessoas e tentei mostrar qual o melhor partido ou candidato
4. Fui à reunião política, carreata ou evento em apoio a um candidato
5. Usei materiais de campanha de candidato (adesivo, camisa, boné etc)
6. Participei, presencialmente, de manifestação, passeata ou audiência pública
7. Criei e publiquei informações sobre política na internet (texto, vídeo, *podcast*, meme etc)
8. Compartilhei conteúdo político criado por outras pessoas
9. Conversei *on-line* com pessoas e tentei mostrar qual o melhor partido ou candidato
10. Segui ou me tornei fã de algum candidato em uma rede social
11. Dei “curti” ou “não curti” em um comentário com conteúdo político
12. Personalizei meu perfil na rede para expressar minha opinião política

13. Participei, *on-line*, de manifestação, protesto ou denúncia política

Variável: Confiança nas instituições

4.14 Quanto você confia nas instituições a seguir? (marque UMA opção por linha).

Opções: *Nada confiável, pouco confiável, mais ou menos confiável, confiável, totalmente confiável*

1. Polícia
2. Governo Federal
3. Governo Municipal
4. Políticos
5. Justiça
6. Escolas, Universidades etc
7. Meios de comunicação (TV, rádio, jornais, revistas, portais de notícias etc)
8. Organizações religiosas
9. Organizações sociais (ONGs, projetos sociais etc)
10. Família
11. Democracia

Variável: Voto obrigatório

4.15 Se o voto não fosse obrigatório a partir dos 18 anos, você votaria? (marque

UMA opção)

1. Sim
2. Não
3. Não sei

Pergunta Aberta

4.16 Se você fosse Prefeito(a) de Salvador, o que priorizaria fazer pelos jovens?

(escreva suas principais ideias)

Variável: Principal equipamento

5.1 Como você MAIS usa a Internet? (marque UMA opção)

1. Pelo celular/smartphone
2. No computador de mesa ou notebook
3. No tablet ou Ipad
4. Em outro aparelho. Qual?

Variável: Conectividade

5.2 Qual tipo de Internet possui para seu uso? (marque UMA opção)

1. Não tenho Internet para meu uso, acesso apenas quando alguém permite ou encontro *wi-fi* aberto
2. Tenho Internet limitada (pacote de dados insuficiente para tudo que preciso)
3. Tenho Internet suficiente (pacote de dados que permite fazer tudo que preciso)
4. Tenho Internet, sem limite de dados. Consigo fazer tudo que preciso

Variável: Local de acesso

5.3 Onde você tem acesso à Internet com mais frequência? – (marque quantas opções desejar)

1. Em casa
2. Na escola/universidade
3. No trabalho
4. Lanhouse/cibercafé
5. Outro(qual)?

Variável: Local de aprendizagem

5.4 Onde aprende sobre como usar os recursos da Internet? – (marque quantas opções desejar)

1. Sozinho
2. Com minha família
3. Na escola/universidade com professor
4. No trabalho
5. Com amigos
6. Outro (qual)?

Variável: Finalidade do uso

5.5 Você usa a internet para (marque UMA opção por linha). Opções: não uso, uso pouco, uso, uso muito, uso sempre

1. Estudar
2. Trabalhar
3. Diversão (vídeos, filmes, música, jogos, livros, *podcast* etc)
4. Comunicar com amigos, familiares, colegas

5. Participar de grupos de discussões e fóruns temáticos
6. Informação (notícias, busca de emprego, vídeos e outros conteúdos)
7. Serviços (bancos, transporte etc)
8. Acessar formas de governo eletrônico (impostos, imposto de renda, CPF etc.)
9. Comprar ou vender *on-line*, seja um produto ou serviço

Variável: Frequência de uso das mídias

5.6 Qual seu nível de uso das mídias abaixo? – marque de 1 (zero, não uso) a 5 (uso muito)

1. WhatsApp, Telegram
2. Youtube
3. Instagram
4. Facebook
5. Twitter
6. Jogos *on-line*
7. Tik Tok
8. *Podcast*
9. Netflix, Amazon prime etc
10. TV por assinatura
11. TV aberta
12. Jornais e revistas *on-line*
13. Jornais e revistas impressos
14. Rádio
15. Outro (qual?)

Variável: Frequência de uso diário

5.7 Quantas HORAS POR DIA você costuma usar a Internet? (pense em uma média)

Até 1 hora por dia

de 2h a 4h

de 5h a 7h

de 8h a 10h

11h a 13h

Mais de 13h

6. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

6.1 Qual seu gênero?

1. Homem
2. Mulher
3. Outro gênero não-binário

6.2 Qual é a sua cor ou raça?

1. Branca
2. Preta
3. Amarela
4. Parda
5. Indígena

6.3 Qual a sua escolaridade?

1. Sei ler e escrever, mas nunca fui à escola
2. Ensino Fundamental incompleto
3. Ensino Fundamental completo
4. Ensino Médio incompleto
5. Ensino Médio completo
6. Superior incompleto
7. Superior completo
8. Pós-graduação

6.4 Leia as frases a seguir e marque UMA opção por linha. Opções: *Sim, em escola/universidade pública; Sim, em escola/universidade privada; Não.*

1. Antes da pandemia, você estava estudando em escola ou universidade?
2. Durante a pandemia, você continua estudando em escola ou universidade, mesmo à distância?

6.5 Você planeja voltar para a escola ou universidade quando acabar o isolamento social?

1. Sim
2. Não
3. Talvez

6.6 Qual a renda mensal da sua família (somando os salários e rendimentos de todos que moram com você)?

1. Menos de 1 salário mínimo (abaixo de R\$ 1.100)
2. 1 salário mínimo (R\$ 1.100)
3. Mais de 1 salário mínimo (acima de R\$ 1.100) até 2 salários mínimos (R\$2.200)
4. Mais de 2 salários mínimos (acima de R\$2.200) até 3 salários mínimos (R\$ 3.300)
5. Mais de 3 salários mínimos (acima de R\$ 3.300) até 5 salários mínimos (R\$ 5.500)
6. Mais de 5 salários mínimos (acima de R\$ 5.500) até 10 salários mínimos (R\$ 11.000)
7. Mais de 10 salários mínimos (acima de R\$ 11.000) até 15 salários mínimos (R\$16.500)
8. Mais de 15 salários mínimos (acima de R\$16.500)
9. Não sei
10. Prefiro não responder

6.7 Leia as frases a seguir e marque UMA resposta por linha. Opções: *Sim, com remuneração; Sim, sem remuneração; Não, mas estava procurando; Não trabalhava e nem estava procurando*

1. Antes da pandemia, você trabalhava?
2. Durante a pandemia, você está trabalhando?

Pronto! Você concluiu a pesquisa! Deixe seu contato abaixo se desejar e clique em enviar! Obrigada por sua participação!

E ajude a divulgá-la para outros(as) jovens. Basta repassar o link que recebeu para seus grupos de amigos(as) de Salvador ;-)

Gostaria de participar de novas etapas da pesquisa? Se sim, deixe seu contato (se possível, WhatsApp ou Telegram): _____

APÊNDICE B - Clipping das divulgações da pesquisa pelos parceiros

A aplicação do questionário *on-line* com jovens de Salvador que se interessam por política foi possível graças ao amplo apoio de inúmeros parceiros de mobilização: Conselho Estadual de Juventude da Bahia, Conselho Municipal da Juventude de Salvador, Secretaria da Educação do Estado da Bahia, organizações da sociedade civil, influenciadores digitais, universidades, partidos políticos, jovens, profissionais da educação e que atuam com juventudes e tantos outros. A seguir, alguns registros dos apoios recebidos.

- **ORGANIZAÇÕES, INSTITUIÇÕES E ENTIDADES**

The screenshot displays a website interface with a dark blue navigation bar at the top containing links: INSTITUCIONAL, ATUALIDADES, GALERIAS, EVENTOS, ASSESSORIAS, FILIE-SE, CONTATO, and WEEMAIL. A search icon is on the right. Below the navigation bar, there are several content blocks:

- Educação Superior & Atualidades**: A section header above a grid of news items.
 - Universidade do Futuro**: A headline for an article.
 - Pandemia de covid derruba matrículas em faculdades**: A headline for an article.
 - Estão sobrando vagas no ensino superior, aponta levantamento:**: A headline for an article.
 - Oferta do Hies será de 93 mil vagas em 2021 e totalizará 279 mil até 2023**: A headline for an article.
 - Prefeitos discutem com Rui Costa o retorno às aulas presenciais na Bahia**: A headline for an article.
 - Às Instituições de Educação Superior com cursos que seriam avaliados pelo Enade 2020**: A headline for an article.
- Assessoria Jurídica**: A section header above a logo for **GEORGE GD DANTAS Advogados Associados**.
- Assessoria Jurídica**: A section header above the text **IMPACTOS DA LEI**.

At the bottom of the page, there is a section titled **Associadas SEMESB** featuring a grid of logos for various partner institutions:

- UNIFTC
- UNISBA
- Faculdade Adventista
- BAHIANA
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE DIREITO
- Estácio
- FEPAmbi
- ACES
- UNIFACS
- FAZAG
- FAN FACULDADE NOBRE
- UNIJORGE
- FACSA
- FACEMP
- UNIRB



PESQUISA DE INTERESSE INSTITUCIONAL/ACADÊMICO

O SEMESB/ABAMES está apoiando essa pesquisa de interesse do segmento. Agradecemos por socializar e estimular a participação dos seus alunos na faixa etária indicada pela pesquisa.

DATA: 23 de Fevereiro de 2021

Superintendência Executiva SEMESB/ABAMES.

- Objeto de pesquisa: Este questionário faz parte de um estudo acadêmico. Sua participação é voluntária, anônima e muito importante! Para conhecer um pouco das juventudes de Salvador, ouvindo o próprio jovem.

FORMULÁRIO:


https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSed5fv5kShU4VMzui0dt48mo_sgdrMe6T9ioFaB-hFx1d4iRA/viewform





20:29

Fonte: Semesb/Abames. Disponível em: <<http://www.semesb.com.br/2021/02/24/16153/>>; <<http://www.semesb.com.br/>>; <<http://www.abames.org.br/>>. Acesso em 23 fev 2021.



Fonte: Sinepe. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CL4RsXHFX9s/>>. Acesso em 01 mar 2021.



APÓIO:    

**Não perca oportunidade de participar
dessa pesquisa!**

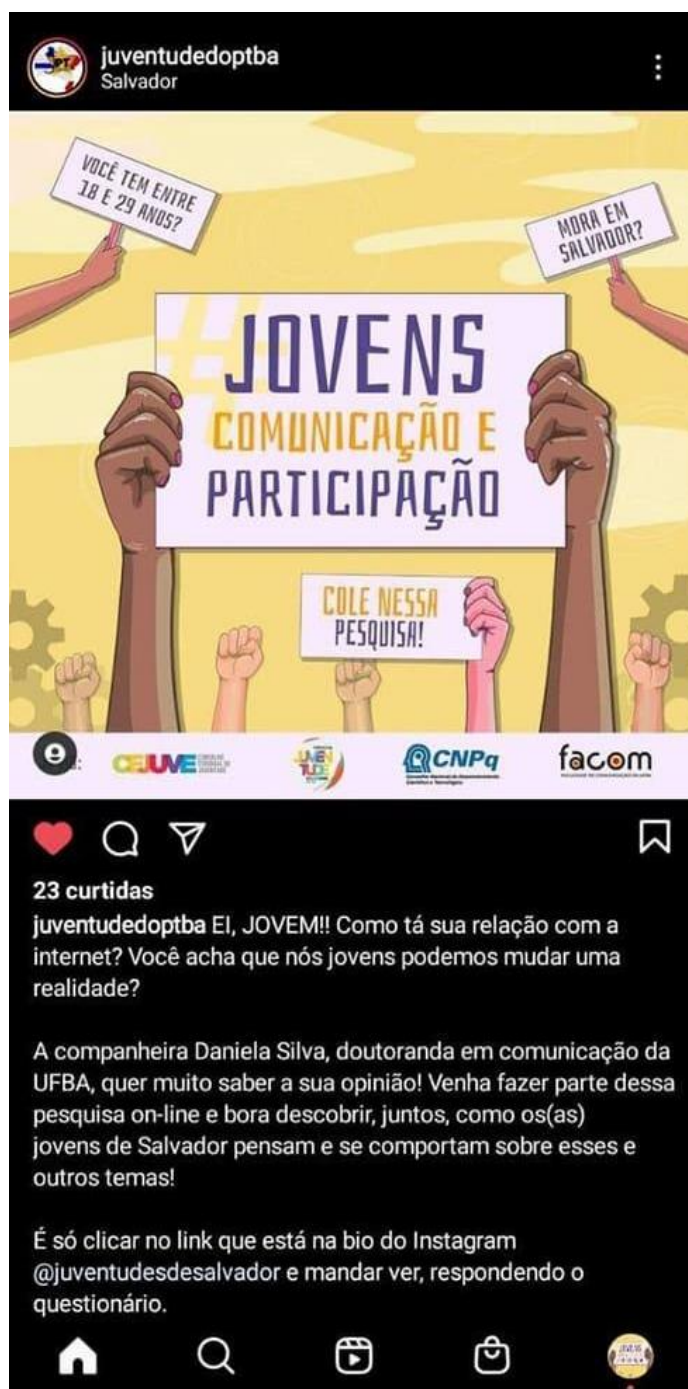
**Se você tem entre 18 e 29 anos ou
conhece jovens dessa faixa etária,
acesse ou indique o link abaixo
para responder:**

<http://bit.ly/jovensdesalvador>

**🌳 O Programa Arvorar Jovem apoia essa
divulgação 🌳**

Fonte: Arvorar. Disponível em: <https://www.instagram.com/arvorar_org/>. Acesso em 15 fev 2021.

- PARTIDOS POLÍTICOS



Fonte: juventude do pt ba. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CK6iyVdlARd/?igshid=63bws6fzi3vv>>. Acesso em 05 fev 2021.

• COLETIVOS



Fonte: Coletivo Malês. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CK6yCMohxud/?igshid=wqiurpqxy11>>. Acesso em: 05 fev 2021.



Fonte: Mobicidade Salvador. Disponível em: <https://www.instagram.com/mobicidade_ssa/>. Acesso em: 15 fev 2021.

- MOVIMENTOS

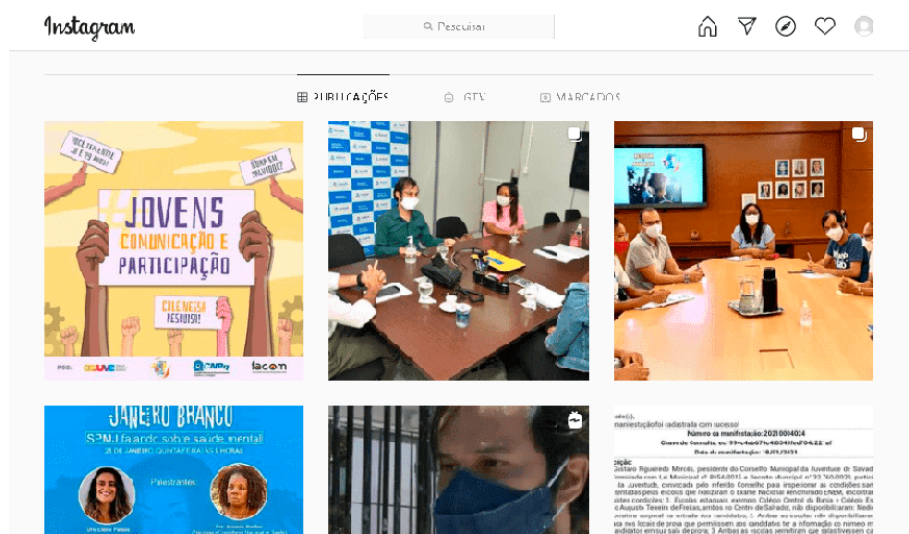


Fonte: União da Juventude Socialista. Disponível em: <<https://www.instagram.com/ujsbahia/>>. Acesso em: 05 fev 2021.

- CONSELHOS DE DIREITOS

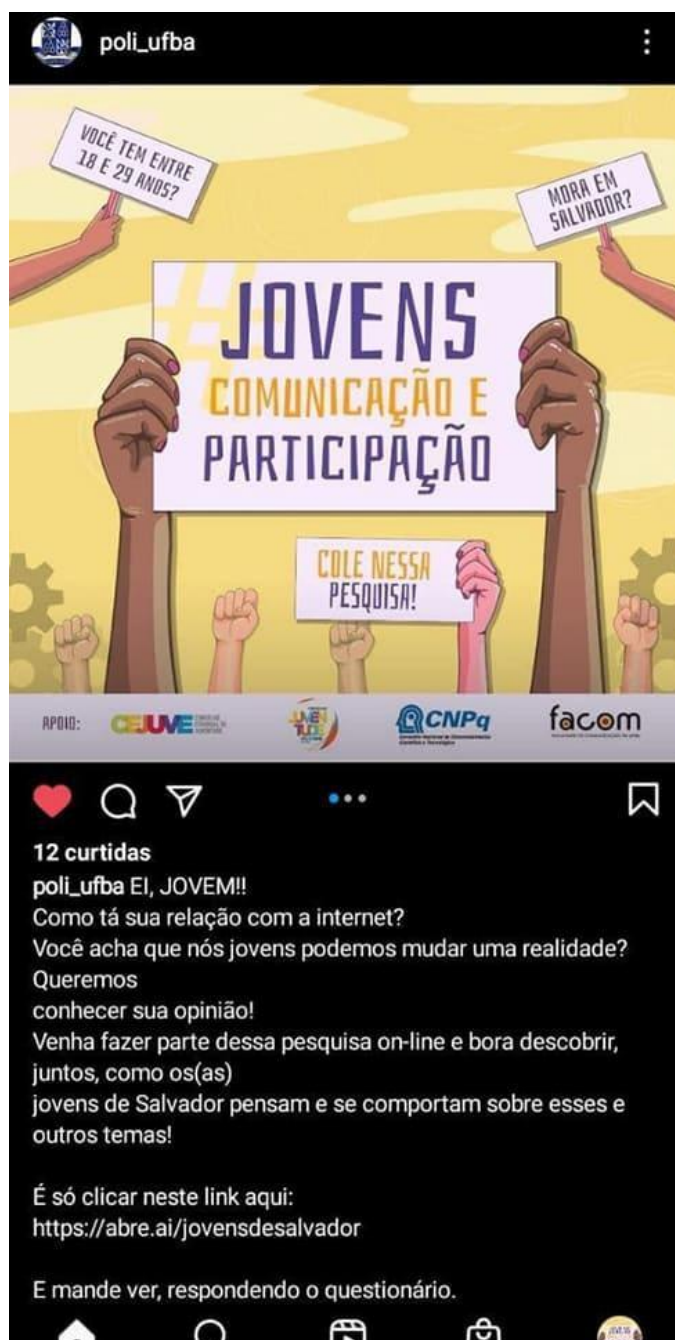


Fonte: CEJUVE. Disponível em: <<https://www.instagram.com/cejuveba.official/>>. Acesso em: 05 fev 2021.

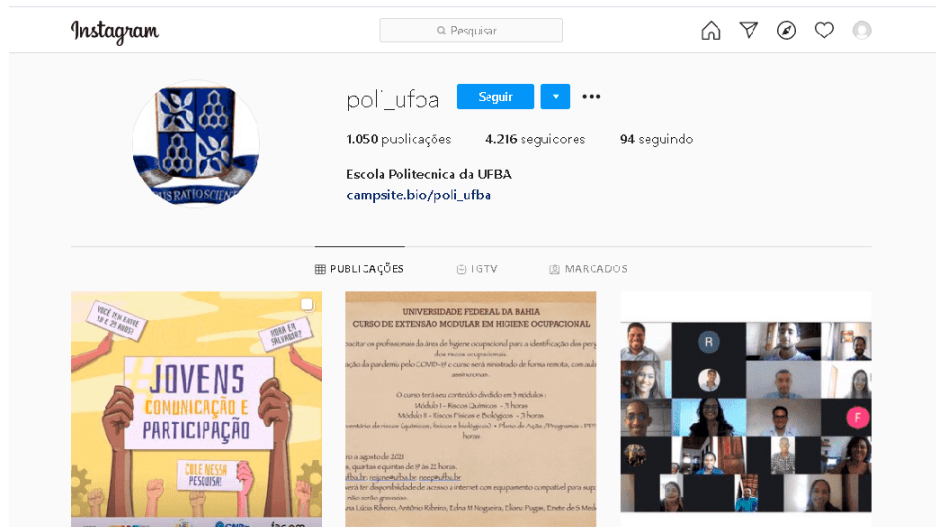


Fonte: COMJUVE. Disponível em: <<https://www.instagram.com/comjuv.salvador/>>. Acesso em: 05 fev 2021.

- UNIVERSIDADE



The image shows an Instagram post from the account 'poli_ufba'. The main graphic is a yellow background with several hands holding signs. The central sign reads '#JOVENS COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO'. Other signs ask 'VOCÊ TEM ENTRE 18 E 29 ANOS?', 'MORA EM SALVADOR?', and 'COLE NESSA PESQUISA!'. At the bottom of the graphic are logos for 'APOIO: CEUBE', 'UNIVERSIDADE FEDERAL DO BAHIA', 'CNPq', and 'facom'. Below the graphic, the post text reads: '12 curtidas poli_ufba Ei, JOVEM!! Como tá sua relação com a internet? Você acha que nós jovens podemos mudar uma realidade? Queremos conhecer sua opinião! Venha fazer parte dessa pesquisa on-line e bora descobrir, juntos, como os(as) jovens de Salvador pensam e se comportam sobre esses e outros temas! É só clicar neste link aqui: <https://abre.ai/jovensdesalvador> E mande ver, respondendo o questionário.'



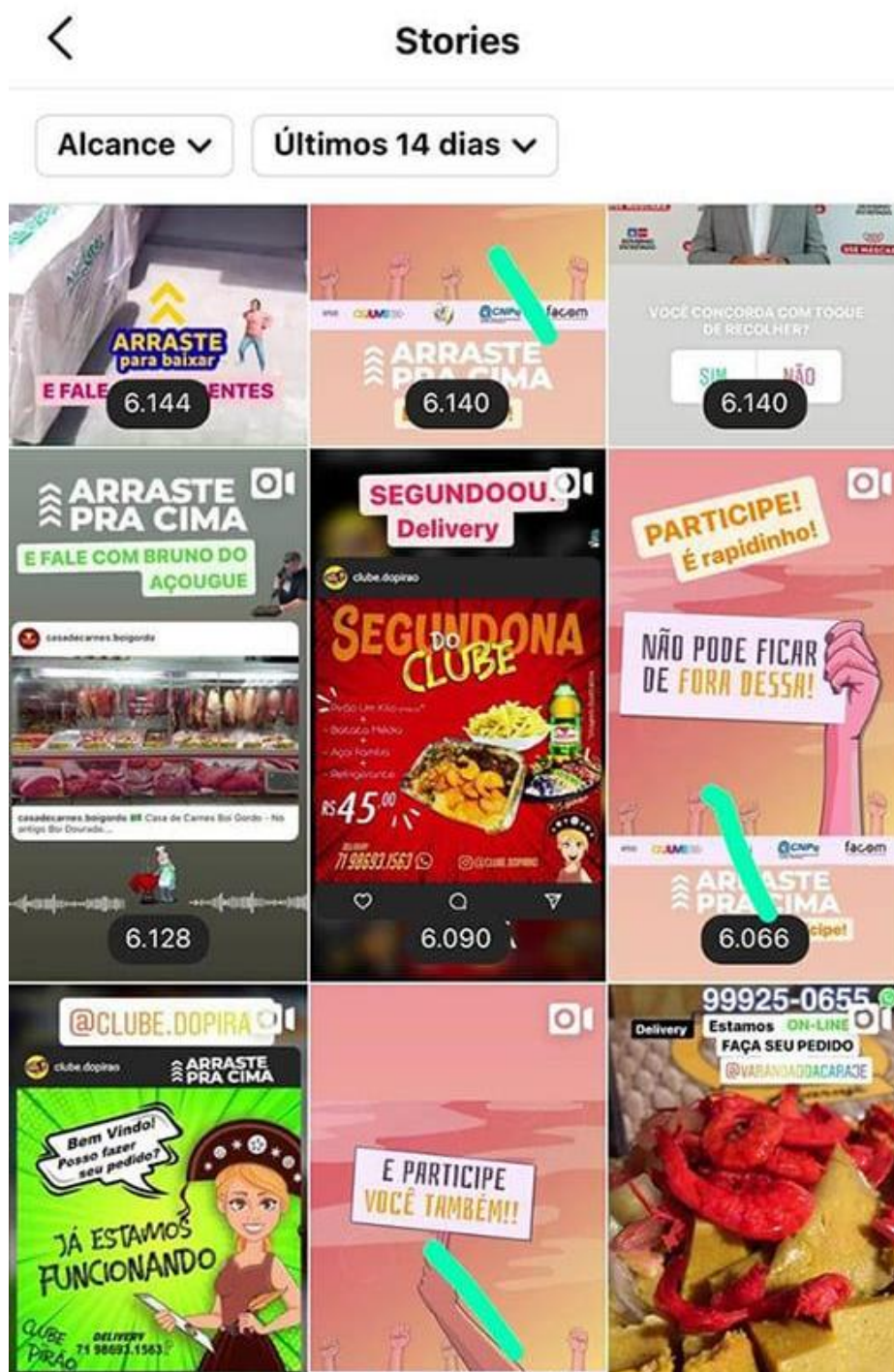
Fonte: Escola Politécnica da UFBA. Disponível em: <https://www.instagram.com/poli_ufba/>. Acesso em: 05 fev 2021.

- VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE BAIROS



Fonte: Paripe.Net. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CLzooLbheY2/?igshid=9z3vvsyqio0v3>>. Acesso em: 27 fev 2021.



Fonte: Valéria News. Disponível em: <<https://www.instagram.com/valerianewsocial/>>; <<https://www.facebook.com/valerianews/>>. Acesso em: 01 mar 2021

The screenshot shows a web browser window with the URL <https://itapagipeonline.com/jovens-comunicao-e-participacao/>. The page features the Itapagipe Online logo at the top left and a navigation menu with categories like 'Notícias', 'Salvador', 'Bahia', 'Brasil', 'Internacional', 'Colunistas', 'Esportes', and 'Entretenimento'. The main article is titled 'JOVENS, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO' and is dated 'Postado em 19 de abril de 2021 às 09:52'. The article content includes a colorful illustration of diverse young people and logos for 'APOIO: CEJUV' and 'CIVILIS JUVEN TUBO SALVADOR'. On the right side, there are sections for 'PUBLICIDADE' and 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS', which lists several other news items with their respective dates and times.

Fonte: Itapagipe Online. Disponível em: <[JOVENS, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO - Itapagipe Online - Notícias de Itapagipe Cidade Baixa Salvador Bahia](https://itapagipeonline.com/jovens-comunicao-e-participacao/)>. Acesso em: 19 abr 2021.



Fonte: Subúrbio News. Disponível em: Grupo WhatsApp. Acesso em: 22 abr 2021.

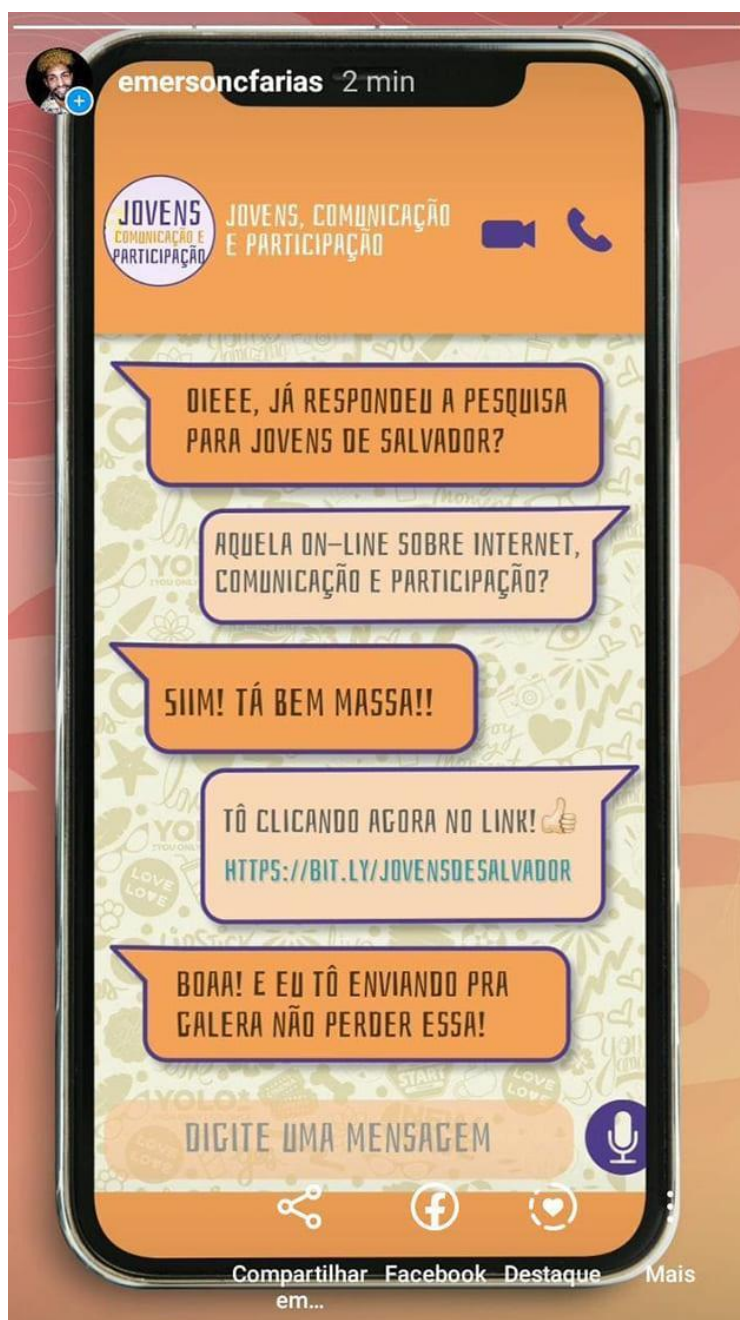
- **PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**



Fonte: Profa Aline Nasto. Disponível em: <<https://www.instagram.com/alinenasto/>>. Acesso em: 05 fev 2021.



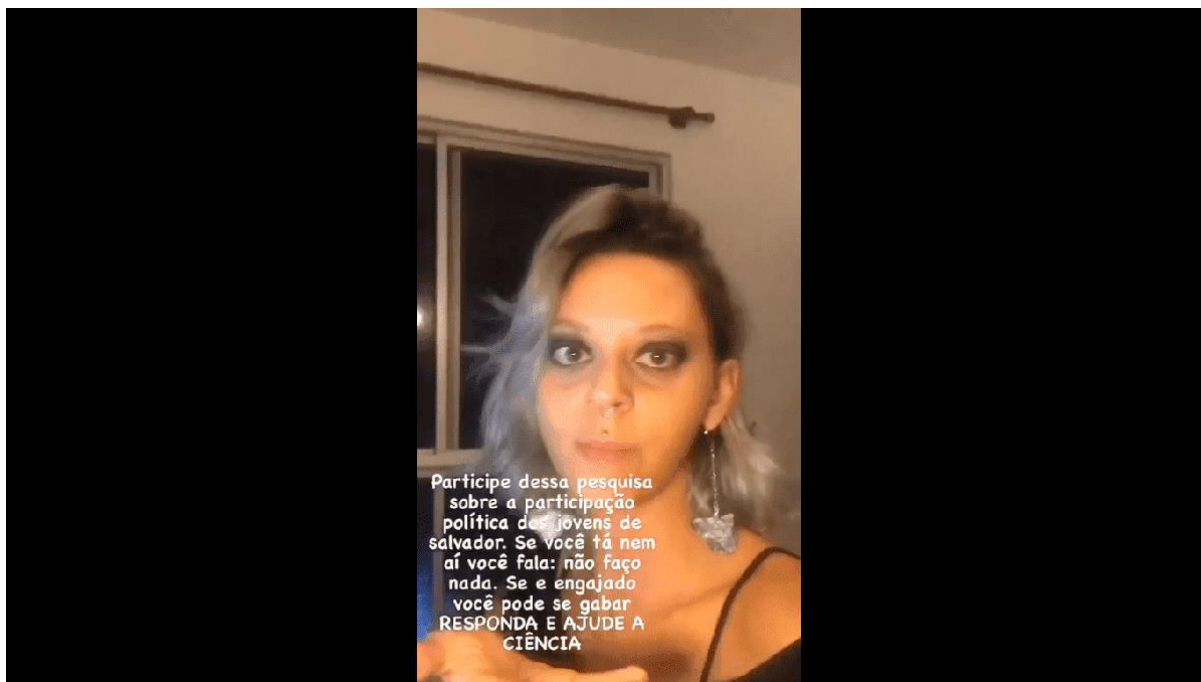
Fonte: Profa Ana Flávia Sousa. Disponível em: <<https://www.instagram.com/ana.flavia.sousa/>> Acesso em: 15 fev 2021.



Fonte: Prof Emerson Santos. Disponível em: <<https://www.instagram.com/emersoncfarias/?hl=pt-br>>.

Acesso em: 18 fev 2021.

- **INFLUENCIADORA DIGITAL**

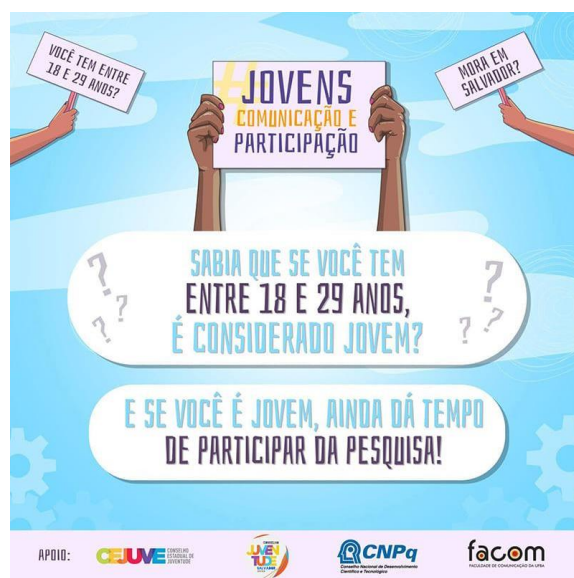


Fonte: Malfeitora. Disponível em: <<https://www.instagram.com/malfeitona/?hl=pt-br>>. Acesso em: 17 fev 2021.

APÊNDICE C - Peças de Comunicação

As seguintes peças de comunicação foram criadas para a divulgação da pesquisa e mobilização dos jovens participantes da *websurvey*, realizada em 2021 e que integra a tese **Pelo celular e ruas de Salvador**: participação política de jovens e a relação com as competências infocomunicacionais, da Doutoranda Daniela de Assis Silva.

- CARDS



- **VÍDEO**

Essa peça simula diálogo entre dois jovens.



- INSTAGRAM

VOCÊ TEM ENTRE 18 E 29 ANOS?

MORA EM SALVADOR?

#JOVENS
COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

EI, JOVEM!!

Como tá sua relação com a internet? Você acha que nós jovens podemos mudar uma realidade? Queremos conhecer sua opinião!

Venha fazer parte dessa pesquisa on-line e bora descobrir, juntos, como os(as) jovens de Salvador pensam e se comportam sobre esses e outros temas! É só clicar no link que está na bio:

<https://abre.ai/jovensdesalvador>

E mande ver, respondendo o questionário.

Não esquece de convidar geral pra participar também, beleza? Valeu demais!!

COLE NESSA PESQUISA!

APDIO: **CEUVE** **UAB** **CNPq** **facom**

SE VOCÊ TEM ENTRE 18 E 29 ANOS

E MORA EM SALVADOR

EI, JOVEM!

TÁ SABENDO DA PESQUISA QUE GERAAL TÁ PARTICIPANDO?

APDIO: **CEUVE** **UAB** **CNPq** **facom**

CONTATO:

Pesquisadora Responsável:
Daniela de Assis Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Facom/PósCom/UFBA)

daniela.assis@ufba.br
pesquisajovensdesalvador@gmail.com

Orientador:
Othon Jambeiro

Criação visual:
@jobs_audiovisual

COLE NESSA PESQUISA!

APÓIO:    

VOCE TEM ENTRE 18 E 29 ANOS?

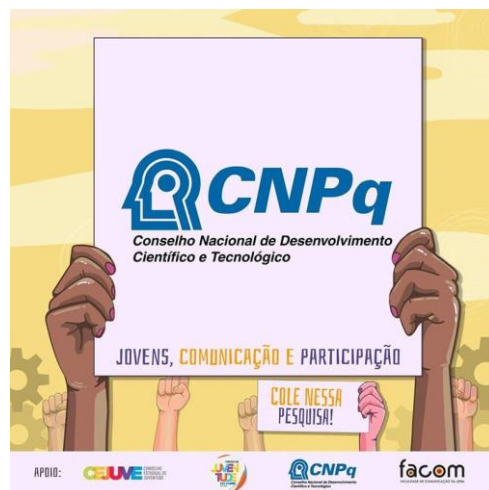
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA PARTICIPAR DA PESQUISA!

MORA EM SALVADOR?

COLE NESSA PESQUISA!

JOVENS, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

APÓIO:    



Fonte: Elaborado pela autora (2020); Arte: Santos (2020).

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você, jovem, está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa *on-line* que pretende conhecer o uso que faz da Internet para se comunicar e fazer política. Sua participação é voluntária e anônima. Você só precisa morar em Salvador (Bahia), ter idade entre 18 e 29 anos e possuir algum interesse sobre política (como por exemplo: gostar de participar de mobilizações ou protestos na Internet ou nas ruas, ou se interessar pelos direitos dos jovens, eleições, democracia, políticas públicas como: saúde, trabalho, educação, cultura etc).

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de aceitá-lo. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e obter a sua permissão para participar de forma voluntária.

Após a leitura deste documento, você pode optar por concordar ou não com o Termo. Se discordar, basta abandonar a pesquisa, fechando a página no seu navegador, ou clicar abaixo em “NÃO ACEITO”. Para concordar, clique abaixo em "ACEITO". Em seguida, informe seu celular ou e-mail para receber uma via deste documento. O questionário começa logo depois e leva cerca de 25 minutos para ser respondido.

O questionário foi estruturado de modo a garantir que você se sinta à vontade para respondê-lo. No entanto, se sentir algum desconforto diante de questões, pode interromper em qualquer momento. Também é disponibilizado o contato da pesquisadora responsável para eventuais dúvidas, sugestões ou reclamações. As respostas do questionário serão mantidas em sigilo, assim como seus dados. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em reuniões ou publicações acadêmicas, contudo, sua identidade não será revelada.

Importante saber também que não há benefício direto para o participante desse estudo, nem mesmo compensação financeira, tampouco qualquer despesa para você. Trata-se de pesquisa acadêmica, com o objetivo de investigar a relação entre competências infocomunicacionais (informação e comunicação) e participação política de jovens de Salvador.

Os participantes desta pesquisa, em termos de retorno social, terão acesso aos resultados do estudo publicados no âmbito da universidade. Cada participante poderá também receber seus próprios resultados a qualquer momento.

A participação no estudo não implica em qualquer consequência para você. Após concordar com o consentimento, você terá total liberdade de retirá-lo a qualquer momento e deixar de participar do estudo, se assim o desejar, sem prejuízo de qualquer ordem, e continuará mantendo a assistência integral adequada e imediata por parte da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em virtude de danos decorrentes da pesquisa.

Novas Informações

Qualquer nova informação que possa afetar a sua segurança ou influenciar a sua decisão de continuar a participar no estudo será fornecida a você por meio *on-line*, via os contatos que

você nos disponibilizar no formulário da pesquisa. Se decidir participar das etapas futuras, terá que aceitar (*on-line*) um novo (revisado) Termo de Consentimento, que será enviado posteriormente.

Contato em caso de dúvida

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso à profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas, sugestões ou questionamentos. A responsável por este estudo é a doutoranda Daniela de Assis Silva, que poderá ser encontrada na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia - Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Ondina, Salvador, Bahia, ou pelo telefone: (71) 99900-0856 ou e-mail: daniela.assis@ufba.br

Outra possibilidade de contato é com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Farmácia (CEP/FAR/UFBA), localizada na Rua Barão do Jeremoabo, nº 147, Ondina, Salvador, Bahia. Telefone: (71) 3283-6922 ou e-mail: cepfar@ufba.br

Observação: Devido à pandemia do COVID-19, os contatos com a pesquisadora responsável ou com o Comitê de Ética devem ser realizados por telefone ou e-mail.

Declaração de Consentimento

Ciente do exposto, concordo em participar do estudo intitulado "Juventudes e Política: Estudo sobre a relação entre competências infocomunicacionais (informação e comunicação) e participação (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador".

Li e entendi o documento de consentimento e o objetivo do estudo, bem como seus possíveis benefícios e riscos. Tive oportunidade de perguntar sobre o estudo e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Entendo que estou livre para decidir não participar desta pesquisa. Entendo que ao aceitar este documento e seguir para o preenchimento *on-line* do questionário não estou abdicando de nenhum de meus direitos legais.

Estou ciente também de que este documento ficará registrado na base de dados da pesquisadora responsável. Ao aceitar este Termo, poderei recebê-lo por e-mail ou celular, e uma via ficará armazenada com a pesquisadora.

Eu autorizo a utilização dos meus dados fornecidos no formulário *on-line* pela pesquisadora responsável, autoridades regulatórias e pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Farmácia (CEP/FAR/UFBA).

Pesquisadora Responsável: Daniela de Assis Silva, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Facom/PósCom/UFBA), bolsista CNPQ.

Assinatura:

Salvador, 2021.

APÊNDICE E - Roteiro das entrevistas semiestruturadas com jovens (pesquisa qualitativa)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA**
Faculdade de Comunicação
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
CONTEMPORÂNEAS



ROTEIRO ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Este instrumento de coleta de dados integra a Pesquisa de doutorado “Juventudes e Política: Estudo sobre a relação entre competências infocomunicacionais e participação (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador, da doutoranda Daniela de Assis Silva. Para participar, os participantes precisam concordar e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

1. Boas-vindas e apresentação dos objetivos da pesquisa e da entrevista.

O roteiro das perguntas é dividido por seção temática: Competências Infocomunicacionais, Participação Política e Internet. As questões foram formuladas a partir dos resultados da pesquisa quantitativa (*websurvey*) aplicada com jovens de Salvador que se interessam por política, com idade entre 18 e 29 anos.

Seção: Competências Infocomunicacionais

Competência em Informação

1. Na sua opinião, os jovens conseguem identificar, avaliar e usar as informações que precisam?
2. Você enfrenta dificuldade de diferenciar um fato de uma opinião?
3. Quais estratégias você utiliza para checar se uma informação é verdadeira ou falsa?
4. Na sua opinião, por que há jovens que compartilham *fake news*?

5. As *fake news* ameaçam a democracia? Por quê?

Competência em Comunicação

1. Na sua opinião, os jovens conseguem se comunicar bem na internet?
2. Você acha que os jovens conseguem identificar riscos na internet?
3. Você acha fácil saber se está violando uma lei ao postar?
4. Na sua opinião, por que os jovens postam pouco conteúdo autoral na internet?
5. Você se sente motivado a dialogar sobre política na internet?

Metaliteracy

1. De um modo geral, os jovens dizem aprender mais sozinhos. É isso que percebe e vivencia?
2. Os resultados da pesquisa revelam que os jovens se autoavaliam muito bem em termos de competências infocomunicacionais. Achrom que podem estar superestimando os próprios conhecimentos, o chamado efeito Dunning-Kruger?

Seção: Participação Política

1. Quais suas principais fontes de Informação sobre política? (abordar o papel da internet, da família, da escola, das mídias, do trabalho...)
2. Saber usar a informação e saber se comunicar ajudam na participação política dos jovens? Por quê?
3. Jovens podem usar suas atitudes, habilidades e conhecimentos em comunicação para ameaçar a democracia?
4. Na sua opinião, como ajudar os jovens a desenvolverem o pensamento crítico e conectado com os ideais democráticos?
5. Que tipo de mobilização já realizou nas redes sociais digitais para conseguir apoio para algo que acreditava valer a pena?

Seção: Internet

1. Cerca de 20% dos jovens disseram ter condições insuficientes de acesso à internet. Você conhece essa realidade?
2. Como e com quem procura desenvolver novas competências sobre o uso da internet?

ANEXOS

ANEXO A - Relação dos 170 bairros de Salvador (Bahia):

- | | | | |
|-----|--------------------------------|-----|--------------------------|
| 1. | Acupe | 45. | Vila Laura |
| 2. | Aeroporto | 46. | Itinga |
| 3. | Alto das Pombas | 47. | Águas Claras |
| 4. | Arenoso | 48. | Alto da Terezinha |
| 5. | Cabula VI | 49. | Alto do Cabrito |
| 6. | Calabetão | 50. | Alto do Coqueirinho |
| 7. | Caminho das Árvores | 51. | Amaralina |
| 8. | Campinas de Pirajá | 52. | Areia Branca |
| 9. | Capelinha | 53. | Arraial do Retiro |
| 10. | Castelo Branco | 54. | Bairro da Paz |
| 11. | Centro | 55. | Baixa de Quintas |
| 12. | Centro Administrativo da Bahia | 56. | Barbalho |
| 13. | Chapada do Rio Vermelho | 57. | Barra |
| 14. | Cidade Nova | 58. | Barreiras |
| 15. | Comércio | 59. | Barris |
| 16. | Cosme de Farias | 60. | Beiru/Tancredo Neves |
| 17. | Coutos | 61. | Boa Viagem |
| 18. | Dois de Julho | 62. | Boa Vista de Brotas |
| 19. | Dom Avelar | 63. | Boa Vista de São Caetano |
| 20. | Doron | 64. | Boca da Mata |
| 21. | Engenho Velho da Federação | 65. | Boca do Rio |
| 22. | Engenho Velho de Brotas | 66. | Bom Juá |
| 23. | Fazenda Coutos | 67. | Bonfim |
| 24. | Fazenda Grande II | 68. | Brotas |
| 25. | Fazenda Grande III | 69. | Cabula |
| 26. | Fazenda Grande IV | 70. | Caixa D'Água |
| 27. | Jaguaripe I | 71. | Cajazeiras |
| 28. | Monte Serrat | 72. | Cajazeiras II |
| 29. | Nordeste de Amaralina | 73. | Cajazeiras IV |
| 30. | Nova Constituinte | 74. | Cajazeiras V |
| 31. | Periperi | 75. | Cajazeiras VI |
| 32. | Pirajá | 76. | Cajazeiras VIII |
| 33. | Porto Seco Pirajá | 77. | Cajazeiras X |
| 34. | Praia Grande | 78. | Cajazeiras XI |
| 35. | Resgate | 79. | Calabar |
| 36. | Ribeira | 80. | Calçada |
| 37. | Rio Sena | 81. | Caminho de Areia |
| 38. | Roma | 82. | Canabrava |
| 39. | Saboeiro | 83. | Candeal |
| 40. | São Rafael | 84. | Canela |
| 41. | São Tomé | 85. | Cassange |
| 42. | Saramandaia | 86. | Centro Histórico |
| 43. | Sete de Abril | 87. | Chame-Chame |
| 44. | Trobogy | 88. | Colinas de Periperi |

- | | | | |
|------|---------------------------------------|------|----------------------------------|
| 89. | Costa Azul | 130. | Nova Esperança |
| 90. | Curuzu | 131. | Nova Sussuarana |
| 91. | Engomadeira | 132. | Novo Horizonte |
| 92. | Fazenda Grande do Retiro | 133. | Novo Marotinho |
| 93. | Fazenda Grande I | 134. | Ondina |
| 94. | Federação | 135. | Palestina |
| 95. | Garcia | 136. | Paripe |
| 96. | Graça | 137. | Patamares |
| 97. | Granjas Rurais Presidente Vargas | 138. | Pau da Lima |
| 98. | Horto Florestal | 139. | Pau Miúdo |
| 99. | IAPI | 140. | Pernambués |
| 100. | Ilha Amarela | 141. | Pero Vaz |
| 101. | Ilha de Bom Jesus dos Passos | 142. | Piatã |
| 102. | Ilha de Maré | 143. | Pituaçu |
| 103. | Ilha dos Frades/Ilha de Santo Antônio | 144. | Pituba |
| 104. | Imbuí | 145. | Plataforma |
| 105. | Itacaranha | 146. | Retiro |
| 106. | Itaigara | 147. | Rio Vermelho |
| 107. | Itapuã | 148. | Santa Cruz |
| 108. | Jardim Armação | 149. | Santa Luzia |
| 109. | Jardim Cajazeiras | 150. | Santa Mônica |
| 110. | Jardim das Margaridas | 151. | Santo Agostinho |
| 111. | Jardim Nova Esperança | 152. | Santo Antônio |
| 112. | Jardim Santo Inácio | 153. | São Caetano |
| 113. | Lapinha | 154. | São Cristóvão |
| 114. | Liberdade | 155. | São Gonçalo |
| 115. | Lobato | 156. | São João do Cabrito |
| 116. | Luiz Anselmo | 157. | São Marcos |
| 117. | Macaúbas | 158. | Saúde |
| 118. | Mangueira | 159. | Stella Maris |
| 119. | Marechal Rondon | 160. | STIEP |
| 120. | Mares | 161. | Sussuarana |
| 121. | Massaranduba | 162. | Tororó |
| 122. | Mata Escura | 163. | Uruguai |
| 123. | Matatu | 164. | Vale das Pedrinhas |
| 124. | Mirantes de Periperi | 165. | Vale dos Lagos |
| 125. | Moradas da Lagoa | 166. | Valéria |
| 126. | Mussurunga | 167. | Vila Canária |
| 127. | Narandiba | 168. | Vila Ruy Barbosa\Jardim Cruzeiro |
| 128. | Nazaré | 169. | Vista Alegre |
| 129. | Nova Brasília | 170. | Vitória |

ANEXO B - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (UFBA), número 4.491.048 (06 de Janeiro de 2021), referente à pesquisa quantitativa (*websurvey*).

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Juventudes e Política: Estudo sobre a relação entre competências infocomunicacionais e participação (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador

Pesquisador: DANIELA DE ASSIS SILVA

Versão: 2

CAAE: 39060020.6.0000.8035

Instituição Proponente: **Facom / UFBA**

Patrocinador Principal: Universidade Federal da Bahia - UFBA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.491.048

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante por sua temática e pelo objeto de estudo. Os objetivos estão bem estabelecidos, assim como os procedimentos metodológicos. Parte de pressupostos teóricos condizentes e adequados à pesquisa como: representação, mobilização e participação política, democracia digital, novas cidadanias, dentre outros. O estudo pode contribuir para a discussão da construção da democracia e a participação ativa da juventude nesse processo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Visto que solicitações foram atendidas na íntegra, o projeto foi aprovado pelos membros do CEP-FAR, podendo ser iniciado.

ANEXO C – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (UFBA), Número: 4.368.060 (28 de Outubro de 2020), referente à pesquisa quantitativa (*websurvey*).

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Juventudes e Política: Estudo sobre a relação entre competências infocomunicacionais e participação (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador

Pesquisador: DANIELA DE ASSIS SILVA

Versão: 1

CAAE: 39060020.6.0000.8035

Instituição Proponente: **Facom / UFBA**

Patrocinador Principal: Universidade Federal da Bahia – UFBA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.368.060

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante com contribuições para os estudos da área, pois trata de uma temática focaliza a relação do jovem atual com a política em sentido amplo. Apresenta fundamentação teórica adequada à investigação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram entregues todos os documentos obrigatórios.

No entanto, encontram-se problemas em algum deles.

Recomendações:

1. TCLE: adequar a linguagem.
2. Excluir informações sobre compensação e deixá-las no campo certo.
3. O cronograma apresentado no documento não está com todas as etapas previstas no projeto. É preciso prever a submissão do projeto ao comitê e acrescentar todas as outras etapas prevista, inclusive no projeto/brochura.
3. Colocar o orçamento no projeto (versão brochura);
 - 3.1 Apresentar o cronograma em forma de um quadro.
4. Inserir no cronograma como etapa a submissão do projeto ao Comitê. Postar na plataforma o mesmo cronograma presente no projeto acrescido da informação solicitada
 - 4.1 Equipe detalhada
 - 4.2 Termo de compromisso
 - 4.3 Declaração de confidencialidade
5. Inserir currículo do orientador
6. Retirar do projeto e outros documentos a palavra "sujeito", e conforme o contexto trocar por "participante da pesquisa"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Há pendências a serem resolvidas descritas em recomendação. Sendo assim, o projeto será aprovado após tais pendências serem sanadas.

ANEXO D – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (UFBA), Número: 4.616.673 (28 de Março de 2021), referente à pesquisa qualitativa (entrevistas semiestruturadas).

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Juventudes e Política: Estudo sobre a relação entre competências infocomunicacionais e participação (*on-line* e *off-line*) de jovens de Salvador

Pesquisador: DANIELA DE ASSIS SILVA

Versão: 3

CAAE: 39060020.6.0000.8035

Instituição Proponente: **Facom / UFBA**

Patrocinador Principal: Universidade Federal da Bahia – UFBA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.616.673

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Na emenda introduzida no projeto menciona-se que à Etapa 1 da metodologia acrescenta-se a realização de entrevista online e que “Os mesmos cuidados e orientações são mantidas no termo de consentimento e nos procedimentos para realização das entrevistas (semi-estruturas e/ou grupo focal), que contemplarão jovens que, durante o questionário *on-line*, manifestaram interesse em participar desta fase seguinte da pesquisa, bem como serão entrevistados também especialistas em juventudes”. Na metodologia do novo projeto se menciona que “será dedicada à análise estatística dos dados do questionário e à interpretação dos resultados (questionário e entrevistas) à luz das discussões teóricas sobre participação política e o papel das competências infocomunicacionais nas práticas dos jovens de Salvador”. Mesmo sem pistas sobre o tratamento da informação qualitativa nesta nova virada metodológica, considero que não fere normas éticas. Sugere-se explicitar a forma pela qual serão recrutados jovens para a segunda etapa: o convite estará explicitado no formulário do questionário online?

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma